UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

RITA DE CÁSSIA GUIMARÃES MELO

LIMA BARRETO:
a experiência social e cultural de formação dos remediados

São Paulo
2008

RITA DE CÁSSIA GUIMARÃES MELO

**LIMA BARRETO:
a experiência social e cultural de formação dos remediados**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Dra. em História.

Área de concentração: História Social
Orientadora: Profa. Dra. Maria Inez
Machado Borges Pinto

São Paulo
2008

FOLHA DE APROVAÇÃO

Rita de Cássia Melo Guimarães

Lima Barreto: a experiência social e cultural de formação dos remediados

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Dra. em História.

Área de concentração: História Social

Aprovada em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

De início, gostaria de agradecer à professora doutora Maria Inez Machado Borges Pinto, cuja orientação, leituras e sugestões muito contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. As incorreções e os tropeços teórico-metodológicos existentes ou não são de minha inteira responsabilidade, pois a orientação foi sempre a mais precisa e cuidadosa possível, guardando profundo respeito por minhas iniciativas e autonomia.

À Universidade Federal do Tocantins, em particular o *campus* de Porto Nacional, agradeço o apoio na impressão da tese, cujos custos eu não teria como arcar.

A Paula, minha filha, que partilha com comigo a atmosfera de estudo e aguarda o cumprimento das muitas promessas feitas ao longo desse período. Por ela tudo vale a pena.

Ao meu irmão Fernando devo a certeza de que nunca me deixará sem o seu apoio. Junto com ele vem a família, cunhada e sobrinhos.

Alguns amigos me acompanharam nesse período, suportando minhas angústias, crises e medos; partilharam comigo momentos que serão lembrados com muito humor: Patrícia Spósito Mechi e Rosy de Oliveira.

Especial agradecimento a Olívia: professora do curso de Letras, minha amiga e companheira de trabalho que acompanhou o desenvolvimento desta tese, sempre com palavras de consolo e incentivo.

RESUMO

MELO, Rita de Cássia Guimarães. **Lima Barreto**: a experiência social e cultural de formação dos remediados. 2008. 242 f. Tese (Doutorado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.

No fim do século XIX, início do XX, começam a tomar forma grupos sociais nascidos das fímbrias de homens livres e pobres: são os remediados. Também denominados intermediários, esses grupos são os setores que migram para a cidade do Rio de Janeiro na passagem do século e iniciam o processo de ocupação das instituições do Estado. Ser remediado é condição suspensa, um estado indefinido cujas características, às vezes, só o próprio sujeito que se denomina como tal sabe quais são. Nesta tese, procuramos encontrar os remediados na literatura de Lima Barreto a fim de aproximar realidade de literatura: consideramos esta expressa aquela e contém as tensões históricas que cabem ao historiador explicitar. Para isso, recorremos à obra ficcional, às crônicas e aos artigos circunstanciais de Lima Barreto, cujas personagens foram selecionadas com base nessa situação de suspensão. Procuramos reconstruí-las e interpretá-las conforme a estrutura econômica, social e cultural do período. Lima Barreto foi um crítico desse processo, pois sua experiência histórica, de homem comum e escritor arguto oscilou nos limites entre ser pobre e remediado. Essa situação particular contribuiu para que o escritor percebesse as ideologias que enformavam a constituição desses grupos que circulavam na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: literatura, crônica, estrutura econômica, social e cultural.

ABSTRACT

MELO, Rita de Cássia Guimarães. **Lima Barreto**: social and cultural experience of constitution of the *remediados*. 2008. 242 f. Thesis (Doctorate in Social History) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.

In the late nineteenth century, early twentieth, certain social groups born in the fringe of free and poor men — the *remediados* (neither rich nor poor) — started to be constituted. Also called intermediate groups, they are people who migrated to the city of Rio de Janeiro at the turn of the century and begun occupying the state institutions. Being in these groups is to be in an undecided condition, an undefined state whose characteristics sometimes are known only by those ones who are in such condition. In this work we try to find out these groups in Lima Barreto's literature to see the extent to which fiction converges to reality and vice versa. In so doing, we consider that fiction expresses reality and contains those historical tensions whose explicitness falls into the historian work. To do so, we recur to the Lima Barreto's fictional work, his newspaper/magazine chronicles and his circumstantial articles. We have chosen his fictional characters based on that situation of undecidedness and searched to rebuild and interpret them according to the economical, social, and cultural structure at the time. Because of his historical experience of a common man and sharp writer oscillated between the limits of being neither poor nor rich, Lima Barreto criticized this process. This condition helped him to perceive the ideologies that gave shape to the constitution of those social groups who circulated in the city of Rio de Janeiro.

Key words: fiction; newspaper/magazine chronicles; economic, social and cultural structure.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DA SUBSERVIÊNCIA	30
Numa chega à rua do Ouvidor	42
Equilibristas da corda bamba da vida	58
2 A VIDA SOB MEDIDA... DOS OUTROS	78
A república de um “pepé”.	92
Uma família remediada	107
3 TUDO VEM A CAVALO E NÃO HAVERÁ DISCÓRDIA	131
Sob o signo do ar: artes nacionais e tecnologias	160
4 A SOMBRA PERDIDA: NOBREZA SEM REALEZA	178
Batalha do bom gosto contra o mau gosto	184
Romper com o passado: o maravilhoso valor das coisas efêmeras	193
Diversão para todas as classes: bailes, cinema e telefone	201
CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
REFERÊNCIAS	228
BIBLIOGRAFIA	235

Introdução

Procuramos explicitar nesta introdução os pressupostos teóricos e metodológicos deste trabalho de pesquisa e reflexão a fim de apontar as estratégias de análises para alcançar o objetivo proposto e os instrumentos usados para isso: reconstituir historicamente a formação social, cultural, econômica e política dos grupos intermediários — as classes médias — de meados do século XIX até as primeiras décadas do XX. Para isso, recorreremos a crônicas, artigos e obra ficcional do escritor Afonso Henriques de Lima Barreto como suporte documental. Essa documentação é referencial e foi aqui tratada como vitrine da vida cotidiana e das transformações do período; logo, é Lima Barreto que guia nossa contemplação dessa vitrine. Os assuntos e temas abordados por ele direcionam nossos esforços rumo à apreensão de momentos e situações históricas concretas em que esses setores intermediários aparecem no período aqui estudado.

Uma vez que esses setores são ainda insipientes, é difícil apontar características descritíveis como padrão. Numericamente, há muitas referências a esses estratos, mas sua fluidez é tal que muitos estudiosos, ao se depararem com o conceito classe(s) média(s), fugiram à tentativa de defini-lo. Décio Saes, por exemplo, optou por se referir a elas como “camadas médias urbanas”. Outro estudioso, Paulo Sérgio Pinheiro afirma: “esse conceito ‘camadas médias urbanas’, ao invés de evitar os obstáculos, multiplica-os, pois o marco da estratificação social, ao qual alguns de seus aspectos estão ligados, é incapaz de dar conta dos aspectos relacionais entre as classes sociais”.¹ Eis aí um alerta: não se pode conceituar setores médios fora do “campo mais amplo da teoria da estrutura de classes”.

É impossível concebê-las num vácuo: somente o exame das relações dessas com outras classes pode levar ao conhecimento da homogeneidade de sua orientação política e da forma de suas manifestações. As classes médias não podem ser pensadas segundo um conjunto de características elaboradas exclusivamente para uma só classe, individualizada. Se esse aspecto é essencial para o estudo de outras classes, como a burguesia e o proletariado, é condição indispensável numa análise das classes médias.²

Com efeito, a opção por um conceito não resolve a questão porque as dificuldades permanecem ao nível do conceito isolado. “Esse problema em se definir o conceito de classes médias é comum a toda tentativa de se tratar teoricamente um conceito isolado, quando esse deveria estar sendo definido no quadro de uma teoria.” Essa afirmação considera as críticas

¹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. Brasil Republicano: sociedade e instituições: 1889–1930. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

² PINHEIRO, 1997, p. 10.

elaboradas por Thompson, que chamou a atenção dos historiadores para a valorização da prática empírica e assentada nas evidências históricas. Portanto, pensamos que é possível construir a experiência dos setores intermediários pelas experiências e pela cultura, sem incorrer em erro teórico ou metodológico:

[...] creio que descobrimos uma outra coisa, de significação ainda maior para todo o projeto do socialismo. Introduzi, algumas páginas atrás, outro termo médio necessário, 'cultura'. E verificamos que, com 'experiência' e 'cultura', estamos num ponto de junção de tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral.³

Neste estudo, deparamo-nos com essas dificuldades conceituais, por isso tentamos definir os setores médios em diferentes perspectivas: relacionando-os com as classes e outros grupos do espaço urbano, procurando sempre localizá-los nas estruturais sociais, econômicas e culturais. Para tanto, fizemos uma opção teórico-metodológica ante o volume da fortuna crítica de Lima Barreto, que impossibilita ao estudioso abarcá-la toda: aos artigos, às crônicas, aos romances e aos contos deixados pelo escritor, soma-se hoje uma enormidade de dissertações de mestrados e teses de doutorados que abordam tais nos mais variados ângulos. E mais: temos as leituras críticas feitas por seus contemporâneos e que não pararam de crescer de lá para cá.

Dito isso, optamos por analisar algumas personagens do romance *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*, de 1909, de *Numa e a ninfa*, novela derivada de um conto homônimo publicado no jornal *Gazeta da tarde* de 3 de julho de 1911 e, em folhetins diários, no jornal *A noite*, entre 15 de março e 26 de julho de 1915. As temáticas dessa novela já haviam sido desenvolvidas e elaboradas pelo autor antes. Em janeiro de 1915, ele afirmava que essa novela fora escrita “há dois ou três anos”, o que nos permite deduzir que sua concepção se deu entre 1912 e 1913. Segundo consta no *Diário íntimo* do escritor: “O *Numa e a ninfa* foi escrito em vinte e cinco dias, logo que saí do hospício. Não copiei nem recopiei sequer um capítulo. Eu tinha pressa de entregá-lo, para ver se o Marinho me pagava logo, mas não foi assim e recebi o dinheiro aos poucos”.⁴

Os temas e assuntos desenvolvidos na novela se aproximam dos acontecimentos desse período. Estão presentes nela as instituições de representação do país e o movimento social,

³ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 189.

⁴ LIMA BARRETO, **Diário íntimo**. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 182.

que aparece encarnado em diversas personagens cujos discursos deixam perceber a tensão na atmosfera da cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos pós-mudança de regime político; exemplo disso é a campanha civilista que mobilizou diferentes grupos de poder no país, colocando-os em franca belicosidade e enfrentamentos políticos que resultaram em consensos espúrios. Algumas personagens dessa obra são representativas desse período, quando militares e civis disputavam o poder institucional do país.

Fazemos aqui algumas considerações teóricas sobre o tratamento dado a essa documentação. De início, gostaríamos de reafirmar que, nas duas últimas décadas, os historiadores perderam o medo do documento literário e ficcional. Os avanços da historiografia rumo ao social e cultural reforçaram essa atitude, pois abriram campos de pesquisa, que exigiram sistematização de métodos pelos quais o historiador se diferencia da abordagem dos críticos e estudiosos dos textos literários. Muito se fez na pesquisa e muito se escreveu sobre os métodos possíveis de abordagem da literatura pelo historiador. Mas as dificuldades ainda persistem; afinal:

Aproximar os termos realidade e literatura é um duplo exercício, porque a “literatura é sempre expressão da realidade, por mais imaginária que ela seja; o simples fato de que cada obra tenha sido escrita num determinado idioma situa-a de saída e automaticamente num contexto preciso e ao mesmo tempo separa-a de outras regiões culturais, e tanto o tema como as idéias e os sentimentos do autor contribuem para localizar mais ainda o inevitável contato entra a obra escrita e a sua realidade circundante”.⁵

Assim, romances e contos adquirem sentidos diferentes para quem lê e quem os analisa.⁶ Para o analista, o trabalho é árduo, pois este chega ao texto ficcional em busca de respostas para indagações sobre o período que nos propomos a estudar. A “literatura de invenção e de ficção” exige do historiador capacidade para enfrentar a multiplicidade dos fatos e das inter-relações entre eles, as circunstâncias e as motivações: “a obra literária, embora seja um fato estético que se basta a si mesmo, representa ao mesmo tempo uma emanção de forças, tensões e situações que a fizeram ser como é e não de outra maneira”.⁷ São as tensões históricas do período em que Lima Barreto escreveu que nos interessa aqui. Se o fato estético é relevante, ele fica em segundo plano na perspectiva do historiador: entre realidade e ficção,

⁵ CORTÁZAR, Julio. **Obra crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 207, v. 3.

⁶ O leitor em geral se apropria do livro “para ler seu conteúdo e não para tentar adivinhar o que aconteceu em relação ao livro antes que o autor o escrevesse ou enquanto o estava escrevendo. [...] Mesmo quando nos preocupamos com a biografia do autor e nos interessamos pelo assunto do livro como reflexo de um ambiente determinado, o que mais pesa é o interesse despertado por aquilo que nos contam e o estilo com que é contado, isto é, em seus traços especificamente literários” (CORTÁZAR, 2001, p. 207).

⁷ CORTÁZAR, 2001, p. 207.

[...] no fundo se trata de chegar à verdade pelas vias da imaginação, da intuição, de capacidade de estabelecer relações mentais e sensíveis que mostrem as evidências e as revelações que passarão a formar parte de um romance ou de um conto ou de um poema.⁸

O olhar histórico para as “obras de invenção” reposiciona as relações entre ficção e História.

Freqüentadores assíduos das crônicas coloniais, os historiadores recentemente descobriram o fascinante universo dos cronistas modernos que, ao contrário de alguns de seus predecessores, abdicam de assumir como tarefa primordial o registro pretensamente objetivo do acontecido para abrir espaço ao comentário pessoal, ao olhar subjetivo, à busca do significado do efêmero e do fragmentário, ainda que mantendo paradoxalmente em comum com os cronistas de todos os tempos o desejo de, através da crônica, condensar na letra o tempo vivido. Na forma como no conteúdo, na seleção que efetua como na linguagem que emprega, a crônica é sempre, e de formas muito distintas, um texto que tematiza o tempo e, simultaneamente, o mimetiza. Tal como a história, aliás.⁹

Por outro lado, as crônicas têm especificidades e são parte das “invenções” que povoaram o cotidiano dos cariocas na virada do século XIX para o XX.

No caso específico das crônicas cariocas produzidas na passagem do século XIX ao século XX, é possível uma leitura que as considere “documentos” na medida em que se constituem como um discurso polifacético que expressa, de forma certamente contraditória, um “tempo social” vivido pelos contemporâneos como um momento de transformações.¹⁰

As afirmações de Margarida de Souza Neves incentivam o historiador ao trabalho com esse *corpus* documental; por outro lado, retira do estudioso desse período a necessidade de buscar coerência na documentação, pois não havia essa intenção dos escritores cronistas naquele momento histórico:

[...] a pretensão de buscar um horizonte de sentido convergente para o conjunto das crônicas deste tempo, pretensão essa tanto maior quanto com mais ênfase se sublinhe, de início, a certeza de que cada autor jamais teve a intencionalidade de buscar, com sua produção enquanto cronista, um todo coerente.¹¹

Neste trabalho, além dos romances citados há poucos, recorremos a 19 crônicas publicadas entre 1890 a 1914 — os dois primeiros romances de Lima Barreto foram escritos e publicados nas décadas anteriores a 1914, início da Primeira Guerra Mundial. Para a análise desse período, priorizamos os escritos anteriores — crônicas e obra ficcional. Embora tenha

⁸ CORTÁZAR, 2001, p. 207.

⁹ NEVES, Margarida de Souza. História da crônica. Crônica da História. In: RESENDE, Beatriz (Org). **Cronistas do Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio : CCBB, 1995, p. 17.

¹⁰ NEVES, Margarida de. A escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: _____. **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas; ed. da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 76; ver também: RESENDE, Beatriz (Org). **Cronistas do Rio**. Rio de Janeiro, José Olympio: CCBB, 1995.

¹¹ NEVES, 1992, p. 76.

sua especificidade a documentação, escolhemos tratar, nos dois primeiros capítulos deste estudo, da ficção, mantendo um marco histórico como orientação, mas sem rigidez.

Entre 1889 e 1894, a presença dos militares no cenário político, social e institucional é inegável. Após esse período, último ano do governo de Floriano Peixoto, houve quatro legislaturas presidenciais civis;¹² a do marechal Hermes da Fonseca (1910–14) encerra o ciclo militarista. A candidatura do marechal repõe os conflitos em torno do papel dos militares no cenário nacional, por isso a narrativa *Numa e a ninfa* reatualiza os conflitos entre republicanos e os resquícios de monarquismos — tensão que acompanha as primeiras décadas do novo regime. Nesse momento da campanha civilista — disputa entre Rui Barbosa e Hermes da Fonseca —, vêm à tona as disputas entre facções políticas, que trazem de volta conflitos latentes entre elas e seus modos de arregimentação da população civil em todos os níveis. Em nosso entendimento, *Numa e a ninfa* sintetiza os períodos anteriores: nela estão os ranços positivistas dos militares e burocratas, as diversas maneiras de manifestação do autoritarismo das elites que apóiam a candidatura Hermes e o entusiasmo de grupos — militares, civis, pobres manietados por cabos eleitorais — ante a possibilidade de os militares retornarem ao poder. A violência política e as disputas pelo poder chegam ao paroxismo e hipertrofiam a fragilidade do sistema de representação imposto ao país.

Por isso, consideramos os anos 1880–1914 como o momento em que os setores medianos adquirem aos poucos expressividade política, social e cultural. Os estudos históricos sobre o período indicam que havia, mesmo que de forma enviesada e incipiente, um projeto de tomada do poder por vários grupos aglutinados em torno dos projetos mais díspares e conflitantes para o país e a nação. Além disso, no ideário social e político de vários setores havia esperança de progresso e incorporação à vida moderna política e cultural. Nesses grupos havia intelectuais seduzidos pela possibilidade do progresso e da incorporação à vida moderna. Também há de se considerar que, após a Primeira Grande Guerra, o país intensificou o afastamento do “imperialismo intelectual da França” e começou a se aproximar dos Estados Unidos; mais importante: os grupos ricos e dominantes no país adquirem uma feição estável. Nesse momento, diz Lima Barreto, há uma “burguesia enriquecida com a guerra, por todos os meios lícitos e ilícitos, honestos e imorais, de mãos dadas com as autoridades públicas e os representantes do povo”.¹³

¹² Prudente de Moraes (1894–98), Campos Salles (1898–1902), Rodrigues Alves (1902–06), Afonso Pena (1906–1909) e Nilo Peçanha (1909–10).

¹³ BARRETO, *Toda a crônica*, p. 413.

Os setores médios se ligam à pequena produção e ao abastecimento urbano, construindo laços entre o rural e o urbano, prestando serviços de apoio aos setores dominantes ligados ao complexo cafeeiro. Também os profissionais liberais, os grupos de atividades estreitas com comércio importador e exportador constituíam bases de apoio à grande economia agrário-exportadora. Enfim, há envolvimento de grupos variados e cômicos de que integravam o desenvolvimento econômico ocorrido a partir de fins do século XIX e que contribuíram para acelerar a urbanização e diversificando das condições materiais de produção e trabalho.¹⁴

No campo político, os discursos e a ação direta dos manifestantes aderentes a facções dos poderes desejosos de tomar o poder institucional têm força porque objetivam convencer os recalcitrantes e os indiferentes: trazê-los para a arena das disputas políticas e acenar às possibilidades que o novo regime oferecia: não só ilusões relativas à capacidade deste de incorporar projetos de ação política diferentes, como também a existência de crenças nas possibilidades de a cidadania se estender para, pelo menos, os estratos que se consideravam conscientes e capazes de propostas alternativas.

Nesses termos, julgamos necessário reconstruir historicamente o período de 1881 a 1914 porque, ao seu final, já estavam constituídos e consolidados os pressupostos que norteariam as ações políticas e os discursos construídos ao longo dessas décadas. Os estudos analíticos e os censos do período apontam a expressividade da população livre já na década de 1870.¹⁵ Esses índices também permitem considerar que houve crescimento das cidades e migrações no período de 1872 a 1920, assim como aumento e oscilações na imigração e migração nesse período. Além disso, os anos de 1889 a 1902 foram os mais expressivos na luta aberta dos grupos recém-empossados do poder e propiciaram abertura a manifestações de toda ordem de pensamento. Embora não consideremos aqui a Proclamação da República um fato de menos importância, é certo que, após a mudança de regime, houve um furor político que contaminou, com diferentes intensidades, a pirâmide social, sobretudo grupos habitantes

¹⁴ Estudioso da temática classes médias, Saes afirma que o surgimento e o conseqüente crescimento de novos segmentos do “setor terciário” resultam da “continuação do processo de industrialização” das décadas anteriores ao novo regime. Integra esse fenômeno “o consumo supérfluo como símbolo de status, o processo de concentração da renda e as suas conseqüências econômicas, sociais e políticas”. No plano político e intelectual, inicia-se a “reflexão obrigatória”, levada a termo pelos intelectuais (economistas, sociólogos e politólogos brasileiros), sobre a “tecnocracia e os sistemas políticos fechados” — ver: SAES, Décio. **Classe média e política na Primeira República**. (1889–1930). Petrópolis: Vozes, 1975, p. 14.

¹⁵ Essa afirmação se firma nos dados do Censo de 1872, citado em vários estudos sobre o período em questão e no qual vamos encontrar uma expressiva população livre entre o binômio senhores–escravos: eram 8.419,672 pessoas livres, ante 1.510.806 escravos. Esse censo permite afirmar uma concentração de profissionais liberais, comerciantes e militares no município neutro, o que significa a existência de uma população diferenciada, letrada e burocrática que deveria pesar na “opinião pública”. Esses dados estão em: SANTOS, Maria José. Aspectos demográficos. In: VILLELA, Annibal; SUZIGAM, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 1973.

das principais cidades do país. Por outro lado, se a atmosfera política não envolvia diretamente quem vivia nas periferias da sociedade carioca do fim do século XIX, jornais e boatos provocados pela imprensa faziam parecer que tudo mudava de repente e que coisas inusitadas podiam acontecer a qualquer momento.

O período imediato à proclamação — que se inicia com o marechal Deodoro da Fonseca — foi instável e reflete a superficialidade das alianças que os republicanos decidiram fazer de última hora com os militares — mas não só com eles. Deodoro e Floriano eram do alto escalão da corporação do Exército, daí a necessidade de participarem do destronamento do imperador e da implantação do regime. Para os republicanos “radicais”, era hora de evitar que as antigas oligarquias — as “elites latifundiárias” e monarquistas — apossassem-se do “novo” regime. Do calor do primeiro momento até 1891, as disputas mais visíveis e intensas ocorreram na Assembléia Constituinte, a ser promulgada ainda nesse ano. De imediato, o discurso do governo provisório de Deodoro procurou alicerces nas justificativas de que o imperialismo fora um regime de “imobilismo da política econômica” que beneficiou só os “agricultores que tinham que enfrentar-se com os dispêndios de uma produção assalariada — este foi o sentido dos empréstimos agrários contraídos nesse período”.

Fernando Henrique Cardoso afirma ter havido “no primeiro decênio republicano uma profunda alteração no equilíbrio de forças no país”. Além da ajuda dada aos agricultores, “com o bafejo ideológico do progressismo positivista e do democratismo modernizante, lançou-se uma diretriz ‘industrialista’”. Os beneficiários desse processo, no raciocínio desse autor, foram os “grupos plutocratas” — o que evidencia a “estreita ligação” à época entre patronato republicano (que afastava os senhores de escravos do império) e interesses econômicos urbanos.¹⁶

Ainda nesse ano termina o governo provisório, instalado desde o golpe de 1889. Deodoro é escolhido presidente da República; seu vice é Floriano Peixoto.¹⁷ Mas, entre disputas, golpes e contragolpes, Deodoro não termina o mandato: renuncia; então assume

¹⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. Implantação do sistema oligárquico. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889–1930). Vol. 3. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989, p. 36-37

¹⁷ Cabe salientar, desde os princípios do governo de Deodoro, Floriano se opôs ao chefe provisório; ao mesmo tempo, os desentendimentos entre Legislativo e Executivo se acirraram. Nessas disputas, Floriano se manteve ao lado das oligarquias paulistas, que, sentindo a impossibilidade de ter um candidato na pessoa de Prudente de Moraes, aos poucos abriu mão do candidato civil e apoiou Floriano para substituir Deodoro e, por fim, o estado de sítio decretado pelo marechal: “não resistindo à pressão militar que se unira ao grupo civil comandado pelos paulistas, dispostos agora à guerra civil, o Presidente da República renunciou em 23.11.1891”. A queda de Deodoro da Fonseca, segundo essa autora, pode ser atribuída a duas causas: uma são as dissensões surgidas em torno da aprovação de medidas fundamentais à ordem federativa, dificultada pelo presidente da República; outra — consequência da primeira — são as atitudes de Deodoro, que contribuíram para “ligar a política paulista aos grupos civis e militares oposicionistas, numa união que fora fatal ao governo” — em: SOUZA, Maria do Carmo Campelo. O processo político-partidário na primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. (Org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 173.

Florianos, embora a lei constitucional exigisse nova eleição. A decretação da República em 1889 é fato controvertido quando visto pelo lado de suas personagens centrais: Deodoro era conservador, amigo do imperador e monarquista até o último minuto da consumação do fato; como presidente, demonstrou pouco apego à Assembléia. Floriano afirmava ser liberal, mas usou a espada para se manter no poder — mesmo a custa da inconstitucionalidade do ato. O período Floriano nos interessa em particular porque foi ele o ajudante de general capaz de catalisar os anseios e as expectativas de grupos urbanos — oficiais subalternos, cadetes, burocratas, e funcionários públicos dos escalões inferiores, estudantes, profissionais liberais, empregados de escritório, jornalistas e similares¹⁸ — gente que fizeram do marechal um ícone, ainda hoje tido como figura misteriosa e emblemática.¹⁹

Convém salientar, a existência de uma “massa crítica” que se formava nas cidades. Isso supõe a consideração de que havia um setor intermediário e uma forte concentração urbana em oposição às oligarquias cafeeiras e elites que se firmavam no horizonte do capital financeiro e especulativo. Ao fim e ao cabo, queremos é matizar as interpretações que insistem no peso da estrutura agrária tradicional como determinante geral da sociedade brasileira.

No romance *Numa e a ninfa*, Lima Barreto dá sua visão do período em que Floriano presidiu o país e do período — quase três décadas depois (1910–1914) — em que, de novo, aparece o sobrinho Hermes como candidato à Presidência. O escritor faz algumas considerações sobre a história desse período.

Era um comandante, simplesmente comandante, minucioso na administração do seu batalhão, mas com cujo auxílio, os jovens oficiais, tendo nos olhos o exemplo dos países militares julgaram ser possível criar um exército à prussiana. No seu temperamento, na sua personalidade facilmente impressionável dútil e maleável, que não guardava impressões e não fazia com elas um “eu” seu, um pensamento próprio, era fácil influírem essas sugestões e representar ele o papel. Os políticos levaram-no aos pináculos da carreira e da administração; e os jovens militares fizeram-no organizar espetaculosas manobras e tomar atitudes guerreiras.²⁰

¹⁸ CUNHA, Euclides da. O marechal de ferro. In: _____. **Contrastes e confrontos**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1977, 2v.

¹⁹ Floriano é figura atuante nas crises acontecidas no Império. Em 1871, cria o Instituto Militar, para defender os interesses da corporação em 1887, quando eclode a “questão militar”. Floriano é a personagem que melhor encarna o espírito de luta da classe militar depois que esta, voltando da Guerra do Paraguai, toma noção de si e de seu papel na sociedade civil. O futuro “marechal de ferro” afirma, em carta de 10/7/1887, no momento que eclode a “Questão Militar”: “fato único, que prova exuberantemente a podridão que vai por este pobre país e que muito necessita a ditadura militar para expurgá-la. Como liberal, que sou, não posso querer para o meu país o governo da espada; mas não há quem desconheça, e aí estão os exemplos, que é ele o que sabe purificar o sangue do corpo social, que, como o nosso, está corrompido” — em: PEIXOTO, Artur Vieira. **Floriano**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1939, p. 26, v. 1.

²⁰ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 135.

Nesse momento, porém, ele tem a visão mais clara do significado histórico dos militares para o país:

Há até doutrinadores a afirmar que os grandes fatos políticos e sociais do Brasil têm sido realizados pelo militares. O Exército, escrevem eles, tem levado este país às costas. Ainda não havia Exército brasileiro, pois ainda o Brasil não era independente, e já aquele fazia a Independência com as milícias paisanas. A abolição foi feita porque um tenente não quis apanhar escravos fugidos. É bem possível que esse oficial não o quisesse fazer por espírito de casta ou classe; que julgasse talvez incompatível com a dignidade de seu ofício semelhante diligência; mas os teóricos não se detêm. O que aconteceu foi o que se daria hoje se se mandasse o Exército executar funções de polícia.

De matizes sociais, culturais e políticas diversas, esses grupos foram tidos por radicais, e suas ações adquiriram expressividade no período de 1889 a 1902. Só após os governos civis de Prudente de Moraes e Campos Salles²¹ — ambos latifundiários — foi que a República se distanciou dos extremos: foi parar nas mãos das oligarquias cafeeiras de São Paulo. Convém ressaltar, foram estes dois governos que prepararam a gloriosa ascensão de Rodrigues Alves à Presidência, que sobe de mãos dadas com a burguesia paulista. O presidente fora conselheiro no Império e “arredio às idéias republicanas”; quando assume o governo, “encontra os trilhos da economia endereçados para a prosperidade agro-exportadora”. Essa conjuntura protegeu o governo dos “contendores de montas porque o radicalismo dito de ‘classe média’ continua a opor-se à ‘oligarquia’ mas não tem força para contestar o êxito econômico do governo”. Assim, partindo do Rio de Janeiro, “uma aura de modernidade e cientismo pragmático que daria inveja aos pruridos reformadores e progressistas dos republicanos positivistas” se espalhou pelo país. Uma vez mais, a

[...] revolução se faz dentro da ordem e esta já não se define pelo ardor cívico de militares esclarecidos, mas pela racionalidade empresária de agricultores aburguesados. Uma nova classe constituirá-se não apenas em bloco de sustentação do Poder, mas em segmento dirigente.²²

E preciso reiterar que, mesmo nos períodos dos governos militares de Deodoro a Floriano, a burguesia cafeeira não se afastou do governo: a maioria das pastas dos ministérios estava em suas mãos.²³ Na verdade, enquanto houve disputas entre radicais da república, fossem entre jacobinos republicanos militares e ortodoxos republicanos civis, cujas lutas eram para afastar a possibilidade de uma volta monarquista, a classe agrário-exportadora — coesa

²¹ SALLES, M. F. C. **Da propaganda à presidência**. Brasília: UNB, 1983; LESSA, R. A. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice, 1988.

²² CARDOSO, 1989, p. 37.

²³ “Floriano Peixoto sobe articulado com o P. R. P. e são suas figuras exponenciais que exercem a presidência da Câmara (Bernardino de Campos) e do Senado (Prudente de Moraes), bem como será um homem estreitamente ligado à política de São Paulo quem irá para a pasta de Finanças (o conselheiro Rodrigues Alves).” (CARDOSO, 1989, p. 42).

no Partido Republicano Progressista (PRP) — não se sentiu ameaçada. Mesmo a reivindicação de autonomia federativa, obtida logo após 1889, deu a esse setor ampla margem para fazer empréstimos no exterior e emissões pelos bancos regionais.

Embora houvesse autonomia regional ampla, os confrontos políticos entre os republicanos históricos civis e os “brios militares” continuaram.²⁴ Ao que tudo indica, os setores agrários “aburguesados” de São Paulo sobretudo apoiaram as ações dos governos militares, em especial de Floriano,²⁵ para que ele pusessem termo à “radicalidade” dos grupos urbanos que continuariam a se opor às classes agrárias, mesmo após sua morte, em 1895, e a de Deodoro, em 1892.²⁶ Nesse período de 12 anos, a República se transformou, e as elites agrário-exportadoras impuseram política e socialmente seu projeto de “modernização democrática”.

A sucessão presidencial que levou Prudente de Moraes ao cargo de presidente foi arranjada pelos paulistas depois que Floriano reforçou a autoridade presidencial, a aliança com eles e expurgou os elementos radicais que contaminavam a República. Floriano entregou o governo a um civil que nem mesmo era o de sua preferência e se afastou do mundo político. A historiografia sobre os últimos momentos de seu governo leva a crer que a categoria agrária teve um cuidado extremo para não ferir os brios do general: souberam levá-lo até a transmissão do cargo sem que ele sentisse que fora usado para estabelecer o regime e armar a cama para os novos donos do país após a eleição de Prudente de Moraes. O ressentimento dos grupos militares contra os “legistas” — bacharéis civis — e os “casacas” — civis endinheirados — não bastou para fazer Floriano reativar os jacobinos militares em favor de

²⁴ Marechal Deodoro não se mostrou disposto a governar segundo “princípios abstratos” (a Constituição de 1891) e mais ainda pelo fato de que nunca fora republicano, tampouco convicto. Seu governo foi temperado por “um misto de nepotismo, compadrio e, ao mesmo tempo, furor republicano, com focos definidos de cristalização, como o Clube Militar, substituíram o antigo sistema de patronato imperial. Tampouco a tolerância — que fora cultivada com zelo pelo Imperador — foi virtude do novo governo republicano. Se no Império a ordem patriarcal tradicional dispunha de elementos de controle suficientemente fortes para absorver a crítica da imprensa e a ironia, na primeira fase da República o ardor militar coibia, em certos casos com empastelamento e mortes, a mordacidade crítica e as tentativas de volta atrás político” (CARDOSO, 1989, p. 39).

²⁵ Insistimos nos meandros da política institucional para acrescentar que Floriano terá de “proceder a uma ampla ‘derrubada’”. Restabelece o ‘império da lei’ no governo federal e ato contínuo, pela lógica implacável da política, é levado a destituir — com apoio das ‘novas oligarquias’ — os homens de Deodoro nas situações estaduais” (CARDOSO, 1989, p. 42).

²⁶ Devemos frisar, ao dizer “classes médias” — na expectativa de chegar a uma categorização, ainda que não definitiva —, não se pode afirmar uma relação direta entre militares e setores medianos. Por ora é possível dizer que aqueles — e nem todos — eram um grupo de letrados com vivência urbana e relação direta como o Poder; e mais: é notório que propusessem reformas de dentro do aparelho burocrático e não incorporassem a ordem social civil ligada ao Estado. Sobre a origem social, constatamos a existência de uma tradição familiar, sobretudo entre personagens mais conhecidas da história do Brasil desse período — os Lima e Silva, os Deodoro, os Floriano, os Rebouças, os Benjamin Constant —, formando uma dinastia familiar. Esse tema será desenvolvido neste trabalho com base em: *As Forças Armadas na Primeira República*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. Sociedade e instituições: 1889–1930. Vol. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

um projeto político alternativo às classes ligadas ao café. Logo, era o momento de a classe agrária chamar a si o poder, porque “as ameaças disruptivas” haviam sido vencidas pelo próprio marechal.²⁷ Ainda se pode afirmar que, ao final, foi ele quem sedimentou a aliança entre os históricos de São Paulo e os jacobinos militares.²⁸ Após se recolher, Floriano se recusou a participar de conspirações e a aceitá-las.²⁹

Paralelamente a essa situação político-institucional, a estrutura de classes anterior à implantação do novo regime se dinamizava.³⁰ Silvio Romero se recusou a perceber que os grupos sociais constitutivos do país, “vistos de cima” — na expressão de Couty —, não eram mais os mesmos. Do ano em que esse ilustre estrangeiro escreve até a data do discurso de Romero, houve movimentos na estrutura de classe da sociedade brasileira. Logo após a abolição, os contornos de novos grupos sociais se delineiam e movimentam uma parcela da sociedade, em particular grupos já adaptados à vida urbana e que os anos do Império não haviam permitido que se manifestassem ostensivamente. Os movimentos estruturais desse período têm no imigrante e na decadência da aristocracia cafeeira do Vale do Paraíba um dos pilares de formação das classes intermediárias, quando elas migram para as cidades. Em geral, pode-se afirmar que as transformações derivadas do avanço das ferrovias nos municípios do

²⁷ Como ainda encontramos na historiografia referências à personalidade “misteriosa” de Floriano, consideramos relevante esta observação: “Permeando a astúcia matreira do Marechal havia também um lado de fervor republicano e, por estranho que pareça, de legalismo naquele que resumiu em suas múltiplas facetas a ambigüidade que mais que dele era do período e da contradição das forças que o sustentavam. Assim, Floriano, ao mesmo tempo em que foi arbitrário e despótico, foi o contrário de tudo isso: iniciador de uma mística de pureza e republicanismo. Nesta medida encarnou também a lei” (CARDOSO, 1989, p. 44).

²⁸ QUEIROZ, Suely Reis. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

²⁹ A maioria dos intérpretes da formação da República se atém ao paradigma formal da análise das instituições democráticas; esse aspecto da institucionalização republicana lhes escapa com frequência; ficam mais a se lamentar que as teses de Rui — o legitimador doutrinário por excelência — tenham sido quase sempre derrotadas. Não se vê, com isso, que a “democracia republicana”, de democracia, tenha muito pouco e que, nem por isso, deixava de institucionalizar e ter força valorativa. Se não se entende isso, o florianismo vira farsa: máscara para o arbítrio. Com efeito, parece-nos que, se não se entender a articulação real (embora contraditória) entre o espírito oligárquico da burguesia agrária e o mandonismo ascético do jacobinismo florianista, não se entende a passagem do militarismo a um controle civil que jamais foi realmente “civilista” (CARDOSO, 1989, p. 58).

³⁰ Embora Silvio Romero, em 1906, use o olhar alienígena de Luiz Couty — “estrangeiro inteligente, ilustrado, sabedor” — para acentuar a descrença e desesperança no país e o futuro de suas populações, nas palavras de Couty, em *O Brasil em 1884*, o panorama era de desolação: “Tomemos a questão do alto, estudemos o conjunto da população. O estado funcional das gentes brasileiras pode-se resumir numa palavra: o Brasil não tem povo! Dos seus doze milhões de habitantes (hoje serão talvez quinze, o que não altera o raciocínio) um milhão é de índios inúteis ou quase, um milhão é de escravos (hoje os ex-escravos e seus descendentes andam quase inúteis, esparsos nos povoados e raros nas antigas fazendas e engenhos). Ficam nove milhões (serão talvez agora doze) mais ou menos. Destes, 500 mil pertencem a famílias proprietárias de escravos; são fazendeiros, advogados, médicos, engenheiros, empregados, administradores, negociantes. Acontece, porém, que o largo espaço compreendido entre a alta classe dirigente e os escravos (agora criados e empregados de toda ordem) por ela utilizados não se acha suficientemente preenchido. Seis milhões (atualmente mais) de habitantes, pelo menos, nascem, vegetam e morrem sem ter quase servido à pátria. No campo serão agregados de fazendas, caipiras, matutos, caboclos; nas cidades serão capangas, capoeiras, ou simplesmente vadios e ébrios” — em: ROMERO, Silvio. **O Brasil social e outros estudos sociológicos**. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 94.

Rio de Janeiro, se não acarretaram a estagnação total dos antigos povoados, fez muitos fazendeiros abastados abandonarem os povoados e se mudarem para a capital federal. A eles se somam os homens livres e os negros libertos, que procuraram “os bolsões para o trabalho assalariado no Rio de Janeiro (e em outros centros urbanos do litoral), não só na esfera de produção como, principalmente, nas atividades ligadas à circulação”.³¹

O preço de uma passagem de estrada de ferro era insignificante, a viagem bastante rápida para não inquietar os mais tímidos e, em poucas horas, as famílias dos fazendeiros podiam ir ao Rio para as férias. [...] Os habitantes da cidade [...] viam no declínio comercial e, especialmente, social das cidades provincianas outro sinal do que tachavam de centralização. [...] A restrição do comércio local trouxe a decadência econômica à sede do município e das pequenas vilas, antes que aparecessem os sinais da decadência generalizada da lavoura, cujo ritmo de declínio mais lento tinha suas raízes no envelhecimento e na diminuição da força de trabalho escrava, assim como no esgotamento dos cafezais e do solo.³²

É para a cidade do Rio de Janeiro que afluem os estrangeiros mais propensos ao trabalho artesanal e a velha aristocracia rural e decadente, que pretende se apropriar das instâncias burocráticas do Estado.³³ Segundo afirmação de Carone, a aristocracia rural decaída do Vale do Paraíba reforçaria “o caráter conservador” da pequena burguesia, em processo de constituição na capital federal. Mas, segundo esse historiador, “a decadência leva também parte dos trabalhadores livres e escravos da terra para as cidades, aumentando o número de mão-de-obra operária”. Essa trama de novas relações sociais de produção, para Carone, não significou declínio para todos:

Esta decadência de segmentos da aristocracia não significa total estagnação econômica e perda de prestígio político, pois é de suas camadas que sai bom número de líderes políticos da Primeira República (Rodrigues Alves, Arnolfo de Azevedo), como também parte dela uma tentativa de renovação de formas de produção. Rodrigues Alves e outros fazendeiros, por exemplo, aplicam capitais da lavoura em indústrias e energia elétrica.³⁴

Essa migração é parte das mudanças nas estruturas de classes sociais ligadas ao Império e aponta a constituição de grupos mais ligados à vida urbana dispostos a abandonar os costumes de tradição rural e adotar um “novo estilo de vida” — entrar na engrenagem da acumulação de capital ou da defesa dele, conforme as possibilidades dadas socialmente às

³¹ A migração de proprietários e trabalhadores dos municípios para a capital federal acentuou ainda mais o depauperamento dos arredores da cidade: “o trabalho assalariado foi empregado na construção e acionamento das ferrovias, das novas instalações portuárias, dos serviços urbanos, enfim em tudo aquilo que constituía a evidência da ‘modernização da capital do império escravocrata’ — ver: BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.** (Biblioteca Carioca). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de documentação e Informação cultural, Divisão de Editoração, 1992, p. 44.

³² STEIN, Stanley J. **Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba.** São Paulo, Brasiliense, 1961, p. 135–36.

³³ CARONE, Edgar. **A república velha.** São Paulo: Difel, 1975. 2 vols.

³⁴ CARONE, 1975, p. 146–47.

disputas entre os grupos de poder. Ao final, o objetivo era se conformar à dinâmica econômica e mental da modernidade: fazer parte — creio — dessa dinâmica do consumo, do mercado e da fruição de novidades trazidas pela urbanização de moldes europeus. Por outro lado, será esse grupo decadente o “responsável por atitudes hostis a todas as tentativas de progresso ou reformas sociais que então se esboçam”.³⁵

Talvez pudéssemos fazer aqui algumas considerações sobre a situação estrutural da cidade do Rio de Janeiro nessa passagem do século XIX para o XX e expor elementos econômicos e sociais que podem ter contribuído para dar à cidade o aspecto de fluidez, característica que ajudou a criar, entre a população, a mentalidade receptiva às modernizações. Em nossa leitura sobre esse período, deparamo-nos com a imagem de uma cidade onde tudo escorre: escoava a riqueza dos cafezais, e a circulação, a exportação e o consumo do produto estavam longe de sua concretude (terra, plantação, colheita, ensacamento dos grãos, processo de trabalho custoso até a obtenção do produto final). Visto que o café concorrência não tinha concorrência (premonições positivas de que não sofreria concorrência, que seu preço se manteria incólume às oscilações cambiais e até aos abalos recorrentes dos mercados europeus) — otimismo que fomentava a crença num destino agrário do país —, essa condição excitou a imaginação de uma riqueza e um progresso sem fim, nas elites e nos setores medianos. Aliado a esse fator econômico que envolvia a população e criava uma atmosfera de crescimento infinito, podemos acrescentar a libertação dos homens do peso da escravidão como instituição e a abertura de campos de possibilidades para o exercício de outras atividades nascidas com os melhoramentos urbanos. Distante da produção, a hipertrofia comercial movimentava outras manifestações das sensibilidades; e as novas tecnologias prometiam libertar amplos contingentes do trabalho muscular extenuante.³⁶

Na constituição do objeto deste estudo — os mal definidos e heterogêneos setores médios —, recorremos a estudiosos do período, dentre os quais, Edgar Carone: tido como pioneiro no estudo da Primeira República. Esse historiador constata a dificuldade de definição de classes médias e afirma que, “realmente, é difícil distinguir este segmento de classe dos outros elementos da burguesia. Porém, mais nítida é a diferença entre média e baixa classe

³⁵ CARONE, 1975, p. 147–48.

³⁶ Quando levantamos esses aspectos, objetivamos ressaltar os movimentos estruturais da sociedade que contaminam indiretamente os sujeitos que vivenciaram aquela realidade: “houve, contudo um salto de qualidade no que concerne aos meios materiais ou às forças empregadas na esfera da circulação: de um lado, a navegação a vapor, de outro as ferrovias. No âmbito da cidade, o emprego da máquina a vapor e a instalação de um conjunto de serviços que reestruturaram profundamente a movimentação das mercadorias, dos homens e dos fluxos materiais inerentes a sua existência urbana (água, esgoto, etc). Ao mesmo tempo, contribuíram de modo decisivo para tornar dispensável a força braçal do escravo e, em muitos casos, a força de tração animal, abrindo concomitantemente, espaço para a formação de uma contingente cada vez maior de trabalhadores assalariados livres” — em: BENCHIMOL, 1992, p. 77.

média”. Ele aponta os efeitos constitutivos da decadência da aristocracia do Vale do Paraíba: quando esse segmento deixa suas fazendas e migra para as cidades³⁷ e a capital, leva atrás de si parcela significativa de trabalhadores: agregados e livres, escravos e ex-escravos, destinados a se incorporarem aos trabalhadores urbanos, mesmo ainda mal acostumados à dinâmica do trabalho livre. Ao lado dos movimentos descendentes, haverá espaço na hierarquia para grupos ascendentes. Na cidade, “parte deste grupo e parte da baixa classe média vão participar das manifestações políticas do começo da República”. O exemplar dessas ações — o contingente jacobino, “elementos de nacionalidade brasileira, que se opõem freqüentemente aos de origem estrangeira, isto é, os elementos do comércio importador”³⁸ — luta pela consolidação do novo regime.

Do ponto de vista econômico, é difícil precisar a localização dos setores medianos,

[...] tendo em conta inúmeras formas de transição que atenuam as diferenças sociais na estrutura de classe [...] e porque compõem conjuntos que têm diversa localização ao nível econômico, o que torna mais complexa a avaliação desses limites.³⁹

A essa dificuldade se somam os aspectos sociais, culturais comportamentais e ideológicos. Nesse período, a mobilidade social ainda era pouco visível para os contemporâneos, além de ser necessário mediar os sentidos dados àqueles vistos como pobres. Nítido para os estudiosos é a distância que havia entre ricos e pobres. Por outro lado, as dificuldades podem ser superadas se considerarmos que a dicotomia burguesia–proletariado, presente na teoria de estrutura de classes, “só existia ao nível do modo de produção”.⁴⁰ Mas é possível dizer que os membros da burocracia civil e militar, trabalhadores no comércio, proprietários de armazéns e oficinas, profissionais como farmacêuticos, jornalistas, médicos, engenheiros, advogados, professores compõem o quadro dos intermediários. A esses

³⁷ Nabuco relata a decadência dessa classe senhorial que faliu “pelo emprego extravagante que tem quase sempre a fortuna mal adquirida [...] no luxo desordenado da vida senhorial, as propriedades, com a extinção dos vínculos, passaram das antigas famílias da terra, por hipotecas ou pagamentos de dívidas, para outras mãos; e os descendentes dos antigos morgados e senhores territoriais acham-se reduzidos à mais precária condição imaginável, na Bahia, no Maranhão, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, obrigados a recolher-se ao grande asilo das fortunas desbaratadas da escravidão que é o funcionalismo público. Se, por acaso, o Estado despedisse todos os seus pensionistas e empregados, ver-se-ia a situação real a que a escravidão reduziu os representantes das famílias que a exploraram no século passado e no atual, isto é, como ela liquidou-se, quase sempre pela bancarrota das riquezas que produziu. E o que temos visto é nada em comparação do que havemos de ver” — em: NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 144.

³⁸ CARONE, 1975, p. 151.

³⁹ PINHEIRO, 1997, p. 11.

⁴⁰ O autor dessas considerações afirma ainda que “nas formações sociais concretas essa dicotomia não dá conta completamente da estrutura de classes, em consequência da coexistência numa formação de elementos de diferentes modos de produção ou de formas históricas de transição. A sobreposição de elementos de modos de produção pré-capitalistas provoca o aparecimento de classes, como as antigas classes médias, que não estão situadas integralmente ao nível de temporalidade do modo de produção capitalista. As classes médias, portanto, se situam numa oposição intermédia em relação à contradição principal capital/trabalho inerente ao modo de produção capitalista” (PINHEIRO, 1997, p. 11).

elementos, podemos acrescentar até as costureiras ou quem conseguia fugir do trabalho braçal via educação formal.⁴¹

Presentes em algumas capitais brasileiras já na segunda metade do século XIX, as camadas médias urbanas adquirem expressividade, sobretudo na capital da república, nas primeiras décadas do século XX. Esses setores surgem de uma mudança profunda em toda a estrutura da sociedade e se vincula ao desenvolvimento mundial do capitalismo. A expansão das cidades, em particular os subúrbios do Rio de Janeiro, é paralela ao aumento do número de trabalhadores não manuais: funcionários públicos, profissionais liberais, pequenos comerciantes etc. Embora esse crescimento fosse visível nas últimas décadas do século XIX, adquiriu uma dimensão mais consistente no início do século XX, quando há uma reorganização física da cidade para segmentar a crescente divisão do trabalho. Todavia, habitavam o subúrbio tipos diferentes: operários, pequenos empregados, militares de todas as patentes, inferiores de milícias prestantes, funcionários públicos e gente que, embora fosse honesta, vivia de pequenas transações no dia-a-dia, em que ganhavam alguns mil-réis.⁴²

Há de se mencionarem, ainda, a importância e o impacto da abolição na sociedade em geral: após ser abolida a escravidão, mestiços livres e brancos pobres se viram na mesma condição dos negros recém-libertos. Disso se pode inferir que o abandono dos negros à própria sorte resulta, talvez, da hostilidade de quem foram vítimas por malograrem, com sua presença, as esperanças e perspectivas de ascensão e/ou mobilidade social de quem já tinha certa proeminência social. Eis por que as transformações espaciais/urbanísticas pelas quais vai passar a cidade do Rio de Janeiro nessas décadas respondem à necessidade de concretizar mudanças diferenciadoras das relações entre suas classes sociais.

Apoiada na construção teórica de Marx e, depois, na aplicação desses conceitos em formações sociais muito específicas, a historiografia clássica fez do tema classes médias assunto marginal. Essa “classe”, *a priori*, não revoluciona nem contribui para mudar o mundo; esse papel coube, nesse esquema, a grupos polares e antagônicos: burguesia e

⁴¹ Sobre a educação formal, o recenseamento de 1872 mostra que “o Brasil tinha uma população total de 10.112.061 habitantes, dos quais sabiam ler e escrever apenas 1.012.097 homens livres, 550.981 mulheres livres, 958 escravos e 445 escravas”. Esses dados podem ser encontrados em: DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento da população do Império do Brasil que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872**. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, (1873–76), XIX (Quadros Gerais), 1–2, p. 1. Também José Veríssimo “sempre lastimou o analfabetismo crônico que tolhia as camadas populares — base imensa dos povos latino-americanos —, ‘os rotos’. Tal situação restringia a atmosfera cultural, obstava o mercado literário e tornava impossível o aparecimento de uma opinião pública capaz de resistir à permanência sufocante das oligarquias” — em: SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. Companhia das Letras: São Paulo, 2003, p. 270.

⁴² LIMA BARRETO, **Clara dos Anjos**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 85.

proletariado.⁴³ Os setores médios legitimam as instituições criadas para conservar a ordem social e permanecem, de forma ambígua e oscilante, colados nas práticas discursivas/concretas⁴⁴ dos grupos hegemônicos; ao mesmo tempo, respaldam suas práticas políticas para conservar a ordem social. Mesmo que em contextos distintos da estrutura social as práticas dos poderes constituídos (Estado, Igreja, Exército e família) apareçam como prejudiciais a seus interesses, os grupos intermediários seriam incapazes de romper com o imediatismo de seus projetos: sempre se mostraram oscilantes e propensos a legitimar as instituições de controle e acomodação numa ordem conservadora. Tal modelo teórico não facilitou a compreensão da formação social, econômica, cultural e moral dessa parcela da sociedade moderna, e seu crescimento numérico após o final do século XIX foi pouco para torná-la objeto de estudo relevante.

Como esses setores se tornam um problema, se tornam, também, objeto de pesquisa nos anos 1960 e 1970, quando vigia o regime militar, e desaparecem do cenário após os anos de 1980, quando o esse regime começa a perder o rigor. Portanto, “os setores intermediários têm sido um personagem fugaz, que faz aparições rápidas em cenas, em obras vastas e inspiradas por uma visão panorâmica da história econômica, social e política da Primeira República”.⁴⁵ Essa preocupação se justificou porque historiadores e, sobretudo, sociólogos desejaram explicar as razões do comportamento conservador e autoritário de alguns componentes desses grupos quando apoiaram a ditadura militar no Brasil em nome da tradição, da família, da propriedade e de congêneres.⁴⁶

Refletir sobre esses setores intermediários nos termos das injunções psicossociais que instituíram modos de agir e de pensar — comportamentos conscientes e inconscientes de acomodação dentro da ordem dominante — é uma proposta deste estudo. Analisamos as

⁴³ A aproximação de autores do porte de E. P. Thompson e E. J. Hobsbawm significa compreender certo tipo de pesquisa que ilumina particularidades da cultura. Na história de inspiração marxista, o “desvio” para a cultura já esta presente na obra de Thompson sobre a classe operária inglesa. Assim, o fazer (*making*) de uma classe se tornou processo ativo em que ela não é uma estrutura ou categoria: é algo que acontece de fato nas relações humanas; logo, a noção de classe contém a de relação histórica: “[...] a classe é uma relação, e não uma coisa” (THOMPSON, 1981, p. 189).

⁴⁴ Emília Viotti da Costa se refere à “reificação da linguagem”, tendência dominante nos estudos de S. Jones. Ela não afirma que “a análise do discurso não seja uma técnica imprescindível ao trabalho do historiador. Ou que a retórica não seja uma importante, e mesmo fundamental, via de acesso à compreensão da história. Mas reconhecer isto não é o mesmo que dizer que a análise do discurso é suficiente para a compreensão da história” — ver: COSTA, Emília Viotti da. *A dialética invertida: 1960–1990*. **Revista Brasileira de História**, Brasil 1954–64, São Paulo: Anpuh/Marco Zero, n. 27, 1994, p. 16.

⁴⁵ SAES, Décio. **Classe média e política na Primeira República (1889–1930)**. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 10.

⁴⁶ Cabe ressaltar que, na década de 1940, Sérgio B. de Holanda e Caio Prado Júnior já falavam da necessidade de interpretar o marxismo no contexto da diversidade de cada sociedade, que teria processos específicos de formação das classes sociais. Ambos se preocuparam em saber por que no Brasil não existiam classes sociais como proletariado e burguesia — ver: DIAS, Maria Odila L. S. Sérgio Buarque e o Brasil. In: CANDIDO, Antonio (Org.). **Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

classes médias à luz da história dos homens pobres que gravitaram em torno de uma ordem social calcada no binômio senhor–escravo: os livres e pobres “destituídos de propriedade dos meios de produção”, mas que, por complacência ou interesses pessoais de algum potentado, podiam ter a posse da terra ou outro meio de produção que lhe permitisse sobreviver. Como afirma Maria Sylvia de Carvalho Franco, vivendo como podiam nesse limbo social deixado pela ordem escravista, esses livres pobres

[...] não foram plenamente submetidos às pressões econômicas decorrentes dessa condição, dado que o peso da produção significativa para o sistema como um todo, não recaiu sobre seus ombros. Assim, numa sociedade em que há concentração dos meios de produção, onde vagarosa, mas progressivamente, aumentam os mercados, paralelamente forma-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram. Formou-se, antes, uma “ralé” que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade. A agricultura mercantil baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para sua existência e os deixavam sem razão de ser.⁴⁷

Eis a população residual e sem “razão de ser” que, após a decretação do trabalho livre e da República, migra para as cidades e nelas precisa encontrar um lugar de atuação e inserção social.⁴⁸ Modelada por práticas de favor, sem meio regular para ganhar o sustento, nem escravo nem senhor, ela desenvolve traços peculiares:

Esquemmatizando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifúndio, o escravo e o “homem livre”, na verdade dependente. Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. Note-se ainda que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica,

⁴⁷ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Unesp, 1997, p. 14. “[...] o homem livre pobre merece minuciosas crônicas de Martins Pena. Na aparente anomia social, ou numa organização que privilegia a transgressão, recebe ele o peso da lei, ou o rigor da autoridade, ou ainda a exclusão de uma inflexível ordem social. [...] em *O juiz de paz da roça*, composição ainda hesitante, Martins Pena tenta articular uma estrutura de comédia clássica, com o contexto brasileiro (a roça), através da figura arquetípica do juiz, ligado ao mesmo tempo à realidade nacional e às máscaras da tradição cômica. Da perspectiva que nos interessa, a pecinha pode ser resumida nas relações do homem pobre e livre com as demais instâncias sociais e políticas do Brasil do século XIX, e o que ela nos mostra é a inteira impossibilidade de esse homem vencer a brutalidade de sua alienação na medida em que está mergulhado no arbítrio da autoridade e da dominação pessoal. Nessa comunidade de lavradores pobres [...] vemo-la a comer com as mãos, as crianças na mesma área com os cães e a trabalhar na maior pobreza e sem recursos técnicos” — em: ARÊAS, Vilma. No espelho do palco: Martins Pena. In: SCHWARZ, Roberto (Org.). **Os pobres na literatura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 28–29.

⁴⁸ Na complexidade do processo de urbanização nos países de história colonial recente, a “[...] ‘fazenda’ constitui o verdadeiro correspondente da distinção clássica e tipicamente européia entre a cidade e a aldeia. [...] E por isso, com o crescimento dos núcleos urbanos, o processo de absorção das populações rurais encontra aqui menores resistências do que, por exemplo, nos países europeus, sempre que não existam, a pequeno alcance, terras para desbravar e desbaratar” — em: HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 88.

regida, em consequência, por este mesmo mecanismo. Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressaltada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. Esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, corte etc.⁴⁹

Alguns desses traços são a subserviência e a subalternidade: prolongamento das experiências do mundo rural.⁵⁰ No mundo urbano, extensão do rural, essas relações se entrelaçam com a “civilização moderna”, diversificando-se notavelmente, mas conservando o “traço básico”: “persistiam o paternalismo, a patronagem, o clientelismo, o apadrinhamento, o filhotismo, o personalismo — cuja verdade, no pólo fraco da relação, eram a dependência pessoal e a falta de garantias”, sobretudo individuais.⁵¹ Por esse prisma segue a análise de Antonio Cândido, na *Dialética da malandragem*. Para esse crítico, a massa sem ocupação certa que vaga pela cidade do Rio de Janeiro é obrigada a levar a vida ao “acaso dos serviços, dos favores, das proteções e das gatunagens”.⁵² Essa situação a levou a se apropriar do mundo moderno conforme as pautas do clientelismo e da informalidade locais, num processo vasto e surpreendente, contribuindo para uma forma “nacional inconfundível”.⁵³

Essa massa de homens e mulheres, ao migrar para a cidade, vê-se na necessidade de modelar suas antigas práticas sociais e culturais. No ambiente citadino, será preciso recriar e dar outra configuração à cultura da subserviência: aprender a lidar com outras práticas

⁴⁹ SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: 34, 2000, p. 15–16. Esse pensamento fez história na crítica literária, mas também na sociologia: “Os homens livres enredavam-se desde muito cedo numa teia de favores e prebendas, recebendo por todos os lados o peso do poderoso manto do patrimonialismo na sua versão ‘mais pura’ — a do patriarcalismo. A dominação pessoal articulava a modalidade básica das relações pessoais. Envolveria tudo e todos nos marcos das mais genuínas práticas patrimonialistas e prebendárias. A intelegibilidade de nosso padrão patrimonialista se origina e se explicita decisivamente na natureza das relações escravistas vigentes entre nós por tantos séculos” — em: REGO, Walquiria Domingues Leão. Tavares Bastos: um liberalismo descompassado. **Revista USP**, n. 74, p. 78–79.

⁵⁰ Joaquim Nabuco, em *O abolicionismo*, obra escrita em 1883, quando ele estava na Inglaterra, fornece o quadro geral da contaminação que a instituição escravidão proporcionou ao país: “[...] a palavra Escravidão é tomada neste livro em sentido lato. Esta não significa somente a relação do escravo para com o senhor; significa muito mais: a soma do poderio, influência, capital, e clientela dos senhores todos; o feudalismo estabelecido no interior; a dependência em que o comércio, a religião, a pobreza, a indústria, o Parlamento, a coroa, o Estado enfim, se acham perante o poder agregado da minoria aristocrática, em cujas senzalas centenas de milhares de entes humanos vivem embrutecidos e moralmente mutilados pelo próprio regímen a que estão sujeitos; e por último, o espírito, o princípio vital que anima a instituição toda, sobretudo no momento em que ela entra a recear pela posse imemorial em que se acha investida, espírito que há sido em toda a história dos países de escravos a causa do seu atraso e da sua ruína” — em: NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 60.

⁵¹ SCHWARZ, Roberto. Desapareceu a perspectiva de um progresso que torne o país decente. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 de agosto de 2007, Ilustrada, p. 1–6. Por outro lado, pensando na condição de classe e nos valores, podemos citar Thompson, para quem “os valores não são ‘pensados’, nem ‘chamados’; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as novas idéias. São normas, regras, expectativas etc., necessárias e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria” (THOMPSON, 1981, p. 125).

⁵² CANDIDO, Antonio. *Dialética da malandragem*. In: _____. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1993, p. 18.

⁵³ SCHWARZ, 2000, p. 36.

reguladas por leis formais e informais que deveriam reger aquelas tais sociais. Este é um ponto de inflexão: uma cultura longamente aviltada pelos laços de subalternidade e violência que precisa ser transubstanciada em regras gerais válidas para todos:

Em todas as culturas o processo pelo qual a lei geral suplanta a lei particular faz-se acompanhar de crises mais ou menos acentuadas que podem afetar profundamente a estrutura da sociedade. O estudo dessas crises constitui um dos temas fundamentais da história social.⁵⁴

Como a literatura representa esse processo? Como Lima Barreto, em particular, concretizou essas tensões pela linguagem no momento de sua formação? Vejamos! Por um lado, esses setores, após quatro séculos de existência asfíxiada pela dominação pessoal e restrita à vida privada, lentamente e aos tropeços precisam se adaptar à nova ordem — a ordem pública regida por leis impessoais. Os novos cidadãos têm algo em comum entre si: a heterogeneidade e o fato de serem destituídos de propriedade; mas essas condições em si mesmas não são suficientes para aglutiná-los em torno de um projeto. Em algumas personagens de Lima Barreto — e antes dele nas de Machado de Assis, por exemplo —, percebem-se a pressão e os artifícios criados para se manter a posição conquistada e/ou subir na escala social, seja pelo trabalho não manual — o que se conseguia mediante relações pessoais e de prestígio — ou se pondo sob a proteção de alguém tido como superior. Essa era a condição para a inserção desses grupos na estrutura urbana de cima: era possível romper com as antigas relações de dominação e dependência concreta e direta — sedimentadas nos comportamentos de homens e mulheres — e constituir ações racionais e livres entre os indivíduos? Eis o dilema posto a esses grupos.

Por outro lado, conhecer o processo histórico que engendrou as particularidades da sociedade brasileira ajuda a compreender as formas que a ficção nacional assume. À luz da história na perspectiva do Estado como instituição patrimonialista, temos o seguinte:

A história, por não ter o país uma sociedade civil viva, estruturada e atuante, desenvolve-se em decorrência dos impulsos ditados pelo poder público. Em consequência, em lugar de projetar um desenvolvimento que se expande para o futuro, triturando o passado, superando-o em novas manifestações, a história é recorrente, repetitiva. Não atemos um processo histórico, mas uma sucessão temporal, com retornos de formas e de tempos que não passam de um condicionamento de outro tempo. Essa circunstância, se observada, retira a estranheza de, num salto às vezes secular, reencontrar-se o espectador com a reprise de um espetáculo já visto e que deveria estar arquivado nos anais dos cronistas.⁵⁵

⁵⁴ HOLANDA, 1995, p. 142; FRANCO, 1997.

⁵⁵ FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. **Revista USP**, São Paulo, n. 17, mar./abr./maio 1993, p. 16–18. Para Faoro, o conceito de patrimonialismo é a chave que abre as portas para a compreensão da sociedade brasileira; quando apareceu, em 1958, em meio à indiferença, o livro *Os donos do poder*, pretendendo que o conceito de patrimonialismo fosse a chave da história brasileira — nesta incluídas suas origens ibérica —, ele introduziu nos estudos sociais uma tese herética. O campo estava tomado por duas correntes: uma, que valorizava a tradição, embora com um sopro liberal que vinha de uma descontínua corrente de historiadores brasileiros, cujo patrocinador era Gilbreto Freyre; outra, de base marxista, que ainda vivia sob o pioneirismo de Caio Prado Júnior.

Não difere disso o pensamento de Schwarz ao afirmar em sua análise da forma romanesca tendo em vista a estrutura da sociedade brasileira, ou melhor: partindo da particularidade do desenvolvimento capitalista no Brasil, a perenidade da base econômica que atravessou séculos:

Consolidada por seu grande papel no mercado internacional, e mais tarde na política interna, a combinação de latifúndio e trabalho compulsório atravessou impávida a Colônia, Reinados e Regências, Abolição, a Primeira República, e hoje mesmo é matéria de controvérsia e tiros. [...] Tanto a eternidade das relações sociais de base quanto a lepidéz ideológica das “elites” eram parte — a parte que nos toca — da gravitação deste sistema por assim dizer solar, e certamente internacional, que é o capitalismo.⁵⁶

Recorremos neste trabalho a dois autores importantes para se compreender a sociedade brasileira — Roberto Schwartz e Raymundo Faoro — porque acreditamos que podem contribuir para nosso propósito de entender esse período de transição com base nos textos de Lima Barreto; porque podemos aprender, com Schwarz, os métodos de interpretação de obras literárias produzidas no Brasil nesse período histórico e, com Faoro, o método histórico-interpretativo; são momentos de ampliação e crescimento intelectual. Embora ambos vejam a obra de Machado de Assis por ângulos diferentes, na análise da obra de Lima Barreto podem ser usados sem comprometimento da metodologia. Na opinião de Schwarz, o método de análise empregado por Faoro,

[...] seria como um imenso mar de situações, anedotas e formulações, cujo depoimento histórico-sociológico procura colher, postas e parte as fronteiras entre obras e entre gêneros. O procedimento tem o seu preço, pois marginaliza o significado das formas, tácito e decisivo. Por outro lado, faculta a liberdade de circulação que permitiu ao crítico refutar de uma vez por todas a opinião comum, segundo a qual Machado teria pouco interesse pelas coisas nacionais, em especial pela política. Movendo-se no contínuo dos assuntos, o livro evidencia, além da qualidade, a enorme quantidade das observações feitas pelo romancista. Evidencia-lhes também, digamos, o ânimo histórico diferencial: as grandes mudanças se lêem nos pormenores.⁵⁷

Por outro lado, o crítico afirma discutível, talvez, seja:

[...] a perspectiva geral do ensaio, que faz da obra machadiana um painel da transição da sociedade estamental à de classes, da ordem solidária à contratual. A penumbra melancólica da ficção seria devida ao recuo inapelável do mundo antigo, que o escritor julgava autêntico e o avanço da ordem burguesa, que ele não entendia e a que teria horror. A ser correta a leitura de Faoro, o sentido do romance de Machado seria elegíaco.⁵⁸

Para compreender os modos de agir e pensar desses setores, é necessário analisá-los com base nas situações sociais e históricas concretas, suas determinações objetivas/subjetivas

⁵⁶ SCHWARZ, 2000, p. 25.

⁵⁷ SCHWARTZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 1999, p. 120–21 (nota 6).

⁵⁸ SCHWARTZ, 1999, p. 120–21.

que culminaram na formação/deformação social/individual desses grupos.⁵⁹ O espaço urbano vai permitir a incorporação e reelaboração de práticas sociais sedimentadas em séculos de domínio patriarcal. Como Lima Barreto afirmava:

A vida de cada um de nós, que é feita e guiada mais pelos outros do que por nós mesmos, mais pelos acontecimentos fortuitos do que por qualquer plano traçado de antemão, arrasta-nos, às vezes, nos seus pontapés e repelões, até onde nunca julgaríamos chegar.⁶⁰

O estudo de uma formação social variada e de características fluídas como médicos, professores, pequenos comerciantes, donas-de-casa, poetas, pintores, políticos, funcionários subalternos impõe dificuldades teóricas e metodológicas, por isso é preciso ter cuidado para não se fazer tábula rasa da diversidade do tecido social que engendrou essas formações e, também, atentar para as singularidades presentes nesse controvertido cenário urbano. Assim, não há *a priori* um sistema conceitual fechado, em que possamos encerrar esses grupos e caracterizá-los.

Todavia, a dificuldade não está só na apreensão dos setores remediados. Na verdade, esse período dificulta uma visão consolidada da sociedade e das elites.⁶¹ “A instabilidade é a marca mais característica deste período se comparado ao do Império”, afirma Sevcenko. Naturalismo e realismo significam “a sociedade multifragmentada, em que, havendo sido rompido o sistema de hegemonia de uma elite uniforme, vários grupos sociais se vêm encorajados a conceber a sociedade a partir da sua perspectiva particular”. Na análise desse historiador, as mudanças, o aceleração e as oscilações das atividades econômicas intensificaram as

[...] tensões e o confronto das forças sociais. O Naturalismo e o Realismo foram as estéticas que procuravam dar configuração a um mundo turbulento e sem posições fixas. [...] Os cenários, os personagens, os figurinos e até a maquiagem dos atores mudam constantemente. [...] A encenação é confusa, os papéis se baralham, não há limites estritos para a ação regulada por normas imutáveis, as próprias regras se refazem ao sabor dos interesses dos personagens e das contingências do roteiro. Pensamentos e sentimentos passam para o segundo plano, num mundo de valores indefinidos, em que a indefinição é o maior valor. O rodízio permanente das máscaras e das posições ocupa solene o plano principal. O indivíduo perde a sua estabilidade passando os grupos sociais e as coletividades a atuar como o padrão principal de referência.⁶²

⁵⁹ A obra *O abolicionismo* faz um quadro geral do país em seus aspectos objetivos e subjetivos. Nesse texto é possível detectar as marcas psíquicas que a escravidão deixou — por exemplo, quando trata das alternâncias dos partidos no regime imperial: “Nenhuma opinião remotamente distante do Governo pode ostentar o pessoal numeroso dos dois partidos que se alternam no exercício do patronato e na guarda do cofre das graças, distribuem empresas e favores, e por isso têm em torno de si, ou às suas ordens e sob seu mando — num país que a escravidão empobreceu e carcomeu, — todos os elementos dependentes e necessitados da população” — em: NABUCO, 1988, p. 66.

⁶⁰ LIMA BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Rio de Janeiro: Agir, 2004, p. 406.

⁶¹ SEVCENKO, 2003, p. 277.

⁶² SEVCENKO, 2003, p. 25.

Nesses termos, nosso objeto de estudo foi construído passo a passo; esperamos que, ao final, tenhamos conseguido, pelo menos, delinear os contornos do objeto de estudo. O texto que deriva desta construção se desdobra em quatro capítulos.

No capítulo 1 analisamos a obra de Lima Barreto *Numa e a ninfa*, pouco conhecida e reconhecida pelos críticos. Procuramos mostrar a situação da personagem Numa Pompílio de Castro, provinciano bacharel de direito em busca de ascensão social: mostramos a figuração da personagem desde a infância pobre, sua luta para obter o diploma, a aliança com o poder local e sua chegada à capital federal, casado com Edgarda. Lima Barreto alude a essa narrativa em crônica de 1915, onde explicita sua preocupação com o modelo de país e sociedade que criávamos; o problema econômico, a experiência histórica que nos arrastou para o sistema de especiarias foi considerado neste trabalho como experiência social que contaminou os comportamentos sociais e influenciou a conformação dos modos de agir e pensar das classes sociais.

No capítulo 2, centramos a análise nas personagens suburbanas criadas por Lima Barreto no romance *Clara do Anjos*: personagens que desacreditaram no trabalho regular e vivem de pequenos expedientes sob as influências deletérias do meio; personagens que vivem ao acaso, sem perspectiva de melhorias, sem esforço e sem ofício — numa palavra, sem incentivos para se dedicarem a um ofício regular; gente sem teto, terra, coragem, direitos, futuro e existência política. Na mesma proporção, nosso percurso narrativo tenta compor uma massa compacta de personagens fragmentadas: essa fragmentação, característica da obra e das figuras que o escritor criou, supomos ser parte da relação entre a estrutura social do país que transitava entre duas ordens.

No capítulo 3, enfocamos as crônicas de Lima Barreto escritas entre 1900 e 1922, sobretudo as que tratam de temas presentes em sua obra ficcional. Analisamos as crônicas tendo a suposição de que as personagens de tinta e papel e as críticas contundentes do autor às personagens de carne e osso têm a característica de que viveram em estado de suspensão. Nessa análise, discutimos a capacidade das personagens de se aventurarem, sua tendência a adotar o novo, sua receptividade a mudanças radicais e ao desapego às formas arcaicas de vida.

Dito isso, procuramos compreender o surgimento dos setores médios nesse período tendo em vista vários fatores — um deles é que só se pode vislumbrar os limites entre classes no limite de uma linha tênue que permita captar os antagonismos e as complementaridades que as tencionam naquela formação social; só é possível construir a análise das classes médias numa relação política e ideológica com as outras classes: a burguesia e o proletariado. Ou

melhor: compreender os setores intermediários requer análises que levem à relação entre as classes em geral e à busca de sua especificidade nos níveis econômico, político, cultural e ideológico.⁶³

Queremos registrar ainda a variedade de assuntos abordados por Lima Barreto em sua obra, que obriga o estudioso a ter o cuidado de não se perder na condensação de temas. Os assuntos recorrentes na obra desse escritor — ciência, raça, civilização, imigração, Estado e cidade — integram o movimento histórico-social do fim do século XIX, início do XX; assim como as teorias sociais presentes nas discussões dos contemporâneos: liberalismo, positivismo, socialismo, trabalhismo e anarquismo. Como pano de fundo, está a busca da nação e do povo. Dentre outros assuntos, esses motivavam discussões acirradas entre intelectuais da época, e cada debatedor sacava do bolso os autores (alemães, franceses e ingleses) que fundamentassem o tom de veracidade e razão das idéias e dos argumentos. Esses debates iam além do mundo privado: incluíam um público leitor, que as acompanhavam via imprensa, fosse jornais ou revistas especializadas, de pequeno ou grande porte.

Por outro lado, a “combinação exótica de fontes diversas”⁶⁴ — presentes nos escritos de Lima Barreto e Euclides de Cunha, mas não só — obriga o estudioso à compreender idéias e conflitos em jogo e impede que os setores médios apareçam nitidamente: eles vêm aos solavancos; quando supomos ter achado uma referência segura, Lima Barreto dispersa, outros elementos surgem, e nosso objeto outra imerge nas profundezas da massa crítica deixado pelo escritor. Como não temos a priori um conceito fechado sobre a formação dos setores intermediários e, como talvez isso possa parecer falta de compreensão do objeto aqui estudo, referimo-nos a Thompson para corroborar o livre caminho aqui tomado no sentido de procurar nas evidências empíricas quais características chegam mais perto de uma definição: “Sinto decepcionar aqueles praticantes que supõem que tudo o que é necessário saber sobre a história pode ser construído a partir de um aparelho conceitual”.⁶⁵

⁶³ “As classes dentro da estrutura de classes só podem ser definidas historicamente, enquanto pensadas nas relações com outras classes (relações de antagonismo e de complementaridade) e definidas segundo critérios situados em diversos níveis da estrutura social (econômico, político, ideológico). É impossível concebê-las num vácuo: somente o exame das relações dessas com outras classes pode levar ao conhecimento da homogeneidade de sua orientação política e da forma de suas manifestações. As classes médias não podem ser pensadas segundo um conjunto de características elaboradas exclusivamente para uma só classe, individualizada. Se esse aspecto é essencial para o estudo de outras classes, como a burguesia e o proletariado, é condição indispensável numa análise das classes médias.” (PINHEIRO, 1997, p. 10).

⁶⁴ SEVCENKO, 2003, p. 269.

⁶⁵ THOMPSON, 1981, p. 185.

Capítulo 1

REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DA SUBSERVIÊNCIA

*Todo o brasileiro nasceu mais ou
menos para ser um tiranozinho em
qualquer cousa, e é feito guarda-civil
ou ministro da justiça, cabo de
destacamento ou chefe de polícia,
guarda fiscal ou presidente da
República — trata logo de por
pessoalmente em ação a autoridade de
que está investido pelo Estado místico.*
— LIMA BARRETO

Em 3 de junho de 1911, a *Gazeta da tarde*, do Rio de Janeiro, publicou o conto “Numa e a ninfa”, que Lima Barreto, mais tarde, transformaria na novela sob o mesmo título, divulgada em folhetins diários pelo jornal *A noite*, de 15 de março a 26 de julho. Essa obra na forma de livro circulou apenas em 1917. É a obra menos conhecida do público não especializado e, talvez, não incorremos em erro se afirmamos que também é a menos lida e quase sempre esquecida pelos críticos, que a ela, às vezes, só fazem referência. Alfredo Bosi, nos ensaios sobre pré-modernismo dedica um parágrafo à narrativa “Numa e ninfa” e sobre sua personagem principal (Numa Pompílio de Castro) fazendo a seguinte consideração: “*Numa e ninfa*, sátira¹ política, tende à caricatura: o deputado, Numa Pompílio de Castro, fina flor da burguesia dominante, jovem bacharel que sobe graças à sua diplomacia, no fundo cínica e capaz de sacrificar a honra pela conquista e pelo gozo dos privilégios”.²

O crítico literário, ao olhar de forma panorâmica esta obra, não está equivocado. Mas, se sairmos da superficialidade dessa síntese e ler a obra na sua totalidade e atentarmos para a construção da personagem, a sua trajetória é interessante e significativa para o que pretendemos nesse capítulo. Numa, a personagem, não era e nem pertencia “a fina flor da burguesia dominante”. A leitura do romance, pelo contrário, relata o processo de ascensão da personagem,

¹ As outras obras de Lima Barreto também são consideradas sátiras às mazelas do governo republicano: *Triste fim de Policarpo Quaresma*, *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Entre os contos podemos citar “Hussein Ben-Áli Al Bálec” e “Miquéias Habacuc”, “O falso d. Henrique V”. Ainda podem ser destacados os contos “Como o homem chegou” e “Meu Carnaval”. Mas, ainda segundo Nicolau Sevcenko, “em qualquer de seus textos, Lima não perde a oportunidade de denunciar o grau desmoralizante de corrupção política e econômica que espedeava o regime” — ver: SEVCENKO, 2003, p. 201.

² BOSI, Alfredo. **O pré-modernismo**: a literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, sem data, p. 99.

pobre e obscura, vivendo as agruras da instabilidade que o poder das oligarquias provinciais impingia àqueles que dependiam do jogo de influências para a sobrevivência material e social.

Outra meia verdade está na afirmação de que a personagem “graças a sua diplomacia” conquista os privilégios da burguesia dominante. A análise dessa personagem nos leva em outra direção, pois a consideramos joguete das forças centrífugas presentes na capital do país e ressaltamos os conflitos presentes na sua ascensão: Numa não esquece a sua origem e, ao mesmo tempo, não se reconhece, inteiramente, na nova posição social que passa a ocupar. Neste capítulo, trataremos das situações sociais, políticas e culturais que envolvem a personagem central do romance.

Lima Barreto não pode ser acusado de se manter distante da sociedade: no limite do possível, queria expressar a “verdade social” na sua literatura. Seu objetivo, reiterado em diversas situações, era aproximar o máximo possível os vínculos entre a palavra e o mundo. A obra literária do escritor, na medida em que aproxima a realidade, a criação e a narração, está inserida e é inseparável do mundo social. As representações literárias de suas criações nos permitem afirmar que os dois pólos — obra e realidade exterior — não podem ser considerados termos autônomos, independentes e excludentes. Analisando-as por esse prisma, podemos ponderar:

A corte imaginária das personagens não se compõe de outro tecido, apesar de expressas no papel, que os da legião dos homens que freqüentam as ruas. [...] O boneco de tinta cumpre um papel social como o boneco de carne e sangue, representando ambos suas frustrações, na fantasmagoria de um mundo criado coletivamente.³

Consideramos Lima Barreto como um escritor que foi capaz de tirar do anonimato homens comuns, dando-lhes dignidade e sentimentos reputados distintos e nobres. Neste capítulo, analisaremos algumas personagens e ambientes criados por ele, aproximando forma literária, tempo histórico e espaço social. Nosso objetivo é reconstituir “os valores, o *ethos* que as personagens expressam na sociedade”,⁴ aproximando as “personagens de papel” das “personagens vivas” — conforme expressão de Raymundo Faoro.

Nessa perspectiva, entendemos que as representações revelam o sócio-cultural, do qual a literatura parte, e, ao mesmo tempo, revelando-se a si própria. O caráter específico da obra literária, “irredutível à hora e ao lugar, não é tudo — mas o caminho, um dos caminhos, da visão integral da realidade, concretamente presente”.⁵ Consideramos, como Faoro, que a literatura é mais que fonte de estudos históricos: a obra de arte “testemunha a autenticidade

³ FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. Rio de Janeiro: Globo, 1988, p. 478. Continuando ainda o raciocínio de Faoro que no mesmo parágrafo escreve que “Todos são filhos de igual teatro, comprometidos na mesma existência, quer a suscitada pelo historiador, que a evocada pelo romancista. Quem os veste, arrancando-os do anonimato e do caos, será o olho organizador, classificador, o olho do biógrafo ou do ficcionista. No fundo, a situação histórica e social lhes dá densidade, retratando as idiossincrasias do grupo: o homem que vê não está isolado, mas imerso no grupo, preformado pela conduta e pelo pensamento dos outros”.

⁴ FAORO, 1988, p. 482.

⁵ FAORO, 1988, p. 482.

dos valores que presidem o tempo”.⁶ A literatura, como fonte para o historiador, é um terreno pantanoso, na medida em que ela congrega uma multiplicidade de aspectos, implícitos e explícitos, possíveis de ser explorados.

No caso de Lima Barreto, podemos, ainda, acrescentar a relação estreita entre a ficção e a crônica, proximidade que nos permitiu a utilização dos dois estilos, utilizando-os, quando conveniente, para sustentar as análises que fazemos das personagens de ficção e das relações destas com a realidade dos fatos e impressões do escritor presentes nos escritos jornalísticos.⁷ O cronista refere-se à narrativa de “Numa e a Nífa”, na crônica escrita em 1915, explicitando sua preocupação como o modelo de país e de sociedade que vínhamos criando. O problema econômico, que ele denomina de a experiência histórica que nos arrastou para o sistema de especiarias, foi considerado neste trabalho como um modelo adotado também para a experiência das classes e dos grupos sociais:

Já tive ocasião de notar que nunca a nossa vida econômica se baseou na exploração e trabalho de um produto indispensável à vida e que, procurado como país de especiarias, continuamos a ser país de especiarias. Numa malograda publicação semanal que fiz há dois anos ou três, explanei, de acordo com o gênero da publicação, essa simples observação e lhe dei o desenvolvimento compatível pela boca do doutor Bogoloff.⁸

O narrador de *Numa e a nínfa* observa, na ante-sala de um gabinete, algumas pessoas sentadas à espera do atendimento de um deputado. Nessa ante-sala, decorada “com pretensões de luxo e majestade”, havia, além do busto de Floriano Peixoto, o retrato de uma senhora, d. Anita Garibaldi — “certamente uma glória italiana” —, e uma “coleção de litografias” dos ministros passados. Espalhadas pelas cadeiras, observa o narrador, havia “aquelas fisionomias tristes das antesalas dos ministérios”. Ali, sentados à espera de atendimento, encontramos “pobres e remediados”, “pretos e brancos”, “mulheres e crianças”, “moços e velhos”, os elementos da “plebe nacional” à procura de um lugar para si, no espaço institucional da cidade, da nova estrutura político-social.⁹

A forma de o narrador juntar esses grupos realça as disparidades reais existentes entre eles. Ao colocá-los no mesmo espaço, compartilhando a mesma atmosfera, no entanto, aproxima-os na sujeição e na dependência que tinham do Estado para solucionar problemas

⁶ FAORO, 1988, p. 483.

⁷ De novo recorremos a Alfredo Bosi para sustentar essa afirmação: “nos romances de Lima Barreto, há, sem dúvida, muito de crônica: ambientes, cenas quotidianas, tipos de café, de jornal, da vida burocrática, às vezes só mencionados ou esboçados, naquela linguagem fluente e desambicionada que se atribui ao gênero. O tributo que o romancista pagou ao jornalista (aliás, ao bom jornalista) foi considerável; mas a prosa de ficção em língua portuguesa, em maré de conformismo e academismo, só veio a lucrar com essa descida de tom, que permitiu a realidade entrar sem máscaras no texto literário” (s. d., p. 95).

⁸ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 142.

⁹ Sobre as disputas entre a sociedade civil e o Estado, a sua mobilização em torno da produção de imagens urbanas, nesse período: KNAUSS, Paulo (Org.) **Sorriso da cidade**: imagens urbanas e história política de Niterói. Niterói: Fundação de Arte de Niterói, 2003.

cotidianos.¹⁰ Embora sejam grupos distintos na condição social e econômica, na racial e nas necessidades concretas de existência, todos pareciam “compungidos, incertos”, enquanto esperavam “a graça do Estado quase divina”.¹¹ Na cidade, os expropriados continuam no “caminho dos favores”, substituindo as “prebendas” e a experiência do mundo rural, marcada pelo “apadrinhamento do ‘potentado local’”, pelos pequenos benefícios que, agora, na cidade, seriam distribuídos pelas instituições do Estado: os detentores de cargos na estrutura do Estado dão continuidade à cultura da dependência de um benfeitor, um protetor.¹²

A cena descrita torna-se ainda mais contundente, se pensarmos que deste Estado, do qual se esperava ajuda, nada sairia: o Estado, na Primeira República, beneficiou poucas pessoas.¹³ Há, nesta sala, uma “atmosfera de angústia”, e os contínuos e oficiais passavam, “sem pousar o olhar” naquelas tristes criaturas. Essa descrição do narrador de *Numa e a ninfa* possibilita estender o olhar, ver mais longe e perceber com mais profundidade a situação desses grupos, na ordem republicana. Quando o autor aproxima pobres-remediados, pretos-

¹⁰ No âmbito das discussões sobre a República que se queria construir no país, nem os republicanos, nem os liberais mais ferrenhos prescindiram do Estado como única instituição capaz de organizar o poder: “Era muita clara para eles a importância do Estado. Eram contra o regime monárquico, não contra o Estado. O Estado era o meio mais eficaz de conseguirem seus objetivos — ver: CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 28.

¹¹ BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 126. A dependência da ação do Estado para solucionar os problemas sociais é parte da crítica que Lima Barreto faz à maneira de os positivistas encararem a cidadania. A historiografia recente corrobora essa percepção. José Murilo de Carvalho sintetiza esse tema: “a noção positivista de cidadania não incluía os direitos políticos, assim como não aceitava os partidos e a própria democracia representativa. Admitia apenas os direitos civis e sociais. [...] Como vetava a ação política, tanto revolucionária quanto parlamentar, resultava em que os direitos sociais não poderiam ser conquistados pela pressão dos interessados, mas deveriam ser concedidos paternalisticamente pelos governantes. Na realidade, nesta concepção não existiam sequer os cidadãos ativos. Todos eram inativos, à espera da ação iluminada do Estado, guiado pelas luzes do grande mestre de Montpellier e de seus porta-vozes” — em: CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 54.

¹² Machado de Assis havia percebido tal situação no século XIX, mas, na entrada do século XX e sob o manto republicano, Lima Barreto será o escritor a denunciar as continuidades das práticas paternalistas e clientelísticas na cidade tida e havida como moderna. A personagem de Machado de Assis Quincas Borba afirma em dado momento que: “A esperança de outros favores, é certo, conserva sempre no beneficiado a lembrança do primeiro. [...] A persistência do benefício na memória de quem o exerce explica-se pela natureza mesma do benefício e seus feitos. Primeiramente, há o sentimento de uma boa ação e, dedutivamente, a consciência de que somos capazes de boas ações; em segundo lugar, recebe-se uma convicção de superioridade sobre outra criatura, superioridade no estado e nos meios; e esta é uma das cousas mais legitimamente agradáveis” — em: ASSIS, Machado. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. In: _____. **Obras completas**. Rio de Janeiro: José Aguillar, 1962, p. 631, v. 1.

¹³ O fato de não ter beneficiado a grande maioria da população não significa que ela tenha desistido e procurado outros recursos, mesmo porque “a sociedade escravocrata abria também poucos espaços ocupacionais, fazendo com que os deslocados acabassem por recorrer diretamente ao emprego público ou à intervenção do Estado para abrir perspectivas de carreira. Bacharéis desempregados, militares insatisfeitos com os baixos salários e com minguados orçamentos, operários do Estado em busca de uma legislação social, migrantes urbanos em busca de emprego, todos acabavam olhando para o Estado como porto de salvação. A inserção de todos eles na política se dava mais pela porta do Estado do que pela afirmação de um direito de cidadão. Era uma inserção que se chamaria com maior precisão de estadania” — em: CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 29.

brancos, mulheres-crianças, moços-velhos, constrói um quadro geral dos grupos que compunham a realidade social no início do século.

Esses pares não estavam na lista das graças do Estado, mas tinham coragem de enfrentar a burocracia e tentar, de algum modo e por meio dela, resolver seus problemas materiais. A exposição desses grupos nas ante-salas dos ministérios tem importância relevante: é necessário um mínimo de falta de medo para se sentir à altura de ser recebido e ouvido por um deputado ou um ministro, mesmo nos dias atuais. A prática histórica do favor dá aos atores sociais desse período a quase certeza do direito de ser favorecido pelo Estado. Daí estarem sentados nas ante-salas do poder.

Existem, no entanto, outros segmentos incapazes de vislumbrar a possibilidade de romper a marginalidade social e exigir, pedir ou solicitar à burocracia do Estado soluções para suas miserabilidades. Essa condição não era dada àqueles que estavam na escala social mais inferior: as massas rurais que migravam para a cidade e desconheciam completamente as instituições existentes e os direitos. A ela não se permitia sequer vislumbrar e recorrer a qualquer instância externa às suas relações de solidariedade. Aos pobres e remediados, “tristes criaturas” que o narrador barretiano representa, viciados com situação de dependência, (considerando-se, é claro, a continuidade de uma cultura da vida rural, na qual contavam com a ajuda, mesmo que arbitrária e de conveniência, de um protetor), não era estranho chegar à cidade e logo procurar os caminhos já percorridos pelas gerações anteriores.

Por isso, recorriam ao Estado, na esperança de que ele os protegesse dos riscos cotidianos da existência social e material na cidade. Compreende-se, portanto, porque os contínuos, assessores e parlamentares não os percebiam ali sentados. Essas personagens, também viciadas com a prática do favor entre as elites e entre pobres e remediados, sabiam que não lhes cabia outra atitude senão esperar.

A atmosfera de angústia descrita pelo narrador é a forma que ele encontrou para recriar uma situação na qual não deveria existir nenhuma forma de constrangimento, da parte dos detentores dos pequenos e grandes poderes, “contínuos e oficiais de gabinete” que “passavam sem pousar o olhar sobre nenhum dos circunstantes”, que atravessavam a sala de espera “gordos e bem trajados e sorridentes”, indiferentes ao público que aguardava para ser atendido. Os pobres e remediados certamente desejavam favores mais “substanciais”. Por isso, se a espera fosse longa ou ficasse para o outro dia ou para a semana seguinte, não importava: o benefício conseguido seria a solução dos problemas materiais, por alguns dias, semanas ou meses.

A indiferença de contínuos e oficiais de gabinete, assistentes da burocracia estatal, é compreensível: eles, certamente, haviam conseguido aquele posto, após longa espera e empenhos pessoais. Logo, eram cientes da necessidade da humilhação e do refreamento do talento e da eficiência, caso existissem, como pré-requisito para torná-los merecedores de algumas migalhas oferecidas pelas instituições. No entanto, ao conseguirem subir um degrau na escala social, “esqueciam” que “acontecimentos fortuitos” poderiam jogá-los novamente para baixo, colocando-os em situações adversas e degradantes. Não podemos nos esquecer da instabilidade e rotatividade dos cargos públicos.¹⁴ Esses prestadores de serviços, vivendo lado a lado com os detentores do poder político, tinham que conhecer as regras e as atitudes que pudessem garantir o lugar social que ocupavam. Se a subalternidade, verticalizada para pobres e remediados, existia, também se fazia presente entre aqueles selecionados para sofisticar a subserviência, no processo de consecução e permanência no cargo:

Muitas daquelas eram pessoas de cultura, de educação; entretanto, para obter isso ou aquilo, se tinham que agachar, que adular um Bonifácio que, no fim de contas, não passava de um criado do Sr. Presidente. Depois disso, que sensação delas mesmas poderiam ter? Fossem servidas ou não, saíam degradadas.

O narrador de *Numa e a ninfa* descreve essa estrutura condensada em ocasiões públicas e aparatosas. Nessas ocasiões, era possível revestir os empregadores de uma aura para reforçar a impressão de superioridade e de poder, conferidos a eles pelas instituições. Os beneficiários, por extensão, desse poder, os “remediados”, sentiam-se, pelos menos essa é a percepção do narrador, humilhados. Precisavam, no entanto, dissimular tanto a situação de subalternidade quanto a percepção de que eram diariamente mortificados pelo medo e pelos humores daqueles que ocupavam, momentaneamente, um cargo superior. Ao final, para o nosso autor/narrador, era o Estado que havia se transformado no “mais forte desmoralizador do caráter”. O autor associa vícios morais ao Estado: este como aqueles corroíam o caráter, “mais que os vícios, o álcool, o jogo, a morfina, a cocaína, o tabaco”: era o Estado que tirava a “dignidade”, o “amor-próprio”. Enfim, todo o sentimento da “realeza de nós mesmos”.¹⁵

Os remediados sabiam que, para “subir” ou “manter a posição conquistada”, deveriam participar e se envolver com a vida privada e íntima dos chefes: ir “às missas de sétimo dia dos parentes”, enviar “cartões nos dias de aniversário”. Tinha que estar presentes, para fazer número e simular prestígio, nos embarques e desembarques dos figurões.¹⁶ Esse cerimonial e os salamaleques que os compõem eram necessários: os chefes “não admitiam independência,

¹⁴ SEVCENKO, 2003, p. 205.

¹⁵ LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Numa e a ninfa*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 267.

¹⁶ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 90–91.

nem mesmo nos embarques”. Se os “pequenos presentes” mantêm as amizades, na política, eles não eram suficientes: “é preciso que os poderosos sintam que gravitamos em torno deles”. Tudo que dissesse respeito à vida pública e privada do chefe — “natalício dos filhos, o aniversário de casamento ou formatura” — não poderia escapar às atenções dos subalternos: tudo era parte do “movimento” e afetava diretamente a vida dos dependentes.¹⁷ A subjugação psíquica, exercida sobre os mais próximos, marca as relações dos setores intermediários com os extratos considerados superiores e sinaliza um *modus vivendi* que, por causa da repetição, torna parte do estilo e da psique desses grupos.

A perda da autonomia é parte constitutiva da experiência dos setores intermediários, que vivem sempre às apalpadelas, evitando conflitos com os superiores do momento, no espaço privado ou público. As ocupações dos setores médios exigem certos trejeitos — sorrir sempre, nunca perder a compostura, ser amável, ser cortês — sinais de educação superior, não mais identificados com repressão e contenção de agressividade: agora, são traços pessoais e de caráter postos à venda no mercado. Em muitas ocupações, a cortesia, a obsequiosidade e a amabilidade, antes traços do caráter individual, passam a fazer parte dos elementos impessoais da profissão, tornaram-se meios, não são mais uma disciplina, resultante da experiência e do amadurecimento social e cultural: “Bonifácio passou por nós e entrou no seu gabinete. Todos nós nos desfizemos em sorrisos e cumprimentos e, quase sem nos corresponder, como se fosse um imperador foi atravessando aquela chusma de súditos necessitados”.¹⁸

Na relação entre superiores e assistentes, esses compactuam com o opressor, no intuito de sobreviver materialmente e de alcançar riqueza fácil ou prestígio, fama e ascensão social, à sombra de protetores. Em certa medida, essas relações sociais e de prestígio estão ainda entrelaçadas com o patriarcalismo tradicional, embora se desenvolvam em outro tempo e espaço, o que prova a persistência da indefinição entre funções públicas e particulares.

Numa teve a consciência de que deveria colocar-se à sombra de algum poderoso desde “pequeno”: “sentira bem que era preciso não perder de vista a submissão aos grandes do dia”.

¹⁷ LIMA BARRETO, **Numa e a ninfa**, p. 90. Voltando ao sistema de representação predominante no Segundo Império para efeito de comparação, mas com o conhecimento que o número de eleitores teve um aumento substancial logo no início da República, é historicamente viável lembrar que: “durante o Primeiro Império e o Segundo Impérios, não obstante várias reformas eleitorais (1846, 1855, 1862, 1876 e 1881), o sistema eleitoral foi controlado por uma minoria. Os eleitores, até a queda do Império, representavam entre 1,5% e 2% da população total. Um grupo tão pequeno podia ser facilmente manipulado. A política era mais um produto de alianças ou rivalidades familiares do que de ideologia. As eleições eram controladas pelos chefes locais que, mediante o sistema de clientela e patronagem, podiam carrear votos para seus candidatos favoritos. O apoio obrigava a reciprocidade. Desse modo, por trás da fachada liberal, as influências pessoais, as lealdades individuais e os favores recíprocos eram os ingredientes reais do poder. A retórica política estava subordinada à opinião de uns poucos que controlavam o eleitorado” — ver: COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: ed da USP, 1999, p. 143.

¹⁸ LIMA BARRETO, **Numa e a ninfa**, p. 267–68.

Tomada a consciência de sua condição na estrutura social, o segundo passo era perceber como ser descoberto e tornar-se indispensável para as “autoridades” do momento. Para isso, contribuiu a experiência da atmosfera de insegurança em que vivia sua família. Estudou calculadamente quais eram os imperativos éticos que deveriam guiar suas ações, para ter a segurança almejada. Numa, então, começou a se preparar para exercer o papel respectivo ao código social vigente. Era imprescindível que adquirisse as distinções necessárias: “formaturas, cargos, títulos, de forma a ir-se extremado bem etiquetado, doutor, sócio de qualquer instituto acadêmico...”. Para emergir daquela massa de desamparados, ele deveria ser “bem endossado” e preparar a índole, o caráter, a personalidade, para “ceder sempre às idéias e aos preconceitos atuais”. É nesse viés que estamos caminhando, procurando mostrar que o narrador, de certa forma, desculpa a personagem, porque explica a conformação da sua consciência à estrutura social do país: para Numa, o Estado e a sociedade já haviam determinado quais eram os meios para “alcançar a notoriedade” e estes se “obtinham com muita submissão e um pouco de tenacidade”, situação em que desaparecia o indivíduo e a liberdade.

Por outro lado, se pensarmos no tempo presente, é possível fazer uma associação com o discurso liberal, que defende ser o “município escola de civilidade e responsabilidade política”.¹⁹ A sociedade civilizada tinha sua origem no município, era nele que o cidadão aprendia a viver contratualmente, saindo da esfera da dependência pessoal, exigente de fidelidades e lealdades, para entrar nas relações racionais e de contrato, iguais e livres. O município era, portanto, o *locus* onde se experimentava a livre “associação espontânea de pais de família”. Sendo assim, a personagem Numa chegava ao centro do poder sem ter passado pelo princípio básico da civilização: fora contaminado na sua origem pelos valores da dependência e das lealdades aos proprietários e políticos do município de onde vinha. Estava longe da civilidade liberal em que se julgava viver.

Para alcançar tal aniquilamento moral, deveria se abster de toda e qualquer “veleidade mais nobre”: nada de pessoal ou individual. É na infância que o narrador busca a explicação para tal comportamento. Mas nós pretendemos olhar com mais profundidade. A infância é a representação do passado, daí que o espírito da personagem está adequado à história recente

¹⁹ A construção dessa personagem mostra como a República estava longe de alcançar a autonomia. Continuava a existir os mesmos desmandos que explicados pela existência do Imperador. A província continuava e seu presidente continuava a ser “mero instrumento político do gabinete que a nomeia, o presidente não possui interesses na região e assim não investe na prosperidade da província que governa; desconhece mesmo seus recursos naturais e as aspirações da população. A assembleia provincial não merece maior consideração por parte dos republicanos; é vista como um bando de ‘mandatários que se congregam em nome do bem público e dispersam-se sem tomar medida alguma de verdadeiro alcance’” — ver: BRESCIANI, Maria Stella Martins. O cidadão da República: liberalismo versus positivismo (Brasil 1870–1900). **Revista USP**, São Paulo, n. 17, mar./abr./maio 1993, p. 122.

do país: “nascido pobremente, tendo passado toda espécie de privações e necessidades, nada o fazia sofrer profundamente”. A personagem não podia sofrer profundamente por conta de sua condição social, mesmo porque esta era a norma geral: pessoas pobres e medianas deveriam se adequar ao que era do costume e da cultura. A personagem Numa percebe essa situação, cumpre a norma, conseguindo um diploma e criando as condições individuais para plasmar-se e diluir-se nesse contexto.

Em virtude de alguns vislumbres de consciência, essa personagem quer sair do lugar em que estava fadado a permanecer pelo resto da vida. Ao alcançar a notoriedade esperada, ele sente que cumpriu o papel social que a sociedade lhe reservou. Assim como a estrutura da sociedade ainda não estava definida, considerando os primeiros anos da República como um momento de transição e instabilidade, a personagem também toma atitudes e tem pensamentos incoerentes: Numa é inseguro, não tem prurido em demonstrar a insegurança e debilidades à sua esposa Edgarda. E mais que isso, ele começa a perceber as razões dos fatos sociais que ocorriam na cidade, nas ruas, nos bairros e mesmo dentro de sua própria casa.

Após concluir o curso de Direito, Numa voltou à terra natal “e lá andou o ano inteiro a receber homenagens, sempre estranhando que alguns de seus companheiros de colégio não o chamassem de doutor”. Vendo que nada conseguia no lugar de nascimento, parte para a capital do estado, “em busca de fortuna”. Consegue um emprego de promotor, “graças à sua insistência junto a um dos potentados da República”. Se a graduação lhe garantia ser chamado de doutor, estava na mentalidade, por que seus companheiros de colégio se recusavam a lhe dar o título? Porque os companheiros o conheciam desde pequeno e sabiam de sua origem. Se fosse alguém que chegasse à cidade, envolto numa aura de descendente das classes abastadas ou acompanhado de alguém que já tivesse nome constituído, todo o chamariam de doutor. Numa não aceitou que não o chamassem pelo título: tudo que ele havia empenhado até ali não era exatamente para ter esse direito?

À medida que Numa cumpre as regras ditadas pela tradição histórica do país colonial, imperial, e sendo ainda os mesmos os preceitos da jovem República, o que podemos esperar dele é o apuramento do jogo da ascensão social. A personagem aperfeiçoa as formas de compreensão da sociedade em que vivia e adquire o “faro”, instrumento que lhe dá a fantástica capacidade de “adivinhar” onde estava o vencedor. Tivesse Numa “sagacidade natural e própria”, não conseguiria sobreviver naquele meio. É justamente por lhe faltar essas qualidades e ter desenvolvido outras — “ausência total de emoção, de imaginação e orgulho

inteligente” — que se salvou da obscuridade interiorana. Essas qualidades “negativas” o levaram ao cargo de juiz de Direito.²⁰

Numa era ambicioso e aprendeu em criança, naquela “atmosfera de tensão e de sobressaltos” vividas no ambiente familiar, mas não só nele, que deveria afugentar de si “veleidades superiores”, pois o valor do homem estava no reconhecimento externo e no esmero da aparência, simbolizados pelos diplomas e boas roupas. Se sua “vocação”, como nos relata o narrador, estava dirigida para a busca de prestígio e de ascensão social, seus princípios deveriam entrar em harmonia com aqueles existentes na sociedade em que vivia. Se quisesse alcançar os objetivos propostos, não poderia ser outra a sua conformação mental. Suas ações estavam, portanto, perfeitamente de acordo com a estrutura social da classe a que pertencia da classe para a qual deseja migrar. Nessa travessia, a personagem inicia por adquirir o verniz que a fará sair da obscuridade comum e, aos poucos, vai se tornando o retrato fiel da opinião alheia sobre ele. Esse era o comportamento esperado nas pessoas que tivessem juízo. Numa tinha o juízo no lugar certo, por isso chegou aonde não esperava chegar: na capital federal e na condição de deputado da província, onde crescera como um ninguém.

Levou a mais miserável vida que se pode imaginar. Alimentava-se dias inteiros de café e pão, dormia em cima de jornais, mas não deixava jamais de ir às aulas, de sentar-se ao bando da música, de fazer perguntas ao lente e prestar exames. De quando em quando, arranjava um emprego efêmero, lições, e munia-se de roupas. Formou-se aos vinte e quatro anos, tendo vivido desde os dezessete sobre si.²¹

A tenacidade e a perseverança do herói ficam bem claras nessa passagem. Após essa informação, o narrador retira toda a possibilidade de admiração pela personagem: “parecia que uma energia dessas se devesse empregar em altos intuitos; há aí, porém, uma questão de ponto de vista,”²² porque o motivo do “grande esforço e tenacidade” era a formatura. Numa não tinha “amor ao saber”, odiava as disciplinas que cursava, não via sentido naquelas “complicações de direitos. Tudo lhe parecia sem “utilidade e significação”. Essas complicações serviam, no entanto, para criar “barreiras e obstáculos, destinados à seleção dos homens”.²³ Se essa percepção das dificuldades interpostas entre a sociedade e as instituições do Estado dão ao jovem Numa um ponto positivo, o narrador trata de tirar-lhe novamente a positividade do esforço continuado, pois no caminho do diploma “nunca vira um livro”, todo

²⁰ LIMA BARRETO, **Numa e a ninfa**, p. 17.

²¹ LIMA BARRETO, **Numa e a ninfa**, p. 15.

²² LIMA BARRETO, **Numa e a ninfa**, p. 15.

²³ LIMA BARRETO, **Numa e a ninfa**, p. 16. Segundo o narrador “o jovem Numa não separava o conceito das disciplinas do da formatura; Economia Política, Direito Romano, Finanças e Medicina Legal não respondiam a certas necessidades da comunhão humana; e, se tais matérias foram criadas, descobertas ou inventadas, o foram tão somente para fabricar bacharéis em Direito. Com as outras carreiras acontecia o mesmo. Tal idéia pautava e regia o seu curso, instantes depois de acabado o exame Pompílio esquecia a disciplina” (p. 16).

o curso “fora feito de apostilas, cadernos e pontos, organizados por outrem”. O trabalho intelectual de Numa resumia-se em decorar os pontos, organizar as respostas e citar nos exames “autoridades de vários países”. Essas deficiências não o impediram de ter sido “sempre dos primeiros estudantes”. Ao final, viu-se formado.

Após o término do curso e depois de ter andado pela terra natal e vendo que ali nada conseguiria, Numa partiu para a capital da província em “busca da fortuna”. Conseguiu, à custa de muitos “panegíricos aos chefes”, ser juiz, promotor e, por último, “foi feito chefe de polícia”.²⁴ O cargo de delegado era um dos artifícios com que os presidentes de província davam continuidade ao seu curral de eleitores. Numa foi nomeado para “satisfazer aos chefes locais”. Na magistratura, ele adquiriu fama de talentoso. Saindo de onde saiu, filho de um “escriturário, desprezado pelos doutores” pela falta do diploma, Numa é parte de um grupo social que emerge sem a tradição da história. Sua biografia não ocupava quatro páginas de uma revista de amenidades.

A personagem Numa, criada por Lima Barreto, às pressas e no calor dos acontecimentos que tiveram lugar nas disputas eleitorais entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, é uma representação fragmentada. Chama a atenção o fato de Numa ter sido, lá na província de onde viera, uma personalidade de importância. Lá havia fundado jornais e, até mesmo, escrito alguns artigos que foram publicados nos jornais locais. Havia, também, organizado “bandas de música e animava representações teatrais em pequenos teatros de fortuna”.²⁵ Ele não subia ao palco, mas segundo o narrador, ensaiava “esse pequeno repertório da roça, velhas comédias que têm o único propósito de fazer rir, e, aos poucos as grandes cidades as banem e vão refugiar-se no interior — ‘Os Trinta Botões’, ‘A senhora está dormindo’, ‘O Bilontra’”.²⁶

Apesar dos atores dessas peças serem todos amadores, Numa os “ensinava a entonação, a gesticulação, marcava a peça melhor do que o próprio autor”.²⁷ A pergunta que podemos fazer ao narrador é: por que essa personagem forte, capaz de grandes sacrifícios para alcançar metas e propósitos, quando chega à cumeada, torna-se insegura e incapaz de fazer discursos e de se impor aos seus pares na Câmara, diante da mulher e da sociedade na

²⁴ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 17.

²⁵ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 17.

²⁶ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 17. A intromissão de Numa no teatro, o que a princípio parece fora da área de atuação de um bacharel em Direito, tem a intenção de mostrar a teatralidade de sua vida pessoal que se concretiza quando este se torna deputado federal e precisa fazer seus discursos: “Numa estudou o discurso como se fosse um papel de teatro. Não era sem antecedentes o processo; e ele o soube empregar magnificamente, pois a Câmara admirou-o e o seu sucesso foi grande e notado em toda a cidade” (p. 24).

²⁷ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 17.

capital?²⁸ Quais os fundamentos de sua fragmentação? Se fora capaz de ensaiar peças de teatro na capital da província, por que se tornara tão inseguro quando chegou à capital federal? Na narrativa, temos a impressão de que a personagem foi arrancada do chão e, na capital, tornou-se apenas um fantoche sem expressão, incapaz de tomar decisões por conta própria. Na província, ele fora capaz de convencer o presidente: “Numa esforçara-se muito para provar ao grande sepotubense o seu talento e a sua dedicação. Discursara ao desembarque, ao jantar, e notou com especial agrado que a filha de Cogominho não era de todo indiferente à sua oratória”.²⁹

A filha do presidente da província encontra Numa — este já era juiz — ainda solteiro, mas não por falta de moças casadoiras. Ao contrário, o desejo de casar as filhas era grande entre os pais, e Numa, sabendo disso, “aproveitava sempre o seu estado civil para encarregar-se”. O casamento era esperado por ele como o “definitivo empurrão na vida”. O comportamento de Numa era concernente ao jogo de interesses que rodeava a vida de todos naquela província distante, onde a oferta deveria ser muito maior que a procura: casar as filhas devia ser um problema para os pais, mas encontrar homens solteiros, à altura delas, era muito raro. Numa, sabendo disso, colocava-se no mercado, disponível a quem pudesse pagar mais, leiloava a mercadoria, mas sem a obrigação de devolver o cargo, caso desistisse do casamento meramente insinuado. Por isso, podia manipular o jogo de maneira a conseguir as mais altas ofertas: “ora ameaçava casar com a filha de Fulano e obtinha isto; ora deixava transparecer que gostava da filha de Beltrano, e conseguia aquilo”.³⁰

O cargo que ocupava, no momento da chegada da “família ducal”, fora conseguido por este processo: o coronel local — Coronel Flores — poderosa influência do município de

²⁸ Afonso Celso escreveu em suas memórias de deputado da Câmara no período Imperial sobre esse momento em que um representante da nação pisa pela primeira vez no recinto da Assembléia: “as emoções do deputado a uma alta assembléia, quando nela entra pela primeira vez, presumo-as muitíssimas mais intensas do que as do ator na famosa noite de estréia. Acham-se ambos num palco, expostos às vistas e críticas da multidão; mas as responsabilidades do deputado são incomparavelmente maiores, e ele não sabe de antemão as frases do seu papel. Daí, para quem não desfruta a inabalável confiança em si, apanágio da imbecilidade, vivas sensações de susto, constrangimento e mal-estar” — ver: CELSO, Afonso. **Oito anos de parlamento**. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 27.

²⁹ LIMA BARRETO, **Numa e a ninfa**, p. 18. Afonso Celso dedica várias páginas de suas memórias a caracterizar a “arte de discursar” de deputados, senadores, ministros do regime anterior. “Das centenas de oradores parlamentares que conheci, destacam-se cinco, realmente extraordinários, que impressionariam o mais exigente e esclarecido Congresso do mundo”. Os cinco oradores foram Gomes de Castro, Ferreira Viana, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Andrade Figueira. O memorialista não faz menção ao conteúdo dos discursos, mas a forma como estes parlamentares exerciam o poder da fala e como ela seduzia e encantava o público. Ressalta-se também nessas memórias o fato de partidários e inimigos políticos ferrenhos serem convencidos por esses discursos, saindo todos da tribuna enleados pela dramatização. Os oradores “atraíam concorrência todas as vezes que falavam; possuíam a centelha divina; empolgavam o ânimo dos espectadores; arrancavam aplausos e comentários que, repercutiam na imprensa, ecoavam pelo país inteiro” (CELSO, 1998, p. 77).

³⁰ LIMA BARRETO, **Numa e a ninfa**, p. 18.

Catimbao, entendeu que Numa “pretendia casar-se com a filha dele”.³¹ É provável que Numa tivesse concluído o intento se não tivesse aparecido outra oportunidade: “a presença da menina Cogominho fê-lo pensar mais alto e relembrar as suas desmedidas ambições casamenteiras”.³² Havia chegado o momento do segundo salto em direção à classe que lhe daria o prestígio desejado: “com toda a firmeza, com aquela firmeza que empregou para formar-se, Numa tratou de casar-se com a filha de Cogominho [...]”. O casamento era do agrado do pai, porque ele, “conhecendo a fama do rapaz no estado, a sua influência, o seu atrevimento, o seu despudor em fazer do seu cargo judicial instrumento das ambições políticas do partido e de opressão para os adversários [...]”, decidiu que era melhor ter Numa como aliado, antes que debandasse para o lado do inimigo político.

Numa chega à rua Ouvidor

O tema das instituições de representação do país faz parte de *Numa e a ninfa*. O narrador conta a história de Numa Pompílio de Castro,³³ um obscuro bacharel da “província dos Cogominhos”. Se o nome traça o destino, Numa seria o mais “auspicioso para o ofício de legislador”, embora nem mesmo os contínuos lhe guardassem com facilidade nem o nome nem os traços fisionômicos. Já se nota a insignificância do homem que será reconhecido deputado. Aqui termina o estamento e nasce a classe. Casa-se com Edgarda, filha única de um político — um poderoso do momento — e, empossado como representante da província em que nasceu, “não deu sinal de si durante o primeiro ano e meio de legislatura”.³⁴

Caminhava para ser conhecido apenas como “o genro do Cogominho”. Até que um dia, surpreendentemente, tomou a palavra e fez um “discurso valioso”. Aqui, temos que considerar o fato que podemos denominar de “travamento” de classe: Numa não conseguia falar porque havia chegado onde não imaginava ser possível e não estava preparado para se colocar naturalmente entre os “pares” como um igual. Foi invadido pelo sentimento de

³¹ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 18.

³² LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 19.

³³ “Ocorre ainda que o Numa Pompílio verdadeiro, o romano, recebia no bosque os conselhos da Ninfa Egéria. Como por Ninfa Egéria passou a designar-se, em virtude dessa lenda, uma eficaz conselheira secreta, o nome adotado para o deputado favorece o traçado anedótico do conto. Quanto a Castro, trata-se, possivelmente, de uma referência a Tito Lívio de Castro, que, aliás, aparece mencionado no Gonzaga de Sá, como sinônimo de sumidade intelectual” — em: BEIGUELMAN, Paula. **Por que Lima Barreto**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 46–47.

³⁴ Levando em conta as memórias de Afonso Celso, não era raro deputados que, saindo de suas províncias e chegando à capital federal, fossem acometidos pelo mutismo. O autor das memórias conta que o “Dr. José da Silva Maia, distinto médico, popular no Maranhão, todo escanhado, parecido com Thiers, menos os óculos, sempre de preto, nunca falou, nunca deu um aparte, com raros colegas discorria, a pouco mesmo cumprimentava. ‘Um esquisitão’. Quedava imóvel seu lugar, na bancada mais alta, votando disciplinarmente com o seu partido” (CELSO, 1998, p. 93).

inferioridade: a instituição estava muito acima dele e seu projeto de vida não ia tão longe. Alcançou o que não acreditava merecer. Sua capacidade não era suficiente para lhe assegurar desenvoltura no cumprimento do papel que a função lhe atribuía. O narrador assim descreve a recepção da atitude do protagonista de falar pela primeira vez no plenário:

Parecia um milagre ver aquele sujeito tão mudo, tão esquivo, tão aparentemente sem idéias, lidar com as palavras, organizá-las convenientemente, exprimindo-se com bastante lógica. A sua argumentação foi até das mais perfeitas e eruditas, sem que a erudição perturbasse a concatenação, a seriação lógica da tese a demonstrar.³⁵

Invertendo uma lógica que se queria afirmar como natural, Numa lembrou aos parlamentares que o nosso “grande país” não era resultado de pequenos estados que se uniram por um objetivo comum, “mas tão somente um imenso país que se dividiu e procurou com uma mais ampla autonomia local, perfeição administrativa;³⁶ e assim sendo, não se compreendia nem o ‘patriotismo estadual’ nem a existência de desmedidos estados, verdadeiros impérios”.³⁷

O que desencadeou a atitude de Numa foi um projeto de formação de um novo estado na federação nacional que “apaixonou não só a opinião pública, mas também (é extraordinário) os profissionais da política”. Isso porque, conforme nos conta o narrador, havia interesses dos “chefes, chefetes, subchefes, ajudantes, capatazes político”, que se “agitavam, pediam, e desejavam e sonhavam com este e aquele lugar para este ou aquele dos seus apaniguados”. As possibilidades de novos cargos públicos que pudessem reforçar o poder das oligarquias em suas respectivas províncias, não era situação a ser descurada pelos políticos nas Câmaras.

Os cargos alimentavam a máquina burocrática, mas, antes disto, davam ao chefe da província a prerrogativa de colocar um ocupante que seria não só eternamente agradecido ao doador do cargo, mas “obrigava” o funcionário a entrar numa relação de promiscuidade, na qual o cargo público se misturava com as interesses particulares. Assim, esclarece o narrador que, “a massa da população interessava-se pelo debate, pesava argumentos”, mas a população, embora tivesse a ilusão da força da opinião, não suspeitava de “que tanto esforço de inteligência

³⁵ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 11–12.

³⁶ A paráfrase que o narrador faz do discurso de Numa sobre a questão dos estados e a opção pela descentralização como forma de aperfeiçoamento administrativo no regime republicano leva-nos de volta ao período anterior, o Império. Lembrando que a justificativa para o desmedido poder dos senadores e conselheiros no Império se explicava pela “centralização excessiva do sistema político brasileiro, que subordinava as províncias ao governo central, os governos municipais às províncias e colocava o poder judiciário, a Igreja, o Exército e até os empresários à mercê dos políticos” (COSTA, 1999, p. 141). Portanto, a descentralização significaria maior poder para províncias/estados, mas na República significou a continuidade dos desmandos, naquele momento respaldado pela Constituição.

³⁷ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 12.

escondesse uma vulgar mascateação ou um arranjo de políticos”.³⁸ O novo projeto causou tanta desordem “nos arraiais políticos” que, “fosse a importância do assunto ou fossem os interesses subalternos em jogo, o certo é que ocuparam a tribuna os mais mudos deputados e os mais cétricos foram ainda encontrar, no fundo deles mesmos, ardor e vigor combativos”.³⁹

Foi em meio a essa algaravia de interesses, mais ou menos escusos, que Numa proferiu seu primeiro discurso na tribuna da Câmara, causando grande surpresa aos seus colegas de magistratura. O acontecimento não passou despercebido aos representantes dos jornais que “não contando com tão inesperada revelação, denunciaram o entusiasmo com calorosos elogios publicados nas suas folhas, ao dia seguinte”.⁴⁰ O que chamava a atenção dos jornalistas das folhas diárias eram as qualidades da linguagem e do estilo do “poderoso orador”. Para Numa, sobraram elogios sobre seu “saber, elegância e propriedade de frase”. Mesmo o jornal que se tinha por “intransigente” e, expunha de forma desabrida o que pensava sobre a instituição Câmara — um lugar de “indecente valhacouto de caixeiros de oligarcas abandonados”,⁴¹ — não esqueceu de analisar o léxico do deputado Numa: “revelou-se um orador. É verdade que não pode emparelhar-se com os grandes oradores da Câmara. Faltam-lhe imagens, o seu vocabulário é pobre, sua construção rasteira; fala como conversa, quase terra à terra, sem imagens que tanto tornam notável o sr. Gracimundo Rocha”.⁴²

Nem mesmo o jornal que “se tinha por neutro” poupou elogios à oratória do desconhecido político e afirmava que a “cultura histórica e o saber sociológico” de Numa estavam aguardando momento oportuno para se revelar. E o projeto de criação de uma nova federação foi tratado de “maneira elegante e sábia”. Afirmavam ainda que o senhor Numa fez isto com muita “discrição oratória, poucos tropos, sem guirlandas de frases”. Peroraram ainda

³⁸ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 10.

³⁹ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 9–10.

⁴⁰ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 12. Além da hipertrofia da linguagem em si, sem sua relação direta com a realidade concreta do país, chama a atenção nas memórias de Afonso Celso a relação dos deputados com a imprensa que, embora utilizando palavras mais amenas parece não diferir muito das relações destes com o veículo impresso, situação amplamente criticada e denunciado por Lima Barreto. O memorialista constatava que sendo a “imprensa o veículo por excelência da notoriedade, voltam-se os deputados para ela. Vivem alguns a bajular os jornais e os seus mais subalternos agentes; tornam-se íntimos dos repórteres, empregando indecorosos manejos para ver o nome assiduamente nas folhas. Mal chegam ao Rio, visitam as redações, das quais se despedem, ao partir. Remetem-lhes bilhetes e telegramas, fornecem-lhes notícias, abundam em agradecimentos e retificações” (CELSE, 1998, p. 99–100).

⁴¹ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 12.

⁴² LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 12. Raymundo Faoro expressa essa mesma mania da retórica “herdada da literatura portuguesa, seus oradores e escritores clássicos”. O mesmo estudioso afirma ainda, “o debate de idéias travava-se nas nuvens”, “uma boa idéia se media pelo efeito que causaria num discurso, num aparte ou num artigo de jornal. Era a política silogística, a que aludia Nabuco, que as idéias se escondiam em figuras e tropos, cobrindo algum problema financeiro ou jurídico, problema perdido num país desconhecido ou que não levava suas aspirações aos representantes da nação. Era um estilo enfático e solene, do que se distinguia a atividade literária corrente e a linguagem do eleitorado ativo, dos cabos eleitorais ou dos intelectuais de aldeia” (FAORO, 41988, p. 166).

sobre a “sua maneira de falar, calma e sóbria”,⁴³ comparando-o com o estilo de Descartes, o que significava dizer que não eram as idéias que faziam o estilo visível. Após uma semana sendo alvo de elogios quase literários, Numa foi transformado em celebridade, era a “nova glória parlamentar”. Mas o triunfo só foi confirmado quando atravessou a rua do Ouvidor, onde foi apontado e glorificado por “aquela gente que a enche, gente habituada a respeitar as glórias retratadas nas revistas ilustradas e gabadas diariamente nos quotidianos, reconheceu-o e olhou-o com o alto respeito que se deve a um grande orador parlamentar”.⁴⁴

O narrador, ao colocar essa situação, torna fictícia uma situação que existia de fato. Os jornalistas que escrevem sobre a atuação da personagem, não estão preocupados com o que ela diz, mas sim com a estilística: relevante não é o que se diz, mas como se diz, em qual estilo. A produção literária e científica faz sucesso e são elogiadas pelos críticos do período levando-se em conta não o conteúdo dos discursos proferidos, mas a forma como eles eram construídos pelo autor. Essa é uma característica do período — século XIX, início do XX — no Brasil. Situação que fora presente na França do século XVIII, mas que aqui ainda era parte do movimento de constituição de saberes sobre a nossa realidade: é a expressão da idéia geral de que o estilo fazia o homem, a doutrina professada era irrelevante. A hipertrofia do estilismo vazio, sem conteúdo social ainda mais contribuía para o distanciamento entre os escritores e a realidade da qual eram parte. Sem esquecer que isso também escondia a carência de conteúdo político, social, científico e moral.⁴⁵

Edgarda, casada com Numa, sustentava os passos trôpegos do marido que ainda não havia inoculado a paixão pelo arruído e a nomeada. Enquanto o marido, ainda provinciano, seguia de cabeça baixa, a mulher apanhava em contido disfarce as glórias que a rua lhe demonstrava. Aproveitava o encontro com pessoas conhecidas para explodir sua alegria,

⁴³ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 18. A personagem Gracimundo Rocha é uma referência ao estilo de Rui Barbosa; “Este assombrava, como um fenômeno. [...] Falava duas, três, quatro horas consecutivas, se repousar, sem soluções de continuidade, sem se servir de uma nota, sem molhar a garganta, sem que um instante afrouxasse ou se empanasse o timbre sua voz extensa e mordente. [...] de sua boca escorria ininterrupta, sempre cheia e volumosa, a caudal de palavras cristalinas. Prodigiosa máquina de falar admiravelmente. E que discursos! Verdadeiros tratados sobre assunto, obras exaustivas, edifícios macios e colossais, [...] estupenda erudição transbordante de fatos, datas, leis, nomes, comentário, tudo, enfim. [...] A forma mais correta, burilada, com luxos de classicismo e termos raros, sempre literária e nobre, dir-se-ia esmeradamente trabalhada” (CELSO, 1998, p. 81).

⁴⁴ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 13. É neste momento que, segundo Faoro, morre o estamento e nasce a classe social que inaugura “[...] a luta pela vida com instrumentos novos; em lugar do critério de honra e serviço, com o prestígio daí decorrente, aparece a notabilidade criada pelo jornal, pela praça pública e pelo mercado. [...] A propaganda substitui a verdade; a opinião desbanca a realidade, que, em conflito com a opinião, perde a existência. [...] A opinião, fórum onde os homens se elevam da obscuridade, sofre todas as distorções, confundidas a verdade e a mentira no mesmo saco, ou no mesmo abismo, ou no mesmo caos” (FAORO, 1988, p. 493).

⁴⁵ LEPENIS, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: ed. da USP, 1996.

sorrir largamente e colher a glória do marido como se a ela pertencesse: “desceram assim os dois lentamente a rua, parando aqui e ali, gozando aos goles o licor inebriante do triunfo”.⁴⁶

Edgarda, nascida e criada no Rio de Janeiro, “tendo vivido sempre nas rodas senatoriais e burguesas, tinha ilusões de nobreza”,⁴⁷ tinha curiosidade em conhecer lugares diferentes, o que já eram prenúncios de uma vaga insatisfação com a vida que tinha levado até ali. Queria saber sobre a cultura e as particularidades da sociedade, dos estados, sua história, sua indústria, suas cidades: todas estas informações Edgarda pedia ao Numa, com o “espírito de uma marquesa ao intendente dos seus domínios”. Ela queria casar, mas os pretendentes que apareciam eram tidos por “prosaicos” e “desproporcionais”, não atendiam aos requisitos, não estavam à altura das pretensões da moça. O casamento, apólice, investimento, era a última etapa que deveria cumprir para se elevar socialmente.

Nessa personagem, Lima Barreto ensaia a possibilidade de um fluxo de consciência capaz de sacudir o “pequeno” mundo de Edgarda: às vezes, ela se interrogava sobre as representações que tinha de si e da realidade que a circundava. Ao ler os relatos de jornais sobre as desordens da escolha do novo presidente, ela sentia que tudo estava desmoronando a sua volta, “tudo caía, a lei, a ordem, a autoridade”.⁴⁸ Mas o conflito interior permanecia ali latente, sem força suficiente para fazê-la abdicar da comodidade da posição social que ocupava. Quando está na iminência de entrar em si mesma e adquirir os lampejos de uma consciência crítica e transformadora, a personagem é tomada pelo ceticismo: “Mas, se fizesse, o que adiantaria? Numa não voltaria deputado; ela não seria a esposa do eloquente parlamentar; as outras não a olhariam com respeito e a sua fortuna não teria essa moldura; seria a fortuna vulgar, corriqueira, da mulher de um negociante qualquer”.⁴⁹

⁴⁶ Nesse momento, inebriados pela fala, cujos frutos eram colhidos na rua do Ouvidor, podemos fazer uma relação quase direta com a interpretação de Faoro sobre a sociedade imperial retratada por Machado de Assis. Segundo Faoro, “a sociedade compõe o homem pela opinião, pelos juízes das relações externas. Nenhuma virtude superior o distingue, modera ou diferencia. Isso significa, além da agonia da consciência como juiz das ações, o desaparecimento de uma estrutura social que modela os valores sociais por critério de honra e prestígio. Morre o estamento — comunidade fundada em tradições e convenções — e nasce a classe social, de livre ascensão, aberta a todas as ambições” (FAORO, 1988, p. 493).

⁴⁷ Para o narrador aquela concepção de nobreza era resultado de uma educação defeituosa: “Essas concepções de nobreza lhe viera da educação das irmãs de caridade e a defeituosa instrução que recebera e não pudera ajudar à sua real inteligência a corrigi-la. Não metera em linha de conta que nobreza supõe domínio efetivo e perpetuidade na família desse domínio, garantida por privilégios, soberania, tradições de raça e sangue; e a ilusão que as irmãs lhe instilaram no espírito aos dezesseis anos, ficou-lhe para sempre no subconsciente” (LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 19).

⁴⁸ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 142.

⁴⁹ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 143. Sérgio Buarque de Holanda ao analisar as relações entre nobreza e burguesia em Portugal afirma que “à medida que subiam na escala social, as camadas populares deixavam de ser portadoras de sua primitiva mentalidade de classe para aderirem à dos antigos grupos dominantes. Nenhuma das ‘virtudes econômicas’ tradicionalmente ligadas à burguesia pôde, por isso, conquistar o bom crédito, e é característico dessa circunstância o sentido depreciativo que se associou em português a palavra tais como traficante e sobretudo tratante, que a princípio, e ainda hoje em castelhano, designam simplesmente, e sem qualquer labéu, o homem de negócios” — em: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 112.

Aqui podemos inserir o conceito de bovarismo, como ele foi interpretado por Lima Barreto. Na crônica “Casos de Bovarismo”, escrita em 1918, encontramos a síntese desse conceito aplicado à “heroína de Flaubert” que, em algumas momentos, aproxima-se de Edgarda. Encontramos também em Salustiana, personagem de *Clara dos Anjos*, aspectos também similares à personagem de Flaubert. Ambas foram educadas “num estabelecimento aristocrático”, estavam casadas com homens, descritos pelo narrador, como “de pouca inteligência”. As duas mulheres, assim como Emma, faziam de si a representação que não passava pelo crivo da realidade: tinham “ares de grandes damas”.

Emma Bovary, pequena burguesa, educada num estabelecimento aristocrático, casada com um estúpido médico, ou cousa que o valha, faz de si um retrato de grande dama, talhada para altas cavalarias e satisfações, desenvolvendo para se aproximar de uma tal imagem todo o vigor de sua natureza violenta. O reflexo dessa imagem sobre a sua consciência faz que ela deforme toda a realidade, criando dentro de si um princípio de insaciabilidade, de ruptura que impede sempre o equilíbrio com o mundo externo. A realidade não a satisfaz. Malcasada com o medíocre Charles, desgosta-se, despreza-o, abomina-o. Sonha amantes. Retrata-os carinhosamente na sua imaginação; idealiza-os suprimindo inconscientemente os perigos do adultério.⁵⁰

Edgarda queria um marido que fizesse “ecoar o seu nome por todo o país”, a “celebridade do marido” era a realização dela, da sua ambição: pois não havia sido ela “educanda das irmãs de Botafogo?”⁵¹ E elas não haviam lhe assegurado que era “rara, minha filha, a educanda nossa que não leva o marido longe”.⁵² Edgarda acreditava no vaticínio das irmãs de Botafogo, cuidava da carreira do marido: vivia, assim, constantemente sobressaltada, temerosa de que o marido virasse uma nulidade qualquer, mesmo sendo deputado.

Notava ela que a celebridade do marido começava a esfriar, a ser esquecida; e ficava contrariada quando lhes diziam nas lojas, ali ou aqui que não o conheciam. Fizera o marido comprar muitos números da *Os Sucessos* e mandar para o Estado; insistia com o pai para que a biografia fosse transcrita no órgão oficial do partido em Itaoca. Esforçava-se por adivinhar os golpes que ele pudesse levar.

⁵⁰ LIMA BARRETO, *Toda a crônica*, p. 327. A maneira de o autor aplicar o conceito de bovarismo à sociedade brasileira foi explicada de forma concisa por Sevcenko: “conforme a própria natureza do seu modo de pensar e criar, Lima Barreto faz uma aplicação social desse conceito. A jovem república estava toda imersa em atitudes bovaristas. Aliás, a sua própria fundação fora decorrência de uma atitude bovarística: a fé incondicional na fórmula republicana tomada como panacéia que resolveria todos os males do país. ‘Mesmo entre os moços, que eram muitos, [...] existia uma adoração fetichica pela forma republicana, um exagero das virtudes dela’. Mas, a considerando os próprios grupos intelectuais, tidos como dotados de maior capacidade crítica, a emergência do novo regime arrojou-os numa militância nacionalista destemperada, de teorlouvaminheiro e ufanista, embebido do mesmo otimismo ingênuo dos escritores gongóricos e dos poetas românticos. É a figura que vem admiravelmente caricaturada na cândida personagem do major Policarpo Quaresma” (SEVCENKO, 2003, p. 213).

⁵¹ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 37. As irmãs educavam as mulheres das elites que residiam em botafogo.

⁵² LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 37.

É difícil estabelecer valores sociais rígidos para as personagens criadas por Lima Barreto. Edgarda, por exemplo, possui a fortuna, mas esta por si mesma não é suficiente para satisfazer a vaidade da moça. Na posição política do marido, feito deputado pela influência do pai, ela vê a moldura, o coroamento de sua posição social. Existe aqui uma contradição: o narrador imputa a ela o adjetivo “castela” e “burguesinha”, mas logo em seguida afirma que para ela, Edgarda, ser “mulher de um negociante qualquer”, era uma situação indesejável, o que pode significar um fenômeno de coexistência de valores da “genuína nobreza” e sua hipertrofia nos grupos ascendentes, após a proclamação da república.

Tal situação pode significar, também, a fixação dos valores burgueses, nos quais a situação de classe e a institucionalização do Estado aparecem aos grupos recém-chegados ao poder como instâncias que se complementassem. Aí, sim, poderíamos compreender que a fortuna de Edgarda precisasse ser emoldurada pelo cargo de deputado, porque esses novos grupos precisavam do poder institucional do Estado para a preservação de suas rendas, fortunas ou mesmo das pequenas propriedades.

Pode ser que houvesse muita insegurança em relação ao futuro político do país e estar no poder — caso de Edgarda por ser mulher de deputado — garantia sua ascendência sobre outros grupos e algum lustro de poder proveniente do fato de que quem estava por cima sabia das últimas novidades e das intrigas que se davam entre os grupos em disputas. No caso das mulheres, saber as últimas novidades das intrigas políticas podia ser um fator de domínio e forma de inserção política e social. É por isso que, particularmente no romance *Numa e a ninfa*, temos um rol de representações de mulheres de militares, de cabos eleitorais, de ministros. O papel que cabe a elas é exercido nos bastidores, no mundo privado, no reduto da casa. E percebe-se, nas narrativas de Lima Barreto, que ele é cômico de que as mulheres das elites tinham uma influência grande sobre as ações dos homens, fossem estes maridos, amigos, pais, amantes.⁵³

É verdade que o narrador coloca nas bocas dessas mulheres falas que demonstram desprezo pelas leis e regras públicas, somente cuidavam e pensavam na melhoria das situações dos parentes, maridos e filhos. Nesse caso, encontram-se mergulhadas no mundo privado, relegando às instituições públicas o papel de atender aos ditames da vida familiar. No caso das mulheres, particularmente nesta narrativa, em que o escritor coloca em ação personagens

⁵³ Fazendo uso ainda das sugestões de Sérgio Buarque de Holanda para compreendermos porque era necessária a condição de deputado para emoldurar a fortuna de Edgarda, tomamos aqui a afirmação do historiador sobre a particularidade das relações entre aristocratas e burgueses em Portugal: “E se muitos ainda não ousavam trocar a milícia pela mercancia, que é profissão baixa, trocavam-na pela toga e também pelos postos de administração civil e empregos literários, de modo que conseguiam resguardar a própria dignidade, resguardando, ao mesmo tempo, a própria comodidade” (HOLANDA, 1995, p. 113).

ligadas ao mundo político institucional, notamos que havia ressentimento contra o povo: as mulheres dos políticos alimentavam desprezo à dependência que Câmara, Senado e cargos ministeriais, tinham do povo: “os deputados e governadores não deviam estar em dependência tão estreita desse povinho — não acha Edgarda?” Para elas, as instituições não poderiam depender da legitimidade que só o povo, a ralé, os inferiores podiam dar. As mulheres aparecem aqui como lobistas dos maridos ou de si próprias: querem garantir as pensões e os salários de maridos, pais, mas, principalmente, porque os recursos de que dispunham para obter vantagens individuais são relações pessoais e íntimas que cultivavam entre si.

É digno de nota, particularmente no romance em questão, que os maridos e afins colocassem as mulheres — oficiais ou mesmo as amantes de luxo que eram mantidas materialmente por eles — para saber das ocorrências políticas ou mesmo para perscrutar as intenções, as razões íntimas e subjetivas das ações dos chefes políticos. Os dependentes e apoiadores granjeavam reconhecimento do superior, principalmente, se eles soubessem antecipar aos chefes: saber o que eles queriam, como gostariam que os seus correligionários votassem e conhecessem o temperamento dos “enfasiados”. Ao mesmo tempo, a subclasse política sentia orgulho e punha importância nas suas atuações, acreditando que influíam sobre os atos daqueles que ocupavam o poder no momento.

O papel das mulheres neste caso era conhecer, antecipar, intuir, jogar, observar para direcionar as ações dos maridos políticos. Cabia a elas, então, a política privada, construída a partir de pequenos e insignificantes fatos ligados à vida pessoal e individual. Daí a importância do conhecimento e das relações das famílias entre si, da manutenção das amizades, dos pequenos agrados e das visitas. O narrador dá às mulheres não apenas a política dos bastidores, mas, também, a política feita no interior das casas, onde decisões são tomadas ao redor das mesas de café da manhã e almoços. À tarde, horário em que os homens já foram para o desempenho de suas funções públicas, as mulheres “cheias de seriedade”, aproveitavam para sair e fazer as visitas convencionais de manutenção das amizades ou aquelas que eram apenas protocolares.⁵⁴ O lugar da política para as mulheres é permeado pela teatralidade do cotidiano e da intimidade, cujos espaços não eram franqueados aos homens, por causa das “formalidades” e superficialidades das relações entre eles.

⁵⁴ No estudo de Martha Abreu sobre “meninas”, a autora mostra como nos processos crimes de sedução, a pergunta mais importante e capaz de por termo a um processo movido contra os homens que seduziam moças era — “Ela saía sozinha à rua?”. Havia um código que prescrevia o horário das mulheres “nunca antes das duas ou depois das cinco horas”. Conclui a autora que “a rua, ainda no início do século XX, era pouco visitada pela mulher higienizada”. Esses preceitos valiam tanto para as mulheres das classes populares como para as mulheres das elites — em: ABREU, Martha Esteves. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *belle époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 43.

As mulheres rompem com essa pseudoformalidade, tornando-se capazes de descobrir, de saber, de antecipar fatos, de influenciar decisões, de aparentar poder, num intrincado jogo de trocas cotidianas de informações entre as amigas que faziam parte do rol de relações, pautadas pelo exercício cotidiano de subjetividades.⁵⁵ Os homens de poder tinham o palco; as mulheres, os bastidores que eles fingiam desconhecer. Esperava-se delas que fossem sempre apoiadoras dos maridos e afins, porque a discórdia não poderia contaminar as relações familiares, muito menos as que colocassem dúvida à proeminência dos maridos, o que significaria minar a paz matrimonial em seu pilar mais relevante.

O casamento entre Numa e a Ninfa foi resultado de um “ócio provinciano”, sem muitos pretendentes “passáveis”. Não tendo como fugir do “tédio”, Edgarda esqueceu “a artificial representação que tinha de si mesma” e entregou-se ao casamento da razão. O evento pareceu ao pai de Edgarda “útil à sua política”. O sogro já sabia que o futuro genro não tinha pudor em fazer do cargo judicial “instrumento das ambições políticas do partido e de opressão para os adversários [...]”.⁵⁶ Numa já se tornara conhecido, mas o narrador afirma ainda que “a desfaçatez judiciária de Numa dava a medida do que ele seria capaz de fazer quando o solicitassem grandes ambições e tivesse o apoio familiar de Flores”. Sendo Flores o adversário político de Bastos, o pai de Edgarda foi quem primeiro lhe cedeu a mão, antes que seu inimigo o fizesse. Isso revela um dado importante: os dependentes conquistavam suas posições, no contexto das disputas entre as oligarquias.

A “desfaçatez judiciária de Numa” pode ser exemplificada. A história se passa no interior, onde Flores, um coronel local, invade as terras de um rival, mata as filhas, filhos e criados. “A horda que o acompanhava saqueou as casas da fazenda, os moinhos, os currais e estrebarias”. Toda a chacina cometida pelo Coronel Flores só foi parar nos tribunais, porque a notícia causou celeuma no Rio de Janeiro. Numa, apesar de todas as provas e testemunhas, “despronunciou Flores e seus sequazes”.⁵⁷ Foi a partir deste fato tenebroso que Numa tornou-se alguém conhecido e temido pela oposição. Foi esse fato que convenceu o pai de Edgarda

⁵⁵ No estudo de Martha Abreu sobre o cotidiano dos populares no Rio de Janeiro, ela afirma que “a mulher da elite já possuía, na segunda metade do século XIX, uma outra função na família”. Com mais instrução, passou a ser a “companheira inteligente” do marido. Mas, como lembra Luiz Edmundo [...] ‘ainda não saía sozinha à rua, lá isso é verdade, mas sai bastante, seja ao lado da mamãe, do irmão ou de um parente mais velho’ (ABREU, 1989, p. 43)

⁵⁶ LIMA BARRETO, **Numa e a ninfa**, p. 20.

⁵⁷ Edgar Carone relata um acontecimento parecido ocorrido em 1903 no interior do Ceará, onde o Coronel José Belém Figueiredo era o chefe político da cidade do Crato e dominava todo o sul do estado. No relato o autor diz que o coronel em questão: é analfabeto, truculento, usa de todas as violências contra os amigos e a oposição; nesse ano manda invadir as quatro fazendas do deputado situacionista, Antonio Jamacaru, e mata violentamente várias pessoas. Diante da inércia de Nogueira Acioli, emissários procuram auxílio com Rodrigues Alves; a negativa deste obriga-os a aglutinarem-se e a elegerem chefe o Coronel Antonio Luis Alves Pequeno” (CARONE, 1975, p. 148).

da utilidade de tê-lo a seu lado e, por isso, o casamento com a filha vinha a calhar: “o braço juntar-se-ia à cabeça”.⁵⁸ Depois do casamento, a carreira de Numa Pompílio de Castro tomou uma direção naturalmente esperada: de deputado estadual chega a federal e, como tal, partiu para o Rio, “apressado em tomar assento” na Câmara Federal. O desembarque “não foi concorrido como era o do sogro”: este era um nome consolidado, Numa estava no início de carreira. A maior ou menor concorrência nos embarques e desembarques, conforme revistas da época, revelam a dimensão do prestígio dos homens públicos.

Iniciada a vida de casado, Numa admirou-se de ver Edgarda dedicar-se à leitura. Não podia entender que prazer pudesse ela ter “nos livros, com os quais só lidou por obrigação...”. Numa, no entanto, percebeu que comprar “revistas e volumes que a mulher lhe solicitava”, era também um meio de chamar a atenção sobre si, de uma maneira que o lisonjeava: “começaram a estimá-lo como estudioso e homem de bom gosto”. Com a desenvoltura contida de quem tem medo de ser descoberto, ele vai aos poucos se tornando conhecido dos “caixeiros”, que, é de supor, comentavam as suas leituras e seus interesses literários com outros fregueses.

Para Edgarda, no entanto, isso era muito pouco: ela desejava ver o marido nos jornais. Só os jornais tinham o poder de confirmar a existência de alguém. Se Numa não aparecia neles, então Numa não existia. Sua obscuridade começou a incomodar a mulher. Sabia que ele não era inteligente, mas tinha “não sei que de organizado”, de “médio” e ares de “segurança de processo”, qualidades medianas poderiam torná-lo conhecido, particularmente na cena política. “Esperava-o na Câmara barulhento, discutindo e ele vivia calado; esperava-o atacado pelos jornais de oposição e eles não diziam nada; esperava-o conhecido de todos e ninguém o conhecia”. Nem mesmo suas amigas davam pela existência do marido: “Ainda há dias a Hortência não lhe tinha perguntado: ‘Edgarda, teu marido é deputado’?” Essa pergunta desconcertante é a simbolização perfeita da desimportância de Numa.

O discurso que Numa pronunciou na Câmara, e que lhe deu a celebridade narrada no início desse capítulo, foi resultado dessas “necessidades” e desejos da mulher de estar casada com alguém que tivesse expressão social: Numa foi incentivado por ela a rascunhar alguma coisa e ela faria as correções. Feito o discurso, Numa estudou-o “como se fosse um papel de

⁵⁸ LIMA BARRETO, **Numa e a ninfa**, p. 20. A expressão aqui usada pelo narrador tem a finalidade de colocar uma ordem orgânica na relação entre sogro e genro porque este último “conhecendo a fama do rapaz no Estado, a sua influência, o seu atrevimento, o seu despudor em fazer do seu cargo judicial instrumento das ambições políticas do partido e de opressão para os adversários, Cogominho percebeu bem que era melhor tê-lo por aliado, antes que se unisse a Flores quase sempre disposto a não lhe obedecer totalmente. [...] A desfaçatez judiciária de Numa dava medida do que ele seria capaz de fazer quando o solicitassem grandes ambições e tivesse o apoio familiar de Flores” (p. 20).

teatro”. Para coisas de “teatro”, Numa tinha antecedentes. Após a leitura do discurso, dos parabéns e dos “olhares admirativos, naquela rua que sagra as celebridades nacionais”, viera-lhe à memória recordações dos tempos idos e das dificuldades passadas lá no interior, quando ainda vivia em companhia do pai. Recordava que ele, o pai, vivia sob a batuta dos “chefes políticos” e que estes sempre poderiam lhe “arrebatar o emprego”, mantido à custa de “adivinhar” as reviravoltas dos interesses políticos, das disputas entre as oligarquias locais, dependente das “reconciliações e separações” que sempre ocorriam:

Subia um partido, descia outro; os Castriotos reconciliavam-se com os Cíceros; os Cíceros deixavam os Castriotos e iam para os Coimbras; e sempre seu pai tinha que adivinhar essas marchas e contra marchas, essas reconciliações e separações, para manter o seu emprego, sem poder abster-se, obrigado a tomar partido para sua própria segurança.⁵⁹

A infância pobre parecia estar sendo compensada: “habitava um palácio, no meio da abundância, ao lado de uma linda mulher bem educada, onde iria?” A resposta para o merecimento de tudo isto estava na “formatura”, porque se ele não se tivesse feito doutor, nada teria lhe acontecido. Mas isso já havia sido previsto por Numa, desde criança, já naquele tempo acreditava que “a carta era a chave da riqueza, uma chave mágica a abrir todas as fechaduras da vida, suavemente, docemente, rapidamente, sem o mais tênue ruído. Uma gazua...”. Se tinha talento, se tinha saber, nada disso importava, porque era formado. Sentia orgulho de estar na cidade grande, da casa onde morava e, principalmente, porque “o dia de amanhã estava garantido e que para viver não precisava esforçar-se”.

Porém, essa situação só se manteria às custas de bajulações e dissimulações: era preciso provar cotidianamente a lealdade ao superior. Mesmo aqueles que pareciam estar “em cima” não podiam relaxar nos salamaleques: a instabilidade política deixava todos em estado de suspensão — mesmo quando estavam em situação de poder e ao lado do homem do momento — os subalternos tinham que continuar se comportando de acordo com as exigências da manutenção de sua fatia de poder. Era preciso pesar o “mínimo ato” praticado para não ferir as suscetibilidades do chefe ou sinalizar que “o apoio” fosse “simulado ou a contragosto”. Tinham na verdade que dissimular a dissimulação:

Disputavam-se no agradecimento do estadista inesperado os políticos de todos os matizes. Os que estavam em cima não queriam de forma alguma dar o mínimo sinal de que o seu apoio era simulado ou a contragosto; e os que estavam em baixo, apressado em ficar por cima, corriam parênteses com os adversários, dando sempre mais do que eles tinham dado.⁶⁰

⁵⁹ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 24. O narrador afirma que “a principal função dos políticos é dar emprego, mas eles não gostam de ser atormentados com pedidos e detestam que os maltrapilhos os façam” (p. 269)

⁶⁰ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 112.

O papel da corriola, dos adeptos e admiradores do candidato era “provar dedicação”: para isso eram pagos e o excesso de bajulação — “pugilato de bajulações”, na expressão do escritor — fazia parte do pacote. Precisavam despender um grande esforço para não deixar transparecer “o mínimo sinal de que o seu apoio era simulado ou a contragosto”.⁶¹ As lambidelas são parte do jogo político, mas eram o preço que Numa deveria pagar pelo sentimento de que havia ascendido socialmente. Passar de uma classe para outra exigia grandes sacrifícios morais e anulação da personalidade, por isso a personagem, a cada lanço da escada que subia, lembrava o lugar de onde viera: “quando terminou, recebendo abraços, ouvindo aqui e acolá comentários, a sua lembrança ia para a casa paterna, lá no seu estado longínquo”.⁶²

Essas recordações servem para validar os sacrifícios subjetivos em troca de situações concretas. Um exemplo disso está evidente quando o narrador se refere às lembranças que o herói tem da casa paterna mesmo num momento de projeção social: “baixa, caiada, meio de telha vã, meio forrada, com largo quintal, tendo aqui e ali uma árvore, um cajueiro e os urubus teimosos misturados com as aves domésticas”. Após a subida, ele passa a residir “por aqueles lados de Botafogo”. Embora o narrador olhe o casarão de Botafogo e faça sobre ele comentários relativos à arquitetura, comparando-o a um “paralelepípedo” sem movimento, o casarão era “vasto”, possuía “seis janelas de frente”, um amplo jardim “com velhas fruteiras nodosas”. Em vez de estar na casa da infância “baixa, meio de telha vã, meio forrada”, onde galinhas e urubus conviviam no fundo do seu quintal, Numa agora habitava o casarão em Botafogo, antiga propriedade do “velho Gomes”, avô de Edgarda.⁶³ O antigo proprietário “era português de origem humilde, traficara, enriquecera e se fizera, com os anos, uma potência

⁶¹ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 112. O pugilato de bajulações acontecia nas disputas entre candidatos de partidos diferentes e a tribuna era ocupada pelos beligerantes de partido, sendo que o povo comum estava ali para aplaudir um e ou outro, dependendo da efusividade do orador. Os entusiastas eram gente humilde, pagos exatamente para isso: “Se uns chamavam-no de inteligente, os outros diziam-no gênio; se Numa qualificava-o de grande estadista, Salustiano arengava em algum lugar e aclamava-o o primeiro estadista do mundo”. Essa luta era, segundo do narrador, “uma luta para divertimento das arquibancadas” e o objetivo era fortificar a convicção de Bentes”. O candidato precisava desses exercícios de bajulações públicas para adquirir a convicção de que podia ser ou não candidato. Este fato, de certa forma, nos permite-nos pensar que os “políticos” tinham ainda uns resquícios de medo do povo, ou que eram eles, em última instância, que davam ou não o bilhete de entrada para os deputados, senadores, governadores e presidentes.

⁶² LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 24.

⁶³ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 32. Botafogo era um bairro onde haviam suntuosas mansões e foi um dos primeiros bairros a ser servido pela Companhia de barcas Ferry, “a partir de 1871, torna-se um dos primeiros a ter serviço regular de bondes de tração animal. Com a implantação desses transportes coletivos, acentua-se a diversidade populacional do bairro. E o comércio, que antes se concentrava na praias, vai aos poucos se interiorizando, acompanhando a linha do bonde e contribuindo assim para a completa urbanização do bairro — ver: TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **História breve do bairro de Botafogo**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

comercial da cidade”. Simultaneamente ao enriquecimento do português, também o bairro de Botafogo iniciava seu processo de urbanização e crescimento:

No decorrer do século XIX foi assumindo aspecto essencialmente residencial. O bairro de Botafogo era o mais procurado para residência das famílias de mais altas rendas do Segundo Império. A enseada de Botafogo, entre os morros da Viúva e da Urca, era coberta por jardins e chácaras de mansões suntuosas. Por isso mesmo o comércio local cresceu para atender ao consumo desta população. Fazia parte da paróquia o arrabalde de Copacabana, ainda praticamente desabitado.⁶⁴

Para o deputado, não importava de onde vinha o dinheiro usado na compra daquele casarão, mas apenas o que ele significava para seu *status* de “político bem-sucedido”.⁶⁵

Numa não tivera ascensão só no sentido concreto — de casa boa, roupas, a importância do cargo e mulher bonita —, ele também fora inserido na tradição da cidade, representada pelo casarão. Talvez fosse por isso que Numa “em começo, custou a habituar-se à velha casa”. Sentia-se dentro dela “deslocado”. Vindo de onde veio, “Numa julgava a casa grande demais; era como se tivesse vestido a roupa de um gigante”. Seria esse o motivo da insegurança da personagem que não conseguia, na nova situação social e econômica, continuar agindo por sua própria conta? No novo ambiente, ele se “despersonalizava, ficava amuado, sem vontade de se mostrar, temeroso de cometer erros e sentia que não dominava as razões políticas”. Numa era mal formado, suas leituras foram escassas, o diploma não era garantia de erudição e amplidão intelectual.

Se juntarmos a nova condição de classe e a expectativa que se tinha de um deputado-bacharel, temos o desdobramento dessas situações externas na personalidade, no

⁶⁴ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro**. Rio de Janeiro: IB-MEC, 1978, v. 2, p. 259

⁶⁵ O português “humilde” e que enriquecera na segunda metade do século XIX é parte de um grupo de portugueses que, após 1845 — o ano de Bill Aberden — enriquecera com o tráfico ilegal de escravos. A proibição do tráfico, inicialmente, feriu os brios nacionais devido à “violência dos cruzeiros ingleses de repressão, que chegava a apresar navios brasileiros dentro dos nossos portos”. Com o tempo, no entanto, tornou claro “a circunstância de serem principalmente portugueses, não brasileiros, as grandes fortunas formadas à sombra do comércio negreiro, [...]” o que “tendeu a mobilizar contra a introdução de escravos, e, em favor de um governo disposto a enfrentá-la sem hesitação, toda descendência ainda numerosa de caramurus da Regência. E sabe-se que o nativismo lusófono chegou a representar, direta e indiretamente, uma ponderável influência no movimento para a supressão do tráfico. Os interessados no negócio tinham logrado organizar uma extensa rede que salvaguardasse o exercício franco de suas atividades. Desenvolvendo um sistema apurado de sinais e avisos costeiros para indicar qualquer perigo à aproximação dos navios negreiros, subvencionando jornais, subornando funcionários, estimulando, por todos os modos, perseguição política ou policial aos adversários, julgaram assegurada para sempre a própria impunidade, assim como a invulnerabilidade de suas transações. Não é para admirar se, com esse aparelhamento puderam os interessados no tráfico promover, mesmo, e principalmente, depois de 1845, [...] um comércio cada vez mais lucrativo e que os transformaria em verdadeiros magnatas das finanças do Império. Pode-se estimar a importância do golpe representado pela lei Eusébio de Queiroz, considerando que, naquele ano de 1845, o total de negros importados fora de 19.463, em 1846, de 50.354; em 1847, de 56.171; em 1848, de 60.000; em 1849, de 54.000 e em 1850 23.000. A queda súbita que assinala neste último ano resulta, aliás, não só da aprovação da lei Eusébio de Queiroz, que é de 4 de setembro, como da intensificação das atividades britânicas de repressão ao tráfico. A eficiência das medidas adotadas reflete-se no fato de, já em 1851, terem entrado no país apenas 3.287 negros, e 700 em 1854” (HOLANDA, 1995, p. 43–44).

comportamento da personagem. Assim, consideramo-la dividida; ao mesmo tempo, precisamos de outros dispositivos para compreendê-la em sua nova condição social. Será também o caso de pensarmos que o novo *status* não havia entrado em sua conformação mental a ponto de ele ter continuado a agir como se fosse um estudante, incapaz de absorver e seguir uma nova rotina? Os cômodos da casa onde morava eram igualmente vistos por Numa como enormes, desproporcionais, como as roupas de tamanho grande para um corpo pequeno.

Vindo do interior, estava “habituação às pequenas casas, órfãs de trastes e outros adereços”, que para ele não tinha muito significado, parecendo ser, inclusive, desnecessários os consolos, reposteiros e divãs, que reproduziam a ambientação aristocrática do antigo regime, e da qual suas origens estavam profundamente distanciadas. Ele olhava e media as coisas, os móveis pela utilidade e conforto que pudessem dar; no entanto, “achava os sofás estufados baixos demais e as cadeiras frágeis” e sentia “muito a falta de escarradeiras”.⁶⁶

Temos, então, uma personagem em processo de ascensão social, mas ainda preso à tradição rural, nos costumes, agindo sem compreender os significados culturais e materiais que o rodeiam. Ele é, portanto, uma personagem, em transição, ainda sendo modelada para agir conforme os costumes e as práticas culturais de outra camada social: o processo de educação, em uma outra classe social, aos poucos vai fazendo desaparecer o Numa da província, por isso consideramos seus conflitos como parte dessa adaptação. A personagem é, assim, uma mistura de caipira e provinciano — não vê sentido nos móveis — e, ao mesmo tempo, resistindo à perda da experiência anterior, num movimento dialético de ruptura, resistência e continuidade.

Há algo de significativo entre Numa e o interior da casa: “antes de espiar o movimento matinal do bairro, quis o acaso que examinasse um pouco os adornos da sala. Aí parou um pouco, convidado por esse ou aquele móvel. Julgou uns antipáticos, gostou dos antigos, pesados e amplos; examinou os bibelôs e demorou-se a considerar uma estatueta de bronze”.⁶⁷

O narrador descreve a estatueta e os sentimentos que ela provoca na personagem:

Sentada em ênxedra, de marfim, uma mulher tinha os braços abertos sobre os ramos da cadeira. O busto estava nu, a parte inferior coberta, e, aos pés, uma coroa de louros. Viu-lhe o olhar perscrutador, a expressão do rosto de serena imaterialidade, a atitude geral de suspensão. Olhou-a ainda demoradamente e descobriu qualquer coisa naquele pedaço de bronze que até ali não tinha sentido nunca. Afastou-se um pouco, examinou um *biscuit*, um outro bronze; mas, sempre aquela mulher em expectativa, à espera não sei de que atraia o seu exame. Teve medo de apanhá-la; afinal, o fez. Leu alguma coisa na base; não decifrou bem ou não teve confiança na leitura. [...] Trouxe-a bem junto à janela e leu claramente: *Histoire* — História.⁶⁸

⁶⁶ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 33.

⁶⁷ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 34.

⁶⁸ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 34.

O que o narrador desejava dizer sobre a personagem? Que ele seria condenado pela história? Por que ele tem medo da estátua? É certo que, em determinados momentos, o narrador renuncia a tomada de consciência da personagem sobre seu papel na narrativa, como se vislumbrasse a possibilidade de Numa tomar outras atitudes frente ao poder e transcender os limites impostos pela conjuntura. Mas é um jogo de aproximação e afastamento: a personagem, sempre que inicia a reflexão sobre outras possibilidades de ação, retrai-se, amedrontada.

A estátua sempre deitada à espera, “na expectativa”, em “atitude de suspensão”, pode significar a consciência que a personagem deveria ter, em face dos problemas que o país atravessava. Numa se recusava a enxergá-los, preso no imobilismo e no ceticismo paralisante e cômodo, atitude que ajudava a perpetuar o desinteresse das elites pelos destinos do país. A mulher, de “braços abertos”, representada pela estátua, “olhar perscrutador” e de “serena imaterialidade”, estaria à espera do despertar da consciência histórica.

Não precisou bem a relação entre a estatueta e a legenda, mas ainda assim olhou o bronze, o modo natural de seus braços abertos, a sua serenidade total, quando lhe avisaram de que havia uma pessoa que queria falar-lhe. [...] Quando Numa voltou em demanda do interior da casa, ainda olhou distraído a estatueta que continuava repousada, serena, na meia penumbra do salão.⁶⁹

Já mencionamos as dificuldades da personagem em se articular no interior das roupas, uma representação metonímica de seu despreparo para o vôo que havia dado: “como se tivesse vestido a roupa de um gigante”. Por outro lado, há o estranhamento diante da composição do ambiente da casa. Somava-se a esses descompassos, atinentes à vida privada, o desconforto da vida pública: Numa havia ficado sem fazer discursos na Câmara um ano e meio. O silêncio foi rompido por insistência da mulher, que não podia admitir marido obscuro e insignificante. Esses dados sobre a personagem podem ajudar na compreensão dos grupos que ascendem na estrutura de classe e como eles reagem à troca de posição social.

No caso particular aqui analisado, é o narrador quem faz a síntese, porque a personagem não tem consciência e autonomia para falar por si mesma. Chegamos em muitos pontos possíveis de conhecimento da personagem, mas quem dá a última volta ao parafuso é o próprio narrador, que assim explica os estranhamentos da personagem:

Era de supor que Numa esperasse por tudo isso, mas não pedia tanto a sua ambição de posição e dinheiro. Nela, não havia necessidade interna de grandeza, de luxo, de comodidade, de magnificência; havia tão somente preguiça, preguiça física, preguiça mental, vontade de ficar a coberto dos vaivens da sorte, das “rebordosas”, o pavor nacional do dia de amanhã.⁷⁰

⁶⁹ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 35.

⁷⁰ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 34.

Numa “não pedia tanto” e não esperava por tudo isso. Sua ambição se restringia a não ter preocupações com o futuro. O cargo de deputado exigia mais dele, que ele trabalhasse e estudasse as leis e as normas, que lesse os projetos e seus prós e contras, que tivesse argumentos e opinião e fosse sabido na retórica. Mas ele não desejava nada disso, faltava-lhe a vocação para qualquer outro empreendimento que não fosse o de se colocar “a coberto dos vaivéns da sorte”. Era o medo da queda, essa era a sombra que perseguia aqueles que não haviam nascido acobertados pelo amor materno, eufemismo que significa não ter herança, propriedade: como não havia garantias básicas para a busca da prosperidade, os indivíduos nem tinham a oportunidade de por em ação a capacidade de trabalho indicada pela lei da aptidão. Os problemas eram muitos e, para solucioná-los não bastavam discussões abstratas sobre talentos, vocações, aptidões.

Em 1918, Lima Barreto contesta as posições de Tobias Monteiro, pois este havia escrito “uma interessante brochura — funcionários e doutores”, na qual “aconselhou nossa mocidade a procurar outros caminhos, entre os quais apontou o da lavoura”. O diálogo com os publicistas, segundo o cronista, “como em geral todos os nossos publicistas, jornalistas, romancistas, etc”, era abstrato, pois eles não “desciam” na questão do dinheiro, tratando-a como detalhe.

Aqueles que, não sendo realmente pobres, tratavam as questões sociais e de trabalho como se fosse resultado de resolução individual, que demandasse apenas esforço mental e físico: esse fato para nós significa a recusa deliberada de tratar dos problemas sociais como restritos às classes pobres, que não tinham dinheiro para iniciar uma atividade produtiva que lhes dessem independência. O “detalhe” dinheiro, tratado como fator abstrato, impunha limites intransponíveis aos realmente pobres. Daí ser imperativo ao cronista chamar os publicistas a pensar no concreto, na realidade visível que eles se recusam a ver:

Pense bem o ilustre jornalista [Tobias Monteiro]: um moço pobre, verdadeiramente pobre, consegue uma carta de agrônomo, onde ele irá arranjar dinheiro para comprar terras em que exerça a sua agronomia? Em parte alguma. Tem que procurar emprego, não é? O particular, o fazendeiro não lhe dá porque não acredita nessa boa espécie de “doutor”. Onde, então? O remédio é cavar com o Pereira Lima um emprego?⁷¹

Voltando à personagem de tinta. Há poucos elementos para conhecermos a personagem Numa e desta tirar alguma conclusão, mas podemos afirmar que ele estava no padrão do período em estudo. O pai era escriturário, e Numa se “põe sobre si” desde os dezessete anos. Ao fim dos estudos estava solteiro e com uma carreira promissora, já havia alcançado a posição de juiz e de delegado de polícia na província em que nascera. Quando ele

⁷¹ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 353.

se casa com uma moça da capital, muda-se para o Rio de Janeiro, para exercer o cargo de deputado da província.

A ida para a capital, representar a província na Câmara, não foi um plano traçado e amadurecido, Numa não tinha isso claro, planejado, ele foi pego de surpresa. Talvez tenha sido, nesse momento, que ele perdeu a autonomia que julgava ter no interior. O caminho palmilhado racionalmente deixou de ser traçado por ele e, a partir da capital federal, era outro homem, que não sabia como agir por si mesmo, perdeu o prumo da própria vida, ficou desconcertado, tímido e inseguro. Até chegar ao centro do poder, tudo o que fizera fora para benéfico próprio, regido pelo “pavor nacional pelo dia de amanhã”; na capital, como deputado, estava trabalhando para o benefício de outras pessoas.

Ter saído da periferia para o centro o imobilizou. Mas para fechar a análise dessa personagem, gostaríamos de deixar registrada uma observação do narrador sobre um ato extremamente comum, mas prenhe de múltiplos sentidos: onde estão esses múltiplos sentidos?

Equilibristas da corda bamba da vida

Recordação do Escrivão Isaías Caminha aparece em formato de livro no Rio de Janeiro no fim de 1909, embora Lima Barreto tivesse começado a publicá-lo em 1907, na revista *Floreal*.⁷² Surge no momento em que a polarização entre civilismo e o hermismo alcança as ruas e o interesse da população em geral. Esse momento, considerado pelos contemporâneos como de crise e de retrocesso devido à volta de um militar ao centro do poder, provocou diferentes reações entre as elites e os populares na cidade do Rio de Janeiro. Fez reacender antigos projetos e conflitos que se consideravam resolvidos desde o fim do Governo Provisório, no momento de instalação do regime republicano.

Nesse momento, é possível perceber a inflexão entre os setores médios urbanos e as oligarquias que dominavam o processo eleitoral nos estados. Ao mesmo tempo, a posição de Rui de Barbosa e os apoios que ele busca para sua plataforma política, sugerem que o consenso oligárquico foi colocado à prova. Mas o importante, nesta primeira parte deste trabalho, é analisar como aparece esse momento na obra de Lima Barreto. Sabemos das implicações desse livro para o silêncio posterior sobre o escritor, mas também ponderamos

⁷² Fundada, em 1907, por Lima Barreto sobreviveu a três números e era mantida com a contribuição dos redatores. Foi nesta revista que Lima Barreto ensaiou a publicação dos primeiros capítulos do livro *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Fechada a revista o livro foi terminado e enviado ao editor português A. M. Teixeira, da Livraria Clássica que o publicou com a condição de que o autor abrisse mão dos direitos autorais — essas informações podem ser encontradas em: BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

que o “escândalo” causado pela relação que se fez entre as personagens do livro e as pessoas conhecidas na imprensa da época, não é o que mais nos interessa nesta análise.⁷³ Estamos procurando, “os equilibristas da corda bamba da vida”.

Logo no início da narrativa, ficamos sabendo que Isaías era filho natural de mãe negra e o pai “vigário da freguesia”. De imediato o leitor é colocado numa situação constrangedora. O narrador é fruto de um ato ilícito — um padre que rompe o juramento de castidade com uma mulher negra — e não pode assumir, nem amar, publicamente, o fruto dessa relação pecaminosa. Esse fato nos parece evidenciar uma situação que divide o mundo radicalmente: o mundo público da vida cotidiana e privada. É de se supor que todos da freguesia soubessem do caso, apesar dos esforços para escondê-lo.

O narrador afirma a admiração do filho pelo pai, “inteligente e ilustrado”, o que aumentava a pequenez da mãe: “se minha mãe parecia triste e humilde — pensava eu naquele tempo — era porque não sabia, como meu pai, dizer os nomes das estrelas do céu e explicar a natureza da chuva”.⁷⁴ Não poderíamos deixar passar essa informação do narrador, sem fazer sobre ela alguns comentários. Primeiro: sendo a mãe negra, sua condição é de propriedade do padre? Ou ela era alforriada e prestava serviços remunerados a ele?

Isaías conta que a ela, a mãe, devido sua condição social, era obrigada ao trabalho braçal, mas não diz sua condição jurídica. Mas podemos aventar, sem incorrer em erro, que os padres católicos mantinham escravos e ex-cativos para os trabalhos domésticos. Sendo assim, a mãe podia ser uma escrava que foi alforriada após a morte do padre ou que adquiriu a liberdade após a Abolição. Mas aqui importa é ressaltar essa relação entre escravidão e os padres da igreja católica.⁷⁵

Isaías decide sair da cidade onde nascera, depois de ter terminado os preparatórios, para continuar os estudos no Rio de Janeiro, mas precisava de uma carta de apresentação do

⁷³ Alfredo Bosi, assim como muitos outros analistas da obra de Lima Barreto, realça “a nota autobiográfica, ilhada e exasperada nos primeiros capítulos [...]” que, no entanto, segundo o analista, “tende a diluir-se à medida que o romance progride, incorporando descrições de vários tipos: o político, o jornalista, o burocrata do Rio, no começo do século. [...] Sustenta, porém, e fecunda a presença de Isaías como personagem polarizadora do ressentimento do autor, que nele se encarna, tornando especialmente doídos os seus encontros com o preconceito de cor e de classe” (BOSI, s. d., p. 96).

⁷⁴ BARRETO, *Recordações do escrivo Isaías Caminha*, p. 21.

⁷⁵ Para sustentar esta afirmação, recorremos a Joaquim Nabuco, figura considerada como conspícua: “Entre nós, o movimento abolicionista nada deve, infelizmente, à Igreja do Estado; pelo contrário, a posse de homens e mulheres pelos conventos e por todo o clero secular desmoralizou inteiramente o sentimento religioso de senhores e escravos. No sacerdote, estes não viam senão um homem que os podia comprar, e aqueles a última pessoa que se lembraria de acusá-los. A deserção, pelo nosso clero, do posto que o Evangelho lhe marcou, foi a mais vergonhosa possível: ninguém o viu tomar a parte dos escravos, fazer uso da religião para suavizar-lhes o cativeiro, e para dizer a verdade moral aos senhores. Nenhum padre tentou, nunca, impedir um leilão de escravos, nem condenou o regime religioso das senzalas. A Igreja católica, apesar do seu imenso poderio em um país em grande parte fanatizado por ela, nunca elevou no Brasil a voz em favor da emancipação” (NABUCO, 1977, p. 68).

coronel Belmiro, solicitando ao deputado Castro, natural da mesma cidade e que a deixara para exercer o cargo de deputado na capital federal, um emprego. O pai de Castro “era muito pobre”, por isso o coronel Belmiro, tio de Castro e presidente da Câmara na cidade, arranhou ao sobrinho uma “subvenção” para ele estudar.

Vemos como as portas se abrem para a ascensão social e política, quando os parentes ocupam cargos de certa influência e, ao mesmo tempo, observamos o coronel Belmiro contar naturalmente como usou o cargo público para subvencionar os estudos do parente “pobre”. Depois de estudar à custa dos empenhos do tio, Castro vai seguir a carreira política, feito deputado pelas influências dele e dos amigos locais: “se ele está eleito, deve-o a mim e aos defuntos, e a você que desenterrou algum”, diz o coronel ao tio de Isaías.⁷⁶ Não podemos esquecer que a situação do protagonista Caminha e a de Castro — futuro deputado — não se equivalem. Este venceria a pobreza de origem com a ajuda dos parentes influentes; aquele a situação impunha vencer, antes, o estigma da cor, depois a origem humilde.

Isaías chega à capital federal, hospeda-se em hotel barato e inicia os primeiros conhecimentos com tipos sociais que cumprem na narrativa o papel de ampliar suas experiências pessoais. A primeira personagem que vence a “obstinação”, a timidez e a desconfiança do Isaías é Laje da Silva, um português “estabelecido” no comércio que dizia ser padeiro. Essa personagem de “maneiras ambíguas e ao mesmo tempo desembaraçadas”, de “olhar cauteloso, perscrutador e sagaz”, tinha um ar “bonacheirão e simplório”, que causava no recém-chegado do interior “uma singular inquietação”.

Fazer-se de simplório, de sonso, não seria uma atitude condizente com aqueles que desejam amealhar algum benefício? Pensando no comerciante, não seria uma atitude condicionante da profissão de mercador? Mesmo que a personagem não fosse nada disso, sua conformação comercial havia sido naturalizada na sua maneira de ser.

O narrador observa a aparência do padeiro, procurando indícios de seu caráter, de sua personalidade. Sua descrição da personagem é oscilante, mas o sinal que vence, parcialmente, as reservas do protagonista são as mãos de Lajes da Silva: “torcia com a mão áspera, de antigo trabalhador, o bigode farto”. Pelas mãos, “descobria-se que na sua mocidade se entregara a trabalhos grosseiros, mas que, de uns tempos a esta parte, gozava de uma vida fácil e leve”.⁷⁷ Lajes da Silva possuía um longínquo sotaque português, e seu olhar, “inquieto

⁷⁶ LIMA BARRETO, **Recordações do escrívão Isaías Caminha**. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 25.

⁷⁷ LIMA BARRETO, **Recordações...**, p. 32. Nesta mesma narrativa o escritor refere-se às suas mãos comparando-as com as da mãe: “As minhas mãos fidalgas, com dedos afilados e esguios, eram herança de minha mãe, que as tinha tão valentemente bonitas que se mantiveram assim, apesar do trabalho manual a que a sua condição a obrigava” (p. 29).

e fugidio, mas vivo, quando se fixava, era de velhaco mercadejante”.⁷⁸ Esses traços mais do que naturalizar a conformação comercial da personagem em sua maneira de ser desvelam o preconceito arraigado que envolve os remanescentes das práticas comerciais, por meio das quais o país, na condição de colônia, foi inserido no mundo moderno.

O qualificativo “velhaco”, portanto, vem da condição econômica e social dos portugueses dominantes, soberanos do comércio retalhista e de exportação e importação no país, durante o regime Imperial. Mas o adjetivo “velhaco”, associado ao mercadejante, pode ser indicativo de uma pronunciada rejeição àqueles que se dedicavam ao comércio, atividade pautada exclusivamente na busca de lucros extorsivos, em face da ausência de regulamentação, de códigos fixos e da falta de um sistema organizado de distribuição das mercadorias necessárias ao consumo, principalmente, das classes populares, como a farinha. O conflito se concretizava no balcão — de um lado o comerciante e do outro o comprador — e ali as contendas deveriam ser muitas e resolvidas cara a cara com o freguês, o que torna a relação ainda mais difícil e conflituosa, beirando a desfechos trágicos.

As contendas entre comerciantes e fregueses, tendo em vista que os portugueses dominavam soberanamente a atividade comercial atacadista e varejista, remete-nos para um dado histórico que explica, em parte, o fato de comerciantes não serem bem-vistos pelo restante da sociedade ou vistos apenas como um mal necessário. O desprezo que a população, particularmente a urbana, dedicava à figura do comerciante e à atividade correlata, explica-se por vários fatores históricos. Esses homens dedicados ao comércio não faziam boa figura nem entre as classes populares e nem entre as elites, para quem o dinheiro de qualquer atividade precisava vir emoldurado em título de nobreza, durante o Império ou acompanhado de um cargo público e diplomas na República.

⁷⁸ LIMA BARRETO, *Recordações...*, p. 32. Há historicidade nessas considerações de Lima Barreto: “O papel que este grupo social teve na sociedade brasileira do século passado até agora não foi ressaltado em nenhum estudo realizado no campo da história social no Brasil, mas alguns estudos sobre a América espanhola têm-se preocupado em realizar análises sobre comerciantes e seus caixeiros na fase de transição das antigas colônias para estados independentes. Dentre nós, entretanto, este grupo assume importância na literatura que retrata aspectos da vida urbana do Rio de Janeiro do século XIX, onde o caixeiro aparece como o herdeiro das qualidades essenciais para um bom comerciante: honestidade, boa fé. Probidade, honra, frugalidade e uma boa dose de avareza. Ele é sempre o jovem pobre e discreto que morava com seu patrão (comendo à mesa e dormindo sob o mesmo teto), convivendo com a família e tornando-se quase sempre o pretendente à mão da filha ou da viúva do patrão. Nem sempre a presença do caixeiro na literatura e teatro da época tinha o intuito de ridicularizá-lo (atitude típica de uma sociedade elitista na qual as pessoas estavam mais preocupadas com as carreiras mais intelectualizadas)” — em: MARTINHO, Lenira Menezes. Os caixeiros portugueses no Rio de Janeiro: organização do trabalho e relações sociais nas firmas comerciais do Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo: USP, n. 18, 1976, p. 44.

Os caixeiros, convenientemente confundidos com os proprietários das casas de comércio, exemplificam, de forma contundente, os privilégios desse grupo, em face da população nacional.

No processo de hierarquização da sociedade do Rio de Janeiro no século XIX o caixeiro aparece como um grupo privilegiado em relação à população de brancos e mestiços livres e nativos, atraindo para si o ódio desta camada marginalizada, e assumindo um papel político de apoio às forças conservadoras imputadas aos comerciantes portugueses, logo após a abdicação de D. Pedro I. Não tinha o status do comerciante, mas estava acima das outras camadas de homens livres (que formavam no meio urbano o contingente de mão-de-obra disponível para as poucas atividades reservadas ao trabalho livre) graças aos privilégios recebidos. Dentre estes privilégios podemos citar a isenção do recrutamento militar, o direito de votar e de participar na qualidade de membros de Sociedades políticas.⁷⁹

A fala de Lajes pode ajudar na compreensão desta relação direta entre vendedor-proprietário e o comprador. Na fala sobressaem o conflito e a tensão entre produtor, comprador e consumidor. Sem a presença do comprador direto, o produtor não oferecia mercadoria de qualidade; e os fregueses, não recebendo a farinha, devidamente “a pretexto”, não queriam pagar por ela. O clima tenso é descrito pelo comerciante como uma “desgraça” e um “inferno”.

Vim a negócios... O senhor sabe, continuou o desconhecido; o senhor sabe; Quem quer vai, quem não quer manda... Se me limito a encomendar a farinha — é uma desgraça! Chega azeda e de péssima qualidade — então é um inferno! Os fregueses reclamam; a pretexto disso, não pagam. Para evitar essas e outras, venho de dois em dois meses comprá-la, eu mesmo... Veja o senhor só — é uma despesa, mas que há de fazer?!⁸⁰

Os conflitos entre o povo em geral e os comerciantes podem ser explicados de outra forma. Avançando um pouco mais no tempo, em 1918, Lima Barreto percebe esses conflitos por outro lado. Diante da carestia dos gêneros de primeira necessidade, os populares que não entendiam as “engrenagens de finanças e ladroeiras correlativas de bancos, companhias, hipotecas, cauções, etc” atribuíam todo o “mal ao taverneiro da esquina”. Como o visível estava nas relações mais próximas, “ao que se vê”, os não entendidos de economia não podiam imaginar o que existia por trás do jogo de apólices.

O tradicional desprezo pelo trabalho, particularmente, pelo trabalho braçal, apesar da difusão de novas idéias relativas ao progresso e a industriabilidade, ainda persistia. Logo, o abismo entre aqueles que trabalhavam com suas mãos e os que se dedicavam às profissões liberais e às artes, ainda era um dado da realidade realçado pelo escritor, mas de modo positivo: cheio de desconfiança, Isaías aceitou o convite do português para “dar uma volta”, acedeu levado pela “afabilidade” e pelas “suas mãos grossas...”.

⁷⁹ MARTINHO, 1976, p. 44.

⁸⁰ LIMA BARRETO, *Recordações...*, p. 32.

Segundo o relato, as “mãos grossas” da personagem Lajes da Silva levam Isaías a lhe creditar alguma confiança, mesmo quando a intuição sinalizava que aquele senhor não era quem dizia ser. O interesse por essa passagem está na associação direta que o narrador faz entre honestidade, confiabilidade, honradez e mãos grossas. Essas ambigüidades no caráter da personagem podem indicar as dificuldades do narrador em conciliar as virtudes comerciais com as morais.

No entanto, se atentarmos para a condição social e econômica dos portugueses no Brasil e ficarmos apenas no jogo de forças que eles representaram, durante o século XIX, é possível aventar uma interpretação mais vertical do tema trabalho ligado à condição do português. Quando a lei Euzébio de Queiroz põe fim ao tráfico de escravos, o comércio estava monopolizado por traficantes de origem portuguesa, que já haviam se transformado numa potente burguesia comercial. A historiografia respalda o fato de os traficantes, depois da década de 30 do século XIX, terem se apossado — devido à alta dos preços dos escravos e dos juros extorsivos — das propriedades rurais dos cafeicultores insolventes.

A eficácia da Lei Queiroz contou com o fato de que havia descontentamento e xenofobia ao português, entre as elites que se sentiam prejudicadas e destronadas de suas propriedades para saldar dívidas contraídas com eles. É sintomático o fato de Lajes, ao longo da narrativa, revelar-se como um capitalista execrável, não só naturalmente desonesto como capitalista, mas afeito a atividades ilegais. O narrador não escreve, mas é possível pensar nos portugueses como mal acostumados ao ganho fácil das traficâncias e das contravenções.⁸¹ As mãos grossas podem nos levar também a pensar que o narrador, ainda ingênuo, protegido pelo pai, vigário da paróquia, não tendo conhecido a “hedionda instituição”, considerasse o trabalho manual não como um fazer degradante e por isso lhe conferisse outro significado: que no caso que vimos discutindo, passou a significar, num primeiro momento, honradez e confiança.⁸²

⁸¹ Não podemos deixar passar a oportunidade de registrar nesse estudo o fato de que “a presença, portanto, desses caixeiros portugueses ocupando bons empregos e contando com uma série de privilégios vai atrair o ódio da população nativa e pode explicar o forte sentimento antilusitano das revoltas de rua no Rio de Janeiro logo após da independência. Os comerciantes portugueses preferiram sempre recrutar em Portugal seus empregados do que recrutá-los entre a população nativa (que ele teme, e na capacidade de trabalho da qual não confia). É bastante forte o sentimento de que os brasileiros não seriam bons trabalhadores, sentimento este frequentemente expresso nas memórias da época, que analisam a população” (MARTINHO, 1976, p. 50).

⁸² Por outro lado, pensando numa escrita enviesada, o narrador quisesse ironizar ressaltando o fato de que um português de mãos grossas era uma raridade, levando o leitor a pensar não no que foi o trabalho no Brasil, mas na condição daqueles que haviam construído o país. Pensamos esta possibilidade porque Nabuco em 1883 já havia instruído e revelado à sua classe social que “tudo o que significa luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura, estradas e edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo, absolutamente tudo, que existe no país, como resultado do trabalho manual, como emprego de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar” (NABUCO, 1977, p. 69).

Por outro lado, a característica mãos grossas, lembrando o trabalho braçal e o esforço físico, pode ser uma maneira de marcar uma situação inversa: a existência de portugueses afeitos ao trabalho de todo tipo e que nem todos os portugueses foram traficantes e nem todos fizessem parte da rica burguesia comercial. Fica, no entanto, o fato: eles tiveram vida mais leve, em termos de condição, oportunidades de trabalho e o ganho fácil, se comparados com a maioria da população branca nacional.

O narrador deseja simbolizar a existência de homens honestos e trabalhadores de mãos grossas que poderiam ter existido no passado não muito distante. Mas mesmo esses tiveram a oportunidade de se corromper com as facilidades oferecidas pela República: até para ser corrompido é necessário pertencer a um determinado grupo ou classe social. O que podemos afirmar mesmo é que o trabalho, apesar dos discursos liberalizantes, ainda era menosprezado. É provável que o grupo em que Lajes estivesse inserido fosse de trabalhadores diligentes, que foram corrompidos com o novo regime político, com as “ditas” facilidades que a República consagrou.

O comerciante padeiro “conhecia minuciosamente toda a vida jornalística”, mas não era “homem de leituras, político ou dado às letras”. Isaías não sentiu em Lajes “a mais elementar preocupação intelectual”, concluindo que “todo ele me pareceu convergindo para os negócios, para as coisas do dinheiro, especulações...” De novo podemos perceber que o narrador utiliza a personagem para registrar as relações estreitas existentes entre o comércio, os portugueses e os jornais da época. Por outro lado, também sabemos que os valores morais e sociais do protagonista o colocavam numa situação de superioridade.

Isaías é um observador “reservado”, e as personagens se comportam diante dele como se estivessem “diante de um juiz, a quem expunham suas razões com delicadeza e urbanidade”.⁸³ As relações travadas por Isaías com as personagens — jornalistas, comerciantes e “revolucionários” — não são pautadas pela subserviência: o narrador é o juiz do qual os contendores não esperam ouvir a sentença final. Mesmo sendo o sujeito que tudo ouve, vê e julga, em nenhum momento as personagens parecem enxergar Isaías. A invisibilidade dá ao narrador poder absoluto sobre as suas criaturas. Diante dele, as personagens se mostram, não disfarçam as ambigüidades e incoerências.

Alguns estudos sobre *Recordações do escrivão Isaías Caminha* já realçaram o fato de o narrador se manter indiferente ao destino de suas personagens, como se elas entrassem e saíssem de cena e pairassem no ar. O que os estudiosos chamam de “narrador invisível” —

⁸³ LIMA BARRETO, *Recordações...*, p. 76.

quando ele se comporta como mero espectador “sem modificar os destinos alheios” — é o narrador que não usa a onisciência para ajudar ou melhorar o destino das personagens.

Neste estudo, pensamos, ao contrário dos estudiosos, insistentes na idéia de invisibilidade do narrador, que esse recurso é parte de uma forma de narrar, inconsciente ao próprio escritor: o destino trágico e a fragmentação das personagens são reais, mas as personagens e o próprio narrador reproduzem, na narrativa, a condição marginal na sociedade. O alheamento do narrador, em relação às personagens, existe, mas elas também se mantêm distantes do narrador, não falam com ele. Ao final, a narrativa, em sua forma e estilo, faz a figuração do real e transpõe para as personagens a impotência em que vive o narrador.

Nada do que foi dito acima implica fazer relação biografia e obra. À estruturação das personagens faltam os indícios que pudessem apontar para um outro destino, pois a consciência que é possível ao narrador, num jogo de espelhamento, só consegue colocá-las em situação de impotência e joguetes do destino ou da sorte. Isso porque as personagens não podem ser construídas e explicadas no contexto da “carne” e do “sangue”, nem pela psicologia atávica ou antropológica.⁸⁴

Por outro lado, o social está estruturado sobre esses pilares. Assim, entendemos que o jogo narrativo possui duas vertentes que se imbricam: o narrador cria as personagens dentro de um manancial teórico, cujo objetivo é elucidar, para si e seus leitores, as várias facetas do momento que o escritor se propõe a representar. Mas, não consegue terminar o processo da representação total: se fosse possível a consciência plena daquele momento social, as personagens romperiam com os paradigmas do tempo representado e tomariam as rédeas do social em suas próprias mãos.

A passagem do XIX para o XX é período difícil para os estudiosos. Período de transição que exige conhecimentos sobre o Império e a implantação da República, o movimento e seus contornos estavam claros para os contemporâneos. Em meio a tantas vozes dissonantes, a narrativa de Lima Barreto tem a conformação do alheamento e da incomunicabilidade.⁸⁵ A condenação de comportamentos típicos da classe burguesa, como o envolvimento com atividades ligadas unicamente ao dinheiro. O arrivismo, no entanto, não

⁸⁴ Um dos estudiosos de Lima Barreto que insiste na idéia de um “narrador invisível” é Osman Lins. Este afirma sobre o narrador em *Isaías Caminha*: “embora assumindo a narrativa tem algo de um narrador invisível: mas contemplador que atuante, relaciona-se pouco e esporadicamente com as demais personagens, nunca chegando essas relações a perturbar ou modificar os destinos alheios. As figuras do romance surgem e desaparecem, morre a mãe de Isaías Caminha, morre o cronista Floc, enlouquece Lobo por causa da Gramática, fatos políticos ou individuais abalam a cidade, mas o narrador em nada interfere” — em: LINS, Osman. **Lima Barreto e o espaço romanesco**. São Paulo: Ática, 1976, p. 28.

⁸⁵ Segundo Lins, “Lima Barreto inaugura na ficção brasileira, sem sar-se conta disto, segundo tudo indica, o tema da incomunicabilidade, tão caro à arte contemporânea, surgindo como um antecipador, um anunciador do nosso tempo e das nossas criações” (LINS, 1976, p. 34).

estava restrito às classes superiores, ele foi um sintoma do período. Os pequenos e grandes expedientes utilizados pelas elites e pelos remediados era uma maneira de possível de sobrevivência, à ameaça constante e a preocupação com o dia seguinte.

A personagem Abelardo Leiva é um pobre morador de um quarto, onde havia apenas “uma cama de vento, nua e órfã de lençóis e travesseiros com fronhas”; com o que ganhava pagava o aluguel e o restante ele comprava coisas de *toilet*: tinha no quarto “uma grande mala cheia de camisas, colarinhos, punhos, gravatas e perfumes”, gastando mais com coisas de luxo que com alimentação. Todos esses apetrechos passaram a ser parte de um ritual social valorizado e prenhe de significados: “todos objetos e símbolos, destinados a definir distâncias e precedências sociais, impondo graduações aos homens e sujeitando-os a rituais de submissão e deferência”.⁸⁶

As observações do narrador permitem outras interpretações. Aqui cabe uma pergunta: por que a personagem deveria cuidar mais do espaço privado do que das vaidades externas e fluídas? É uma pergunta e podemos aventar uma resposta. O espaço da rua, dominar o ambiente público e, ao final, conquistar a cidade é parte de um desejo anterior ao representado pela casa e pelo ambiente privado.⁸⁷ Em casa, Abelardo Neiva, nada conseguiria extrair da cidade, não teria informações sobre empregos, não saberia as últimas notícias das personalidades famosas e freqüentadoras dos cafés e bares do centro.

Por isso, ele gastava grande parte dos seus ganhos se esmerando nas vestimentas, porque sem elas Abelardo não teria nenhum reconhecimento.⁸⁸ Sacrificar a moradia em favor das roupas, das distrações, de tudo o que o colocava em contato mais estreito com os grupos da rua ou com sua classe, é um comportamento que perpassa a experiência não só da classe operária, mas também dos setores medianos, embora ambas as situações sejam vistas de modos diferentes. Achamos interessante a opinião do escritor da revista *A ilustração brasileira*, quando no artigo sobre as personagens que andam pelas ruas da cidade, ele procura

⁸⁶ SEVCENKO, 2003. Ainda segundo este autor os símbolos de distinção constituíam em sinais exteriores de distinção dificultando “avaliação das qualidades pessoais de cada um e sobretudo, ocultando a incompetência, o nepotismo, a ineficiência, oferecendo uma cobertura respeitável para a concussão” (p. 215).

⁸⁷ “A moderação nas despesas com a moradia, e mais exatamente com o aluguel, sempre nos pareceu um traço essencial da condição operária. Os assalariados não operários dedicam-lhe claramente mais dinheiro; com isso, marcam sua diferença, sua ‘distinção’” — em: PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 103.

⁸⁸ Perrot afirma: “pagar o mínimo possível pelo alojamento, tal é portanto a ambição de operários que muitas vezes vêm de regiões rurais onde ele não custa nada. [...] Como os operários enfrentam uma auto-imagem onde a sujeira e o desalinho marcam sua inferioridade, a dignidade operária passa pelo ‘bom aspecto’, a bela figura dos italianos. Uma roupa conveniente permite que se misturem sem vergonha á festa urbana, que ‘saíam’” (1988, p. 103–04).

estabelecer um perfil psicológico e social para explicar o que considerava as excentricidades que a democratização do espaço público denunciava.

Nem todos os tipos se exibem em plena rua; ao contrário, muitos são em regra sedentários ou domésticos; constituindo o numeroso grupo dos ociosos propriamente ditos, *observam-se de preferência na classe média*: são os preguiças de profissão, os malandros e os malandrões; gozam quase todos perfeita saúde, sendo refratários ou hostis ao trabalho. E desviados assim da trilha que lhes fora traçada pelo destino do seu meio, e esquivos a qualquer ocupação, o trabalho também lhes foge, e com ele os seus mais íntimos amigos; e acabando por não poderem decentemente manter-se, caem abjetamente na astuciosa *filancia* de modestos *nikeis*, com os quais, iludindo a fome, se entregam ao uso e abuso dos licores de copa das confeitarias, preparando para si, e para sua prole, as perturbações do sistema nervoso, que os cospem inesperadamente na fronteira das grandes e pequenas nevroses.

Esses tipos de rua, vivendo de pequenos expedientes, diz o cronista, resulta da literatura pré-romântica, dos byronianos e, mais tarde dos românticos que fez surgir “maníacos”, espécie de “deprimidos”, sendo que alguns já desapareceram pelo suicídio, sendo que a maior parte dos outros “forneceram largo contingente à galeria desfrutável de excêntricos e das chuvas das calçadas das ruas ou dos *terrasses* das confeitarias”.⁸⁹

Leiva gostava de freqüentar lugares tidos como elegantes. Era metido a poeta⁹⁰ e, como tal, “tinha a mais sincera admiração pela beleza das meninas e senhoras de Botafogo.” Considerava-se um “revolucionário” que se apoiava nas “prédicas e brochuras do Senhor Teixeira Mendes, lendo também formidáveis folhetos de capa vermelha”. O narrador/personagem observa o grupo de amigos, moços cheios de entusiasmos, que passou a freqüentar e conviver nas mesas de café. Eram rapazes, “na mor parte desprovidos de dinheiro, com magros e humildes empregos, pretendendo virar a face do mundo para ter almoço e jantar diariamente”.

O grupo era de ‘protestantes’ que detestavam a vida política, “dando-se ares de trabalhar para obra maior, a quem as periódicas ‘revoluções’ não serviam”. Leiva “tinha todos os preparatórios para o curso de dentista”, daí ser a “inteligência do grupo”. O rapaz, embora um pobre diabo, tinha uns “rompantes de atrevimento”, sendo mais sincero “na sua poesia palaciana e de modista do que nas idéias revolucionárias”.

Na observação do protagonista, aquelas idéias revolucionárias eram superficiais e, ao desaparecimento das dificuldades econômicas, “surgiria o verdadeiro Leiva, indiferente aos destinos da turba, dando uma esmola em dia de mau humor e preocupado com uma ruga no

⁸⁹ A ILLUSTRAÇÃO Brasileira, n. 64, 1912, p. 25.

⁹⁰ A importância dada às letras, no sentido literário, contribuiu para o aparecimento da “mania” generalizada de ser poeta: “é raro um brasileiro nato, que não seja ou não tenha sido, um dia, poeta, ou que não tenha tendência a sê-lo” (A ASPIRAÇÃO, 1913, p. 14).

fraque novo que viera do alfaiate”, embora fosse ele o mais exagerado ao “pintar os sofrimentos das massas humanas”. A prática política e os discursos que a sustentavam existiam, mas evidenciando a espera de uma oportunidade de melhoria econômica que permitisse a ascensão social.

Havia, assim, uma identificação com os valores das classes abastadas: “no café, em certos momentos, quase sem transição, ele passava das objurgatórias mais terríveis a recitar versos, cheios de detalhes de modas e ardendo de admiração pelas coisas de luxo”. O que aqueles rapazes ‘protestantes’ finalmente desejavam era reproduzir os valores dos extratos superiores e usufruir os luxos e as superficialidades que tanto os seduziam, mesmo quando os negavam furiosamente.

Os poetas fazem o tipo de *Avenida*. Mas, ao final, ficamos sabendo as causas tributárias, o fundo mental dessas orientações: era a hipertrofia do eu, no caso do cronista da *revista* ou o bovarismo, na chave de Lima Barreto:

Na embriaguês, em imaginação, em idéias político-revolucionárias, em sonhos de liberdade, de amor e poesia, e nos apetites voluptuosos, enfim, todos eles são irmãos da mesma confraria, e, como tais, podem mesmo ser confundidos uns com os outros e estudados sob as mesmas epígrafes, sem que a psiquiatria se abale nos seus princípios mais gerais, de modo a tornar as manias de cada um objeto de estudo ameno e divertido.⁹¹

Outra ilusão desses rapazes era a tendência a se julgarem “guias da opinião”.⁹² O secretário do sindicato dos varredores de rua — Abelardo Leiva - acredita que com seus discursos havia “modificado as opiniões do operariado do Bangu”, onde fazia palestras. Diante da complexa e diversificada realidade social, esses rapazes, quando reunidos, tudo explicavam e tinham remédios miraculosos para todos os males do país. Um dos remédios propostos, para suas “furiosas declamações”, era a “adoração pela violência”.

Isaías, no entanto, faz notar que aqueles eram rapazes “honestos, orgulhosos, independentes”, para em seguida constatar que tais qualidades, particularmente naquele meio social, não eram capazes de levar “à riqueza e à abastança”.⁹³ Honestidade, orgulho e independência são valores que ainda não podiam ser praticados, embora a ideologia liberal

⁹¹ A ILLUSTRAÇÃO brasileira, n. 64, 1912, p. 26.

⁹² Esse “clima de opinião” era uma característica do período histórico e foi amplamente ridicularizado por Lima Barreto, embora fosse uma situação que remontava ao período político anterior; “O Positivismo entre nós foi antes de tudo um clima de opinião... [...] o fato é que ele [o positivismo] foi presença aparatosa na publicística que acompanhou a agonia do Império e os primeiros anos do regime republicano, mas discreta e tergiversante, porém, durante a campanha, que culminou na Abolição da escravatura. Não havia arenga, ou editorial, debate, parlamentar ou tertúlia científica, que não estivesse forrada com a gíria positivista: pipocavam na menor tirada ‘a anarquia mental’, ‘a pedantocracia’, ‘a ordem é fator de progresso’, ‘a integração do proletariado’, ‘os mortos governam os vivos’ etc.” — em: ARANTES, Paulo Eduardo. O positivismo no Brasil: breve apresentação do problema para um leitor europeu. *Novos Estudos Cebrap*, n. 21, p. 185–94, jul. 1988, p. 190.

⁹³ LIMA BARRETO, *Recordações...*, p. 74–75.

louvasse o indivíduo que buscasse a independência e tivesse qualidades individuais, méritos e talentos. Se todos esses talentos pudessem vir sem nenhum esforço eram ainda mais reconhecidos.

Abelardo Leiva, o mais exaltado dos “revolucionários”, que defendia os trabalhadores, particularmente os do Centro de Resistência dos Varredores de Rua, não gostava de usar as botinas fabricadas pelos sapateiros, preferia comprar as que “eram estrangeiras e melhores”. Embora o argumento do seu opositor de que “o cabedal, os aviamentos” utilizados para a fabricação das botinas viessem da Europa e as botinas só fossem “cortadas e montadas aqui...”, ele não se convenceu, e continuou a defender as botinas importadas: as Walk-Over ou Clark que custavam 35 mil réis. Seus rendimentos mensais não passavam de 90 mil e pagava de aluguel 25 mil réis.

Defensor dos produtos importados, particularmente as botinas, Abelardo Leiva, “apóstolo do socialismo revolucionário, inimigo da execrável burguesia, procurou justificativa nos elegantes do mundo *chic* parisiense”,⁹⁴ para as suas preferências. Essa personagem carrega as contradições do positivismo. Os positivistas pregavam o estabelecimento da ordem e eram radicalmente contra situações que pudessem ameaçá-la. Não advogavam nenhum tipo de solução revolucionária porque, para os apóstolos de Comte, toda transformação social deveria vir de cima para baixo e, além disso, era uma “filosofia visceralmente pacifista”. Em face de uma “autoridade injusta ou opressiva”, era preferível a submissão à rebeldia, porque, segundo o raciocínio dos doutrinadores, a submissão forçada faria com que, indiretamente, viesse prevalecesse o altruísmo, compressor do egoísmo.⁹⁵

O resultado dessa teoria não ficou restrito à submissão à autoridade, como forma de dominar o egoísmo. Pelo visto, o servilismo se estendeu a todos níveis do social, particularmente na relação entre o trabalho, o capital e o mercado de consumo. Por meio das botinas, o narrador faz a crítica de um dos símbolos de distinção, usado para se diferenciar dos pobres e comuns, o que, mais uma vez, caracteriza a superficialidade da personagem em questão. Mas há um outro ponto que pode esclarecer melhor a discussão sobre preços de botinas, salário, aluguel e afins.

⁹⁴ LIMA BARRETO, **Recordações...**, p. 76. Bogoloff, o russo, observador dos costumes, particularmente no Rio de Janeiro, tem a mesma percepção, ou seja, compreendeu que sem botinas e chapéus caros ficaria a margem do mundo político e não seria respeitado; “Tinha ainda bastante roupa branca e ternos bons; mas as botinas e o chapéu começavam a ficar velhos. Influi muito no nosso destino um chapéu ensebado ou umas botinas cambaias e, como eu não desanimava de encontrar uma posição oficial, era-me necessário tê-los novos, para que os políticos não fugissem de mim” (LIMA BARRETO, **Numa e a ninfa**, p. 268).

⁹⁵ HOLANDA, Sérgio B. **O Brasil monárquico: do Império à República**, vol. 5. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 289–305.

Faoro, analisando a evolução do custo de vida durante o Império e na transição do regime para a República, tendo o Encilhamento no meio, relata que Machado de Assis, funcionário do Ministério da Agricultura, tinha os vencimentos orçados em quatrocentos mil réis mensais, “ordenado quase escandaloso ainda em 1885”. Em 1882, se o sujeito ganhasse duzentos mil réis por mês, essa quantia fazia dele “um ser modesto, nem mendigo, nem nababo”. Já em 1904, o ordenado de Machado de Assis “é manifestamente insuficiente, para uma vida decente e sem grandes apertos. Para aqueles que ganhavam muito menos que isso sobrava o padrão de vida inferior [...] e as esperanças e fantasias de enriquecimento só podiam se realizar no jogo, no modesto e já popular jogo do bicho”.⁹⁶

Podemos então fechar a discussão dos rendimentos de Abelardo Leiva, supondo que, em 1910, esse ganho representava quase nada. Por isso, o narrador conta que ele e seus companheiros, só podiam comer uma vez por dia. E vem daí também o espanto de Isaías, observando Abelardo Leiva priorizar a compra de pequenas coisas, mais úteis para a aparência, do que comer duas vezes ao dia.

O apóstolo-poeta entremeia “doutrinas subversivas” com “ardente” admiração “pelas coisas de luxo”. Depois de longa discussão sobre “reforma social”, Isaías nota a forma como Leiva olhava “para a linda burguesinha da vizinhança” e tece o seguinte comentário sobre a personagem: “eu creio que se a nova era dependesse do seu braço, ele não deitaria a bomba para não assustar as meninas bonitas e delicadas”.⁹⁷ Esse admirador do luxo burguês acreditava na anunciação da “felicidade contida no positivismo”, e recitava o “catecismo” pregando “devotamento” e “altruísmo”,⁹⁸ fórmulas necessárias e infalíveis “para se obter um bom governo que tendesse a preparar a era normal — o advento final da Religião da Humanidade”. Toda essa prelação era ouvida na Rua Benjamim Constant, onde ficava o apostolado do “venerável Senhor Mendes”.⁹⁹

O rígido sistema de regras da pregação positivista, receituário que deveria ser incorporado e praticado por seus seguidores, prometia o advento de uma “ordem futura”, na

⁹⁶ FAORO, 1988, p. 213–14.

⁹⁷ LIMA BARRETO, *Recordações...*, p. 78.

⁹⁸ Esses sentimentos eram modelares e diziam respeito particularmente às mulheres que eram tidas como as representantes do sexo afetivo “a capacidade de amor e devotamento, que parece distintivo da mulher alimentaria um sentimento de solidariedade social, que se encontraria na base da nova religião da Humanidade, pois, sem a presença ativa da mulher, o positivismo estaria impedido de tornar possível o abandono da teologia em sua antiga função social” (HOLANDA, 1997, p. 289–305).

⁹⁹ LIMA BARRETO, *Recordações...*, p. 78. É engraçado o fato de ter a doutrina positivista alcançado entre nós tanta popularidade. O próprio Isaías conta que “quando via o vice-diretor sair rapidamente por detrás de um retábulo, na absida da capela, ao som de um tímpano rouco [...] dava-me vontade de rir às gargalhadas” (p. 78). Mas também é certo que o protagonista ficava assombrado com a firmeza do Mestre quando proferia suas verdades e as alusões que conseguia fazer entre a teoria e o presente históricos do país, remendando daqui e dali o discurso para dar maior consistência e veracidade aos seus argumentos.

qual haveria felicidade para todos. Para Isaías, a “sociedade a vir” resolveria as dificuldades colocadas pelo presente: segundo ele, os homens “só têm amor à Utopia” quando ela vem “condensada em fórmulas de felicidade”. Talvez por isso mesmo, pela “fome de felicidade”, não houvesse preocupação em examinar aquelas afirmações, “repetidas com tanta segurança”, pelo Mestre.

A esperança de felicidade futura alimentava e consolava, pelos “maus dias presentes” uma platéia de funcionários, estudantes e militares.¹⁰⁰ No passado como hoje, pílulas de otimismo e redenção futura conservavam a ordem social.¹⁰¹ As ambigüidades do pensamento e das ações do amigo Leiva não foram suficientes para afastar Isaías da sua companhia: não o julgando um “hipócrita”, o desculpava em suas opiniões tão ambivalentes e díspares,¹⁰² mas via, sob o discurso revoltoso, o aspecto “cético e amoroso das comodidades que a riqueza dá”.¹⁰³

Em *Numa e a Ninfa*, encontramos outra personagem cujo discurso, caráter e comportamento social ajudam a compreender a maneira como o escritor Lima Barreto caracterizou e representou a algaravia de vozes do espaço da cidade. Apresentamos aqui duas personagens ligadas ao positivismo e que traduzem as incongruências, ambigüidades e disparidades de discursos sobre a nova ordem social e política, acentuadas pelo regime republicano. Talvez fosse mais acertado afirmar que o escritor põe na boca de suas personagens, representativas e ligadas aos grupos populares, os fiapos da filosofia redentora, para registrar como ela contribuiu para produzir neles o sentimento de que não estavam excluídos da ordem republicana.

Embora a teoria positivista ou o que dela absorveram as personagens populares de Lima Barreto tenha provocado tensões e violências na ação política entre diferentes grupos,

¹⁰⁰ LIMA BARRETO, **Recordações...**, p. 79.

¹⁰¹ Dito de outra forma, é também este o entendimento de Sérgio B. de Holanda: “em vez de superarem as contradições, haverá lugar para muitas moradas na casa erigida por essa tentativa de síntese universal. Não é de admirar que ela pareça rapidamente ganhar adeptos em círculos numerosos. Mesmo onde melhor se patenteia o seu lado utópico, e até patologicamente utópico, uma vez que muitos conflitos se há de dissolver num futuro mais ou menos remoto, pois a esperança sempre há de dar resgate às misérias do presente” (HOLANDA, 1997, p. 299).

¹⁰² A relação do positivismo em suas origens e a forma como ele foi vestido e interpretado no Brasil, particularmente no período anterior e subsequente à proclamação da república é de difícil compreensão, mesmo porque ele foi adotado até mesmo por aqueles que acreditavam renegá-lo: “[...] restava o aproveitamento da doutrina onde oferecesse pontos de articulação possível com nossas condições sociais ou atendessem a exigências imperiosas de setores influentes e ascendentes na vida do país. Tal solução, que consistia em destacarem da obra de um autor partes isoladas e, não raro, discrepantes do conjunto, pode ser condenável a propósito de qualquer doutrina, e não o seria menos a propósito do positivismo, como mostrarão as críticas severas de Teixeira Mendes [...] Uma vez que a adesão à doutrina como um todo, segundo as exigências do Apostolado, só leva a resultados teóricos, tornava invencível a tentação de aceitar aquelas partes que pareciam encontrar mais fácil aplicação ao país” (HOLANDA, 1997, p. 302).

¹⁰³ LIMA BARRETO, **Recordações...**, p. 75.

consideramos aqui que a forma como a filosofia positivista foi interpretada por esses sujeitos semi-exluídos da República, serviu para criar neles “falsos” sentimentos de participação na ordem política e social. Se o positivismo tensionou os grupos que disputavam instâncias de poder, podemos também conceber a hipótese de que essa mesma filosofia serviu para distensionar energias e desejos de ações transformadoras: se, para uma parte dos seguidores dos ensinamentos positivistas, a ação estava interdita, essa inação transfere-se para as práticas discursivas, que criavam a ilusão de interferências nas ações dos dirigentes do Estado. Os populares positivistas ou que viviam sob a atmosfera da sua doutrina discutiam entre si, cada um com anseios de convencer e demonstrar ao adversário que conhecia e estava a par dos mistérios das leis que governavam, inexoravelmente, as ações políticas e seus destinos individuais.

A personagem que melhor representa esse grupo social é Inácio Costa: “era funcionário público e fora da escola militar”. Nessa escola, aprendeu “umas fórmulas positivistas” e o desdobramento dessas fórmulas foi a inoculação, em seu pensamento, da “crença nos efeitos milagrosos da palavra república”.¹⁰⁴ As “tais fórmulas positivistas”, embotaram a “capacidade para a crítica” da personagem. Por isso, ele acreditava “nos efeitos milagrosos da palavra república”. Para ele, a simples mudança da “chefia do Estado” podia “fazer a felicidade da população”. Em função dessa forma de conceber o novo regime e, acreditando cegamente em sua concepção, a personagem desenvolveu profunda intolerância e uma ferocidade apoiada pelo “positivismo autoritário”. Segundo o narrador, ele “passara pelos jacobinos florianistas e tinha a intolerância que os caracterizara, e a ferocidade política que os celebrizou”.¹⁰⁵ Os jacobinos florianistas foram celebrizados pela violência, mas o

¹⁰⁴ Este clima ficcionalizado por Lima Barreto em seus romances e discutido em suas crônicas é parte substantiva do regime republicano, que deu vazão às idéias que eram ainda tímidas no regime anterior. Entrelaçavam-se o liberalismo, o positivismo, o socialismo e o anarquismo. Particularmente os positivistas que “exultaram com o advento do novo regime, julgando ter chegado a hora, a que se consideravam destinados, de exercerem a tutela intelectual sobre a nação. Mas mesmo entre eles houve divisões — entre a ortodoxia da Igreja Positivista e as variantes civil e militar, que da doutrina retiravam apenas os aspectos que mais interessavam à ação política” (CARVALHO, 1987).

¹⁰⁵ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 14. Essa personagem tipifica o homem médio na medida em que acredita que sua opinião é relevante e não se preocupa em expressá-la em público: “o domínio que a vulgaridade intelectual exerce sobre a vida pública de hoje é, talvez, o mais novo componente da situação atual, o menos assimilável a qualquer coisa do passado. Pelo menos na história européia até hoje, o vulgo nunca havia achado que tinha ‘idéias’ sobre as coisas. Tinha crenças, tradições, experiências, provérbios, hábitos mentais, mas não se acreditava possuidor de opiniões teóricas sobre o que as coisas são ou devem ser — por exemplo, sobre política ou sobre literatura. Achava bom ou mau o que o político projetava e fazia; dava ou retirava sua adesão, mas sua atitude resumia-se a repercutir, positiva ou negativamente, a ação criadora dos outros. Nunca lhe ocorreu opor às ‘idéias’ do político através do tribunal de outras ‘idéias’ que acredita ter. [...] Hoje ao contrário, o homem médio tem as ‘idéias’ mais taxativas sobre tudo quanto acontece e deve acontecer no universo. Por isso perdeu a audição. Para que ouvir, se já tem tudo de que precisa dentro de si? Já não é tempo de escutar, mas, ao contrário, de julgar, de sentenciar, de decidir. Não há questão da vida pública onde não intervenha, cego e surdo como é, impondo suas ‘opiniões’” — em: ORTEGA Y GASSET, José. *A rebelião das massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 103–104.

fanatismo continuou a ser desse grupo, mesmo depois de terem haverem sido supostamente derrotados pelos governos anteriores.¹⁰⁶ Ferocidade e intolerância respaldadas no “positivismo autoritário” lhe permitia defender a “ditadura” e o “despotismo militar”: acreditava no governo dos militares e esperava o momento em que eles implantassem a ditadura: acreditava nela como solução para todas as mazelas da sociedade.¹⁰⁷

Não sendo portador de nenhuma inteligência, segundo o narrador, Inácio Costa seria apenas produto de uma ideologia fácil de ser assimilada e instrumento de convencimento de outros que tivessem um feitiço mental semelhante ao seu. Se esse paladino dos militares e da ditadura não tinha capacidade para a crítica e nem sabia fazer comparações entre o regime anterior e as instituições do presente, isso significava que Inácio Costa vivia no presente eterno, convencido de que a “felicidade” da população dependia, única e exclusivamente, de “uma simples modificação na forma de transmissão do Estado”.¹⁰⁸ Essas características representam um grupo social em que faltava a capacidade de instrumentalizar a imaginação e o pensamento crítico como eixo interno, indivíduos que não conseguem realizar a mediação entre o que era o desejo simples de participação política e o conhecimento da realidade. Essa mentalidade, guardadas as mediações do tempo, não está muito distante dos discursos produzidos por alguns estratos sociais nos dias atuais.

Todo o esforço na elaboração de um discurso político árido servia para esconder, conscientemente ou não, a esperança de conseguir “benefícios pessoais”. Inácio Costa e Abelardo Neiva eram “sinceros” em suas arengas, mas o que desejavam mesmo não era uma mudança radical — na forma de fazer política ou na melhoria das instituições de representação política. Ao contrário, o que ambicionavam era a melhora de suas condições sociais. Melhorar de vida individualmente era uma orientação equivocada do positivismo, absorvido por seguidores populares, cujos conhecimentos da filosofia do Mestre lhes chegavam já depurado do conjunto da obra.

Como a filosofia positivista era motivada pelas leis da física, da matemática, a ação individual ficava neutralizada e subjugada a mais ferrenha necessidade, fato que é importante

¹⁰⁶ O movimento jacobino faz parte de um processo político-social agravado no início da República pela imigração e as oscilações cambiais que fizeram do custo de vida um problema nacional. “Tal situação constitui o combustível para o movimento jacobino, que principiou no governo Floriano e perdurou até o fim da presidência de Prudente de Moraes (1898). O jacobinismo elegeu como principal alvo de suas iras os portugueses, considerados usurpadores de empregos e exploradores dos brasileiros através do controle que exerciam sobre grande parte do comércio e das casas de aluguel” (CARVALHO, 1987, p. 21).

¹⁰⁷ Os positivistas podiam falar “em ditadura republicana sem, com isso, querer ferir o evangelho revolucionário da liberdade. A ditadura reclamada pelo positivismo ortodoxo era, pois, ditadura com liberdade, ditadura livremente consentida pelos cidadãos, que seriam os primeiros interessados no advento de um regime capaz de assegurar a boa ordem nos seus negócios” (HOLANDA, 1997, p. 296).

¹⁰⁸ LIMA BARRETO, Numa e a ninfa, p. 14.

para as classes inferiorizadas, porque responde mais rápido, e sem necessidade de grandes explicações, aos seus anseios e angústias imediatas. A certeza de que há um único caminho a ser seguido é um alento para os grupos que vivem concretamente todas as inseguranças e instabilidades cotidianas. As angústias, trazidas pela insegurança social, política, financeira, podem ser sanadas no plano subjetivo das crenças e das probabilidades únicas.

Aos crentes nessa filosofia restava aguardar a chegada da redenção. Como ela, no nível social, parecia muito distante, resolviam o problema ocupando espaços de trabalho e de ação, nem que para isso legislassem em causa própria. Se conseguissem melhorar a condição individual, isso já era o reconhecimento de que os melhores saem na frente. Por outro lado, o autoritarismo era a síntese de uma “filosofia” em que, não sendo necessário agir, porque as leis sociais eram governadas por leis necessárias, esses pregoeiros podiam exercer o poder do discurso, sem se preocupar com a coerência ou com a validade do discurso na prática.

As idéias defendidas pelos agitadores jamais seriam confirmadas pela ação, o que não suprimia o clima de tensão e de anarquia que criavam.¹⁰⁹ Sobre isso, Sérgio Buarque de Holanda afirma que:

O positivismo, tal como se generalizou entre nós, não era uma doutrina monolítica, porque o Mestre, além de haver deixado discípulos e seguidores que preferiam tomar depois caminho próprio, não raro heterodoxos, deixou obras numerosas, de épocas diversas, que se prestaram a interpretações várias. Em muitos casos, o papel predominante, politicamente, do positivismo, não é tanto o da filosofia, ou da seita, ou da religião, mas o estado de espírito e o clima de opinião que, a partir dele, passou a contaminar vastas camadas, marcando até alguns que se prezavam de combatê-lo.

Ao mesmo tempo, Inácio Costa é típico representante de um grupo social “firmado na ciência” e dominante, argumento “condenava seus adversários à fogueira”.¹¹⁰ Ao final, Costa era um “crente”, achava que tinha a revelação das certezas, das causas e das conseqüências pregadas pelos positivistas.

¹⁰⁹ O estudo de Sérgio Buarque de Holanda sobre este tema confirma esta afirmação. Para o historiador “o positivismo, tal como se generalizou entre nós, não era uma doutrina monolítica, porque o Mestre, além de haver deixado discípulos e seguidores que preferiam tomar depois caminho próprio, não raro heterodoxos, deixou obras numerosas, de épocas diversas, que se prestaram a interpretações várias. Em muitos casos, o papel predominante, politicamente, do positivismo, não é tanto o da filosofia, ou da seita, ou da religião, mas o estado de espírito e o clima de opinião que, a partir dele, passou a contaminar vastas camadas, marcando até alguns que se prezavam de combatê-lo” (HOLANDA, 1997, p. 289).

¹¹⁰ A belicosidade dos jacobinos é conhecida e faz parte de ações políticas encetadas por “pequenos proprietários, empregados, funcionários públicos, [...] que se mobilizaram pela primeira vez no bojo da xenofobia florianista, organizando clubes jacobinos e batalhões patrióticos. Os jacobinos mantiveram um clima generalizado de tensão política, especialmente durante a campanha de Canudos no governo Prudente de Moraes. Quebravam jornais, promoviam arruaças, viaavam congressistas, espancavam e matavam portugueses, perseguiram monarquistas, assassinavam inimigos. Em 1897 tentaram matar o presidente da República, depois de terem feito o mesmo com o último presidente do conselho de ministros da Monarquia” (CARVALHO, 1987, p. 23).

É possível deduzir que existissem muitas pessoas, de diferentes grupos, que professavam também essas concepções de ditadura, governo militar, certezas baseadas na fé, na crença, na ciência, enfim, nesse universo positivista, que Lima Barreto tanto denuncia em suas obras. Inácio Costa e Abelardo Neiva fazem parte de uma geração que ainda guardava, da “tradição de Floriano”, uma imagem de “grandeza e poder”. Essa imagem, ainda viva, explicava, segundo o narrador de *Numa e a Ninfa*, a “concepção quarteleira”, que repercutia entre o povo “as virtudes excepcionais da farda”.¹¹¹ “A farda”, diz o narrador, “a longa e pesada tradição que representa e evoca promete muito a todos que a vestem”.¹¹²

Não só o povo era crente no invólucro da farda. Os militares, particularmente a ala “dos políticos”, não contentes com “um exército adestrado, automático, garboso e eficiente”,¹¹³ também acreditava nas “nas virtudes excepcionais da farda”, que trazia para quem a vestia “honestidade” e “clarividência”. Sendo militares, todos eram tidos como enérgicos. De modo que as atitudes de Inácio Costa, sua admiração e subserviência à farda, como antídoto a todos os males do país, podem ser aqui consideradas um anacronismo, compreensível por se tratar de uma narrativa — *Numa e a Ninfa* — em que as temáticas giram em torno da eleição de Hermes da Fonseca, quando já parecia longe a possibilidade da volta dos militares ao poder central do país. Não podemos esquecer o parentesco entre Hermes e Floriano. Além disso, há de se considerar uma identificação de classe — entre militares e burocratas — pois a maior parte dos militares desse período tinha o salário pago pelo Estado como única fonte de renda.

¹¹¹ Tal situação pode ser compreendida pelo fato dos militares terem ocupado o poder nos primeiros anos da República e “daí em diante julgaram-se donos e salvadores da República, com o direito de intervir assim que lhes parecesse conveniente”. Rebelavam-se quartéis, regimentos, fortalezas, navios, a Escola Militar, a esquadra nacional em peso. Generais brigavam entre si, ou com almirantes, o Exército brigava com a Armada, a polícia brigava com o exército” (CARVALHO, 1987, p. 22).

¹¹² LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 135.

¹¹³ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 138. Faz sentido lembrar que os militares “ao tempo da Proclamação da República, virtualmente todos os oficiais (inclusive os generais) tinham como principal fonte de renda os salários, e não a terra. Conseqüentemente, os interesses dos militares diferiam dos cultivadores ou comerciantes e coincidiam com os dos burocratas e dos que estavam na órbita do governo central. Dados estas circunstâncias, não parece ilegítimo considerar-se a classe militar com um componente dos setores médios”. Mas ao mesmo tempo, o autor aqui citado vai afirmar que “os camaradas de Deodoro podem ser considerados membros da classe média, não por nascimentos, mas por educação e fonte de renda”. Além disto, queremos aqui precisar a afirmação de que “a queda do número das altas funções políticas exercidas por oficiais militares refletia a profissionalização dos militares e a divisão entre eles e a elite política” — ver: SCHULZ, John. O Exército e o Império. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**, vol. 4, tomo II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 241.

Inácio Costa também é um burocrata embora num sentido mais *lato*, porque era civil, mas formado de acordo com os preceitos e pregações da escola militar,¹¹⁴ para onde convergia a maioria dos estudantes sem posses e sem propriedades. Queremos crer que, nesta narrativa, o autor criou uma personagem anacrônica exatamente para registrar a existência desses resquícios militaristas, o que não significa que fossem poucos aqueles que ainda se identificavam com os militares. Inácio Costa não podia fazer parte da elite política — oriunda das escolas de direito. A única válvula de escape para ele era se aliar aos militares, para melhorar sua condição social.

A condição de classe e os interesses ascensionais determinam a posição política. A defesa intransigente dos militares e o repúdio aos bacharéis resultam de um ranço político cuja expressão máxima deu-se no período em que Floriano esteve à frente do governo federal: “Soberania? Bacharelismo?... Nada! Nada!... Acabemos com está pedantocracia bacharelesca...”.¹¹⁵ Esse ódio aos bacharéis pode ser o resultado de rixas antigas — do tempo do Império e, ulteriormente, do jacobinismo florianista — e denuncia o fato de que os militares não ocupavam, no momento em que a narrativa se desenrola, os melhores lugares no aparelho burocrático do Estado: “os mais importantes postos legislativos e administrativos” — haviam sido ocupados pelos tão odiados legistas. Desde o Império, com a Guarda Nacional, o divórcio entre exército e elite civil era uma realidade preocupante para os militares.¹¹⁶

A eleição de Hermes da Fonseca (1910-1914) fez vir à tona as lembranças do período inicial ao advento da República. Para os contemporâneos, a eleição de um militar, quando se pensava que o regime caminhava para o estabelecimento em definitivo do poder civil,

¹¹⁴ A questão das Escolas Militares é um fato relevante para a compreensão do pensamento de algumas personagens criadas por Lima Barreto. De acordo com os estudos historiográficos sobre o assunto sabemos que “Grande parte dos oficiais do fim do Império e primeira década da República foi formada na Escola Militar da Praia Vermelha [fechada em 1904, por ocasião de sua última, e só voltaria a funcionar no Rio em 1911]. Esta escola evoluíra da Academia Real Militar de 1810, que se bipartiu, em 1858, para separar a parte de engenharia civil do ensino propriamente militar. O ensino da engenharia civil ficou com a Escola Central, transformada, em 1874, na Escola Politécnica, já então sob a jurisdição do ministério do Império. A separação foi mais formal do que real. Na prática, principalmente com a entrada do positivismo na Escola Militar, esta passou a ser mais um centro de estudos de matemática, filosofia e letras do que de disciplinas militares. A influência positivista se tornou maior a partir do ingresso de Benjamin Constante como professor da Escola, em 1872, logo após o término da Guerra do Paraguai” (CARVALHO, 1997, p. 195).

¹¹⁵ LIMA BARRRETO, **Numa e a ninfa**, p. 138.

¹¹⁶ A competição por cargos dentro do aparelho de Estado torna-se mais séria se levarmos em consideração o fato de que “a influência militar diminuiu gradualmente, chegando a um nadir na década anterior à república”. Esta afirmação leva-nos a considerar que, no caso aqui específico, a volta de um militar ao poder, pudesse vir a dar aos militares algumas benesses que estes haviam conseguido quando da proclamação da República: lembrando que o primeiro ato de Deodoro no governo foi aumentar o salário dos militares em 50%” (SCHULZ, 1997, p. 241).

representa a volta ao poder da dinastia dos florianos.¹¹⁷ A fé inabalável na República era uma construção dos “doutrinadores”, encarregados de fazer o povo crer que todos “os grandes fatos políticos e sociais”, acontecidos no Brasil, haviam sido obra dos militares. A recorrência desse tema na obra de Lima Barreto pode ser explicada pelas circunstâncias vividas pelos intelectuais ainda nos anos do governo de Floriano, que tratou de por fim aos entusiasmos mais radicais da geração abolicionista e republicana.¹¹⁸

¹¹⁷ A candidatura de Hermes da Fonseca ao cargo de presidente da nação causou celeuma por ter sido o primeiro militar eleito e porque seu adversário, Rui Barbosa, era uma personagem conhecida e admirada: O hermetismo se coloca num contexto já muito distinto de 15 de novembro e das lutas do primeiro quinquênio da República. A candidatura Hermes se enquadra dentro do jogo da política dos Estados, e só pelo desacordo entre Minas e São Paulo e pela divisão interna de Minas, teve condições de surgir e vencer. O novo na questão é que as lideranças civis, principalmente a mineira, já se dispunham a aceitar um candidato militar como saída para o impasse sucessório. A solução foi facilitada pela entrada em cena do Rio Grande do Sul, em aliança com o exército, ambos membros mal-aceitos no clube dos donos da República. Hermes aceitou a candidatura por insistência de seu amigo Pinheiro Machado e se reconhecia um instrumento político de Pinheiro. Além disto, sempre tivera uma atitude contrária à intervenção militar na política. Fizera-se notar pela primeira vez ao abortar uma rebelião da Escola Preparatória do Realengo que planejava aderir à da Praia Vermelha em 1904. Isto dava às elites civis uma garantia de que não se repetiria o fenômeno de 15 de novembro. Embora politicamente incompetente como o tio, Hermes não tinha o descontrole emocional e a rigidez deste, deixando levar pela liderança de Pinheiros (CARVALHO, 1997).

¹¹⁸ No governo de Floriano ocorre “um cisma entre os intelectuais, e alguns dos antigos entusiastas da República tiveram de fugir da capital para evitar a prisão. Como exemplo de perseverança e de fé, já agora obcecada, nos ideais de um republicanismo jacobino, restaria apenas Raul Pompéia. Seu suicídio em dezembro de 1895, alguns meses após a morte de Floriano, foi o trágico símbolo do fracasso de uma alternativa política, assim como a fuga de Bilac, Guimarães Passos e outros indicava que não seria fácil estabelecer os parâmetros de uma convivência pacífica entre a República da política e a República das Letras. A convivência se daria mais tarde em termos algo distintos dos imaginados inicialmente” (CARVALHO, 1987, p. 26).

Capítulo 2

A VIDA SOB MEDIDA... DOS OUTROS

Como em todas as partes, em todas as épocas, em todos os países, em todas as raças, embora se dê, às vezes, o contrário, sendo mesmo condição vital à existência e progresso das sociedades — os inferiores se apropriam e imitam os ademanos, a linguagem, o vestuário, as concepções de honra e família dos superiores. Toda invenção social é criação de um indivíduo ou grupo particular propagado por imitação a outros indivíduos e grupos.
— LIMA BARRETO

Lima Barreto começou a escrever a primeira versão de *Clara dos Anjos* em 1904, voltou a ela novamente para uma segunda versão no final do ano de 1921, que terminou no início de 1922. Não sabemos se o escritor considerou esta versão como a final, porque faleceu neste mesmo ano, em 3 de novembro.¹ Mas Lima Barreto publicou em maio de 1922, na revista *O mundo literário*, o primeiro capítulo desse romance inédito: “O Carteiro”.²

Após a leitura da obra, percebemos que ela foi escrita ao longo desses anos (1905–22), pois a narrativa acompanha os fatos históricos e as transformações espaciais que ocorriam na cidade do Rio de Janeiro ao longo desse período. Lima Barreto escreveu, entre os anos de 1914–22, 435 artigos e crônicas, sendo que a produção total desse gênero foi de 485 artigos escritos e publicados em jornais e revistas da época. Essa produção intensiva, para jornais e

¹ No *Diário íntimo* deixado pelo escritor podemos ler os primeiros esboços feitos pelo escritor para essa obra que será publica postumamente (1948). Nas anotações preliminares sobre a obra percebe-se que, ao longo de sua confecção, tomou um outro caminho: o escritor mudou as personagens e suas histórias, seus nomes e os acontecimentos históricos aos quais a narrativa deveria estar atrelada. É por isso que consideramos a possibilidade desse romance não ter sido terminado, conforme os planos do escritor.

² Lima Barreto escreveu nesse interregno de 1904 e 1922 *Recordações do escrívão Isaías Caminha* (1909), em seguida publica *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1909), *Numa e a ninfa* (1915) e *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919), conforme informação do seu biógrafo Barbosa (1988).

revistas, pode ter prejudicado a realização ficcional, particularmente, de *Clara dos Anjos*,³ pois não é difícil supor que Lima Barreto tivesse pouco tempo para se dedicar à literatura. Escrever para jornais, cumprir sua função na Secretaria, administrar os problemas cotidianos da família, que não eram poucos, e, por último, soma-se o desregramento com a bebida.

O drama da pobreza e do preconceito racial constitui também o núcleo temático de *Clara dos Anjos*, romance inacabado, vindo à luz postumamente, em folhetins, mas cuja primeira redação remonta a 1904/1905, contemporâneo, portanto, das memórias de Isaías Caminha.⁴

O núcleo pretendido pelo escritor era tratar de Clara, mas, ao longo da narrativa, desfila outras personagens, sobre as quais trataremos neste capítulo.

Além dessa documentação, temos o *Diário íntimo*, onde Lima Barreto registrou, de 1900–21,⁵ suas angústias e seus medos, suas esperanças e seus desejos mais secretos. É um documento valioso, no qual podemos acompanhar os dramas pessoais pelos quais passou o escritor e, ao mesmo tempo, considerar as passagens que ultrapassam o nível do estritamente pessoal e íntimo.

Nas confissões estão presentes indagações e inquietações sobre as relações entre o meio social e como a literatura deveria exprimi-lo, além de buscar um método de escrita e abordagem que fosse acessível àqueles não iniciados nas disputas literárias restritas ao público especializado.

O *Diário íntimo* é um documento que permite relacionar as formas conflituosas de delimitação do espaço privado e do espaço público, que vinham se constituindo naquele meio social: flagrantes de uma intimidade doméstica conturbada, dificuldades financeiras, o alcoolismo, as internações no antigo Hospital Nacional de Alienados e, também, no Hospital Central do Exército.⁶

³ Antonio Cândido, em texto clássico e muito citado sobre as concepções literárias de Lima Barreto e as relações dela com a vida do escritor, afirma que “a análise dos escritos pessoais contribui para esclarecer isto, mostrando inclusive de que maneira o interesse dos seus romances pode estar em material, às vezes, pouco elaborado ficcionalmente, mas cabível enquanto testemunho, reflexão, impressão de cunho individual ou intuito social — como se o fato e a elaboração não fossem de todo distintos para que a literatura era uma espécie de paixão e dever; e até uma forma de existência pela qual sacrificou outras” — em: CANDIDO, Antonio. Os olhos, a barca e o espelho. In: _____. **A educação pela noite**. São Paulo: Ática, 2000, p. 40.

⁴ BOSI, s. d., p. 101.

⁵ O *Diário íntimo* do escritor Lima Barreto só seria publicado três décadas após a morte do escritor (1953), juntamente com os apontamentos feitos pelo romancista em sua segunda estada no hospício, entre 1919 e 1920: “O cemitério dos vivos, memórias e reflexões em torno da vida num manicômio que o autor observou *in loco*, quando internado, por duas vezes, por motivos de alcoolismo, no Hospício Nacional. A obra coligida postumamente apresenta-se, na edição da Brasiliense (São Paulo, 1956) dividida em duas partes: a primeira conta o diário do escritor relativo à sua segunda estada no casarão da Praia Vermelha (de 25 de dezembro de 1919 a 2 de fevereiro de 1920); a segunda, que é propriamente o romance constitui-se do esboço de uma tragédia doméstica cujos fragmentos se alternam com as memórias da vida no hospício, tomadas àquele diário” (BOSI, s. d., p. 101).

⁶ LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Diário íntimo**. Memórias. São Paulo: Brasiliense, 1956.

Lima Barreto registrou no *Diário íntimo* em janeiro de 1905 a intenção de fazer de *Clara dos Anjos* um romance de grande envergadura:

Veio-me à idéia, ou antes, registro uma idéia que me está perseguindo. Pretendo fazer um romance em que se descrevam a vida e o trabalho dos negros numa fazenda. Será uma espécie de *Germinal* negro, com mais psicologia especial e maior sopro de epopéia. Animaria um drama sombrio, trágico e misterioso, como o dos tempos da escravidão. Como exija pesquisa variada de impressões eu queria que esse livro seja, se eu puder, ter uma, a minha obra-prima, adia-lo-ei para mais tarde.

A obra *Clara dos Anjos* que Lima Barreto deixou não é a que o autor pretendia, conforme se lê no trecho acima. Em vez de ser uma narrativa que transcorre num tempo longo, dos fins do império aos começos da República, a história transcorre quase totalmente na fronteira entre a cidade e os subúrbios. Ela se passa nos arredores do Rio de Janeiro que se modernizava e Lima Barreto via crescer nas cercanias as mais diferentes personagens: pessoas comuns, algumas pobres e miseráveis, outras que se distinguem seja pela cor ou pelo fato de ter uma propriedade, ao final, dividem todas elas a ambiência social e cultural sendo constituída nos subúrbios.

Nessa obra, vemos o subúrbio e seus moradores diluídos em meio a ruas esburacadas, moradias pobres, vendas, igrejas, festas domésticas, lugares onde as personagens dividem e desenvolvem as sociabilidades cotidianas. Mas não é apenas a população que não é definida, o subúrbio aparece na descrição de Lima Barreto, como um longo corredor, comprimido pelas montanhas e colinas, mas que se povoava a torno e a direito:

[...] passamos por um lugar que supomos deserto, e olhamos, por acaso, o fundo de uma grotta, donde brotam ainda árvores de capoeira, lá damos com um casebre tosco, que, para ser alcançado, torna-se preciso descer uma ladeira quase a prumo; andamos mais e levantamos o olhar para um canto do horizonte e lá vemos, vem cima de uma elevação, um ou mais barracões, para os quais não topamos logo da primeira vista com a ladeiro de acesso.⁷

É nessa geografia íngreme — nas “coroas dos morros” — que os pobres se refugiavam, eram locais de difícil acesso, servidos por apenas uma “bica para todos os habitantes e nenhuma espécie de esgoto”. Na parte mais afastada da “linha da Central” descreve o narrador o dia-a-dia das mulheres lavando roupas e as ruas povoadas de todos os tipos de animais domésticos: “galinhas, patos, marrecos, cabritos, carneiros e porcos, sem esquecer os cães, que, com todos aqueles, fraternizam”. Mas, ao final, o que unia todas essas mulheres no trabalho e nas relações com o espaço era as águas, pois esse ajuntamento cotidiano de muitas delas em espaço aberto, significava a ausência de água encanada em suas

⁷ LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 72.

casas que pudessem libertá-las do convívio forçado e a céu aberto com as vizinhas na mesma condição.

Se antes os espaços próximos às águas da cidade eram ocupados por mulheres negras escravas, no momento que Lima Barreto observa essa paisagem, a tarefa já havia sido diluída, não estava mais restrita às negras, mas a todas as mulheres pobres, independentes da raça.⁸ Se essas mulheres não podiam pagar para que o líquido chegasse até a sua moradia, era normal que elas tivessem que ir até onde pudessem lavar as roupas e utensílios domésticos. Quem pudesse pagar para que a água fosse carregada em barris podia se abster de sair de casa, mas as mulheres, em sua maioria, eram lavadeiras que auferiam dinheiro com o ofício. Só poderiam ter água em casa quem tivesse dinheiro para pagar os carregadores de barris ou de latas, na maioria das vezes, as casas dos mais pobres mal tinham água para cozinhar.⁹ Mesmo as torneiras instaladas nas esquinas dos bairros não supriam a demanda pelo líquido.

A expansão da rede de esgoto, que teve início nas duas últimas décadas do XIX, assim como o abastecimento de água, a expansão da rede de transporte, resultou para os moradores dos subúrbios em elevação dos aluguéis — por conta do bota-abaixo — e, posteriormente, já na República, em intensa especulação imobiliária.

A expansão da rede domiciliar de esgotos constitui um bom guia para rastrear as fronteiras de expansão da cidade, sobretudo porque tiveram um papel ativo no processo de especulação com a terra urbana, subjacente à ampliação da malha edificada do Rio de Janeiro. A rede, sobretudo no período republicano, ultrapassava constantemente os limites já povoados da cidade, penetrando em áreas que estavam sendo preparadas para se transformar em zonas residenciais ou fabris.¹⁰

Mas a síntese de como o subúrbio era visto pelo escritor Lima Barreto foi feita por ele mesmo:

O subúrbio é o refúgio dos infelizes. Os que perderam o emprego, as fortunas, os que faliram nos negócios, enfim, todos os que perderam a sua situação normal vão se aninhar lá: e todos os dias, bem cedo, lá descem à procura de amigos fiéis que os amparem, que lhes dêem alguma coisa, para o sustento seus e dos filhos.¹¹

⁸ No centro da cidade, o abastecimento de água, por sua vez, fazia-se nas fontes ou chafarizes.

⁹ Em 1846, quando Ewbank escreve seu diário sobre a cidade, não parece ser muito diferente a situação das mulheres nesses espaços de lavagem de roupas e convívio social: “coberto de capim enfezado, e local de uma das principais fontes, pois o Campo é o grande estabelecimento para lavar e corar roupa existente na cidade, sempre animado pela presença das lavadeiras. Mais de duzentas espalhavam-se agora pelos terrenos, sem falar nos grupos junto à fonte. Vistas do alto das montanhas circunvizinhas devem parecer um bando de gralhas, ruidosas ou de pegas irrequietas. E como estão todas atarefadas, cada uma no meio de um círculo de roupas a coroar! A enorme bacia de madeira que, quando elas vêm e voltam, lhes serve de cesta, á agora o tanque de lavar roupas, e o barril serve de suporte para a bacia” — em: EWBANK, Thomas. **A vida do Brasil ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 117.

¹⁰ BENCHIMOL, 1992, p. 74.

¹¹ LIMA BARRETO, **Recordações...**, p.

Neste capítulo, rastreamos a formação social das personagens centrais da narrativa Clara dos Anjos, procurando localizá-las dentro da estrutura econômica e sociocultural. Num primeiro momento, buscaremos suas origens sociais, ou seja a sustentação que essas personagens tiveram antes de chegarem ao Rio de Janeiro e as razões que as trouxeram para o Rio de Janeiro. Em seguida, analisaremos os movimentos que elas fazem na cidade no sentido de concretizar seus anseios e sonhos, por exemplo, de ser poeta, de entrar para o serviço público, de servir a algum chefe político.

Simultaneamente, rastreamos o processo de ascensão ou descenso de algumas personagens, sendo que à prosperidade material, assim como à descida, será também tratada aqui estreitamente ligada à formação da moralidade, do caráter, dos valores sociais e construção de novas sociabilidades e afinidades. A partir destas personagens, queremos saber como Lima Barreto, na ficção, faz a crítica aos novos costumes presentes nos subúrbios do Rio de Janeiro: como ele traça um panorama dos suburbanos, suas expectativas de vida, seus sonhos de melhoria econômica e social.

Para tornar o texto mais didático e compreensível, iniciaremos a análise a partir da origem das personagens. Antes, porém, registraremos a idéia geral que o escritor constrói sobre a gente pobre que habitava o subúrbio, obrigada à convivência cotidiana nesse espaço e sem meios materiais e culturais para solver conflitos que surgem dessa proximidade. Ali coexistem os infelizes em situação de anormalidade. Para o narrador aquela gente era “difícil de se suportar mutuamente; por qualquer ninharia, encontrando ponto de honra, brigando, especialmente as mulheres”.

Os bate-bocas aconteciam entre as mulheres porque elas permaneciam mais próximas entre si e, sobre elas, recaíam os problemas materiais mais imediatos, acarretando “o estado de irritabilidade”, resultado também da “incapacidade de encontrar fora de seu habitual campo de visão motivo para explicar o seu mal-estar, fazem-nas descarregar as suas queixas, em forma de desaforos velados, nas vizinhas com que antipatizam por lhes parecer mais felizes”.¹²

Era, para o autor, o confinamento que as levavam às disputas. Mas há algo mais nesse episódio que chama a atenção: essas mulheres “todas elas se têm na mais alta conta, provindas da mais alta prosápia”, desejam se distinguirem umas das outras, julgando-se superiores por razões subjetivas, pois eram “pobríssimas e necessitadas”. Esse desejo difuso de superioridade é parte da conformação mental da sociedade analisada por Lima Barreto, situação que não era restrita a um grupo em particular.

¹² LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 73.

No caso aqui analisado, as pretensões são sem lastro na escala econômica, mas eram respaldadas em preconceitos de cor: “uma diferença accidental de cor é causa para que possa se julgar superior à vizinha”, ou no fato dos maridos se distinguirem, quando ganhavam mais do que o da vizinha. E conclui o narrador: “um ‘belchior’ de mesquinharias açula-lhes a vaidade e alimenta-lhes o despeito”.¹³ Essa mentalidade adquire outros contornos e gradações em espaços sociais diferenciados, mas no geral é essa a moldura que arremata as práticas sociais dos grupos citadinos. A partir dessa afirmação pretendemos visualizar o interior da casa e analisar a trajetória de algumas personagens emolduradas por Lima Barreto.

Começaremos com a personagem Joaquim dos Anjos, pai de Clara, visto como e considerando-o como parte de um grupo social que ascende social e economicamente: ele possui casa própria, estabilidade no emprego e sustenta a mulher e a filha única. É um sujeito modelar para os amigos, bom funcionário, bom pai e marido: indiferente aos acontecimentos externos ao ambiente familiar. Joaquim dos Anjos nascera nos “arredores de Diamantina”. Na terra do seu nascimento “era tido por muitos como o primeiro flautista do lugar”. Portanto, era reconhecido e estimado pela comunidade local, porque se não fosse uma pessoa de consideração não seria membro e ativo participante das festas religiosas que aconteciam na cidade e cercanias. Esse dado sobre a personagem nos interessa aqui na medida em que informa sobre sua insatisfação com a vida em Diamantina: “desgostoso com a existência medíocre na sua pequena cidade natal [...]”. É esse sentimento difuso que o faz deixar a província e ir para o Rio de Janeiro. Se ele considerava a existência anódina, é porque vislumbrava algo mais, tinha pretensões. É certo que elas não estavam claras. Era apenas uma sensação. O narrador, no entanto, olha por outro ângulo: para ele, Joaquim do Anjos “acreditava-se músico de certa ordem, pois, além de tocar flauta, compunha valsas, tangos e acompanhamentos de modinhas”. Está aí o primeiro nó, uma das características dos remediados, construído por Lima Barreto: pretensões de serem algo mais sem o correspondente cabedal para concretizar as tais aspirações. São ambições que não se sustentam na realidade concreta.

Assim, o saber musical da personagem era “fraco”. O adjetivo “fraco” é, ainda hoje empregado em outras situações como significativo de pobre se comparado a um grupo considerado pelo falante como forte, no sentido de que o referido grupo é uma família importante; ou fraco, no sentido de não ter poder monetário. Mas o caso utilizado pelo narrador serve para reafirmar a fraqueza da personagem no sentido de não ter a ambição do aperfeiçoamento: “nunca quis ampliar os seus conhecimentos musicais”, ficando no que

¹³ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 73.

“sabia de cor”. O narrador afirma ainda a indiferença da personagem “para ir além”, característica que não estava restrita à capacidade musical: “pouco ambicioso em música, ele o era também nas demais manifestações de sua vida”.¹⁴

Ainda em Diamantina, Joaquim dos Anjos serve como pajem a um engenheiro inglês, “um sábio inglês” que andava por aquelas bandas fazendo “estudos desinteressados”, embora os habitantes não acreditasse que suas pesquisas geológicas fossem “puras e platônicas”.¹⁵ De tal modo Joaquim dos Anjos “foi obediente e serviu a contento o sábio, que este, ao dar por terminadas as suas pesquisas, convidou-o a vir ao Rio de Janeiro, encarregando-se de movimentar a sua pedregulhenta bagagem, até que ela fosse posta a bordo”.¹⁶ A conformação espacial da cidade do Rio de Janeiro, nesse período escravista, explica em parte a necessidade dos escravos para a locomoção de mercadorias e de pessoas:

[...] este princípio, importantíssimo para decifrarmos a lógica da ocupação do espaço da cidade escravista, valia também para os carregadores de cadeirinhas, no interior das quais se escondiam as senhoras em suas visitas à parte comercial da cidade e para os negros em cujos ombros cavalgavam homens e rapazes de guarda-chuvas, quando as ruas eram inundadas por aguaceiros.¹⁷

Ruas lamacentas, esburacadas, a falta de transportes coletivos, situações que eram resolvidas pela força muscular dos cativos: eram eles que colocavam a cidade em movimento: desde “as atividades portuárias, no comércio ambulante, nas oficinas, nos canteiros de obras, o transportes dos senhores, em todos os domínios, enfim, da vida social”.¹⁸

Ser pajem e carregador foi uma atividade restrita aos negros escravizados tanto no mundo rural como no espaço urbano.¹⁹ Joaquim dos Anjos não era branco, mas mestiço,

¹⁴ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 13.

¹⁵ O desinteresse do inglês não convencia “a simplória gente do lugar que ele não queria saber de diamantes” (LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 14).

¹⁶ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 14.

¹⁷ BENCHIMOL, 1992, p. 25.

¹⁸ Ewbank deixou registrado em seu diário o movimento da cidade feito pelos escravos: “Saí da longa avenida da Rua Direita, não longe da alfândega, onde os transeuntes de vêem loucos através de pilhas de fardos, barris, trouxas, carroças e negros barulhentos e suados. Não há aqui carros puxados por quadrúpedes para o transporte de mercadorias. As bestas de tiro e as bestas de carga são os escravos. As cargas que arrastam, bem como os caminhos por que têm de levar seus fardos, são suficientes para matar burros e cavalos. Antigamente, poucos aparelhos com rodas eram usados na Alfândega. Qualquer coisa era transportada, de um lugar para outro, simplesmente arrastada pelo chão. E muito desse processo ainda é empregado hoje em dia” (EWBANK, 1973, p. 118).

¹⁹ O ofício de carregar coisas era dominado pelos africanos: “escravos ou mulas serviam para transportar a maioria das coisas e pessoas na cidade e no comércio interno. Exceto no caso de tropas grandes, a maior parte do fardo do transporte dos senhores em viagens curtas à zona rural recaía sobre os escravos urbanos, inclusive mulheres, que no mínimo tinham de carregar os suprimentos e a bagagem para a viagem e, no máximo, o senhor ou um membro de sua família. Devido à escassez de animais de tração no Rio, a maioria dos cativos tinha de realizar algum tipo de carreto. Somente os escravos de alto *status* dos abastados escapavam de ser uma besta de carga de vez em quando” — em: KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808–1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 267.

“mulato”, e a função de carregar tudo passou a ser uma atividade de homens e mulheres livres e pobres, independente da cor da pele. Mas, assim como os antigos escravos, a personagem, com ajuda e incentivo do inglês,²⁰ terá a vida social e espacial modificada. Os negros foram, durante o início do século até a abolição, os beneficiários das relações que se estabeleciam entre estrangeiros e cativos: ao deixarem o país tinham como prática libertar seus acompanhantes.²¹

Se existem registros da contribuição dos escravos e estrangeiros para o conhecimento da flora e fauna brasileira, nesta narrativa, o que vemos é esta atividade sendo exercida por um mulato pobre, mas que também teve o benefício de ser libertado da “existência medíocre” que considerava levar no interior do país. Neste caso, a libertação foi a ida para a cidade grande, onde foi possível fazer contatos e mudar o campo de ação: Joaquim dos Anjos na “simplicidade do seu nascimento, origem e condição social”, não teria as condições de ascender, caso tivesse permanecido naquela pequena cidade, porque certamente lá não tinha conhecidos e nem trabalho que lhe garantisse a sobrevivência material, porque ele queria casar e ter filhos.

Mesmo com “pistolão” os negros conseguiam empregos modestos, de moços de recados, serventes, contínuos ou, muito raramente, de escriturários. Após a abolição, não podemos pensar que a situação tenha mudado. Mesmo Joaquim dos Anjos, sendo mestiço, isto não significava mudança de status nos primeiros anos seguidos ao 1888. Para esta personagem, sair do lugar onde nascera, procurar sair da cidade conhecida significava ascender, começar uma vida em outro lugar.

Chegando ao Rio, logo encontrou um conterrâneo que lhe deu a oportunidade de trabalhar onde pudesse fazer contatos com pessoas que pudessem lhe arranjar coisa melhor para o futuro. O doutor que conheceu lhe havia assegurado que naquele trabalho não ganharia “coisa que valha a pena” — disse-lhe logo o doutor — “mas aqui irás travando conhecimentos e podes arranjar coisa melhor mais tarde”. Depois de dois anos de trabalho Joaquim pode se certificar de que os conhecimentos pessoais que travou no Rio de Janeiro lhe ajudaram a conseguir o trabalho, a família, o montepio e, finalmente comprara uma casa.

²⁰ Segundo Karasch, “alguns cativos ganharam sua liberdade de estrangeiros que deixavam o país e continuaram a realizar sua atividade especializada depois de libertos [...] [os negros] deram uma contribuição importante para a coleção e a classificação da flora e da fauna brasileiras no século XIX” (2000, p. 262). Diferente é o caso da personagem Joaquim dos Anjos, que, embora pajem, com ele nada aprendeu e, depois na capital, preferiu procurar um emprego que lhe desse segurança para casar e ter filhos.

²¹ A relação entre estrangeiros e cativos se criava desde a chegada ao Rio de Janeiro pela baía: “Antes da construção das docas, os estrangeiros eram levados para a praia nos ombros de cativos, que vadeavam as águas imundas do porto para depositá-los em terra. Se levavam uma arma, um pacote de cartas ou apenas uma sombrinha, tinham de alugar um escravo para carregar essas coisas, ou arriscar-se à vingança de um carregador por privá-lo de seu trabalho legítimo” (KARASCH, 2000, p. 264).

[...] viu bem que o doutor lhe falava a verdade, e toda a sua ambição se cifrou em obter um pequeno emprego público que desse direito a aposentadoria e montepio, para a família que ia fundar. Conseguira, ao fim de dois anos de trabalho, aquele de carteiro, havia bem quatro lustros, com o qual estava muito contente e satisfeito da vida, tanto mais que merecera sucessivas promoções.²²

Acrescentava-se a esta “felicidade” o fato de possuir uma “humilde casucha”, comprada com uma pequena herança que recebera quando do falecimento da mãe em Diamantina. Quanto ao processo de aquisição da casa podemos saber que “o seu preço fora módico, mas, mesmo assim, o dinheiro da herança não chegara, e pagou o resto em prestações”. No momento em que se dão os acontecimentos na narrativa, Joaquim do Anjos “estava em plena posse do seu ‘buraco’, como ele chamava a sua humilde casucha”.

Era simples. Tinha dois quartos; um que dava para a sala de visitas e outro para a sala de jantar, aquele ficava à direita e este à esquerda de quem entrava nela. À de visitas, seguia-se imediatamente a sala de jantar. Correspondendo a pouco mais da largura total da casa, havia, nos fundos, um puxadito, onde estavam a cozinha e uma despensa minúscula. [...] Fora do corpo da casa, existia um barracão para banheiro, tanque, etc., e o quintal era de superfície razoável, onde cresciam goiabeiras, dois ou três pés de laranjeiras, um de limão galego, mamoeiros e um grande tamarineiro copado bem aos fundos.²³

A casa de Joaquim dos Anjos seguia o padrão das moradias dos grupos pobres, mas dignos. Sua importância maior está no fato de ser propriedade do protagonista, lembrando a importância que tem, particularmente, para estes grupos sociais, a propriedade, mas não uma propriedade qualquer, é a casa. Fugir do aluguel e não ter a casa invadida pelo senhorio ou até mesmo correr o risco de não ter dinheiro para quitar o mês de moradia, sempre foi um pesadelo para este grupo social.

Para as outras casas suburbanas o narrador observa uma situação que ainda hoje é comum nos bairros pobres, cujas casas são adquiridas a prestação e, por isso, os moradores podem fazer alguns reparos e adequá-las para acolher a família toda. Nesse aspecto, os “puxaditos”, referidos pelo narrador, guardam a sua atualidade: ainda são formas de aumentar

²² LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 14.

²³ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 15. No estudo desenvolvido sobre moradias no estado de São Paulo encontramos a seguinte afirmação: “aplicar o dinheiro em um imóvel foi estratégia muitas vezes escolhida, mesmo se isso implicasse a necessidade de pedir dinheiro emprestado, como os inventários tantas vezes registram. Aqueles que não optaram por esta estratégia, por vezes, até tiveram melhor padrão de vida. Ou seja, possuir um imóvel não necessariamente significava estabilidade. Mas viver de rendas [dos aluguéis] era certamente posição cobiçada naquela sociedade, em especial por esses setores intermediários, tão sujeitos à instabilidade das conjunturas. Ser proprietário era também uma condição carregada de simbologia, um distintivo social como tivemos a oportunidade de discutir” — em: OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. Em casas térreas com alcovas. Formas de morar entre os setores médios em São Paulo, 1875 e 1900. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo: ano/série 8/9, número 009, 2003, p. 57.

as casas.²⁴ Joaquim dos Anjos comprou uma casa pequena e foi modificando sua arquitetura sem um projeto, porque o projeto da casa está na dependência do aumento da família: os puxaditos contam a história não da casa em si, mas da família que cresce ou da condição material que permite fazer melhorias mais substanciais.²⁵ Os acrescentamentos de cômodos obedecem à dinâmica da improvisação. Enquanto as revistas tidas por chiques, transferiam os moldes estéticos da arte para as construções suntuosas, fossem elas de casas para moradia ou fossem para os prédios públicos, o que ocorria nos subúrbios eram edificações que obedeciam às necessidades e às condições econômicas do proprietário.

Mas a observação do autor vai um pouco mais além, reparando nos subúrbios: “além dos clássicos *chalés* suburbanos, encontravam-se outros tipos de casas. Algumas relativamente recentes, uns certos requififes e galanteios modernos, para lhe encobrir a estreiteza dos cômodos e justificar o exagero dos aluguéis”.²⁶ Esses requififes referidos pelo autor — podemos imaginar — são os muros altos que serviam e, ainda hoje servem, para esconder a feiúra e a pobreza das moradias dos bairros medianos e pobres.

O narrador, ao final da narrativa de *Clara dos Anjos*, define as casas dos subúrbios e as pequenas diferenças que existiam entre elas. Diferenças que levavam os seus moradores a se avaliarem como mais ou menos importantes que os vizinhos, cujas casas não tivessem sido maquiadas. O que podemos aduzir com certeza é que todas as casas partiam de um mesmo modelo, a situação econômica — um emprego público com rendimentos pequenos mais certos ou uma pequena herança recebida — permitia que fizesse ajustes externos, resultando no aspecto de casas da “boa burguesia remediada”.

Tinha boa aparência a residência da família do Senhor Azevedo; mas quem a observasse com cuidado, concluiria que a parte imponente dela, a parte da cimalha, sacadas gradeadas e compoteiras ao alto, era nova. De fato, quando o pai de Cassi a comprou, a casa era um simples e modesto *chalet*, mas, com o tempo, e com ser a sua vagarosa, mas, segura, prosperidade, pôde ir, também devagar, aumentando o imóvel, dando um aspecto de boa burguesia remediada.²⁷

²⁴ Recorremos novamente ao estudo empírico feito a partir dos inventários na cidade de São Paulo: “Para os inventários de 1880, pensando nos imóveis destinados a moradia, delineia-se o quadro exposto a seguir. No primeiro grupo: casas térreas, de taipa ou tijolo e pau-a-pique conjugadas, de um lance, de uma porta e uma janela ou uma porta e duas janelas, e m sua maioria em construção. No segundo: apenas casas térreas, mas já aparecem esporádicas variações como: com um portão de entrada no centro, sendo a casa recuada, três portas na frente, com grande quintal tendo até poço d’água e algumas árvores frutíferas” (OLIVEIRA, 2003, p. 65).

²⁵ Ewbank nota essa particularidade em seus escritos quando afirma que “para a construção de casas não se fazem nem desenhos de seções transversais. Geralmente o proprietário diz ao pedreiro e ao carpinteiro que quer uma casa igual à do Fulano, porém com as janelas semelhantes às do Ser. Beltrano” (1973, p. 187).

²⁶ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 25.

²⁷ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 130.

Se a urbanização da cidade do Rio de Janeiro guarda aproximações com o mesmo processo em São Paulo, podemos afirmar que não era incomum os mais pobres e trabalhadores braçais possuírem uma propriedade, particularmente uma casa, quartos e terrenos. As diferenças sociais entre estes proprietários devem ser procuradas na quantidade de imóveis, nos tipos e na localização. Mesmo em Inhaúma, subúrbio próximo ao centro da cidade, podemos supor que houvesse casas construídas com requintes de modernidade, misturadas a casebres e choupana: basta lembrar que *O cortiço*, de Aluisio de Azevedo, era ambientado em Botafogo.

A casa de Joaquim dos Anjos estava “no plano da rua” indicando que era uma construção modesta, não era sobrado. A proximidade da rua significa a possibilidade da intromissão dos espaços: da rua na casa e da casa na rua.²⁸ A diversificação das moradias e dos subúrbios não acontece por etapas, mas simultaneamente ao aparecimento de construções mais e menos suntuosas, de forma que podemos vislumbrar num único olhar a existência da cidade de taipa, a cidade européia, a cidade moderna, a rica, a pobre e a miserável. Todas convivendo e se modificando com o passar do tempo.²⁹

Na situação social e econômica desse segmento, representado pelo carteiro, ele estava protegida não mais: estava entregue aos ditames da sorte, vivendo as agruras da instabilidade que o colocavam à mercê de doenças, de enfermidades e da morte — questões dependentes de recursos. Nesse momento, parecem respirar aliviados: encontram-se sob a égide de um Estado que lhes proporcionavam segurança diante de eventuais infortúnios. Emprego público, uma casa, montepio para garantir a continuidade da sobrevivência material da família, esses eram os anseios de Joaquim dos Anjos. É peculiar, no caso dessa personagem, o fato de ter uma única filha, condição que foge à norma geral das famílias que tinham mais filhos, além dos dependentes para cuidar e sustentar como sobrinhos e afilhados.

Assim, Joaquim dos Anjos é, nesta narrativa, um homem feliz, embora essa felicidade estivesse condicionada ao seu alheamento e seus reservas nas relações que mantinha com o

²⁸ Em 1846, Thomas Ewbank veio ao Rio de Janeiro, permanecendo na cidade por cinco meses. Dessa estadia resultou a obra *A vida do Brasil ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. As observações desse autor do período em que esteve observando os hábitos e costumes da cidade ainda se pode comparar com a descrição que Lima Barreto faz da rua onde mora Joaquim dos Anjos: “[...] todas grotescamente misturadas, como na maioria das cidades velhas. Nenhum quarteirão é construído de modo uniforme. Não há fachada alguma que nossos construtores pudessem considerar bonita [...] nem pode haver, pois todas as entradas estão ao nível da rua, e não são permitidos pórticos ou escadas. Não há no Rio nenhuma casa de tijolos aparentes ou de madeira. As paredes, sem sua totalidade são de pedra bruta [...] cobertas com argamassa de cal e marga, que as fazem parecer caiadas de brancos. Alguns proprietários revelam seu gosto fazendo painéis coloridos nas fachadas de suas casas, sendo que o azul-claro e o rosa são as cores favoritas” (EWBANK, 1973, p. 93).

²⁹ CAMPOS, Cândido Malta. **Ruínas da cidade, urbanização e modernização em São Paulo**. São Paulo: Senac, 2002, p. IH.

mundo externo: “sua vida se havia desenvolvido até ali na maior boa fé e, como houvesse sido feliz, no seu ponto de vista, os seus cinquenta anos julgavam o mundo como um reino de paz, de concórdia, de honestidade e lealdade, apesar das notícias de jornais”.³⁰ Era um homem muito limitado, pois sua inteligência não ia além do que podia ouvir, “para que pudesse receber qualquer sensação duradoura e agradável, era-lhe preciso o ‘som’, o ‘ouvido’. Era assim uma ‘natureza elementar’”.

Joaquim dos Anjos morava no subúrbio de Inhaúma. No século XIX, era uma das freguesias próximas ao centro da cidade do Rio de Janeiro: estava entre os arrabaldes “já alcançados pelas mais longínquas ondas de choque do processo de expansão da malha urbana [...]” eram freguesias “que já estavam na alça de mira das companhias de bondes, aliadas aos especuladores com a aterra urbana, as companhias de serviços públicos e os próprios poderes públicos”.³¹ Além de Inhaúma, entre os anos de 1890 e 1906, houve intenso crescimento populacional no Engenho Novo, Méier e Irajá.

Inhaúma era a mais importante paróquia rural ou suburbana, com comércio regular e manufaturas de couro e barro, principalmente. A atividade agrícola envolvia a lavoura de arroz, milho, feijão, batata, legumes e frutas várias. No início do século XVII, eram proprietários das terras de Inhaúma os padres jesuítas que cultivavam cana-de-açúcar na área do Engenho Novo. O vale de Inhaúma abrangia uma área extensa e fértil, lavrada por escravos e rendeiros. Estendia-se para o sertão, abrangendo também o Andaraí e o Engenho Novo. A produção de açúcar continuou sendo importante no século XIX.³²

É importante ressaltar o registro do narrador sobre a presença dos bíblias, ocupando a antiga freguesia de Inhaúma, espaço que historicamente havia sido reduto dos jesuítas. Nos dias de preparativos para iniciar nova turma de adeptos, montavam “barracas de campanha, erguidas ao redor da casa, nos vãos existentes entre as velhas árvores da chácara, maltratada e desprezada”.³³

A chácara, à qual o escritor se refere, faz parte de muitas outras que foram abandonadas pela aristocracia de outros tempos: “há trinta anos, nas laranjeiras, na rua Conde de Bonfim, no Rio Comprido, no Andaraí, no Engenho Novo, enfim em todos os bairros que foram antigamente estações de repouso e prazer, encontravam-se, a cada passo, longos muros cobertos de hera, exalando melancolia e sugerindo recordações”.³⁴

³⁰ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 88.

³¹ BENCHIMOL, 1992, p. 87.

³² BENCHIMOL, 1992, p. 87. A freguesia no romance *Clara dos Anjos* já era subúrbio.

³³ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 17.

³⁴ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 16.

Ligam-se ao abandono das chácaras a expansão urbana, a diversificação populacional e os melhoramentos que acompanharam a cidade desde o final do século XIX e o início do XX, período em que se intensifica o processo de retalhamento das terras urbanas³⁵ para a especulação dos preços:

Não se compreende que uma cidade se vá estender sobre terás combustas e estéreis e ainda por cima açoitadas pelos ventos e perseguidas as suas via públicas pelas fúrias do mar alto... não há erro, o que há é especulação, jogo de terrenos, que são comprados a baixo preço e os seus proprietários procuram valorizá-los num ápice de tempo, encaminhando para eles os melhoramentos municipais.³⁶

Os melhoramentos públicos serviram, ainda uma vez, para beneficiar aqueles proprietários de terras, que convertiam propriedades em dinheiro para especular.³⁷ Também é possível afirmar que passaram a viver, não só dos aluguéis das chácaras, como de rendas, podendo fazer novos investimentos em bairros mais ricos e prósperos,³⁸ ou até mesmo adquirir um maior número de propriedades. O alto preço alcançado pelas grandes propriedades vendidas a retalho devido à especulação imobiliária: “o último quartel do século [XIX], transcorreu intenso processo de urbanização em seu território, formando-se, ao longo dos vários eixos ferroviários que o atravessavam, alguns dos mais importantes subúrbios do Rio de Janeiro”.³⁹

Outro motivo provável para o abandono das vivendas prende-se, também, à questão da conservação e do trabalho que esse tipo de propriedade exigia. Com o fim do trabalho servil a aristocracia, não acostumada ao trabalho e, muito menos ao que exigia esforço físico,

³⁵ Sobre esse processo, Benchimol afirma ainda que, “na zona sul da cidade, antigas chácaras e fazendas foram sendo loteadas, convertendo-se em bairros residenciais de ‘elite’, ainda no Segundo Reinado. Erigiram-se mansões suntuosas, muitas pertencentes a fazendeiros de café. É o caso, por exemplo, do atual palácio do Catete, construído em 1862 pelo Barão de Nova Friburgo, ou o atual palácio da Guanabara, vendido pelo presidente do Banco do Brasil à família imperial para a residência da herdeira do trono” (1992, p. 103).

³⁶ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 239.

³⁷ Aqui temos uma situação que caracteriza uma mudança econômica, social e cultura trazida pela mudança do regime: “convém ressaltar que as ‘classes dominantes’ que se instalaram nessa orla da cidade, que ali implantavam o seu estilo arquitetônico, constituíram realidade estruturalmente diversa das ‘classes dominantes’ do primeiro reinado e do início do segundo, o que decorre, naturalmente, do conjunto de transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas que caracterizaram a transição da sociedade escravista para a sociedade capitalista” (BENCHIMOL, 1992, p. 102).

³⁸ Como é o caso, por exemplo, de Copacabana: “aliada a incorporadores como a empresas de construções civis, a Jardim Botânico armou uma grande campanha publicitária destinada a vender a imagem de Copacabana como bairro que proporcionaria a seus moradores um ‘estilo de vida moderno’, oferecendo condução gratuita para atrair os compradores de terrenos” (BENCHIMOL, 1992, p. 102).

³⁹ BENCHIMOL, 1992, p. 88. Segundo esse autor, “o censo de 1870 indicava a presença de 1827 militares aquartelados na freguesia. Tinha também um contingente de 52 funcionários públicos, relativamente numeroso comparado às paróquias suburbanas anteriormente analisadas. Havia ainda oito eclesiásticos, 18 pessoas ligadas à ‘profissão literária’, 15 em agências. [...] As camadas dominantes locais eram constituídas por 147 comerciantes, um capitalista, 74 proprietários. Na esfera da produção preponderavam 1.200 lavradores (735 livres e 435 escravos), empregando as manufaturas, artes e ofícios 315 pessoas (apenas seis escravos). Havia 79 pescadores e 13 marítimos” (1992, p. 88).

procuram outros tipos de propriedades,⁴⁰ nas quais não havia a exigência de cuidados, principalmente externos como: cuidar dos jardins, das hortaliças, das galinhas, dos porcos e cavalos, trabalhos exercidos pelos negros. Não podemos deixar de registrar a freguesia concentrava mais da metade da população negra.⁴¹

Voltando à questão da ocupação das propriedades pelos *bíblias*, Lima Barreto relata a chegada das novas seitas, no subúrbio de Inhaúma, consequência da fuga dos antigos proprietários — que podemos entender também como o processo de ocupação do espaço pelos remediados e pobres. Os proprietários da chácara haviam se mudado e alugaram-na ao Mr. Quick Shays, “homem tenaz e cheio de uma eloquência bíblica, que devia ser magnífica em inglês; mas que, no seu duvidoso português, se tornava simplesmente pitoresca”. O narrador não deixa de observar que o pregador inglês era “daquela raça curiosa de *Yankees* fundadores de novas seitas cristãs”. O movimento religioso e o conseqüente pipocar de novas seitas faziam chegar aos subúrbios seus respectivos pregadores:

De quando em quando, um cidadão protestante dessa raça que deseja a felicidade de nós outros, na terra e no céu, à luz de uma sua interpretação de um ou mais versículos da Bíblia, funda uma novíssima seita, põe-se a propagá-la e logo encontra dedicados adeptos, os quais não sabem muito bem por que foram para tal novíssima religiãozinha e qual a diferença que há entre esta e a de vieram.⁴²

O certo, conforme o narrador, é que o Mr. Quick não fazia prosélitos, mas apenas ouvintes e ouvintes tolerantes. O interessante é o fato de que “o povo não os via com hostilidade, mesmo alguns humildes homens e pobres raparigas” freqüentavam a “igreja” do pregador, por serem “todos necessitados do amor de Deus”. Além do lado pitoresco — ouvir as pregações —, devia ser um lazer sair de casa para ir à igreja do Mr. Quick. Os necessitados do amor de Deus, conforme o narrador, o freqüentavam também com uma outra intenção, porque passaram a encontrar nesse ato “um sinal de superioridade intelectual sobre os seus iguais”.

Qualquer diferença de comportamento entre os suburbanos era tida como sinal de distinção, de superioridade, o que significa uma necessidade desses grupos marginais de procurar, entre eles mesmos, algum sinal diferenciador que os distinguissem do mais ou menos pobre. Sendo todos iguais nas carências materiais, eles buscam um diferenciador

⁴⁰ As propriedades abandonadas e referidas por Lima Barreto fazem parte do processo de construções de casas (1808 e 1816) quando a aceleração da urbanização fez-se necessária por causa da chegada da família real, a transformação da cidade em capital do Império: nestes anos, foram construídas cerca de 600 casas no perímetro da cidade, onde os sobrados começaram a suplantiar as toscas casas térreas dos tempos da colônia, e 150 nos arredores — chácaras, em sua maioria, para a residência de verão dos senhores e sua numerosa escravaria (BENCHIMOL, 1992, p. 25).

⁴¹ LOBO, 1978, p. 259.

⁴² LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 17.

subjetivo que, neste caso, é freqüentar uma “casa religiosa que não a tradicional [...]”. A inconsciência das personagens sobre sua real situação econômica, social e cultural é suprida pelo narrador, que explica, ao final, que o que todos procuravam, mesmo sem saber, era auxílio e conforto para suas “pobres almas alanceadas, [...]” e alívio para as “dores que seguem toda e qualquer existência humana”.⁴³

Havia, também, aqueles que assistiam as prédicas do protestante por mera curiosidade, “sem nenhuma repugnância”, ser predicado próprio “do nosso pequeno povo fazer uma extravagante amálgama de religiões e crenças de toda sorte, e socorrer-se desta ou daquela, conforme os transe e momentâneas agruras de sua existência”. Entendiam o “pequeno povo” que os “atrasos de vida” podiam ser resolvidos apelando para a “feitiçaria”, assim como podiam “curar uma moléstia tenaz e renitente” no espiritismo. Mas a “gente humilde” não deixava nunca de “batizar os filhos pelo sacerdote católico”, porque não há, dentre ela, “quem não se zangue: está doido! Meu filho ficar pagão! Deus me defenda”.⁴⁴

Todas as respostas para as dificuldades advindas da organização estrutural da sociedade estavam nesse “amálgama” de crenças díspares, o que significa dizer: a busca dessas respostas não criava tensão entre o espiritual, o social e o econômico. Implícita nessa atitude está a falta de consciência da importância da luta política para a mudança de suas vidas. Mas é preciso advertir que havia conflitos. Por exemplo: a “Questão dos Bispos”, a separação da Igreja do Estado e o aumento das seitas “alienígenas” e Protestantes. Esses conflitos, no entanto, não chegavam a atingir os pobres dos subúrbios.

A república do um “pepé”

Entre as personagens populares criadas por Lima Barreto nesta narrativa está Antonio da Silva Marramaque. Esta figura faz parte da galeria dos funcionários públicos exercendo funções consideradas relevantes. Ela também sai do interior e chega ao Rio de Janeiro com pretensões que não se realizam. Torna-se funcionário do Estado e vive do próximo. Sua ocupação e os seus ganhos monetários o colocam acima daqueles considerados pobres, aparecem na estrutura social como ascendentes, mas esta não vinha acompanhada de substancial mudança no status econômico. Para a compreensão do papel de Antonio da Silva Marramaque em *Clara dos Anjos* precisamos contar o tempo em que esta personagem vivia no interior da província do Rio de Janeiro.

⁴³ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 16–17.

⁴⁴ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 18.

Antonio da Silva Marramaque, antes de migrar para o Rio de Janeiro, vivia “nas proximidades da corte”, portanto no interior da província do Rio de Janeiro. Seu pai, originário da região do Minho, era um homem “ativo, trabalhador, reservado e econômico”.⁴⁵ Diante de tais qualidades não poderia ser uma pessoa qualquer, havia conseguido acumular no Brasil um patrimônio que não era facultado à maioria da população nacional:

Em poucos anos de Brasil, conseguiu juntar dinheiro, comprar um sítio em que cultivava os chamados ‘gêneros de pequena lavoura’, aipim, batata-doce, abóbora, tomates, quiabos, laranja, caju e melancia, dando-lhe esta última cultura, pelos fins de ano e começo do seguinte, lucros razoáveis. Com o correr do tempo comprara um bote; e, duas vezes por semana, acompanhado de um companheiro a quem pagava, trazia ele mesmo os produtos de sua lavoura, navegando por um pequeno rio, mais ou menos canalizado, atravessando a Guanabara até o Mercado. Vinha com o ‘terreal’ e voltava com a “viração”.⁴⁶

O filho do português morigerado não era “capaz” das proezas do pai, porque tinha herdado as características da mãe, “que, embora quase branca, tinha evidentes traços de índio”.⁴⁷ A herança da mãe, capaz de “cantar o dia inteiro modinhas lânguidas e melancólicas”, fez do filho herdeiro de subjetividades românticas: “Marramaque era contemplativo e melancólico, e vivia debruçado ao balcão do armazém, ouvindo os tropeiros e peões contar histórias de todo o gênero: façanhas de valentia, maus encontros pelos caminhos desertos, proezas de desafio à viola e de amor roceiro”.⁴⁸

Essa subjetividade, sem eira nem beira, porque não há indícios concretos de que tivesse talento, desarticulou a personagem. Era caixeiro, vendia bem, era respeitado pelos viajantes e tropeiros que passavam e dormitavam no armazém em que trabalhava, mas parecia ter nascido para outra coisa: “havia, quando rapazola, muitas névoas na sua alma, um diluído desejo de vazar suas mágoas e os sonhos, no papel, em verso ou fosse como fosse; e um forte sentimento de justiça. O espectro da escravidão, com todo o seu cortejo de infâmias, causava-lhe secretas revoltas”.⁴⁹ Logo se vê que esses vagos sentimentos não eram suficientes para a sobrevivência no mundo das belas artes.⁵⁰

⁴⁵ LIMA BARRETO, Clara dos Anjos, p. 36.

⁴⁶ LIMA BARRETO, Clara dos Anjos, p. 36.

⁴⁷ LIMA BARRETO, Clara dos Anjos, p. 36.

⁴⁸ LIMA BARRETO, Clara dos Anjos, p. 36.

⁴⁹ LIMA BARRETO, Clara dos Anjos, p. 36.

⁵⁰ Para entrar nesse mundo e partilhar das experiências e discussões sobre arte e romance exigia mais do que fumaças e sentimentos de justiça: “Ser literato neste contexto, não era simplesmente escrever versos; mais do que isto, a literatura era vista por eles como o campo privilegiado de construção do passado, do presente e, principalmente, do futuro — e não por acaso eram tão comuns os ataques àqueles que se aventurassem a tentar adentrar o mundo das belas artes sem trazer consigo a consciência do papel da literatura, um critério de exclusão que diz muito sobre a lógica de construção da identidade entre estes escritores” — em: PEREIRA, Leonardo A. M. A “Geração Boêmia” no Rio de Janeiro do fim do Império. *Revista História Social*, n. 1, 1994, p. 38.

A gente aqui pode ser literato como queira e tanto quanto queira, com a condição de ser, antes de literato, qualquer outra coisa. Esta coisa pode ser qualquer, como tenho a honra de lhes dizer: — bacharel em direito ou caixeiro, médico ou botequineiro, rábula ou sacristão, andador das almas ou diretor de secretaria, coronel da guarda nacional ou sapateiro, juiz ou tipógrafo, amanuense ou cagarreiro. Qualquer desses misteres constitui a obrigação, as letras a devoção. Aquilo é que dá as lours e o pão, isto apenas dá os louros ou... pau.⁵¹

Enquanto o pai diligentemente plantava, colhia e vendia os produtos do seu trabalho na cidade, o filho homem mantinha-se alheio a essa faina, vivendo numa penumbra de sonhos, trabalhando na venda de um comerciante do interior. Ele não produz mercadorias. É importante perceber que não há uma consonância de gerações, o filho guarda a distância ao pai, não está junto dele no trabalho, não herda sua cultura de trabalho braçal: enquanto este produz aquele vende a força de trabalho em comércio alheio. O filho é caixeiro e não produtor.⁵² Mais grave ainda é ser filho de agricultor e nada saber de terra e congêneres, queria ser poeta. Não há na narrativa evidência de que o pai da personagem tivesse de alguma maneira constrangido o filho a seguir e dar continuidade ao trabalho com a terra. Este mercador, para quem Marramaque prestava serviços de caixeiro, era descendente de portugueses. Seu papel na estrutura econômica é fazer a intermediação entre os pequenos produtores diretos das redondezas da pequena cidade, cujas mercadorias ele comprava, para em seguida revendê-las aos representantes das grandes e pequenas lojas da “Corte” que vinham até o interior comprar produtos para abastecer as “casas” da capital.

Estes representantes das modernas “casas” do Rio de Janeiro abasteciam o armazém de produtos para consumo no interior, muito provavelmente estes eram os manufaturados, importados para o consumo de pequena população, cuja renda permitisse o acesso a algum tipo de luxo como chapéus, vinhos, roupas mais finas. Esse proprietário de armazém “de coisas da roça” tem a função de concentrar, no seu estabelecimento, todos os produtos passíveis de interesses dos “tropeiros-viajantes”,⁵³ além de hospedá-los: estes tropeiros

⁵¹ PEREIRA, 1994, p. 42 (o trecho não é do Leonardo, mas de Valentim Magalhães In: Notas à margem, 15 de dezembro de 1887).

⁵² Segundo o Censo de 1870, os fabricantes empregavam cerca de 6,25% da população trabalhadora local, o que significava, em média, menos de dois operários por patrão. Ao todo 23.481 indivíduos — 8,54% da população — viviam do comércio; essa categoria incluía comerciantes, caixeiros e guarda-livros. A grande maioria (73,92%) era constituída de estrangeiros, basicamente portugueses (LOBO, 1978).

⁵³ Podemos inferir que a cidade de onde vem Marramaque, próxima do Rio de Janeiro, se refere a Vassouras, pois era ali que congregava o maior número de fazendeiros do café do Vale do Paraíba: “daqui, [Vassouras] e de grandes casas comerciais, seguiam as mercadorias para as grandes fazendas de café, e para abastecerem as prateleiras das casas de negócio do interior — ranchos, vendas, tabernas, botequins, assim como as bestas de carga dos vendedores ambulantes” — em: STEIN, Stanley. **Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba**. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 101.

urbanos não eram desconhecidos pela população local: um desses tropeiros viajantes⁵⁴ jogava à noite “partida de ‘manilha’, na casa do sacristão da Matriz”, conforme nos informa o narrador.⁵⁵

Nesta parte da narrativa, Marramaque ainda está vivendo a nebulosa situação de pretendente a poeta entre homens práticos, comerciantes, plantadores, caixeiros da capital, somente a personagem está deslocada. Quando o caixeiro-urbano lhe promete arranjar “alguma coisa” para que ele pudesse sair do interior e tentar a sorte na “Corte”, notamos uma situação que vale a pena esmiuçar:

— Pois debes ir para o Rio — acudiu Mendonça com pressa — estudar e ... quem sabe lá?
 — Se eu arranjasse um emprego na Corte...
 Mendonça pensou um pouco e disse:
 — Na casa, não te serve. Há muito serviço e tu não te acostumas... É aprendiz de poeta, tens inclinação para essas coisas de versos e te aborrecerias. O que te serve, era trabalhar numa farmácia.
 — Fala a teu pai que eu te arranjo a coisa. Escrevo-te logo que chegar ao Rio.⁵⁶

Esse trecho acima explica os antecedentes e a partida de Marramaque para o Rio de Janeiro. É importante frisar, a partir dele, o fato de o trecho condensar e manifestar, em poucas palavras, um juízo que consideramos como relevante: idéia de que onde “há muito serviço” não era lugar para pretende a “aprendiz de poeta”. A “casa” referida no diálogo é de comércio, mas nela Marramaque não se acostumaria: no interior ele trabalhava duro, mas após ter se decidido a virar poeta, o trabalho diário, rotineiro e efetivo, voltado à aquisição de bens concretos, não mais era conveniente. Por outro lado, não podemos esquecer que essa maneira de inserção no mundo do trabalho assalariado não fosse situação corriqueira, pois ainda

⁵⁴ Analisar as redes que se criavam entre vendeiro, tropeiro, caixeiro requer análises mais profundas, que não é o objeto desse nosso estudo. No entanto, para o que no momento nos interessa bastaria citar aqui o estudo sobre o assunto de Maria Sylvia de Carvalho Franco: Para que se compreenda a real posição do vendeiro na sociedade ‘senhorial’ brasileira, é necessário enfatizar a sua condição de único agente (embora a maior parte das vezes de modo muito rudimentar) ocupado em atividades comerciais e ao mesmo tempo inserido na vida comunitária. Convém ter presente que o mercado do café, no qual se integrava o grande proprietário, estava completamente dissociado da vida local, transcorrendo as suas operação nos centros urbanos. Mesmo a produção de gêneros e artigos não produzidos na fazenda era feita de preferência nas cidades maiores (FRANCO, 1997, p. 80–81).

⁵⁵ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 37. A narrativa de Lima Barreto guarda similitude com a situação histórica dos arredores do Rio de Janeiro e com o comércio que havia na região, nos momentos de transição entre o transporte feito em lombo de burro por escravos. Com o fim da escravidão esse transporte será feito também por tropeiros e comerciantes brancos que reclamavam da falta de estradas: “A insistência com que os relatórios e documentos oficiais de meados do século reclamavam da precariedade dos meios de transporte e das vias de comunicação deixa claro que a implantação das ferrovias veio resolver um problema sério de estrangulamento da economia cafeeira do Vale do Paraíba. A substituição do transporte em lombo de burro e em carros de boi pela estrada de ferro correspondia a uma necessidade imperiosa de expansão da produção de café para atender à crescente demanda no mercado internacional. Antes, os fazendeiros viam-se, com frequência, impossibilitados de exportarem integralmente as suas safras. Além disso, as tropas de mulas, dispendiosas e arriscadas, mobilizavam cerca de 20% da força de trabalho masculina das fazendas, o que se tornou um problema sério após a extinção do tráfico de escravos” (BENCHIMOL, 1992, p. 46).

⁵⁶ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 38.

estamos no período em que, particularmente do Rio de Janeiro, “mesmos nos estabelecimentos maiores — ao lado de algumas poucas funções assalariadas — o trabalho escravo era dominante.”⁵⁷

Em relação às razões para a personagem trabalhar numa farmácia, o narrador informa: “As farmácias naquele tempo eram o lugar de pessoas graves e sisudas da vizinhança, que, à tarde, após o jantar, iam a elas espairar e conversar”.⁵⁸ Está aí, portanto, outra razão para um “aprendiz de poeta” trabalhar nesse tipo de comércio, em que era possível encontrar pessoas esclarecidas e propensas às atualizações das idéias que corriam naquele tempo. Foi nesse trabalho que ele conheceu o primeiro poeta da extensa “boêmia literária” da época.⁵⁹

A fantasia de Marramaque com a poesia nos faz pensar sobre os porquês da representação dessa personagem passar ao largo das influências do meio social e cultural — cercado de comerciantes e tropeiros e viajantes — que ganhavam a vida e abriam maiores possibilidades de integração e passagem para o outro lado da sociedade.⁶⁰ Assim, também o pai que “em poucos anos de Brasil, conseguiu juntar dinheiro, comprar um sítio”, esses exemplos próximos não interferem na visão da personagem no sentido de buscar ascensão por meio de trabalho regular. Assim como Joaquim dos Anjos, Marramaque queria fugir da “mesquinhez do seu destino”,⁶¹ embora só tivesse tido contato com poesias por meio dos jornais que chegavam do Rio de Janeiro: “ele nunca havia lido versos seguidamente. Nos

⁵⁷ Ainda recorrendo ao diário de Ewbank: “o maior estabelecimento litográfico do Brasil é o de Heaton & Rensberg, no Rio. Seus impressores são escravos africanos. O Sr. H... surpreendeu-se ao saber que os impressores litográficos ganham de 10 a 15 dólares por semana — um mil réis (cinquenta centavos de dólar) por dia — observou ele — é um bom salário aqui, e quanto aos escravos não nos custam a quarta parte disso” (1973, p. 187).

⁵⁸ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 38.

⁵⁹ Embora Lima Barreto utilize a expressão “boêmia literária” em suas obras ficcionais e crônicas, vemos como importante lembrar o pensamento de Brito Broca sobre o assunto. Segundo esse cronista, “tem-se falado muito em boêmia e geração boêmia. Meu amigo Otto Maria Carpeaux já me declarou achar a expressão intolerável, à força de ser repetida e decantada. Entretanto, ainda resta estudar, na sua verdadeira essência, a boêmia de 89, resta retificar certos equívocos sobre ela. Não será julgá-la com penetração, acusá-la de ter-se alheado à nossa realidade, e estranhar que, após a geração de Alencar, Macedo, Joaquim Serra, Taunay, Francisco Otaviano, todos homens votados à política, encarando com seriedade os problemas do país, surgisse uma geração brincalhona, a consumir-se em piadas e anedotas pelas mesas de café. Nenhuma visão mais errônea do famoso grupo a que pertenceram Bilac, Coelho Neto, Pardal Mallet, Guimarães Passos, Paula Ney, Aluísio de Azevedo, entre outros. Uma geração brincalhona, essa que lutou pelo abolicionismo, tomou parte ativa na propaganda republicana, conheceu a prisão e o exílio na ditadura de Floriano?” — em: BROCA, Brito. **Naturalistas, parnasianos e decadentistas**: vida literária do realismo ao pré-modernismo. Campinas: ed. da Unicamp, 1991.

⁶⁰ Muitos tropeiros aspiravam entrar para os grupos mais favorecidos. Maria Sylvia relata o caso de um tropeiro que mantinha um filho estudando em São Paulo com o objetivo de, após se fazer bacharel, ocupar o “cargo de subdelegado da província [...] Fixado na educação do filho, surgem as intenções do tropeiro, homem já de algumas posses e que não aspira senão entrar definitivamente para os grupos mais favorecidos da sociedade em que vive” (CARVALHO, 1997, p. 72).

⁶¹ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 37.

jornais que lhe caíam à mão, mesmo nos retalhos deles e em páginas soltas de revistas que vinham para ao armazém para embrulho, é que lera alguns”.⁶²

[...] o livro de Casimiro de Abreu caiu-lhe n’alma como uma revelação de novas terras e novos céus. Chorou e sonhou com os doridos queixumes do sabiá de São João da Barra e não deixou de notar, que, entre ele e o poeta das Primaveras, havia a semelhança de começarem ambos sendo caixeiros de uma casa de negócios da roça. Cristalizada a emoção profunda que lhe causara a leitura dos versos do gaturamo fluminense, Marramaque resolveu agir, isto é, instruir-se, educar-se... fazer versos também. Para isso, precisava sair dali, ir para a Corte.⁶³

Foi o romantismo dos versos de Casimiro de Abreu que reforçou na personagem a crença no seu talento poético e, para desenvolvê-lo, deveria deixar o trabalho regular e ir para a “Corte”. Há duas situações que precisam ser consideradas. A primeira é a influência do romantismo nesta personagem: que entra em contato com a literatura, pela primeira vez, por meio dos versos de Casimiro de Abreu. Não seria isso um anacronismo, considerando que a geração de 1870 em diante, momento em o narrador coloca a personagem no espaço urbano e em contato com novos movimentos literários, já iniciava a “virada anti-romântica”?⁶⁴

A segunda observação tem a ver com a sorte desta personagem na Corte, porque entendemos que ela não possuía os requisitos mínimos para competir naquele meio literário. Sem o devido suporte — sem profissão definida e sem cultura — ela estava fadada ao fracasso. Mas ainda aqui é possível perceber que havia numa parcela da população a crença de que era possível vencer tendo apenas vagos indícios de talentos: não podemos esquecer que foi animador para a personagem descobrir que Casimiro, o poeta, havia também sido em algum momento de sua vida caixeiro.

Ser caixeiro, nesse período, significava ser diferente do restante da população negra: profissão exercida pela maioria dos portugueses aqui residentes, situação que condizia com a de Marramaque. Mas ele poderia ter optado por aprender um ofício, pois muitos brancos e portugueses aprendiam um ofício: mestre-de-obras, pedreiro ou carpinteiro, o que não era

⁶² LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 36–37.

⁶³ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 37.

⁶⁴ Conforme afirmação de Roberto Ventura, “As polêmicas de Silvio Romero se inserem no movimento crítico da Escola do Recife, participante da virada anti-romântica a partir de 18870. Esse movimento correspondeu, em termos de crítica literária, à introdução do naturalismo, do evolucionismo e do cientificismo, e tomou as noções de raça e natureza, com o fim de dar fundamentos ‘objetivos’ e ‘imparciais’ ao estudo da literatura. A adoção de tais modelos, predominantes até o início do século XX tornou possível a abordagem da literatura e da cultura de um ponto de vista histórico-social” — em: VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 11.

degradação, pois tais ofícios ainda os deixavam em situação de mando: estavam na escala superior aos artífices, trabalhadores comuns e ajudantes.⁶⁵

Enquanto os representantes daquela “nova geração de poetas e romancistas tomava de assalto a Corte”,⁶⁶ procedentes das mais importantes instituições de ensino do país — faculdades de Direito de São Paulo ou do Recife ou da Escola de Medicina do Rio Janeiro —, Marramaque completava sua rudimentar instrução numa instituição filantrópica: “chegando ao Rio de Janeiro passou a trabalhar na botica e ‘à noite, ia completando a sua instrução, conforme podia, nas instituições filantrópicas de instrução que existiam no tempo’”.⁶⁷ Foi no trabalho que “certa vez, foi surpreendido por um dos *habitués* da farmácia compondo uma poesia”. Com o incentivo do tal poeta, ele deixa a botica e vai se empregar numa “papelaria-livraria”, que era

[...] freqüentada por poetas e literatos que ensaiavam os primeiros passos, nos últimos quinze anos do Império, com eles se relacionou e sempre era acolhido para secretário, gerente, tesoureiro, de suas efêmeras publicações. Deixou o emprego da papelaria, sem zanga; e atirou-se às refregas e às decepções da pequena imprensa, com ardor e entusiasmo, sangue republicano e abolicionista, sobretudo abolicionista.⁶⁸

A referência à data precisa de 1874, nos dá margem para compreender as idas e vindas desta personagem e nos remate para a geração de 1870, seus ideais, assim como o papel da “pequena imprensa”, sem deixar de notar uma ponta de ironia do narrador quando sublinha ser a personagem mais abolicionista que republicana. A análise até aqui empreendida visa buscar a posição social específica do segmento representado por Marramaque, por entender que a promoção, estagnação e decadência guardam uma relação direta com a origem social e o cabedal familiar que se tem atrás de si. Para isso, pretendemos analisar as personagens de

⁶⁵ É mais ou menos em 1874 que Marramaque chega à Corte, por isso podemos depreender que o período foi de quase total domínio do trabalho escravo, mas precisamente, o mercado de trabalho estava dominado pelos escravos de ganhos que tudo faziam: “Os escravos dominavam a paisagem das ruas como vendedores ambulantes (prática muitas vezes articulada a uma produção de caráter artesanal, como, por exemplo, a produção e venda de quitutes), carregadores, trabalhadores na construção de casas e obras públicas formavam, em sua maioria, o numeroso contingente de escravos de ganho. Milhares de homens livres, ricos, pobres ou remediados, viviam às custas da rentilização do seu trabalho” (BENCHIMOL, 1992, p. 32).

⁶⁶ PEREIRA, 1994, p. 29. Os ainda pretendentes a literatos desse período eram, em sua maioria, “descendentes muitas vezes das mais aristocráticas parcelas da sociedade, estes autores se diferenciavam neste momento de um certo universo simbólico das camadas dominantes, assim [...] o que significa dizer que não houvesse a presença de outros extratos sociais [...] houve intelectuais não só procedentes das mais diversas condições sociais como também vivendo os anos produtivos de sua vida intelectual nos mais variados degraus da hierarquia social” (Idem, p. 33).

⁶⁷ LIMA BARRETO, Clara dos Anjos, p. 38.

⁶⁸ LIMA BARRETO, Clara dos Anjos, p. 38.

carne, ou seja, os literatos desse período em que se convencionou determinar de a geração dos anos 80 do século XIX.⁶⁹

Voltando à história de *Clara dos Anjos*, o narrador faz referência a um poeta “Senhor José Brito Condeixa”, que deu o apoio ao iniciante Marramaque e o introduziu nas rodas dos pretendentes a literatos daquele período. Na descrição do narrador se entrelaça o passado/presente, já anunciando as transformações pelas quais haviam passado àquela geração:

[...] o Senhor José Brito Condeixa, segundo oficial da Secretaria de Estrangeiros, poeta também, mas, de uns tempos para cá, somente festivo e comemorativo. Além de publicar, nos dias de gala, sonetos e outras espécies de poesias alusivas à festa, não se esquecia nunca de comemorar as datas domésticas da família imperial, em versos de um louvor chinês. Esperava o hábito da Rosa; mas, só veio a ter no fim do Império, quando retirou da Imprensa Nacional o terceiro volume da *sinópsis da legislação nacional, na parte que se refere ao Ministério de Estrangeiros*.⁷⁰

Portanto, aqui nos encontramos numa encruzilhada. Não é possível passar sobre esse trecho sem situá-lo na dimensão histórica da literatura, porque este é um dos grandes assuntos de Lima Barreto, perpassando toda a sua obra: o trânsito dos literatos para as amenidades, as festas familiares, as louvações a personalidades e acontecimentos, os quais o escritor considerava inapropriados para um escritor sério e comprometido com as questões do tempo. Esta é uma situação à qual o narrador faz referência neste trecho. A outra tem a ver com a situação particular da personagem nesse meio literário com o período anterior à emancipação dos negros e a República.

Marramaque, nessas alturas da narrativa, encontra-se envolvido nas “refregas” e “decepções” da pequena imprensa. Atirara-se no “jornalismo contrário e efêmero”, mas esse ardor político e, o trabalho que lhe acompanhava, não lhe trouxe compensações materiais:

⁶⁹ Fazemos referência a essa data, mas conscientes dos perigos que ela trás para a periodização da literatura e também da história. “Em história literária, basta estabelecer uma divisão para vê-la escorregar entre os dedos, arbitrária e insuficiente, embora necessária. Entrando agora na etapa final da ficção romântica estamos pela altura de 1870; mas não devemos imaginar que os romancistas nela incluídos escrevem sós, depois de encerrada a atividade dos predecessores. Pelo contrário, Macedo está vivo, em plena forma, Alencar na metade do seu trabalho, Bernardo apenas iniciando. Só Teixeira e Souza e Manuel Antonio de Almeida ficaram para trás, ambos mortos de 1861” — em: CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 265.

⁷⁰ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 38.

[...] quase nada lhe dava para a sua manutenção. Vivia uma vida de privações e necessidades prementes. Sem deixar os companheiros poetas, escritores, parodistas, artistas, ele se improvisou guarda-livros ambulante, fazendo escritas aqui e ali, com o que ganhava para ter casa, comida, roupa e até, às vezes, socorrer os camaradas. Manteve-se sempre absolutamente solteiro.⁷¹

Pela narração podemos perceber que embora fizesse parte de uma elite econômica e culturalmente mais forte, no final, a personagem ficou para trás e passou a viver das lembranças daquele tempo em que viveu na companhia de pessoas mais cultas e com elas aprendera muitas coisas de ouvir falar. Daí que “guardava, da sua vida de acólito da boêmia literária, recordações muito vivas, que gostava de contar, ensopando-as de comovida saudade. Anedotas destes, casos com aquele, expedientes daquele outro, ele narrava com chiste e firmeza de lembranças”.

Essas recordações alimentavam Marramaque. Vivia delas e elas eram reproduzidas como assunto quando ela sentava em mesa dos companheiros do presente, embora fosse difícil para estes compreender o significado daquela sua experiência. No momento atual a personagem nada mais é do que um aleijado, mas ainda respeitado por ter “vivido em rodas de gente fina”.⁷² A personagem contava com orgulho sobre o tempo em que conheceu e freqüentou as rodas onde conhecera Paula Nei e “se dava” com Luís Murat.⁷³ O narrador confirma as histórias da personagem: “não mentia, enquanto não confessasse a todos em que qualidade fizera parte do grupo literário. Os que o conheciam, daquela época, não ocultavam o título com que partilhava a honra de ser membro de um cenáculo poético”.

⁷¹ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 38. Fora da ficção e dentro do mundo da sobrevivência material: real e concreto: “As dificuldades, realmente, não eram poucas. Mesmo Machado de Assis, quando jovem, via-se obrigado a recorrer aos empréstimos financeiros, os quais mostrava grande dificuldade para pagar — como acontece em 1861, quando enfrenta um processo de cobrança judicial que o obriga a saldar uma dívida com 60% de juros. O endividamento, no entanto, era um recurso que se tornaria comum nos meios literários, como forma de amenizar a vivência de carências e dificuldades por parte destes escritores. Ainda em 1896, eram Arthur Azevedo e Olavo Bilac os alvos deste tipo de cobrança judicial — à qual o poeta tenta se livrar alegando ter sido citado no endereço de sua família, e não na casa onde morava. As ações de despejo contra estes escritores tornavam-se, também, uma constante no final do século XIX, atingindo até mesmo um literato tão ilustre quanto Coelho Neto” (PEREIRA, 1994, p. 44).

⁷² LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 19. A personagem contava com orgulho sobre o tempo em que havia conhecido e freqüentado as rodas onde conhecera Paula Nei [Francisco de Paula Nei, 1858–1897] e “se dava com Luís Murat” [Luís Barreto Murat, 1861–1929]. O narrador confirma as histórias da personagem: “não mentia, enquanto não confessasse a todos em que qualidade fizera parte do grupo literário. Os que o conheciam, daquela época, não ocultavam o título com que partilhava a honra de ser membro de um cenáculo poético” (p. 19).

⁷³ Francisco de Paula Nei (1858–97) e Luís Barreto Murat (1861–1929) fazem parte da geração de poetas e romancistas que viveram a experiência da transição da literatura tida por eles como uma atividade sem conexão com as classes populares, mas que ao longo da última década do século XIX se submetem à necessidade de descer ao mundo real e trazer para a literatura os dilemas da sociedade carioca urbanizada, sendo que para isso muito contribuiu o surgimento das empresas jornalísticas.

A expressão indicada pelo narrador “cenáculo poético”, tem uma ponta de ironia: Francisco de Paula Nei (1858–97) e Luís Barreto Murat (1861–1929), ambos fazem parte da geração de poetas e romancistas que viveram a experiência da transição da literatura tida por eles como uma atividade sem conexão com as classes populares, mas que ao longo da última década do século XIX se submetem à necessidade de descer ao mundo real e trazer para a literatura os dilemas da sociedade carioca urbanizada, sendo que para isso muito contribuiu para o surgimento da imprensa nos moldes de grandes empresas jornalísticas. O grande conflito dessa geração à qual pertenceram também nomes como Coelho Neto, Olavo Bilac, Artur e Aluísio de Azevedo foi vencer o menosprezo que alimentavam contra as tradições e práticas dos populares iletrados.⁷⁴

Na explicação do narrador aquela convivência não era porque tivesse “fortuna”, mas por sua “educação e instrução”, talvez mais pela educação do que instrução, pois Marramaque não tivera a oportunidade de formalizar os estudos, os conhecimentos que possui eram resquícios da cultura adquirida ao pé do ouvido, nas mesas de bares e cafés onde escutava as experiências alheias. Esse passado, tempo em que certamente havia a valorização dessas qualidades, desenvolveu no espírito do homem sonhos de outro destino, superior mesmo ao que ele agora era “simples contínuo de Ministério”.

Essa personagem suburbana é parte dos anônimos, gente sem nenhuma expressão, sem a menor possibilidade de transitar entre os intelectuais do período e nem entre as pessoas ricas e da “boa sociedade”. O que ocorreu no período em que a personagem era recebida por grupos distintos, de melhor condição social e intelectual, não mais era possível, porque a seleção econômica e cultural já havia se encarregado de colocar as pessoas comuns em seus devidos lugares. Não que elas tenham ocupado o lugar da igualdade social em algum momento nesse período, mas a desigualdade não se camufla mais com o favor e a dependência.

O que juntava as rodas boêmias daquele tempo era a condição de marginalidade literária e os desejos daquela geração de propor novos modelos de ação e inserção social. Nessa rebeldia juvenil os critérios de seleção para a convivência cotidiana eram outros: os mesmos anseios de projeção cultural, afinidades que tanto podiam ser a instrução, como a revolta contra a abolição, os ideais liberais ou a crítica à sociedade aristocrática e imperial.

⁷⁴ Os membros deste cenáculo poético estavam “acostumados a discutir apenas questões referentes ao mundo das letras, estes homens não conseguiam ainda, no início da década de oitenta, enxergar com clareza o objeto que eles mesmos definiam como tema de seus textos: as tradições e práticas do ‘povo’, vistas por eles como um todo homogêneo e coeso. A única graça que aceitavam era a sua própria graça, fora da qual restariam apenas a maledicência e a pornografia. O ‘espírito’ — ou, quem sabe, a cultura — seria assim o privilégio de um grupo iluminado. Deste grupo dependeria o futuro da nação” (PEREIRA, 1994, p. 60).

Passada a euforia, a confirmação dos talentos de alguns, a colocação profissional de outros fizeram com que essa irmandade de separasse.

Mas, ao final, foi o dinheiro que passou a definir o lugar de cada um na sociedade, processo que é anterior à República, mas que pode ter ficado mais claro no contexto dela e manifestável sem nenhum constrangimento, sem o sentimento de que se estivesse transigindo algum valor mais nobre, como honestidade, ética, bondade, sonho, utopia, ou seja, nenhum valor é tido como superior se não viesse acompanhado da aparência e da superficialidade das posições sociais. Não que tivesse havido situações de igualdade social em algum momento nesse período, mas as diferenças não se camuflavam mais com o favor e a dependência.

Até aqui, temos contornado uma situação histórica e ficcional estrita, mas falta ainda fazer uma correlação que temos evitado no amadurecendo da análise. Interessa, no entanto, reafirmar a situação de classe da personagem, sua condição modesta, seu espírito um tanto simplório, sonhador, sem preparo cultural, sem profissão, mas aceito nas rodas literárias. Tudo isso já dissemos acima. No entanto, precisando um pouco mais esta situação, queremos aqui afirmar: Marramaque foi aceito no restrito círculo, no “cenáculo dos poetas”, pelo favor dos “naturais” desse círculo de privilegiados: sua entrada naquele meio intelectual e social foi feita pelas portas dos fundos e, também por ela, ele saiu. Sem nenhuma proteção, assistiu à subida daqueles que, por capricho, favor e condescendência, o aceitaram em suas rodas. Vamos encontrá-lo outras vezes nessa história descrito como “uma alma retardada de idealista e sonhador”.⁷⁵

Da convivência em meio cultural tão rico, a personagem saiu enriquecido de histórias pitorescas. Estas histórias, no momento em que a narrativa se desenvolve, são contadas por Marramaque a um público de pobres e iletrados suburbanos, mas elas são ouvidas distraidamente. O motivo da condescendência dos companheiros está não nas histórias em si, mas no poder destas de colocar aquelas personagens inferiores em contato com um mundo social superior. Portanto, as histórias de Marramaque só adquirem sentido e validade para os freqüentadores das mesas suburbanas porque também entre eles havia admiração e respeito, não por Marramaque, mas por ter ele convivido em rodas tão distintas. Só para termos uma imagem comparativa, podemos pensar na intromissão de um Antonio da Silva Marramaque nas rodas de Olavo Bilac, João do Rio, Afrânio Peixoto, depois que se tornaram famosos. Essa “gente fina” não aceitaria mais em suas rodas personagem tão insignificante. O tempo destas figuras sem condição social definida, misturadas aos intelectuais das classes superiores e filhos de proprietários, havia passado.

⁷⁵ LIMA BARRETO, Clara doso Anjos, p. 40

Enfim, Marramaque estava no lugar certo: era um contínuo de ministério, meio aleijado, frustrado em seus sonhos, o que — para o narrador — explicava seu “azedume” e o fato de ser “naturalmente” um opositor, porque a luta política deixara de ser um ato público coletivo e a oposição ganha fundo individual e subjetivo.⁷⁶ A perspectiva do envelhecimento e a consciência de que era um “semi-inutilizado” reconduzem a personagem ao destino traçado a estes grupos sem lastro econômico e social: só no presente Marramaque se submetera ao “lugar de contínuo, para ter com que viver”. Eis um homem livre, pobre, mas não dependente do reconhecimento arbitrário de quem quer que fosse.

Mas o narrador não é cúmplice nem justifica sua frustração; na verdade, conforme indica a voz narrativa, o único lugar que lhe cabia era onde estava, porque “seus méritos e saber, porém, não estavam muito acima do cargo”. Além disso, as muitas coisas que sabia aprendeu ouvindo e era de ouvido que “falava de muitas delas”. A competência cultural que exibía devia-se ao fato de que “tivera, em moço, uma boa convivência. Estava aí o segredo da sua ilustração”. Mas sua sabedoria e o cultivo espiritual derivavam do fato de ter convivido com extratos mais adiantados da cultura, aprendera ouvindo, situação que também não era mais possível, porque as modernidades já haviam tratado de eliminar o valor social do aprendizado via oral. A personagem vive das memórias de um tempo quase esquecido. Nesse sentido, Marramaque é personagem, ao mesmo tempo, real e de tinta, ou seja, era tido no meio em que vivia também como figuração de um passado que se apagava.

Sabia ler, o que o distinguia das massas incultas e de amigos mais próximos. Notamos que Marramaque desce na escala social, pois que no momento seus companheiros mal sabiam ler. Guardara da efervescência daquelas lutas passadas “a mania inócua da política e insistia em votar”. A mania da política é da personagem, agora o ceticismo, a descrença é por conta do narrador, que, como sabemos, não guardava mais esperanças relativas ao regime republicano. A personagem insistia em participar das eleições, mesmo correndo o “risco de ser envolvido num barulho de sufrágio universal, puxado a navalha, rabo-de-arraia, cabeçadas, tiros de revólver e outras eloqüentes manifestações eleitorais, das quais, em razão do seu precário estado de pernas, não podia fugir com segurança e a necessária rapidez”.⁷⁷

A violência contra as pessoas comuns, durante e depois das eleições, é o conteúdo manifesto desta narrativa, mas é possível interpretar a personagem a partir da deformidade física: Marramaque não tem pernas para correr e nem consciência da sua inutilidade como cidadão, embora cultivasse a mania de arengar sobre questões políticas com os amigos.

⁷⁶ LIMA BARRETO, **Clara doso Anjos**, p. 20–21.

⁷⁷ LIMA BARRETO, **Clara doso Anjos**, p. 20.

Insistia em votar, mesmo que este exercício estivesse aquém de suas possibilidades físicas, mas era um convicto sobre a importância do ato de votar. Essa personagem, segundo o narrador, havia participado da Revolta da Armada: essa informação ajuda a entender sua insistência em coisas de política, lembrando um período em que havia um fervor republicano e ainda ilusões com o novo regime que se estava implantando. Se a personagem se alistou ao lado dos florianistas na Revolta é sinal de fervor revolucionário no sentido de que deveria ajudar a salvar a república.⁷⁸

Essa situação política, na verdade, não estava restrita às pessoas comuns representadas nessa personagem: “os literatos da época também são intoxicados pela paixão partidária”.⁷⁹ Nas palavras da personagem, o homem político não poderia ter “o topete de ir contra a corrente popular”. O verdadeiro sentido da política é pôr à prova a maestria dos adversários: “Quem ganhou foi o barbudo Melo Brandão, esse judeu mestiçado. É um safadão, mas é mestre na política”.⁸⁰ Nota-se na personagem a relevância que ele dá ao candidato vencedor, reconhecendo sua superioridade por ser um “mestre” no jogo político: a questão não se dá no nível dos benefícios que um ou outro candidato traria à população em geral, mas é o jogo da retórica que comunica com os inferiorizados, sedentos do desejo de opinar. É a admiração pelo político esperto e que sabe derrotar o adversário, mesmo que este fosse “um homem inteligente” e “superior”: não são essas as qualidades que validavam o homem público.

Aqui temos uma situação em que a autoridade no sentido lato ainda não tem definição. Podemos pensar aqui num dos pilares do liberalismo: como incorporar os indivíduos no sistema representativo? Se o sufrágio havia sido um embuste durante o período imperial — de acordo com muitos detratores ferrenhos do regime —, como era possível que continuasse a se reproduzir nos mesmos moldes na cidade? Não havia consideração pelos eleitores, estes por sua vez, não davam a autoridade necessária às instituições políticas e, ao final, o que tínhamos era a fragilidade, a falta de vigor de todo o sistema de representação. Embora a personagem

⁷⁸ Bastos Tigre escreve em suas reminiscências do Rio Antigo que, na capital federal, os políticos municipais ser apoiavam “[...] na navalha e na pistola do cafajeste da Saúde e da Gamboa e eleitos no bico da pena, em pleitos que se realizam entre cacetadas e tiroteios. Os primeiros anos da República são marcados por uma espécie de demagogia sem freios na qual triunfam os que dispõem de maior número de capoeiras e valentões” — em: TIGRE, Bastos. **Instantâneos do Rio antigo**. Campinas: Mercado de Letras; Cecult; São Paulo: Fapesp, 2003, p. 51.

⁷⁹ Segundo Bastos Tigre, “quase todos jornalistas militantes aticam pela imprensa a fogueira da politicagem. Quem são eles — Pardal Mallet, Paula Ney, Aloísio Azevedo, Valentim Magalhães, Álvaro de Azevedo, Raul Pompéia, Bilac, Guimarães Passos, Luiz Murat, Pedro Rabelo, Valentim Magalhães [...]. Há entre eles florianistas vermelhos como Luiz Murat e Trovão e maragatos irredutíveis como Guimarães Passos e Bilac. Guimarães esteve exilado em Montevidéu, e Bilac depois preso quatro vezes, conseguiu evadir-se, refugiando-se em Ouro Preto. A essas prisões alude o poeta em seu soneto ‘Custódia’ (BASTOS, 2003, p. 54).

⁸⁰ LIMA BARRETO, **Clara dos Anjos**, p. 21.

insistisse no ato de votar, correndo o risco de ser aviltado na sua dupla condição — cidadão e aleijado —, a República mantinha os mesmos mecanismos de exclusão.

Toda essa conserva sobre política, voto, eleições, candidatos ocorria nos fundos do quintal de Joaquim dos Anjos, onde os três homens se encontravam aos domingos para jogar solo e beber parati. O pai de Clara “se interessava mediocrementemente por essa história de política”.⁸¹ Mas o compadre Marramaque — era padrinho de Clara — “adquirira o hábito tirânico de ler diariamente todos os jornais que apanhava na repartição, e não fazia lá outra coisa, devido a seu estado de saúde”.⁸² Em resumo, Marramaque, “tendo vivido em rodas de gente fina — como já vimos —, e não pela fortuna, mas pela educação e instrução; tendo sonhado outro destino que não o tivera; acrescentando a tudo isso o seu aleijamento — Marramaque era naturalmente azedo e oposicionista”.⁸³

Estamos insistindo na conformação mental e física da personagem porque queremos mostrar suas opiniões políticas e as dos companheiros de jogo, mas tendo em vista que nenhum deles têm qualquer projeto político que não fosse o aumento da oferta de emprego para os operários, o fim dos jornaleiros, aumento de salário e construção de moradias para os pobres. Há também nesse diálogo a situação de julgar os candidatos segundo denúncias feitas pelos jornais oposicionistas. Nesse aspecto, temos os sujeitos políticos e a opinião sendo formada, em que se misturam preconceito e falta de visão estrutural da sociedade, e de certa forma se sente a indiferença com relação ao destino de outros grupos. Não cabe outra interpretação se considerarmos os motivos das críticas aos candidatos: Marramaque fazia-se de crítico porque — “tendo sonhado outro destino que não o que tivera, acrescentando a tudo isto o seu aleijamento” — eram estas as circunstâncias motivadoras da sua crítica social e política. Nada de mais superior. Naquele domingo, Marramaque “tirara para falar mal do doutor Saulo Claplin”:

— Vocês vão ver: o Claplin está aí, está morto na política. Teve o topete de ir contra a corrente popular, espetou-se. Quem ganhou foi o barbudo Melo Brandão, esse judeu mestiçado. É um safadão, mas mestre na política.

— Qual o quê! Então você pensa, Marramaque, que um homem inteligente, tão superior, como o doutor Claplin, vai se deixar embrulhar por um trapaceiro de atas e coisas piores como o Melo Brandão! Que o quê! Demais o operariado...

— O que é que ele tem feito pelo operariado? — perguntou Marramaque.

— Muito. [...] Muito. Em todas as comissões por que o doutor Claplin tem passado, sempre procura dar trabalho ao maior número de operários.

— Grande serviço! Arrebenta as verbas; no fim de dois ou três meses, despede mais da metade... isto na se chama proteger; chama engazopar.

⁸¹ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 21.

⁸² LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 40.

⁸³ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 20–21.

— Seja, mas ele ainda faz isso, e os outros? Não fazem nada. De resto, é um homem democrata. Desde muito que se bate pela igualdade entre os servidores da nação. Não quer distinção entre funcionários públicos e jornalheiros. Quem serve à nação, seja em que serviço for, é funcionário público.

— Honrarias! Isto não enche barriga! Por que ele não trabalha para diminuir a carestia da vida e dos alugueis de casa?

— Homessa, Marramaque! Você leu o projeto dele sobre construção de casas para famílias pobres e modestas? Você não leu Joaquim? [...]

— Li, de fato; mas li também que ele havia aumentado os alugueis de suas casas, que são inúmeras, de quarenta por cento.

— E isto! — acudiu com pressa Marramaque. — Clapin é muito generoso com o dinheiro dos outros, do Estado. Com o dele, é de uma sovínice de judeu e de uma ganância de agiota. *Jesuíta!*⁸⁴

A personagem Lafões integra a galeria de populares e suburbanos presentes na obra e ao redor da narrativa que pretende ter como eixo principal a história da jovem e inocente Clara dos Anjos. O termo “pretende” é usado aqui com o sentido de que a história de Clara é uma entre tantas outras histórias de suburbanos que fazem parte dessa narrativa. Era “guarda das obras públicas”, não era “operário”, ou seja, significa que ele era servidor da nação e não um simples jornalheiro. O orgulho que exprimia, quando afirmava não ser um simples jornalheiro, representa para a personagem ascensão social, pois estes eram trabalhadores sem qualificação podendo ser exercido por negros livres e estrangeiros sem qualificação. Como Lafões era português considerava ter-se elevado daquela categoria. Sua história pode aqui ser vista como a história de muitos trabalhadores do período, mas o que o distingue é o fato de ser “português de nascimento”. Qual a diferença entre ser português nascido em Portugal e português nascido no Brasil? A diferença pode ser percebida na forma como o narrador constrói esta personagem.

No desempenho das funções na repartição de águas, Lafões “chamara a atenção dos seus superiores pelo rigor de sua conduta; e, aos poucos, fizeram-no chegar a seu generalato de guarda de encanamentos e de torneiras que vazassem nos tanques da lavagem das casas particulares”.⁸⁵ O general dos vazamentos estava “muito contente com a sua situação” na estrutura social porque fora nomeado funcionário público: não era mais jornalheiro, e isso o distinguia de muitos operários do Estado: agora ele era um “servidor da nação”, situação adquirida após se naturalizar. Seu contentamento, segundo o narrador, era maior do que se tivesse “enriquecido de centenas de contos de réis”.

⁸⁴ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 20–21.

⁸⁵ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 22.

O comportamento de Lafões nos leva a crer que fosse feliz: “pois era de ver a importância ingênua do campônio que se faz qualquer coisa do Estado, e a solenidade de maneiras com que ele atravessava aquelas virtuais ruas dos subúrbios”.⁸⁶

Nada mais irregular, mais caprichoso, mais sem plano qualquer, pode ser imaginado. As casas surgiram como se fossem semeadas ao vento e conforme as casas, as ruas se fizeram. Há algumas delas que começaram largas como bulevares e acabam estreitas como vielas; dão voltas, circuitos inúteis e parecem fugir ao alinhamento reto com um ódio tenaz e sagrado.

Vestia-se com uma “farda caqui”, um boné “com as iniciais da repartição” e trazia sempre consigo um “chapéu de sol” que, quando não estava aberto, era usado como “bengala”, o que lembrava “um vigário de aldeia portuguesa”.⁸⁷ Diz o narrador:

Lafões era um homem simplório, que só tinha agudeza de sentidos para o dinheiro que vencía. Vivendo sempre em círculos limitados, habituado a ver o valor dos homens nas roupas e no parentesco, ele não podia conceber que torvo indivíduo era o tal Cassi; que alma suja e má a dele, para se interessar generosamente por alguém.⁸⁸

Pensando no comportamento da personagem na ordem burguesa e conforme a ética do trabalho, ele não poderia ser condenado ou menosprezado: era honesto, independente, tinha garantido o trabalho e não se amofinava com a questão da transcendência do seu trabalho: se o que fazia era ou não importante ou por que trabalhava. Ser simplório é secundário dentro da ordem e do mundo do trabalho no sistema capitalista. Além disso, Lafões era “simplório” — assim o narrador o caracteriza —, mas um simplório atualizado e conformado à sociedade em que vivia. Era realista, pois o valor dos homens estava mesmo nas roupas e no parentesco. Quanto à questão dele não enxergar a alma de Cassi, isso era uma outra situação.

Uma família remediada

Cassi Jones é uma personagem com a qual o narrador joga um jogo em que, pela narrativa, vemo-la ser massacrada a cada unidade onde ela aparece. Cassi é apresentado ao leitor com uma pergunta: “Quem era esse Cassi? Quem era esse Cassi?”⁸⁹ Com essa redobrada pergunta o autor inicia a contar a história do futuro famoso Cassi. Primeiro, ele é filho “legítimo” de Manuel Borges de Azevedo e Salustiana Baeta de Azevedo. O sobrenome Jones, adotado por Cassi desde os 21 anos de idade, “explicavam alguns”, era por achar bonito o apelido inglês. O narrador discorda da explicação dada por seus conhecidos: para ele, “o certo, não era isso”. A história certa — a do narrador — é que a mãe, em suas “crises de

⁸⁶ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 25.

⁸⁷ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 21.

⁸⁸ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 41.

⁸⁹ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 23.

vaidade”, contava uma história e “dizia-se descendente de um fantástico Lord Jones, que fora cônsul da Inglaterra, em Santa Catarina”.⁹⁰ Um lugar distante, um cônsul inglês “fantástico”... quem procuraria confirmar a história de Salustiana? Verdade ou não, o filho concretizou a história da mãe, adotando o apelido britânico, pelo qual era conhecido: Cassi Jones. Resolvida a questão do sobrenome, o narrador descreve as características da personagem: “um rapaz de pouco menos de trinta anos, branco, sardento, insignificante, de rosto e de corpo”.

Embora fosse tido por conhecidos como um “consumado modinhoso”, o narrador nega e afirma que ele “não tinha as melenas do *virtuose* do violão, nem outro qualquer traço de capadócio”. Assim ele era conhecido, mas o era também “por outras façanhas verdadeiramente ignóbeis”, das quais falaremos mais adiante. Continua o narrador construindo e desconstruindo a imagem da personagem: “vestia-se seriamente, segundo as modas da rua do Ouvidor; mas, pelo apuro forçado e o *degagé* suburbanos, as suas roupas chamavam a atenção dos outros, que teimavam em descobrir aquele aperfeiçoadíssimo ‘Brandão’, das margens da Central, que lhe talhava as roupas”.⁹¹ Suas roupas eram talhadas por um alfaiate suburbano, mas que não levava o crédito porque Cassi, ou os seus amigos e críticos, insistiam em acreditar que ele vestia roupas compradas na Rua do Ouvidor, fossem estrangeiras ou nacionais, o importante era o lugar de onde vieram. Da mesma forma, quando Lima Barreto cronista faz a crítica à “literatura de bocados do João do Rio”, ele acrescenta que ela era “cortada no Brandão”: o alfaiate deveria ser um exímio costureiro que fazia roupas parecidas no talhe com aquelas mais chiques e caras compradas na rua do Ouvidor.⁹²

Descrito como feia, fazia-se necessário que Cassi se esmerasse na vestimenta para ser notado. Lembremos-nos de que, logo no início, o narrador o qualifica de “insignificante” de corpo e rosto, “branco” e “sardento”. O que atraía os olhares para a figura de Cassi Jones eram as roupas, não porque fossem talhadas à moda da rua do Ouvidor — usadas pelas classes aristocráticas e exibidas na famosa rua — e as usasse para andar pelo subúrbio; o que chamava a atenção nele era o desacordo entre as roupas e o conteúdo da personagem: as roupas eram sérias, mas a personagem traía a sobriedade com um jeito desenvolvido no andar, desprendido e liberado. Se a roupa dava a impressão de homem sério — moldura para o

⁹⁰ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 23.

⁹¹ Brandão era alfaiate do mundo elegante do Rio. Bastos Tigres conta que uma vez ele presenteou Lima Barreto “com uma roupa de casimira inglesa: ‘dernier bateou’ que um freguês não fora buscar e que ficava como uma luva no romancista. Fez mais, vestiu-o da cabeça aos pés, inclusive de roupa interior. Lima, ao sair da alfaiataria, era um perfeito ‘dandy’. Apareceu na Colombo, escandalizando a roda de Bilac, Emílio e Guima, Severino, etc. Conversou, fez ‘blagues’, bebericou e despediu-se dizendo que ia para casa. Não sei se foi. O certo é que, no dia seguinte, a roupa manchada e amarfanhada parecia ter anos de uso. Neste assunto ele era incorrigível” (TIGRE, 2003, p. 201).

⁹² LIMA BARRETO, *O Garnier morreu*, p. 104.

comportamento e o caráter —, Cassi desmontava essa leitura porque as vestimentas por si mesmas não revelavam seu caráter. Era um desconjuntado. O narrador denuncia ainda que “a única pelintragem, adequada ao seu mister, [...] consistia em trazer o cabelo ensopado de óleo e repartido no alto da cabeça, dividido muito exatamente ao meio — a famosa pastinha”.⁹³ Cassi era um homem, então, tido como elegante nos subúrbios; “não usava topete, nem bigode”, costume que era novidade aos olhos dos suburbanos.

Para completar a caracterização externa, falta o calçado, que era, “conforme a moda, mas com os aperfeiçoamentos exigidos por um elegante dos subúrbios, que encanta e seduz as damas com o seu irresistível violão”.⁹⁴ Um sapato e um violão faziam de Cassi um sujeito elegante e irresistível: empunhava o violão e o tocava, “era mesmo um consumado modinhoso”. O mistério de Cassi, a sua sorte no amor não estavam nele, mas no ambiente social que lhe propiciava exercer a sedução porque, pelo visto, ele destoava, na sua configuração externa, da maioria dos homens do lugar, o que devia chamar atenção das jovens donzelas do subúrbio e causar estranhamento e até inveja entre homens casados e solteiros.

Era bem misterioso esse seu violão; era bem um elixir ou talismã de amor. Fosse ele ou fosse o violão, fossem ambos conjuntamente, o certo é que, no seu ativo, o Senhor Cassi Jones, de tão pouca idade, relativamente, contava perto de dez defloramentos e a sedução de muito maior número de senhoras casadas.⁹⁵

Como afirma o narrador, “o certo, porém, não era isso”: a figura de Cassi é, sim, sedutora e fascina homens e mulheres daquelas paragens; mas o narrador se interpõe entre os observadores e descreve uma outra imagem: sempre vai se referir à personagem o narrador. Primeiro, nos conta como ela era vista pelos moradores daqueles arredores mais pobres para, logo em seguida, afirmar e denunciar o engano e delatar as imoralidades do rapaz; o narrador interfere todo o tempo⁹⁶ e não permite a Cassi Jones fascinar as mulheres e homens na perspectiva deles e ser julgado por eles e pelo leitor. Ou melhor, o narrador não dá a Cassi o poder de exercer o descompromisso com a moralidade sexual e social.

Por outro lado, o narrador indica outras formas de abordagem das mulheres no espaço suburbano quando afirma que, “na sedução, propriamente, ele não empregava absolutamente força, no que era contrário dos conquistadores suburbanos, a ponto dos jornais noticiarem, de

⁹³ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 23.

⁹⁴ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 23.

⁹⁵ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 23.

⁹⁶ Seguimos aqui o raciocínio de Schwarz quando ele diz que a intromissão do narrador no romance de Machado de Assis, em particular *Memórias póstumas de Brás Cubas*, é um requisito técnico e que para cumpri-lo “o narrador a todo momento invade a cena e ‘perturba’ o curso do romance. A crítica as tratou [as intromissões] como traço psicológico do Autor, deficiência narrativa, superioridade de espírito, empréstimo inglês, metalinguagem, nada disto estando errado”. O ensaio do crítico vê as intromissões como forma da narrativa, ou seja, “como estilização de uma conduta própria à classe dominante brasileira” (SCHWARZ, 1990, p.17–18).

quando em quando, o desespero das vítimas que se fazem assassinas, para se defenderem de tão torpes sujeitos”.⁹⁷ Eis uma característica relevante, ao mesmo tempo em que ficamos sabendo que o estupro de mulheres era comum nas paragens suburbanas. Portanto, Cassi podia ser um sedutor de “quinta ordem”, mas não era estuprador. Como sua teoria sobre o amor podia ser condensada numa única sentença — “não se pode contrariar dois corações apaixonados” —, ele não se considerava “criminoso, por ter até ali seduzido cerca de dez donzelas e muito maior número de senhoras casadas”. Também não se sentia culpado pelas conseqüências dos seus atos: “os suicídios, os assassínios, o povoamento de bordéis de todo gênero, que os seus torpes atos provocaram, no seu parecer eram acontecimentos estranhos à sua ação e se haviam de dar de qualquer forma. Disso, ele não tinha culpa”.⁹⁸

Aqui talvez coubessem várias perguntas: qual é o perigo de Cassi para a orientação moral e sexual das classes suburbanas? Seria uma personagem tipificada, para mostrar os valores das elites do centro contaminando os grupos suburbanos? Estaria o narrador usando a personagem para fazer do subúrbio um tipo de espelhamento das relações sociais da cidade, transpostas para os subúrbios, como uma inversão para representar a volubilidade caricaturada na personagem? Teria o narrador a intenção de produzir uma obra que denunciasses os perigos que expunham as moças pobres e desprotegidas à vilania dos conquistadores? Uma resposta possível é a mania do *smartismo*: “o portador desta pacífica mania não se preocupa com coisa alguma, senão de bem vestir-se, de aparecer elegantemente vestido. Geralmente são criaturas completamente estéreis para qualquer outro fim, a não ser o de prosperarem as modas e enriquecerem os alfaiates”.⁹⁹ Dessa observação, a única coisa que não parece verossímil é o poder de “enriquecer alfaiates”: não pensamos que a personagem Cassi tivesse posses suficientes para tanto.

Há o lado de Cassi: personagem sobre a qual podemos fazer um contraponto da moralidade, ou das moralidades, que deveria reinar no subúrbio: “dos companheiros de Cassi, o único perdoável é o Zezé Mateus. Este não mexe com moça alguma, com família de ninguém, não joga, na faz desordem”. Dito isto chamamos a atenção para a afirmação sobre Zé Mateus: “quer beber e bebe à sua custa, porque, quando quer trabalhar, abandona a tudo e salda as suas dívidas.”¹⁰⁰ Portanto, temos aqui um rol de valores que deveriam orientar a ação dos homens de bem, pelo menos nos subúrbios: não assediar as moças e nem mexer com família de ninguém,

⁹⁷ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 62.

⁹⁸ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 63.

⁹⁹ O valor dessa nota se prende às numerosas manias descritas na revista. Completa a relação da insanidade do “smartismo” a mania do espelho: “o mais interessante nessas criaturas é a tendência irresistível a espelharem-se a todo momento. Não há superfície polida, onde se possa refletir a imagem que não seja por eles festivamente visitada” (A ASPIRAÇÃO, 1913, p. 14).

¹⁰⁰ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 61.

não jogar e não perturbar a ordem pública. No entanto, essa personagem que só queria beber, não pode ser exemplo de homem morigerado, mesmo ressaltando que bebia à sua custa. Ele está à margem das regras de conduta que primam pelo trabalho cotidiano: “quando quer trabalhar”, ela largava o copo e saldava as dívidas. Esta não é conduta de homem trabalhador.

Essa é ainda a moral do antitrabalho, essa irregularidade da mão-de-obra não constitui a forma capitalista do trabalho, não é possível pensar uma formação social capitalista em que os indivíduos decidissem quando e onde trabalhar, que essa atividade fosse desempenhada quando os indivíduos decidissem por vontade própria ou por necessidade estritamente material. A situação de Zé Mateus está no meio termo: se sua dignidade está na liberdade de beber à sua custa, quando se vê na iminência de descumprir essa regra, ele pára com o lazer e volta ao trabalho para realimentar a sua condição de homem que não deve nada a ninguém. Nessa atitude está a dignidade do homem comum, reconhecida pelos companheiros e observada pelo narrador.

Essa personagem usa o trabalho para sua conveniência, mas essa atitude já está movida pelo valor moral: se bebesse, não trabalhasse nem saldasse as dívidas contraídas não seria respeitado pelos populares à sua volta. Não podemos esquecer que os comerciantes das pequenas vendas não continuariam a dar crédito caso não houvesse o cumprimento dos pagamentos. Essa personagem está no meio caminho entre a preguiça, o vício e o trabalho ocasional, mas o constrangimento para o trabalho não vem do chicote, pois é livre para dispor do seu tempo.

Nota-se nela, no entanto, a falta do instinto para a acumulação e, mesmo os pilares edificantes da personagem não são suficientes para fazer dela um trabalhador. O código de honra e moralidade traçado pelos populares — trabalhar para saldar dívidas e beber à sua própria custa — nos faz pensar numa inversão de valores que o narrador propõe. Quando pensamos no ideal moderno de trabalhador, essas personagens criadas por Lima Barreto mais fazem crescer a distância entre a idealização e a realidade cotidiana que se efetivava no subúrbio. Gente completamente alheia à questão da atualização modernizadora, vivendo à margem dos conceitos abstratos de liberalismo, capitalismo e acumulação.¹⁰¹

Por outro lado, como vivem na informalidade, pois não há trabalho contínuo para todos, o que o narrador vê também pode significar uma condição de dependência, ou seja,

¹⁰¹ Neste estudo, temos pensado no liberalismo brasileiro e em suas ressonâncias na sociedade segundo as sugestões de Roberto Schwarz, o que não significa desconhecer interpretações contrárias e/ou complementares. Lembremos, assim, a observação de Costa, que ressalta a forma de o crítico literário usar o liberalismo em suas interpretações do Brasil: “contrariamente ao que se tem sugerido, às vezes, o compromisso das elites brasileiras com as idéias liberais não foi um simples gesto de imitação cultural, expressão de uma cultura periférica subordinada às idéias e aos mercados europeus. O liberalismo não foi um simples capricho das elites brasileiras, e os *slogans* liberais não foram usados meramente como símbolos do *status* ‘civilizado’ dos que os invocavam, se bem que para alguns tenham sido apenas isso. Para a maioria, no entanto, as idéias liberais eram armas ideológicas com que pretendiam alcançar metas políticas e econômicas específicas” (1999, p. 134).

enquanto o trabalho não aparece a personagem se entrega à vadiagem, que é no caso encontrar com os companheiros que estão na mesma condição e com eles beber. Como o narrador não faz referência à profissão deduz-se que a personagem vive de pequenos serviços e mal remunerados, impedindo a consciência da possibilidade de acumulação: o limite da consciência está diretamente ligado à sobrevivência.

Não seria absurda a idéia do autor/narrador trazer para o campo ficcional a inversão da ordem burguesa. Essa idéia provém do fato de que a análise de textos não prescinde de elementos exteriores a ele, como as estruturas materiais, ideologias, instituições ou grupos. Podemos acrescentar também que as idéias não circulam espontaneamente de uma mente para outra, de um texto para outro: há interlocução entre sujeitos que dialogam com a tradição, pensam no já pensado, dizem o já dito — inovando, pondo noutros moldes e noutras situações idéias e discursos.

Dito isso, pensamos que são plausíveis duas situações intrinsecamente ligadas. A primeira diz respeito ao processo de modernização social que acontecia no centro da cidade e que nem de longe chegava às periferias: enquanto se processavam discursos e ações modernizantes entre as elites, que se debatiam entre si acreditando na universalidade de seus desígnios, Lima Barreto cria personagens “desclassificadas”, vivendo fora do sistema produtivo regular de costas para o que ocorria no centro.

Assim, a sua obra tem a força de choque para os ideólogos do progresso em moldes europeus e alheios à realidade social do país. Se o bovarismo é “a renúncia à experiência social própria e a subordinação à hegemonia intelectual dos países avançados”,¹⁰² quando Lima Barreto sintetiza o social nestas personagens, cremos que sua intenção consciente ou não é desbancar o ideário moderno e chamar a atenção para a real situação social e as mentalidades que informam as ações desta parte grande da população sem representação, nem literária, e sem ser incorporada à leitura que se fazia de todo o país. Essa parcela da população era herdeira da antiga estrutura social da cidade do Rio de Janeiro que tivera no trabalho escravo a força da produção econômica em todos os níveis. Entre proprietários e escravos, comprimidos, havia os homens livres não proprietários:

[...] excluídos do universo do trabalho por imposições a um só tempo econômicas e ideológicas (trabalho consagrado como atividade indigna). Fora da propriedade e do trabalho, não lhes restava alternativa senão engrossarem o contingente dos desclassificados de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma.¹⁰³

A segunda possibilidade é a inversão da estrutura social. Vamos por passos e os explicando. A modernização da estrutura da nação, a melhoria das condições de vida, a

¹⁰² SCHWARZ, 1999, p. 119.

¹⁰³ BENCHIMOL, 1992, p. 30.

elevação do nível cultural e a efetiva participação política da população foram projetos abortados. O fim do trabalho servil deu lugar a outras formas de dependência e exploração compulsória do trabalho, a população do campo vivendo esquecida pelos poderes públicos e as das grandes cidades, como as do Rio de Janeiro, sobrevivendo no “inferno social”.¹⁰⁴

Por outro lado, temos o estigma, baseado na raça, lançado sobre o trabalhador nacional, considerado preguiçoso, improdutivo, sem inteligência, em contraposição ao imigrante, sinônimo de energia para o trabalho e racionalidade. Aqui ainda é necessário registrar uma notação de continuidade, se os homens livres foram os desclassificados, enquanto predominou o trabalho escravo, ele, após o término desse período, continuou a ser definido como “inútil e inadaptado; indivíduos de ocupação mais ou menos incerta e aleatória ou sem ocupação alguma”.¹⁰⁵

A par destas informações, queremos acrescentar a nossa interpretação da forma como Lima Barreto inverte a ordem estabelecida não só com esta personagem, mas com muitas outras criaturas da sua ficção. Queremos aventar a idéia de que Zé Mateus vive a sua custa e não à custa do trabalho dos outros como era o caso das elites proprietárias — agro-exportadoras ou industriais — e se era um vadio, um homem desregrado, seu pecado era menor porque naquilo que lhe cabia, em seu mundo de ação, ele não parasitava em ninguém e ainda era honesto porque, mesmo pobre, honrava os compromissos. Degenerado e parasita são os que vivem do trabalho alheio; a personagem em questão não é parasita e, no aspecto do trabalho, não é um degenerado. É a essa inversão que aludimos há pouco: enquanto as teorias iam contra o trabalhador nacional, Lima Barreto pode ter pensado o reverso da teoria: degenerado e parasita era quem espoliava o trabalho alheio e quem produzia teorias em prol do trabalhador europeu.

A digressão foi longa, mas voltamos ao degenerado sexual. Enquanto isso, Cassi Jones continua a carregar o peso das necessidades biológicas: “não bebia, não gostava. Não era esse o seu prazer...”¹⁰⁶ O prazer deste também não era o trabalho regular, mas o jogo, as brigas de galo. As mulheres que arranjava também fazem parte desse jogo de ganhar e perder. Elas alimentam seus caprichos e a sua noção de amor era a “posse”: depois dela consumada

¹⁰⁴ Expressão de Alcindo Guanabara.

¹⁰⁵ O campo de pesquisa sobre essa parcela significativa da população nacional foi aberto por Caio Prado Júnior. Roberto Schwarz, dando continuidade a essa trilha, privilegia “não a vida senhorial, que tanto entusiasmava nossos historiadores mais conservadores; não o trabalho escravo, que era a preocupação maior da segunda geração de sociólogos da USP como Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni”; privilegia o homem livre na ordem escravocrata (FRANCO, 1997, p. 254).

¹⁰⁶ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 48.

“bem cedo, se enfarava, desprezava a vítima, com a qual não sentia ter mais nenhuma ligação especial; e procurava outra”.¹⁰⁷

Os defloramentos de jovens e a sedução de mulheres casadas — as vítimas preferenciais da personagem — só eram “crimes” porque a sociedade do período os tinha como tal e, mesmo assim, Cassi nunca era punido porque contava com advogados para defendê-lo. O que o salvava “do casamento forçado ou de alguns anos de correção”,¹⁰⁸ eram as injúrias que fazia às suas “vítimas”. Ou seja, ao insultar as mulheres que o denunciavam, que o levavam às delegacias e pretorias, ele contava com um código de honra que o protegia, senão seus insultos não surtiriam os efeitos desejados por ele: livrar-se do casamento e a prisão.

Era da estrutura social e mental acatarem a palavra do homem e, ao final, a culpa era das mulheres, porque não escapavam nem as puras — como será o caso de Clara — nem aquelas cujos comportamentos pudessem ser denominados de licenciosos. A transgressão dos valores morais e sexuais estava no ar, Cassi não poderia ter tanto poder se não houvesse o incentivo externo — uma atmosfera —, não por conta das mulheres como indivíduos, mas delas como um grupo, uma extração social que se emancipa e ganha o espaço público. Para as mulheres, a conquista desse espaço, no sentido da rua, passa a significar também a liberdade de se expor aos perigos morais e a julgamento externos à vida familiar. Somente elas não estavam protegidas pelas instituições — delegados, juízes — que eram que guardavam uma “benevolência secreta” pelos atos do rapaz namorador: os representantes institucionais “julgavam absurdo o casamento dele com as suas vítimas, devido à diferença de educação, de nascimento, de cor, de instrução”.¹⁰⁹

A injúria que mais pesava para livrá-lo do casamento ou da prisão era asseverar “que a tal fulana — qualquer das vítimas — já estava perdida”. A condição de já “estar perdida”, colocava sobre a mulher, a priori, a suspeita socializada de usar métodos escusos “para encobrir um mal feito por outrem, e por o saberem de boa família, etc., etc”.¹¹⁰ Pelo que nos conta o narrador, as que Cassi escolhia para “desonrar” eram as moças de “humilde condição e de todas as cores”. O único critério de seleção que o desonrador de moças usava era que

¹⁰⁷ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 66.

¹⁰⁸ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 23.

¹⁰⁹ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 77.

¹¹⁰ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 24. Estudos e pesquisas em processos-crimes sobre este assunto provam que “os estigmas de aproveitadora era carregado por todas as moças que abrissem inquérito contra alguém de mais elevada situação econômica” (ABREU, 1989, p. 57).

“não houvesse ninguém, na parentela delas, capaz de vencer a influência do pai, mediante solicitações da mãe”.¹¹¹

Vejamos como as relações de influências descem do topo da pirâmide para o subúrbio: o pai de Cassi não era lá grande coisa, porque não passava de um burocrata “cumpridor de seus deveres” e “estrito de idéias”. Tinha profundos “sentimentos morais que lhe guiavam a conduta no seu comércio com os filhos”,¹¹² mas a sua moralidade tinha limites dados pela sociedade em que estava inserido, só isso pode explicar a submissão de homem tão severo moralmente aos desmandos do filho e a conivência, mesmo que implícita, com a mãe, que sempre o “convencia”, utilizando de argumentos sustentados pelos preceitos sociais considerados certos, normais: “os profundos sentimentos morais” do pai não eram assim tão profundos e nem suficientes. Por que se submetia aos pedidos da mãe para que protegesse o filho das instituições? E por que concordava em usar de sua pouca influência para amparar o filho nas suas transgressões?

Finalmente, a proteção de Cassi estava nas mãos do pai, porque é ele, em última instância, que deveria dar guarida aos desmandos do filho. Situação, no caso aqui analisado, contrária à concepção liberal do Estado: o paternalismo da sociedade nacional não permitia que o filho-povo se emancipasse e fosse tratado como deveria ser o indivíduo livre na sociedade liberal burguesa. Se pensarmos na mãe como a representante da nação, podemos compreender a dissonância existente entre o Estado liberal burguês, o paternalismo e as formas de constituição da nação.

A benevolência do pai, mesmo que sob o comando da mãe, pode ser comparada à benevolência do governo para com o povo, que é o princípio do paternalismo individualmente. Se transpusermos esta situação para o todo da sociedade, que é o *locus* de ação de Cassi, temos o paternalismo presente no Estado — representado pelo pai —, mas transformado em despotismo para aqueles que eram as suas vítimas: é possível, num governo paternalista, todos receberem a mesma quantia de benignidade?

¹¹¹ LIMA BARRETO, **Clara dos Anjos**, p. 24. O pai de Cassi é um homem fraco, ou seja, numa sociedade onde a presença e as posições assumidas pelos homens determinam a conformação moral da sociedade, ou da estrutura moral da classe à qual pertencem, a paternidade neste caso particular foi delegada à mãe, que dita com argumentos buscados na estrutura social, que convence o marido a salvar o filho da cadeia: o diálogo prova a consciência exata que o pai tinha das atitudes do filho: “qual calúnia, qual nada! Este rapaz é um perverso, é um sem-vergonha. Eu sei o nome das outras. Olhe: a Inês, aquela crioulinha que foi nossa copeira e criada por nós; a Luisa, que era empregada do doutor Camacho; a Santinha, que ajudava a mãe a costurar para fora e morava na rua Valentim; a Bernarda, que trabalhava no ‘Joie de Vivre’” (p. 24).

¹¹² LIMA BARRETO, **Clara dos Anjos**, p. 24. Além de afirmar várias vezes os profundos sentimentos morais do pai, o narrador realça a forma do seu comércio com os filhos: “nunca fora afetuoso: evitava até todas as exibições e exageros sentimentais; era, porém capaz de estimá-los profundamente, amá-los, sem abdicar, entretanto, do dever paterno de julgá-los lucidamente e puni-los consoante a natureza das suas respectivas faltas” (p. 24).

As mulheres vítimas de Cassi eram, antes, vítimas do Estado, que não as protegia dos desmandos de um indivíduo inapto ao convívio social.¹¹³ O pai representa o Estado e o governo ao mesmo tempo, porque se espera, na narrativa, que o pai julgue o filho e tome a iniciativa da punição para proteger as moças boas do subúrbio. Dito de outra forma: na narrativa do romance *Clara dos Anjos*, podemos perceber a preocupação do narrador com a liberdade moral dos indivíduos e como as regras podiam ser facilmente transgredidas, principalmente, porque os critérios da cor e da condição social negavam a abstrata afirmação de que todos fossem iguais perante a lei.

Há, portanto, na relação entre a mãe, o pai e o filho um tripé que poderia ser compreendido a partir do jogo contrário entre liberalismo e paternalismo, entre discurso liberal e prática moral. O Estado, representado pelo pai, falhava naquilo que era sua maior obrigação: proteger os indivíduos das ofensas que a ele possam dirigir os outros indivíduos.¹¹⁴ É possível supor, com base nas pistas que o narrador nos deixa, que houvesse um esforço conjunto de pai e mãe para criar uma aparência de harmonia entre eles. Do mesmo modo, se fizermos uma relação entre a forma da narrativa e as instituições sociais concretas — no caso o Estado e a família —, podemos, por indução, pensar na negação das incompatibilidades existentes no interior das instituições. Os antagonismos ficavam impedidos de se manifestarem, ou seja, os antagonismos aparecem na narrativa, mas sem uma forma específica, podendo ser percebidos nas mais diferentes situações.

O limite da representação está nas formas difusas assumidas pelo antagonismo que permanecia latente. A aparência de harmonia varria para debaixo dos tapetes e dos tetos familiares os antagonismos: era o liberalismo discursivo que não se concretizava nas práticas nem dos indivíduos e nem das instituições. Esforçava-se para criar a imagem de uma sociedade harmônica quando o que se tinha eram incompatibilidades cerceadas pelas aparências de uma formação consensual, cujo pilar continuava sendo a imagem organicista da

¹¹³ Os positivistas “partilhavam com os liberais a certeza de que ‘não há sociedade sem governo, nem governo sem autoridade’, mas diferentemente dos liberais, [os positivistas] afirmavam que o poder político consiste numa ‘força social’ que ‘emana do próprio agrupamento dos indivíduos’, algo que ‘reside no corpo mesmo da sociedade’. O Estado regulador que propõem também não se confunde em suas origens com o Estado vigilante da sociedade oriunda do contrato social: naturaliza-se, e o ‘pátrio poder’ confunde-se com o poder público numa linha evolutiva que começa na família como forma elementar de controle dos impulsos humanos antagonicos: o egoísmo e o altruísmo” (BRESCIANI, 1993, p. 128).

¹¹⁴ A leitura de Norberto Bobbio propiciou estas idéias; além disso, Lima Barreto foi leitor dos clássicos do liberalismo, cujos autores constam em sua biblioteca. Bobbio afirma que “hoje estamos demasiadamente influenciados pela crítica exclusivamente econômica ao *Welfare State* para nos darmos conta de que o primeiro liberalismo nasce com uma forte carga ética, com a crítica do paternalismo, tendo a sua principal razão de ser na defesa da autonomia da pessoa humana. Sob esse aspecto, Humboldt vincula-se a Kant, este a Humboldt e a Constant. Mesmo em Smith, que de resto antes de ser um economista foi um moralista, a liberdade tem um valor moral” — em: BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 21–22.

sociedade. Se o liberalismo definia os antagonismos como o motor propulsor do progresso, a falta dele era o atraso: o progresso social e individual ficava estacionado e imobilizado. Pensamos que o liberalismo moral e ético pode ser uma chave possível para abrir as portas da compreensão da representação da maior parte das personagens criadas por Lima Barreto. As personagens tuteladas pela autoridade — fosse essa governamental ou familiar — não conseguem desenvolver a responsabilidade que o liberalismo exige para o exercício da plena cidadania. Nesses termos, a personagem Cassi Jones é a antítese do indivíduo que pudesse vir a ser alçado à cidadania plena, visto não possuir nenhuma responsabilidade coletiva. Ele havia entendido a liberdade como egoísmo e agia em detrimento dos outros.

A posição do pai pode significar o lugar que o homem comum passa a ter na sociedade urbana, com a perda do controle sobre os filhos e a casa, espaço deixado às mulheres, que serão as reprodutoras dos valores da tradição invertida. Nesse momento, é a mulher que está encarregada de determinar os valores familiares que deverão ser seguidos pelos filhos. É ela quem vai colocar no horizonte deles a necessidade de manter a posição social — ou se possível melhorá-la — oscilante entre a identificação com os setores dominantes e, premida pela necessidade de, ao mesmo tempo, afastar os filhos das influências indesejáveis de vizinhos de condição social inferior e menos ansiosos com isso; precisavam contar com a solidariedade daquelas possibilidades de ascensão social, ou seja, eles queriam apenas sobreviver e, para isso, contavam com os mais chegados.

O problema de Cassi, ou melhor, a solução dos problemas criados por Cassi, era a mãe: ela não acreditava na inocência do filho, mas “suas presunções fidalgas” faziam-na recuar diante da idéia de ver o filho casado “com uma criada preta, ou com uma pobre mulata costureira, ou com uma moça branca lavadeira e analfabeta”.¹¹⁵ Esse preceito, por certo, encontrava anuência de grande parte da sociedade daquele tempo e independia de classe social: dentro da estrutura mental do tempo e pensando nas mães protetoras de seus varões, não era admissível um filho branco — por pior que fosse moralmente — casar-se com moças cuja origem social estivesse abaixo da dele; ao matiz econômico somavam-se os matizes de cor da pele: isso não era aceitável nem podia fazer parte de nenhum projeto ou sonho de mães zelosas da prole masculina particularmente.

Se pensarmos na figuração da personagem dona Salustiana, mãe de Cassi Jones, nela não existe o sentimento de ascensão, pelo contrário, vivia de um passado, lembrando sempre que o pai fora escriturário do Arsenal de Guerra e “com muito sacrifício e, graças a uma pequena fortuna que lhe viera ter por acaso às mãos, pudera educar melhorzinho os dois

¹¹⁵ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 24.

únicos filhos”.¹¹⁶ Dona Salustiana, apesar de morar no subúrbio, considerava-se muito superior à vizinhança, porque se acercava do fato de ter “um irmão médico do Exército, com posto de capitão e, também, por ter andado no Colégio das Irmãs de Caridade”.¹¹⁷ Aqui podemos abrir um parêntese para dar voz ao cronista Lima Barreto a fim de demonstrar sua antipatia por esse tipo de educação e o quanto ele a considerava perniciosa para as mulheres:

O governo da nossa república está de fato entregue aos padres graúdos, porque estes governam as nefastas irmãs de caridade, que, por sua vez, dominam as suas antigas discípulas e, por fim, estas últimas, os seus maridos que são os ministros, os presidentes, os deputados, os juízes de alto coturno, etc.¹¹⁸

Lima Barreto atribuía à educação religiosa, particularmente à educação oferecida pelos colégios católicos às mulheres de origem burguesa, um problema social sério porque as condicionavam a ter como único objetivo ser a sombra dos maridos. Para o escritor, somando-se a essa educação defeituosa a tradição do patriarcalismo, completava-se o estrago: era preciso emancipar as mulheres, fazer delas seres responsáveis, coisa que só era possível se fossem abstraídas das influências da educação tradicional e da Igreja. Edgarda, a personagem do romance *Numa e a ninfa*, fora educanda das Irmãs de Botafogo, as quais o cronista acusa de cultivar nas mulheres uma única ambição: a de usar a influência de seus pais e trabalhar para a celebridade dos maridos.

[...] veja só Edgarda, quase todos os homens importantes do Brasil têm casado com moças educadas aqui. A mulher do Indalécio, o Ministro da Justiça, foi nossa discípula; a Rosinha, que se casou com o Castrioto, do Supremo Tribunal, também; e a mulher do almirante Chavances? E a Laurentina? Como era bonita meu deus! Coitada! Essa morreu cedo, mas o marido foi longe. É rara, minha filha, a educanda nossa que não leva o marido longe.¹¹⁹

Voltando à personagem Salustiana, mãe de Cassi, podemos perceber que fora educada para exercer um papel tido como relevante: se não era como a personagem Edgarda,

¹¹⁶ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 25.

¹¹⁷ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 25. É conhecida a implicância de Lima Barreto pelo Barão de Rio Branco, cuja influência não ficou restrita aos limites da política estrangeira: ele interferiu com autoridade e soberania nos problemas domésticos, inclusive se preocupando com a educação das esposas dos diplomatas, que no seu entender deveriam ser “quanto possível elegantes e até belas, além de instruídas. Para que não faltasse meios para essa instrução, repita-se que animou com a sua melhor simpatia o desenvolvimento dos colégios católicos de religiosas francesas, destinadas às moças brasileiras de sociedade”— em: FREYRE, Gilberto. *Ordem de progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, tomo II, s. d., p. 612.

¹¹⁸ LIMA BARRETO, Lima. *Toda crônica*, p. 116–17. A democratização das instituições de ensino era para o cronista uma necessidade urgente e devia ser extensiva às moças cuja educação estava entregue às ordens religiosas. Para ele a educação eclesiástica era prejudicial à sociedade e, principalmente, às mulheres.

¹¹⁹ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 45. É desse período o aparecimento no Brasil “de colégios elegantes para moças, sob a direção de religiosas francesas e belgas. Esse desenvolvimento teria sido animado pelo Barão do Rio Branco, quando poderoso senhor de um Itamaraty que foi também, no Brasil dos dias do Barão, uma espécie de Ministério como que de Educação e Cultura, concorrendo para que viessem ao Rio de Janeiro intelectuais europeus eminentes, artistas, médicos de renome” [...] [desses elegantes colégios] “sairiam preparadas para a vida de sociedade e falando fluentemente seu francês, senhorinhas capazes de se tornarem esposas e colaboradoras de homens públicos: sobretudo de diplomatas” (FREYRE, s. d., p. 163).

acreditando ser capaz de exercer influência sobre a carreira do marido na sua subida política, se encontrava em situação social desfavorável: sua condição se compara com Edgarda na estrutura mental, porque não tinha as condições objetivas para concretizar seus sonhos de ascensão, e os de descendência eram inventados.

Salustiana vivia comprimida entre seus valores sociais e as fumaças que fazia de grande dama e, ao mesmo tempo, cercada de gente que ela considerava inferior. Quando ela salva o filho de casar com as moças suburbanas, ou segunda ela “casar com essas biraias”, salva a si mesma de ter o contato com a parte social do subúrbio onde ela morava, mas com que se recusa a misturar: tratava-se, para ela, de gente insignificante. A mãe era seletiva, mas o filho não. Ele tinha tanta certeza que a mãe o protegeria e o amava que se tornou um conquistador de todas as mulheres. Por contradição, exibia seu poder e seduzia exatamente as mulheres com as quais — ele sabia — a mãe não o deixaria se casar: “mórbida ternura da mãe por ele, a que não eram estranhas as suas vaidades pessoais, junto à indiferença desdenhosa do pai, com o tempo, fizeram de Cassi o tipo mais completo de vagabundo doméstico que se pode imaginar. É um tipo bem brasileiro”.¹²⁰

Outra situação que podemos pensar para o caso da personagem Salustiana é sua figuração para o mundo que a cerca. Conforme o narrador, ela “não era lá muito querida, nem prezada. Tinha fumaças de grande dama, de ser muito superior às pessoas de sua vizinhança e mesmo às dos seus conhecimentos”.¹²¹ O reconhecimento público ia para o marido, ninguém o responsabilizava pela “crapulice” do filho, cujo desvirtuamento moral era o resultado da soberba da mãe. Salustiana criou para si e para os filhos uma história e contava-a para todos que apareciam em sua casa.

Afirmava que o pai havia pertencido ao exército, mas o narrador desmente as falsas pretensões da mulher: “não era seu pai exatamente do exército. Fora simplesmente escriturário do Arsenal de Guerra” e só conseguira “educar melhorzinho” os dois filhos que tinha por conta de “muito sacrifício e graças a uma pequena fortuna que viera ter por acaso às mãos”.¹²²

Por força da repetição, mentiras viram verdades, e ninguém ousaria desconstruir a origem genealógica do pai de Salustiana. Mas, por outro lado, sendo a personagem descrita como é — vaidosa, soberba e presunçosa —, o que lhe interessava era ser querida e prezada por gente que

¹²⁰ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 29.

¹²¹ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 25. O interessante é a comparação que o narrador faz entre o marido e a mulher na figuração de ambos perante o público: “Era um homem de pouca altura, trazia a cabeça sempre erguida, testa reta e alta, queixo forte e largo, olhar firme, debaixo do pince-nez de aros de ouro. Conquanto fosse alguma coisa obeso, era deveras um velho simpático e respeitável; e apesar dos modos um tanto ríspidos e secos, todos o estimavam na proporção em que seu filho era desprezado e odiado. Tinham até pena dele, confrontando a severidade de sua vida com a crapulice de Cassi” (p. 25).

¹²² LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 25.

lhe era indiferente? Gente que ela considerava como inferior? O certo, se assim podemos dizer, é que pouco lhe importava ser querida e reconhecida por aquela gente, porque seu interesse estava dirigido para afastar o filho e as filhas da contaminação cultural e social que o subúrbio podia propiciar. Sim, porque ainda tinha de cuidar das filhas, Catarina e Irene, porém estas prometiam lhe dar menos trabalho, porque já contagiadas pela vaidade: acreditavam que o avô “fosse de verdade um general do Paraguai”. Às presunções da mãe, elas haviam acrescentado outro ingrediente a mais: a ambição. Aqui devemos ficar atentos aos fatos narrados: enquanto Salustiana havia se casado com Manuel, quando ele ainda era “praticante e revia provas, à noite, nos jornais para acudir às despesas da casa”, a geração seguinte, representada pelas filhas, “sonhavam casar com doutores, bem empregados ou ricos, porque elas se julgavam prestes a se ‘formar’”.¹²³ Catarina ia se formar em música e piano “pelo trampolineiro Instituto Nacional de Música” e Irene estava na “indigesta Escola Normal desta Capital”.

Os olhos do narrador voltam-se para as irmãs de Cassi: “escusado é dizer que ambas tinham um grande desprezo pelo irmão, não só pela baixeza de sua conduta moral — o que era merecido — mas, também, pela sua ignorância cavalgar e absoluta falta de maneiras e modos educados”.¹²⁴ Não fosse aqui o fato de o narrador, já de antemão, afirmar que o desprezo das irmãs pela conduta moral de Cassi era merecido, se ele deixasse as mocinhas falarem, o que pesaria mais: a conduta moral repreensível ou a falta de maneiras e modos educados? Se Cassi exercesse as prerrogativas da sua masculinidade no espaço da rua e não expusesse a família ao julgamento público, se ele não conspurcasse o lar e, por outro lado, tivesse bons modos dentro de casa, com a família e soubesse se comportar à mesa, elas teriam o mesmo desprezo por ele?

A ambigüidade corta as personagens de tal forma que, às vezes, fica difícil encontrar nelas algum tipo de estrutura comportamental previsível. Relatamos mais acima as imprecisões do pai de Cassi. Ele talvez soubesse mais sobre os atos ilícitos do filho do que a própria mãe. No entanto, o seu modo de punir o filho é indolente e sem convicção.¹²⁵

¹²³ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 25. Mas um dos motivos que fazia o marido de Salustiana atender a seus pedidos para salvar Cassi da prisão, do trabalho, do casamento era o fato de ser “sempre lembrado” pela esposa “dos seus duros começos em que ela muito o ajudara e o animara [...] Manuel tinha, pela mulher, uma grande e sincera afeição, evitando o quanto possível contrariá-la (p. 34).

¹²⁴ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 25.

¹²⁵ O cronista utiliza uma expressão condenatória ao patriarcalismo, ou melhor, ao poder dos pais sobre as filhas, o que corrobora a opinião de que ele era condescendente com o filho e seu comportamento seria muito diferente com as filhas. Nesse caso, o pai de família sabia usar de seus poderes para enclausurar as filhas e, no caso de Cassi, o pai não conseguia ter com ele uma posição mais firme. Escrevendo sobre a demolição do Convento da Ajuda, ele lembra o fato de que estes lugares “certas vezes serviram de prisão doméstica, prisão às ordens desse juiz-algoz, o pai de família, sempre obediente aos vagos códigos da honra e da pureza da família, metendo as filhas e parentas nos conventos, quando implicava com o namorado que tinham, ou não o julgava de nobreza suficiente para a sua prosápia” — em: BARRETO, Lima. *O convento*, p. 98.

Consentia que o “ínlito” sentasse à mesa, mas “ninguém podia lhe dirigir a palavra”. Se o filho se “animava a dizer qualquer coisa, o velho olhava-o severamente”, e todos se calavam.

Segundo o narrador, a simples menção do nome do pai “apavorava” o rapaz, “não porque o estimasse e, por isso, o respeitasse deveras; mas porque ‘o velho’, severo como era, bem podia pô-lo de vez na rua”.¹²⁶ Ser expulso da casa significava para Cassi gastar o pouco dinheiro que ganhava — “no jogo, em brigas de galos e em comissões de agente de empréstimos”¹²⁷ — com a sobrevivência, seria desviá-lo para as despesas com “casa e comida” e não sobraria nada para custear as suas vaidades de moço bem vestido. Sem “roupas, sapatos e gravatas”, o que seria de Cassi se não mais pudesse arcar com os atavios que utilizava para se diferenciar dos outros homens suburbanos? Estes tinham família para sustentar e, muito pouco ou nada sobrava, para as indumentárias. Chama atenção a sentença do narrador: “ele sem isso tudo estava perdido. Adeus amor! Se o quisesse, tinha que pagar...”.¹²⁸ Quer dizer então que o desdobramento da perda do apoio estrutural da família e sem as vestimentas Cassi desceria do seu pedestal ficando, assim, na mesma condição dos outros homens do subúrbio? Teria “amor” se casasse ou teria amor se pagasse? Restava a ele uma única saída para seus instintos de homem: procurar as mulheres perdidas e prostituídas.

Cassi vivia à mercê do presente e de seus caprichos. Não havia nele nenhum remorso por seus atos de defloramentos e seduções. A personagem não possui nenhum valor moral, não estabelece nenhuma relação afetiva com o seu interno — a família — e menos ainda com as regras morais estabelecidas no subúrbio, relacionava-se o espaço e com as pessoas do lugar como autista.¹²⁹

¹²⁶ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 26.

¹²⁷ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 26. A personagem narradora tem uma idéia definida sobre Cassi, suas gaiolas de galos de briga: “bicho mais hediondo, mas antipático, mais repugnantemente feroz que é dado a olhos humanos. [...] Galos de briga eram à força de suas indústrias e do seu comércio equívocos. À vezes, ganhava bom dinheiro nas apostas de rinhadeiro, o que vinha ressarcir os prejuízos que, porventura, anteriormente houvesse tido nos dados; e, assim, conseguia meios para saldar o alfaiate ou comprar sapatos catitas e gravatas vistosas. Com os galos, fazia todas as operações possíveis, a fim de ganhar dinheiro; barganhava-os, com ‘volta’, vendia-os, chocava as galinhas, para venda dos frangos a criar e educar, presenteava pessoas importantes, das quais supusesse, algum dia, precisar do auxílio e préstimos delas, contra a polícia e a justiça” (p. 29).

¹²⁸ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 26.

¹²⁹ Roberto Schwarz afirma: “Por definição a vitória do capricho é a derrota da subjetividade em sua acepção burguesa exigente, que pesa sobre aquela como um remorso: em busca de satisfação imaginária imediatamente, narrador, personagem ou leitor abrem mão do relacionamento externo ou interno que em dado momento é o seu. Com efeito, transformada em regra, a volubilidade impossibilita a consequência nos atos e nas idéias, sem a qual a força subjetiva, que está no trabalho de transformar e transformar-se, não existe, como não existe também a dialética entre a sociedade, já que a consciência individual não chega a se configurar como potência efetiva. Em plena era individualista, é uma abdicação de monta, ideologicamente crucial” (1999, p. 52).

Se já era egoísta, triplicou de egoísmo. Na vida, ele só via o seu prazer, se esse prazer era o mais imediato possível. Nenhuma consideração de amizade, de respeito pela dor dos outros, pela desgraça dos semelhantes, de ditame moral o detinha, quando procurava uma satisfação qualquer. Só se detinha diante da força, da decisão de um revólver empunhado com decisão. Então sim...¹³⁰

Mas, por outro lado, a sua violência é cruel, porque ele não reconhecia nenhuma força capaz de contê-lo: no âmbito privado já notamos que não era possível lhe pôr limites, assim como as instituições, a polícia não tinha poderes para puni-lo. Por exemplo, quando a mãe de Nair — mais uma filha que “deu o passo errado” acreditando nas promessas do sedutor — vai até o delegado denunciar o ocorrido, este lhe diz:

Apesar de estar ainda não há dois meses neste distrito, sei bem quem é esse patife de Cassi. O meu maior desejo era embrulhá-lo num bom e sólido processo; mas não posso, no seu caso. A senhora não é miserável, possui as suas pensões de montepio e meio soldo; e eu só posso tomar a iniciativa do processo quando a vítima é filha de pais miseráveis, sem recursos.¹³¹

Podemos definir a estrutura econômica e social a partir de duas vertentes. Uma dada pelo autor e outra conforme os estudos mais recentes sobre a sociedade do período do século XIX e início do XX. O narrador afirma que Nair era uma “moça muito pobre”, mas que tinha tendência para música. Essa inclinação levará a “pobre” Nair ao covil da família de Cassi: ela procura a irmã dele “para explicar-lhe a matéria”. Foi aí que os dois ficaram se conhecendo, o desdobramento nós já sabemos: Cassi a seduziu, “apesar de não ser totalmente sem apoio”, afirma o narrador. Quando a mãe busca a instituição policial para reparação da “dor inqualificável” de ter uma filha “desgraçada”, ficamos sabendo que ela era viúva de um capitão do exército, tinha montepio e uma pensão de meio soldo. Situação que a colocava num outro patamar: era pobre e sem nenhuma tradição. Não ser miserável era um complicador, se fosse teria o apoio da instituição: nas palavras do delegado ela, estando numa condição intermediária, teria que constituir um advogado para realizar o processo. Por outro lado, a liberdade dos muito pobres está no fato podiam recorrer à justiça, à polícia, sem o medo da exposição pública. À mãe de Nair isso era “uma vergonha”¹³² sem limite: para ela a solução foi o suicídio.

Nas páginas precedentes, narramos as façanhas da personagem Cassi, procurando compreender o invólucro externo, os julgamentos, as impressões de outras personagens sobre ele e seus atos no contexto do subúrbio e do tempo em que a obra foi escrita. Procuramos compreender e explicar a configuração dada à personagem pelo narrador do romance, os motivos

¹³⁰ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 29–30. Em outro momento o narrador emite os mesmos comentários sobre Cassi: “Não julguem que tinha estima e amizade por esses rapazes que andavam sempre com ele. Ela os amava, como não amava ninguém e com ninguém simpatizava. Era uma corte digna dele, que o iludia do vácuo feito em torno dele, por todos os rapazes daquelas bandas” (p. 31).

¹³¹ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 27.

¹³² LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 27.

do narrador para decretar a sua irremediável tendência para a marginalidade social. Começando pela estrutura familiar, temos uma mãe soberba e um pai omissos e, às vezes, ameaçador; o diálogo com o filho pouco aparece, porque o pai usa a mulher para mandar recados ao filho. Quando Manuel chega ao máximo de sua ira, chamando-o de “bître sem senso moral”, “assassino”, “desgraçado” corruptor de “todas as moças e senhoras que lhe passam debaixo dos olhos”, todo este discurso acontece sem a presença do rapaz, que nunca está em casa para se defender diante do pai. Depois de gritar todas as ameaças possíveis, o pai volta-se para esposa, que ouvia tudo calada: “diz-lhe isto, Salustiana; diga-lhe, enquanto não o mato”. O pai não tem contato direto com o filho, de cujas artimanhas ele só fica sabendo por meio dos escândalos publicados pelos jornais, ou seja, a existência do filho só se concretiza nas folhas dos cotidianos.

Os progenitores têm valores opostos: quando o pai propõe à mãe colocar o filho para aprender um ofício, “a fim de discipliná-lo”, Salustiana reage negativamente: “Dona Salustiana revoltou-se e esbravejou: — Meu filho aprender um ofício, ser operário! Qual! Ele é sobrinho de um doutor e neto de um homem que prestou muitos serviços ao país”.¹³³ Por outro lado, notamos que o exemplo, a referência social para a conduta do filho não é interna, não está dentro do ambiente familiar, não é o pai. Os exemplos edificantes são o tio e o avô que, no entanto, são personagens fictícias, criadas e engrandecidas pela imaginação da mãe. São personagens externas à família e os valores que elas trazem para interior da família não são concretos nem vividos no cotidiano. A par dessas observações, podemos acrescentar ainda que o “trabalho manual”, que se queria impor ao filho, não era um ato justificado por si mesmo. Cassi deveria aprender um ofício para “ver se o trabalho manual seja pelo cansaço, já pela convivência com pessoas honestas e de trabalho, desviava-o do mau caminho que estava iniciando”.¹³⁴

O impulso para o trabalho é, antes, fator de moralização, e não meio de adquirir recursos para a sobrevivência e o reconhecimento social. Somando-se a essa inversão, que é o mesmo lado da moeda, Cassi tinha “fascínio pelo dinheiro” e havia sido dominado — nas palavras do narrador, “absorvido por ele”: “queria-o; mas sem trabalho e para ele só”.¹³⁵ Dizendo de outra maneira: o

¹³³ LIMA BARRETO, **Clara dos Anjos**, p. 34. O espírito liberal e imbuído da ética protestante do trabalho armava o olhar de Ewbank para as representações do trabalho no Brasil: “a inevitável tendência da escravidão por toda parte é tornar o trabalho uma atividade desonrosa; e os resultados disso são altamente maléficos, pois tal tendência inverte a ordem natural e destrói a harmonia da sociedade. A escravidão negra é regra no Brasil, e os brasileiros se retraem como horrorizados ante qualquer emprego manual. Dentro do espírito das classes privilegiadas de outros países, dizem os brasileiros que não nasceram para trabalhar, mas para mandar. Pergunta-se a um jovem brasileiro de família respeitável, porém em más condições econômicas, porque não aprende um ofício e passa a ganhar sua vida com independência e, nove vezes em dez, ele tremerá de indignação, e perguntará se se quer insultá-lo! Trabalhar!? — redarguiu um deles — Temos os negros para isso! Sem, centenas e centenas de famílias têm um ou dois escravos, cujos ganhos constituem sua única fonte de sustentos” (1973, p. 179).

¹³⁴ LIMA BARRETO, **Clara dos Anjos**, p. 34.

¹³⁵ LIMA BARRETO, **Clara dos Anjos**, p. 35.

dinheiro é o sujeito social impulsionador dos atos da personagem. O filho não quer imitar o pai, não o tem como exemplo. A soberba da mãe se transubstanciou em desprezo por regras e limites, queria dinheiro sem trabalho honesto, queria sexo com as moças de família, não queria pagar pelo sexo, não queria pagar casa nem comida, não respeitava o espaço privado da família, não gostava do pai, conspurcava com as suas libidinagens o espaço público e privado, não tinha medo da polícia.

Quem era esse indivíduo incapaz de estabelecer vínculos sociais? Nessa perspectiva e utilizando as chaves do liberalismo ético e moral, a personagem criada por Lima Barreto está na contramão das relações que deveriam ser estabelecidas entre indivíduo e sociedade, o que significa dizer que era incapaz de viver “fora do ventre materno”. Como indivíduo também não era capaz de se unir à sociedade na qual estava inserido, formando com ela uma associação de indivíduos livres: a personagem só poderia existir se houvesse outros indivíduos considerados menores e postos a mercê dos seus caprichos. Tal situação de dominação era arbitrária é incompatível com os ideais liberais. Por outro lado, a descrição ficcional da família de Cassi nos leva a pensar que ela não era mais a depositária dos valores nobres e tradicionais.

A família, na análise de Schwartz, guardava os indivíduos dentro do decoro: “noutras palavras, a família, de preferência abastada, é a intocável depositária da ordem e do sentido da vida”.¹³⁶ Para o crítico, a vida familiar que descreve Machado é um “princípio formal” e tem efeito de “regulamento: a sua inverdade é gritante e repele a leitura simpática”.¹³⁷ Em Lima Barreto, essa família tem de lidar com o temário baixo: a vilania do filho, a sexualidade exacerbada, a falta de sentimento filial, a necessidade do trabalho regular como caminho para a moralização, mas também a incapacidade dela de solver os dilemas externos, da rua, no âmbito privado.¹³⁸

Talvez não seja uma interpretação arbitrária aventar a hipótese e considerar a personagem de Cassi Jones como representação metafórica da burguesia e pequena burguesia, em seus modos

¹³⁶ Na análise que o crítico faz das obras de Machado de Assis — “Ressurreição”, “A mão e a luva”, *Iaiá Garcia e Helena* —, ele coloca a vida familiar como “a esfera reparadora em que as disparidades sociais e naturais devem achar consolo e sublimação. Agente civilizador, ou refúgio dos civilizados, é ela o critério da moralidade e da racionalidade das ações humanas, e seus desencontros — que são dificuldades, mas não problemas — formam o centro reflexivo destes livros, confinados quase inteiramente ao seu círculo” (SCHWARTZ, 2000, p. 89).

¹³⁷ Na forma da análise de Schwarz a vida familiar e os conflitos que ela comporta “são pouco heróicos ou românticos, pois cabe às personagens, forçosamente uma companhia de altruístas, ajustarem-se à ordem estabelecida, de que não podem discordar no fundamental. Um espaço minado de bons sentimentos e tensões, em que o conflito não se declara jamais, pois declará-lo seria desmentir a convencionada bondade geral dos familiares, limite diante do qual as personagens renunciam, sob pena de romperem a regra formal e de escorregarem para um mundo romanesco diverso” (SCHWARTZ, 2000, p. 89–90).

¹³⁸ Seguindo Schwarz quando ao padrão de família, “já no século XIX, o romance realista vai mostrar o sentimentalismo na defensiva, enquanto vítima das grandes transformações econômicas e políticas. Na segunda metade do século, finalmente, a intimidade familiar volta a ser proposta como modelo, já agora pela literatura apologética e a fim de impedir a ampliação de horizontes necessária à formação da consciência de classe. Paralelamente, a boa literatura passa a vê-la através do fatalismo naturalista ou em perspectivas vizinhas de Freud, que vão encará-la como forma de opressão e repressão” (SCHWARTZ, 2000, p. 90).

arrivistas de agir e nas relações que tem com a sociedade em geral. A antipatia do narrador por esse namorado inveterado, incompetente para o trabalho, leviano, inconseqüente e, enfim, um estúpido não seria uma maneira de simbolizar o fenômeno da decomposição dos costumes burgueses nos subúrbios? Não seria a personagem uma simplificação caricaturada da burguesia e pequena burguesia e a influência da falta de valores éticos e morais que contaminavam o subúrbio? Não seria uma crítica ao liberalismo e à crise da autoridade no âmbito vertical e horizontal da sociedade tomada como todo dissolvente dos costumes e tradições?

Mas também não há impedimento teórico e metodológico supor que esta personagem de Lima Barreto guarda traços próximos com Brás Cubas, particularmente quando o crítico Schwarz descreve a “deseducação” do menino. A mesma pergunta que o crítico faz nós aqui também podemos fazer sem incorrer em plágio: como se explica o caráter de Cassi Jones? A réplica a esta pergunta dado por Schwarz sobre o “Brasinho” é muito próxima da que Lima Barreto deu a sua personagem pobre e suburbana. A resposta sobre o caráter de Brás Cubas estava “na infância da personagem, no meio doméstico, no temperamento herdado e na educação recebida”. Voltemos um pouco na infância do deseducado Cassi Jones:

A sua educação e instrução foram deveras descuradas. Primeiro nascido do casal, quando as exigências da manutenção da família obrigavam seu pai a trabalhar dia e noite, não pôde este, pois poucas horas passava em casa, vigiá-las convenientemente. Rebelde, desde tenra idade, a doçura para com ele, por parte da mãe, e os prejuízos dela impediram-na que o corrigisse convenientemente, assiduamente, no tempo próprio. Não ia ao colégio; fazia “gazeta”, correndo pelas matas das cercanias da residência dos pais, então em Itapiru, com outros garotos. O que faziam, pode-se bem adivinhar; mas a mãe fingia não perceber, passava a mão pela cabeça do filho querido, nada dizia ao pai, que quase mourejava durante as vinte e quatro horas do dia. Cresceu assim, sem nenhuma força moral que o comprimisse; e o pai seria a única.¹³⁹

Essa idéia surgiu a partir da comparação entre as diversas maneiras do narrador, no caso da obra de ficção e do cronista, no seu diálogo ácido sobre os costumes e comportamentos das elites políticas na relação como o espaço da cidade como também no pouco temor que elas demonstravam ter para com as menores regras sociais e públicas:

A burguesia, nada sabe fazer de acordo com o país, nem inspirar que se faça. Ela copia os hábitos e opiniões uns dos outros, amontoa-se num lugar só, e deixa os lindos recantos do Rio de Janeiro abandonados aos carvoeiros ferozes que, afinal, saem dela mesma. Encarando a burguesia atual de todo o gênero, os recursos e privilégios de que dispõe, como sendo unicamente meios de alcançar fáceis prazeres e baixas satisfações pessoais, e não se compenetrando ela de ter, para com os outros, deveres de todas espécies, falseia a sua missão e provoca a sua morte. Não precisará de guilhotina...¹⁴⁰

¹³⁹ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 34–35.

¹⁴⁰ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 160–62.

E pelo visto era uma burguesia — de costa para o país não fazia nem inspirava a feitura de coisa alguma que representasse o país — que se não se importava com os aspectos mais visíveis, menos ainda para aqueles que ela não deseja ver e nem saber: cheia de “privilégios”, ciosa de suas regalias de classe, disposta a prazeres mundanos, comprados com dinheiro fácil e pronta a atender à apelos de “baixas satisfações pessoais”, sem nenhum sentimento de compromisso com a sociedade em geral.

Mas quando Lima Barreto afirma que a burguesia copiava “hábitos e opiniões uns dos outros”, “amontoa-se num lugar só”, ele se refere à clareza sobre o despudor ou má consciência de classe. Daí ele poder afirmar também sua condição de pequeno-burguês. A consideração sobre o arrivismo dos novos ricos ou antigos brancos aristocráticos desperta a ira do cronista e, como só tinha as palavras e a pena para concretizá-las, era desprovido de poder, colocou-se na sua condição de classe, de pequeno-burguês e bradou:

Desejo simplesmente dizer-lhes que tomem cuidado; que não é possível estar a abusar da paciência de nós todos, não só dos operários, aos quais não adulo, mas dos pequenos burgueses como eu, que receberam mais instrução do que todos os ‘francos’ e não admitem esse insulto de tirano, tirano do comércio, da agiotagem, da pirataria, com que vocês querem saquear o mundo.¹⁴¹

Considerando caber aos pequeno-burgueses ou àqueles que tinham sonhos de prestígio e reconhecimento social pode-se entender, pelo viés da cultura e das subjetividades dela decorrentes, que só a estes segmentos, resguardando a sua pluralidade, era possível expressar os “desalentos” que a passagem do tempo trás àqueles que aspiram alcançar uma condição social ascendente. Não sendo operário e nem burguês, o nosso cronista era um pequeno burguês, mas consciente do seu lugar na estrutura da sociedade. E seu lugar não estava reservado pelo econômico: é o cultural, no sentido lato, e é a visão de mundo que lhe corresponde. Assim, podemos compreender as desilusões do escritor quando escreve sobre o desmoronamento dos “sonhos de posição” e a submissão aos infortúnios e “imprevistos que pode acontecer amanhã ou depois”.

A instabilidade, em todos os níveis, gera o sentimento de que apenas se pode contar “com a sorte grande” ou com a possibilidade de encontrar “um tesouro oculto no quintal”. A par desse desabafo do escritor podemos ter uma idéia de como o momento histórico do qual tratamos nesse estudo, contribuiu para fortalecer, de um lado, “o salve-se quem puder” e, por outro, para configurar um tipo de mentalidade social em que, não sendo possível acreditar no poder do trabalho e, por meio dele, ascender na escala social, hipertrofiou o individualismo e, ao mesmo tempo, crenças em poderes subjetivos como a religiosidade, o jogo do bicho, a busca de cartomantes, espíritas etc.

¹⁴¹ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 361.

Mas também é conveniente não esquecer que a ambição pode ser fator de paralisação, isto é, pode fazer que os indivíduos diante dela e sentindo que externamente não há as condições objetivas para a expansão dessa subjetividade parem; a ambição pode vir a provocar rigidez e negatividade diante das oportunidades reais que aparecem: ou seja, as oportunidades concretas não apontam para a realização da grande ambição e então os indivíduos as negam, mas se imobilizam. Essa observação vale tanto para o cronista que nesse momento escreve sobre as suas frustradas ambições, como valem para os brancos pobres que supervalorizam as pretensões ascensionais sem ter os meios práticos para barganhar no mercado de trabalho, como para os negros egressos do cativeiro que alimentaram anseios de equiparação que não se concretizaram. Estamos cientes da necessidade de se fazer as mediações entre o realismo e os sentidos psicológicos que as afirmações acima carregam.¹⁴²

Não poderíamos, no entanto, encerrar este capítulo sem fazer a comparação entre as moças seduzidas por Cassi e suas motivações casamenteiras, comparando-as com as mulheres das elites e as razões destas para institucionalizar as relações afetivas. Começando por Clara dos Anjos, jovem “habituada às musicatas do pai e dos amigos”, crescera nesse ambiente familiar, “cheia de vapores de modinhas e enfumagara a sua pequena alma de rapariga pobre e de cor com os dengues e o simplório sentimentalismo amoroso dos descantes e contarolas populares”.¹⁴³ O narrador explica o sentimentalismo de Clara por esse gosto “contagioso” pelas modinhas que encontra terreno propício no “estado sentimental e moral”, não só de Clara, mas em todas as moças das paragens suburbanas. As modinhas, segundo o narrador, “falam muito de amor, algumas delas são lúbricas até”; esses conteúdos das letras se organizaram não na cabeça de Clara, mas na das moças pobres e humildes dos subúrbios, havia a falsa idéia do amor: acreditavam romanticamente que,

¹⁴² A compreensão psicológica e realista de tal situação foi sugerida por Florestan Fernandes, quando afirma duas situações distintas para a compreensão da anomia social do negro dentro dos quadros do regime de trabalho livre e competitivo: Em entrevistas feitas para focalizar o assunto [sobre a existência ou não de ambição entre os negros e mulatos] ficou patente que os brancos interpretavam a situação em termos psicológicos: o mulato e o negro ‘não tinham ambição’, por isso não arrostavam, como os imigrantes europeus, as duras dificuldades, que permitiam converter a poupança em fator de acumulação capitalista, de mobilidade ocupacional e de ascensão social. Os informantes negros e mulatos revelam maior realismo, mostrando-se convictos de que não tinham meios para inserir-se no referido processo, competindo, quer com os brancos nacionais, quer com os imigrantes. A ‘ambição’ existia e ela foi, exatamente, a causa de sua perda, pois fomentou opções extremamente rígidas e negativas” — em: FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus/ed. da Universidade de São Paulo, 1964, p. 35.

¹⁴³ LIMA BARRETO, **Clara dos Anjos**, p. 42–43. O narrador insiste na influência das modinhas e no ambiente em que ela criava adeptos: “Acresce, ainda, que era geral em sua casa o gosto de modinhas. Sua mãe gostava, seu pai e seu padrinho também. Quase sempre havia sessões de modinhas e violão na sua residência. Esse gosto é contagioso e encontrava, no estado sentimental e moral de Clara terreno propício para propagar-se” (p. 54).

[...] o amor tudo pode, para ele não há obstáculos de raça, de fortuna, de condição; ele vence, com ou sem pretor, zomba da Igreja e da Fortuna, e o estado amoroso é a maior delícia da nossa existência, que se deve procurar gozá-lo e sofrê-lo, seja como for. O martírio até dá-lhe mais requinte...¹⁴⁴

A concepção do amor das jovens suburbanas não diferia muito da de Cassi, pois o sedutor acreditava também que: “não se pode contrariar dois corações que se amam com sincera paixão”.¹⁴⁵ As irmãs de Cassi cultivavam outras expectativas em relação ao encontro amoroso. Estes já eram tidos por elas como uma maneira de ascender socialmente, o sentimento romântico cedia lugar ao utilitário. Catarina e Irene, educadas por Salustiana, projetavam seus anseios casamenteiros para além dos espaços do subúrbio. Acreditaram nas fantasias da mãe e supunham-se merecedoras de altos destinos.

Eram menos vaidosas do que a mãe; mas muito mais ambiciosas, em matéria de casamento. [...] Catarina e Irene sonhavam casar com doutores, bem empregados ou ricos, porque elas se julgavam prestes a se ‘formar’, a primeira em música e piano, pelo trampolineiro Instituto Nacional de Música; e a segunda, pela indigesta Escola Normal desta Capital.¹⁴⁶

O efeito de novas relações sociais inoculou nas meninas pretensões diferentes. Enquanto nos subúrbios, entre os mais pobres, ainda se acreditava que o amor pudesse vencer todos os obstáculos, que não havia diferença de classe e cor que o interditasse, Catarina e Irene, já haviam racionalizado as relações sociais e afetivas e estudavam com o objetivo de saltar para outra classe ou grupo por meio do casamento. E, para isso, também podiam contar com os símbolos de distinção: formar na Escola de Belas Artes e, de posse do diploma, exibir nos bondes e na rua o anel, denunciador da superioridade que o símbolo impunha aos olhos dos crentes.

A angústia do tempo era encontrar um mecanismo externo que “extreme do vulgo”, não causando nenhuma surpresa que as mulheres também desejassem o mesmo.¹⁴⁷ Essa mentalidade não estava mais restrita àqueles privilegiados que freqüentavam a cidade moderna, era comum nos bondes que atravessavam a cidade em direção aos subúrbios: “Quando uma moça, doutora do Instituto, for de anel no dedo pelos bondes afora, ao fim da viagem não esperará muito que um namoro se transforme em noivado. Ela garantirá a ‘zona’ e o marido futuro ficará sossegado quanto às despesas da casa”.¹⁴⁸

Estudar música era um modo de se “extremar do vulgo”, não uma pressão ingente do talento. Porém, em 1918, Lima Barreto observava a disseminação da crença: estudar música

¹⁴⁴ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 54.

¹⁴⁵ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 63.

¹⁴⁶ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 25.

¹⁴⁷ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 307.

¹⁴⁸ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 307.

estava “entrando nos olhos de todos os que residem no Rio de Janeiro e vivem sitiados por pianos ou violinos, na frente, nos fundos, nos lados, seja em casa em bairro rico ou pobre”.¹⁴⁹

As meninas suburbanas mantinham-se adstritas ao lugar onde moravam e planejavam casar com os moços que sobressaíssem ali mesmo onde moravam. Catarina e Irene sonhavam em encontrar um marido que as tirassem do subúrbio, sonhavam com as modas binoculares, queriam ter acesso ao mundo das elites, mostrado nos jornais e revistas chiques. As moças pobres e, menos ambiciosas, queriam namorar e, se possível, casar com os moços que sobressaíssem naquele espaço restrito e conhecido por elas — o subúrbio. Também porque as mais pobres se intimidavam, tinham medo de andar pelo centro da cidade: não só porque fossem pobres e não tivessem roupas e sapatos apropriados para freqüentar lugares distantes dos subúrbios. A intimidação que os lugares desconhecidos lhes causavam vinha do medo difuso que cultivavam de lugares desconhecidos, que também está ligada à questão da aparência apropriada.¹⁵⁰ A educação familiar não as preparava para exercer a autonomia, eram moças cujas mães cerceavam a liberdade, não as deixando sair sozinhas, achando que assim preservava a moralidade burguesa, centrada na preservação do corpo para o casamento e a procriação de filhos saudáveis.

Essas concepções, segundo o cronista, podiam ser explicadas, em parte, pelo domínio que a Igreja e os padres mantinham, particularmente, “sobre o povo, embrutecendo-o com uma educação defeituosa, que só orna a memória, e pregando a mais total obediência ao doges, ou aos reis, aos caciques o que outros nomes tenham os tiranos e parasitas”.¹⁵¹ Em 1918, Lima Barreto, está em plena defesa do direito ao divórcio, daí discursar sobre os defeitos da estrutura familiar brasileira e as conseqüências práticas deles na sociedade:

¹⁴⁹ LIMA BARRETO, **Toda crônica**, p. 307.

¹⁵⁰ No romance de Taunay, ele descreve uma situação que pode ser estendida para outros cenários mantendo o essencial que era o medo dos novatos quando chegavam na cidade e colocados em situação estranha aos antigos hábitos: “Terrível o aperto, completos os acotovelamentos e a igualdade; todas as classes da sociedade misturadas, confundidas, enoveladas, senadores, deputados, médicos de nota ou sem clínica, advogados bem reputados ou desprestigiados, magistrados de fama, militares, um mundo de desconhecidos, outros infelizmente demasiado conhecidos; homens vindo de todos os pontos do Brasil, alguns até das velhas bolsas da Europa, espertos, ativos, de modos ora insinuantes, ora imperiosos como que fidalgos deslocados do seu meio habitual, afeitos a todos os negócios, prontos para todas as transações e por haver; gente chegada de fresco do Estados com a feição ainda tímida e acaipirada de provincianos e gestos de quem mal domina surpresas e medos imensos, outros veteranos já naquele fogo de nova espécie de, farfalhantes, rindo alto, contanto proezas e os mais arriscados lances” — em: TAUNAY, Alfredo D’Escragnolle. **O encilhamento**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1971.

¹⁵¹ LIMA BARRETO, **Toda crônica**, p. 370.

Na família, obstam [os padres], com todos os seus refinados argumentos, hipócritas, a instituição do divórcio; cultivam entre os cônjuges que se odeiam a mútua falsidade de gestos e palavras, para não consentir no estabelecimento do divórcio completo; reforçam a estúpida concepção de honra conjugal, uma brutal idéia do medievo, que leva os nossos pobres homens de hoje a praticar selvagens assassinatos, que eles não seriam capazes de fazer se não fora essa cultura paleolítica de idéias sentimentos e noções de que se incumbem os padres em geral.¹⁵²

Clara dos Anjos não freqüentava as salas de cinemas. Ora, quando o narrador descreve sua vida fora da família, inicia condenando o desvelo protetor que os pais lhe dispensavam: “Só deixava a casa na companhia da mãe ou do pai e, aos domingos, saía com d. Margarida, uma viúva muito séria, que morava nas vizinhanças e ensinava a Clara bordados e costuras”.¹⁵³ Raramente, aos domingos, podia ir ao cinema do Méier ou Engenho de Dentro.

¹⁵² LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 370.

¹⁵³ LIMA BARRETO, *Clara dos Anjos*, p. 18–19.

Capítulo 3

TUDO VEM A CAVALO E NÃO HAVERÁ DISCÓRDIA

Todos nós falamos mal dos nossos senadores e deputados; todos nós os apelidamos o mais atrozmente; mas quando o congresso se fecha, há um vazio na nossa vida comum e nos enchemos de pavor. Quando o Congresso está aberto, os governos têm medo de agir tão limpamente à moda de paxás turcos. Como que lhe têm medo; é a sua consciência. Quando, porém, ele está fechado a fera carniceira não tem mais o chicote do domador à vista e faz o que quer.

— LIMA BARRETO

Quando, no capítulo 1, observamos a situação dos pobres postados nas salas dos ministérios esperando para serem atendidos por algum político e, ao mesmo tempo, sendo alvo da indiferença de contínuos e secretários, aventamos a possibilidade de ser esse segmento constituído por pessoas que haviam conseguido os postos de trabalho à custa de muitos empenhos. O cargo ocupado por eles era resultado de instâncias feitas a favor de filhos, amigos, apadrinhados ou mesmo por algum conhecido a quem se desejasse fazer algum agrado ou atender a uma necessidade urgente. Essa situação foi descrita na obra ficcional de Lima Barreto *Numa e a ninfa*. Nessa narrativa, a personagem Numa vivia sua existência à cata de oportunidades para ascender socialmente, utilizando-se de grandes e pequenos empenhos. Filho de um burocrata que vivia assombrado com a possibilidade de perder sua única fonte de renda — um emprego público —, Numa cresceu propenso a prestar homenagens às classes dominantes. Na ficção, o projeto de ascensão de Numa supõe uma intencionalidade: é como se houvesse aprendido a manejar e transigir com as classes dominantes, instruindo-se nos

códigos de ação em favor de projetos particulares. Para isso, se armou dos instrumentos externos, capazes de ajudá-lo a furar a estrutura de classe e ascender.¹

Também queremos chamar a atenção para o fato de que, tanto a personagem Numa quanto Joaquim dos Anjos, tiveram ascensão social, comparativamente à condição que levavam nos seus lugares de origem, ao migrarem para longe dos lugares de nascimento. É interessante notar que essas personagens largam suas origens sem nenhum dó. É como se vivessem esperando o dia em que, por força do acaso, aparecesse uma situação de retirada, pura e simplesmente sair. Fazemos aqui uma transposição para compreender tal situação. Utilizando uma generalização, podemos pensar que essa capacidade de aventurar, sair de um lugar e migrar para outro, cujas promessas de vida são hipotéticas, faça parte da nossa tendência de adotar o novo, a novidade, as inovações.² Essa predisposição em largar os valores tradicionais, expondo-se a circunstâncias suspensas — “situação receptiva à mudança” e o desapego “às formas arcaicas de vida” —, embora não seja atitude suficiente para “promover renovação”. No caso aqui tratado, foi importante para a mudança da vida dessas duas personagens.

Indo para o campo da historiografia, a “classe rural”, sendo “empresarial” e “mercantilista”, não tinha apego à terra: esta era “apenas uma maneira de gerar lucros, o que pode fazer com que venda suas fazendas sempre que aparecer um bom negócio”.³ Assim, nem os proprietários nem os sem-propriedade constituíam uma tradição de permanência em nenhum lugar que não fosse possível auferir dele possibilidades de ganhos materiais. Quando afirmamos que havia a predisposição desses setores medianos para se subalternizarem, colocando-se à sombra das classes dirigentes, avaliamos, simultaneamente, a situação desses dependentes,

¹ A definição das classes no Brasil criada por Darcy Ribeiro leva-nos a crer que tal personagem se situa na passagem da classe subalternizada para os intermédios. Para esse autor, “os setores intermédios funcionam como um atenuador ou agravador das tensões sociais e são levados mais vezes a operar no papel de mantenedores da ordem do que de ativistas de transformações. As classes subalternas são formadas pelos que estão integrados regularmente na vida social, no sistema produtivo e no corpo de consumidores, geralmente sindicalizados. Seu pendor é mais para defender o que já têm e obter mais, do que para transformar a sociedade” — em: RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 210.

² Conforme afirmação generalizante de Ribeiro, “a passagem do padrão tradicional, tornado arcaico, ao padrão moderno opera a diferentes ritmos em todas as regiões, mas mesmo as mais progressistas se vêem tolhidas e reduzidas a uma modernização reflexa. Isso não se explica, contudo, por qualquer resistência de ordem cultural à mudança, uma vez que um veemente desejo de transformação renovadora constitui, talvez, a característica mais remarcável dos povos novos e, entre eles, os brasileiros. Mesmo as populações rurais e as urbanas marginalizadas enfrentam resistências, antes sociais do que culturais, à transfiguração, porque umas e outras estão abertas ao novo. São, de fato, antes atrasadas do que conservadoras. Cada estrada que se abre, quebrando o isolamento de uma ‘ilha arcaica’, atrai novos contingentes ao circuito de comunicação interna” (1995, p. 248).

³ A falta de uma tradição explica a mudança espacial dos subalternos, mas também da classe rural: “daí sua capacidade visionária de participar de outras atividades capitalistas, tais como bancos, comércio, indústria, especulações urbanas, atividades essas que na Europa e nos Estados Unidos couberam especificamente à burguesia. Daí o caráter social amplo da oligarquia agrária — tanto se dedica às atividades tradicionais, como também às outras, de caráter urbano. Além disso, coube a ela, historicamente, o papel de introduzir e defender as idéias e os valores liberais, permitindo-nos denominá-la classe oligarco-burguesa” — em: CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989, p. 15.

olhando para a estrutura que emoldurava a sociedade do período: a ordenação das instituições foi assentada, obedecendo aos interesses oligárquicos, diante dos quais o próprio poder central “sempre claudicou, incapaz de enfrentá-los, apesar da oposição flagrante entre seus interesses e os da população trabalhadora”.⁴ Se o poder central não fora capaz de lhes antepor limites, o que se poderia esperar dos de baixo: antes parecia a todos que era preciso conciliar com os interesses daqueles tinham o poder de distribuir benesses do que romper com a sua hegemonia.

Em *O abolicionismo*, Joaquim Nabuco se refere ao estado de violência latente que pairava sobre escravos submetidos ao voluntarismo dos senhores, mas não é difícil pensar na mesma situação para os dependentes, cômicos de que qualquer ato ou desafeto explícito pudesse desencadear vendetas e perseguições, “pois o limite da crueldade do senhor está na passividade do escravo porque desde que a passividade cesse a crueldade aparece”.⁵ E se na República as oligarquias agrárias estendem seu poder para além dos municípios, dos estados e chegam até o cargo máximo do país, compreende-se o malabarismo que os grupos dependentes deviam fazer para abastecer a vida material e não cair no limbo da vagabundagem, da mendicância e da ociosidade, para ficar só nesses aspectos, porque os caminhos para a iniciativa e a independência pessoal quase inexistiam.⁶

Fora do campo material e caminhando para zonas mais obscuras e de difícil comprovação documental, podemos aventar sobre as numerosas possibilidades de retaliação que os insubmissos expunham a si e seus familiares caso mostrassem discordâncias ao poder pessoal e oficial, à autoridade dos chefes políticos e dos proprietários de terras.⁷ Diante de um poder totalizante, era preciso pensar muitas vezes antes de se indispor com os dominantes do lugar, fossem eles proprietários ou representantes destes; um passo em falso significava a proscrição, ser desterrado na própria terra.⁸

⁴ RIBEIRO, 1995, 256.

⁵ NABUCO, 1988, p. 102.

⁶ O domínio deste grupo oligárquico estende seus tentáculos a toda a sociedade: “Com a República temos a hegemonia absoluta das oligarquias, já que os poderes municipal, estadual e federal lhes pertencem. Vereadores, deputados estaduais e federais, governadores de Estados e Presidentes da República são cargos preenchidos unicamente por ela. O domínio ainda é maior. São filhos e familiares desta elite que ocupam os cargos de confiança governamental, como também lideram todas as outras iniciativas que partem do Estado. [...] Estes exemplos podem ser multiplicados exaustivamente, pois, os cargos nas secretarias, nos estabelecimentos financeiros do Estado, nas diversas comissões etc. são preenchidos por ela, levando em conta que não há concursos, e sim provimentos de cargos por razões de confiança” (CARONE, 1989, p. 15).

⁷ GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. São Paulo: Fulgor, 1964.

⁸ Os favores distribuídos guardam uma relação estreita com a classe ou grupo social à qual pertence o favorecido: “Aos agregados, [o coronel] dispensa favores: dá-lhes terras, tira-os da cadeia e ajuda-os quando doentes; em compensação exige fidelidade, serviços, permanência infinita em suas terras, participação nos grupos armados etc. Aos familiares e amigos ele distribui empregos públicos, empresta dinheiro, obtém créditos; protege-os das autoridades policiais e jurídicas, ajuda-os a fugir dos compromissos fiscais do Estado etc. É o juiz, pois obrigatoriamente é ouvido a respeito de questões de terras e até de casos de fuga de moças solteiras. É o comerciante e agricultor, porque produz e serve de intermediário entre o produtor e o mercado, jogando com os maiores recursos financeiros e representando a potência econômica fundamental do município. É homem de fé, pois é quem anima as festas religiosas e as oficializadas. É *hospitaleiro* com os de fora e os do lugar, sendo sua casa e mesa abrigo seguro para todos que o procuram” (CARONE, 1989, p. 251–52).

Na crônica “Os quatro filhos d’Aymon”, temos outra situação: os filhos de Aymon pertencem às oligarquias do interior e contam, desde o nascimento, com uma estrutura de poder que permitirá a eles ascender sem esforço. O coronel — pai dos Aymon — usa sua influência anterior para arranjar aos filhos um lugar de prestígio nas instituições do Estado. Nota-se nessa crônica também a falta de ideologia e comprometimento político e social que os setores medianos tinham em relação à sociedade, quando Lima Barreto observa que, “infelizmente, o nosso tempo não pede guerreiros esforçados e invencíveis que andem pelo mundo a batalhar em prol de um qualquer Carlos Magno”. O interesse do pai em abrir caminho para os quatro filhos na política se justificava porque só nela “atualmente, se obtêm glórias retumbantes e proventos magníficos, mais magníficos do que os despojos de reis mouros com suas mulheres estonteantes”.⁹

Assim como com a personagem Numa, nas crônicas aparecem situações semelhantes, ou seja, o primeiro passo para quem quisesse se tornar apto à carreira burocrática era se fazer bacharel ou “coisa que o valha”. Situação que não era possível a todos: só a quem já estava em certa situação social. No caso dos “quatro filhos d’Aymon”, o pai — chefe político de um distrito qualquer — podia fazer os investimentos iniciais necessários até a diplomação dos filhos. Mas é preciso não esquecer as tensões e as expectativas criadas em torno do projeto ascensional: o jogo era cheio de melindres, pois a distribuição do poder local podia mudar, ser deslocado para outros coronéis, outras influências, outros amigos. Após ser obtido o diploma, o próximo passo estava entregue às influências políticas e aos conhecimentos que o pai cultivava como parte da rotina das relações entre iguais — guardadas as hierarquias e os cabedais de favores que existiam intraclasse — cultivadas e amaciadas por constantes contatos e troca de favores e benefícios mútuos.

As relações de poder nesse período em que se convencionou República oligárquica são muito complicadas e não podem ser compreendidas conforme um conceito geral como clientelismo, oligarquias, patronagem. A partir dos anos de 1890, quando o Estado passa a deter o poder político, complicam-se mais as relações entre a república da capital e a república local. O poder estava nos estados, mas os grupos que o detinham precisavam trabalhar para alimentá-lo, cultivá-lo: há uma hierarquia de poderes que vai do município, com muitos coronéis, chega aos chefes políticos estaduais e ainda tinham que prestar contas aos votantes e eleitores da base.

⁹ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 190–91.

Não só de botinas viviam os eleitores; também cobravam a construção de estradas, de escolas e assistência médica. E aí de quem descumprisse promessas ou promettesse muito e desse pouco. Depois também há de se considerarem as peculiaridades dos estados, das relações destes com seus coronéis, seus eleitores etc. Portanto, chegar à capital federal com capital político e social não era tarefa tão simples. Lima Barreto, em textos parecidos, quando formula a crítica à maneira das políticas locais, estaduais e na capital, vê o Estado de forma geral mais ligado aos interesses de grupos, e não de classes.

Os filhos de Aymon desde cedo se colocam sob a guarda do pai; obedientes, unem a “vivacidade” à “importância social” dele, seguros dos caminhos que deveriam palmilhar na conquista de espaços na classe. Mas este coronel, que parecia poderoso aos filhos, era um ser obediente aos chefes mais graúdos. A vivacidade dos filhos neste caso é a esperteza, traduzida na falta de sentimentos morais mais elevados, de acordo com Lima Barreto. Vivendo numa sociedade em que as normas e os códigos de condutas estavam colados às relações pessoais, possivelmente os filhos de Aymon não se davam conta de que poderia existir outra forma de agir mais impessoal e consoante à universalidade das leis. Para eles, aquela situação em que pai e mãe se uniam para ajudá-los a subir na vida e encontrar segurança social, política e econômica não se apresentava como transgressão, porque estava na ordem das coisas e da sociedade que conheciam.

Quando o cronista nos conta que a mãe “viu um a um” os filhos “chegarem a casa formados nisto ou naquilo, em escadinhas, com a regularidade anual do nascimento deles”, podemos imaginar a felicidade dessa mãe e de muitas outras mães que dedicavam suas vidas à felicidade dos filhos, para que tivessem sucesso, por isso cuidavam — trabalho cotidiano e zeloso —, os alimentavam e, supondo um pouco mais adiante, abdicavam de suas vidas em função de vê-los encaminhados sem grandes sofrimentos e amarguras. Para as mães, a volta dos filhos para casa depois de uma longa temporada na cidade, símbolo de dissolução dos costumes mais caros à família, significava o coroamento dos sacrifícios empreendidos para fazer deles homens vencedores, não importando a elas quais tivessem sido os meios: o importante eram os fins, seus filhos.¹⁰ Qual mãe que, para respeitar alguma regra formal, de instituição, de nação, deixaria de proteger e reconhecer os talentos dos filhos, mesmo que não tivessem talentos?

Essas relações e os sentimentos que as acompanham não são sem importância para a compreensão das histórias do “verdadeiramente familiar”. Até aqui, estamos dentro da universalidade negada pela prática e pela subjetividade. A imagem dos filhos retornando a

¹⁰ MATTA, Roberto da. Brasil: Uma nação em mudança e uma sociedade imutável? (Considerações sobre a natureza do dilema brasileiro). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988, p. 204–21.

casa, um a um, como na ordem dos seus nascimentos, é, respeitada a indignação do cronista, comovente, porque nesse momento estamos pensando em pessoas e na sociedade, diferente da estrutura formal. As ambigüidades e motivações do universo privado são anti-sociais.¹¹

A ascensão dos filhos ou o início dela já estavam projetados de antemão, cabendo ao pai encaminhá-los, formados para as instâncias seguintes. O coronel conduziu o filho ao “presidente do estado”, para assumir o cargo de “oficial de gabinete” — o segundo passo, depois de ser bacharel. Daí em diante, seguindo o processo natural da ascensão política, já se sabia que o filho varão seria deputado.¹² Seguiu por esse caminho os outros três filhos, sem importarem se a carreira política seguida fosse nesse ou naquele partido ou fosse junto a um amigo ou inimigo político do pai, porque isso não era relevante: desde que não brigassem entre si e mantivessem sempre em alerta o sentido da gratidão que se esperava dos beneficiados e favorecidos. O atilamento era estar ciente dos objetivos a serem alcançados: ascender ao poder. As discordâncias eram para “uso externo”,¹³ parte do jogo de ajustamento da organização política.

Desceu da tribuna e foi muito cumprimentado. Um dos deputados disse-lhe ao ouvido:

— Irineu, estivestes feroz com o Pinheiro. Não é do trato... Ele fica zangado...

— Ora! Dirás a ele que não se apoquente... Estamos nas vésperas da reeleição... É para uso externo.¹⁴

Se insistimos no efeito de falsidade, aparência, fingimento corrente nas relações políticas e econômicas, é porque acreditamos que essas instâncias estruturais podem indicar a ubiquidade do nosso quadro social. Dito isso, queremos mostrar o caminho que estamos seguindo: deslocar essas mesmas relações e seus adjetivos correlatos para o quadro mais amplo

¹¹ MATTA, 1988, p. 204–19.

¹² Seguimos a análise de Carone de que o título de doutor complementava o poder do coronel: o doutor, “que às vezes não se origina das próprias famílias dominantes. Porém, a ligação orgânica entre as duas partes é fundamental no processo: ao coronel cabe o controle e o domínio; o doutor se faz valer ‘mais pelo poder da inteligência e da cultura, pelo prestígio da palavra ou por serviços prestados na advocacia e na medicina às famílias ricas ou às massas pobres. Ou fazem uma simbiose: ‘o coronel entrava com a influência pessoal ou de clã, com o dinheiro e a tradição; o doutor, a ele aliado, com o manejo da máquina, incumbindo-se das campanhas jornalísticas, da oratória nas ocasiões solenes, do alistamento, das tricas da votação, da apuração e das atas, dos recursos eleitorais e dos debates das vereanças quando havia oposição” (CARONE, 1989, p. 252).

¹³ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 209.

¹⁴ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 209. Roberto Schwarz realça essa situação quando pretende mostrar a prática e a teoria do liberalismo. Afirma ele que “inextricavelmente, a vida ideológica degradava e condecorava os seus participantes, entre os quais muitas vezes haveria clareza disso. Tratava-se, portanto, de uma combinação instável, que facilmente degenerava em hostilidade e crítica as mais acerbas. Para manter-se precisava de cumplicidade permanente, cumplicidade que a prática do favor tende a garantir. No momento da prestação e da contraprestação — particularmente no instante-chave do reconhecimento recíproco — a nenhuma das partes interessa denunciar a outra, tendo embora a todo instante elementos necessários para fazê-lo. Esta cumplicidade sempre renovada tem continuidades sociais mais profundas, que lhe dão peso de classe: no contexto brasileiro, o favor assegurava às duas partes, em especial à mais fraca, de que nenhuma é escrava” (2000, p. 20).

do social, cujo intuito é mostrar as infinitas variáveis que essas situações podem adquirir, nos espaços públicos e privados, e reafirmar o corte horizontal e vertical, que o efeito de mentira/verdade e falso/verdadeiro fez no conjunto social. Para isso, estamos comparando as personagens ficcionais com as personagens reais, presentes nas crônicas: Numa e Hélio Lobo.

Arranjaste um cursozinho muito vagabundinho de bacharel em direito, procuraste os parentes em Minas, políticos, republicanos históricos e com outras condecorações democráticas, e o Rio Branco nomeou-te amanuense, sem concurso, da Secretaria do Exterior. Dizem por aí que, da mesma forma que os príncipes casam, tu foste nomeado pelo retrato. Não acredito, porque o teu retrato, que anda por aí, tem tal ar que não há ninguém capaz de supor que saibas ler e escrever.¹⁵

Voltamos aqui ao capítulo 1, onde registramos a presença de “pobres e remediados”, “pretos e brancos”, “mulheres e crianças”, “moços e velhos”, grupos que, embora diferentes, se encontravam numa mesma situação e compartilhavam a mesma atmosfera de angústia, expostos à sujeição e dependência do Estado para a solução dos problemas cotidianos. Em “Os quatro filhos d’Aymon”, Lima Barreto chega ao mesmo lugar que chegou na ficção, ou seja, que o tal Maneco, filho do coronel, ao ser informado de que assumiria o cargo de “oficial de gabinete”, em breve estaria sorrindo “bondosamente aos pedintes, nas ante-salas do Palácio das Graças, na capital”.¹⁶ Ficção e realidade caminham aqui de mão dadas, mudando apenas o nome das personagens e o gênero da narração.

Mas ainda é preciso ressaltar o pano de fundo dessa situação. Primeiro é a capacidade dos coronéis de, a partir dos municípios, alçarem seus filhos às cadeiras de deputados na capital federal; segundo é a ascendência destes, como progenitores, de guiarem os filhos sem que estes ressissem. Normalmente se espera, quando se trata de relações entre pais e filhos — relações que se estabelecem entre uma geração e outra —, que houvesse oposição ou mesmo certa rebeldia. Nesse sentido, os filhos da República, nascidos depois de ter sido ela proclamada, parecem agir como se não houvesse, não diríamos utopias, mas, pelos menos, resistência ao poder do pai. Vejamos como a subserviência e a falta de convicção aparecem particularmente entre os filhos de Aymon:

- Rapaz, esta vida não te serve. Precisas fazer-te gente.
- Trabalho, papai.
- Em quê?
- Na arte.
- Que é isto? Nada; vais entrar para a redação da *Folha Independente*.
- Como? Se ela é da oposição e o senhor é do governo?
- Não tem nada. Vais entrar e trabalhar com o senador Mariano. Veste-te.¹⁷

¹⁵ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 282.

¹⁶ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 190–91.

¹⁷ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 190–91.

A ambição é um sentimento moral que eleva o indivíduo. Porém, o que se nota no período histórico em estudo é subir, “fosse como fosse”.¹⁸ Essa é a crítica que perpassa a grande maioria dos textos de Lima Barreto. O desejo de ascender socialmente não pode ser, por si mesmo, vítima da execração e do desprezo, o cronista condenava a utilização de métodos escusos e dissimulados para objetivar a ascensão: “fora sempre esse o seu sonho, a sua ânsia, ânsia semelhante à daquele que quer fortuna sem ganhá-la no comércio ou na indústria ou mesmo na loteria”.¹⁹ Portanto, é o fato de não haver por parte daqueles que desejam ascender a intenção de dirigir seus esforços para o batente honesto e alcançar os desígnios independentes de ardis e estratagemas.

Mas a direção para a qual aponta o escritor é dos costumes dos dependentes de longa data de negacear o trabalho: se eles não querem trabalhar no comércio ou na indústria e se nem mesmo queriam a fortuna por meio da loteria, porque certamente não jogavam, como poderiam desejar ascensão e dinheiro? Uma das respostas possíveis é o falseamento da personalidade escudada em artifícios, sendo o mais comum, pelo menos entre os remediados, a aquisição de diploma de doutor. Até aqui nenhum crime. No entanto, a partir desse degrau, o sujeito passa a se julgar “alguma coisa”. Mas a escalada estava apenas começando:

Ainda assim não era bem subir, mas já era qualquer coisa. Precisava mais e tratou de cercar-se de amigos para transformá-los em admiradores. Quando, por intermédio destes, conseguia outros mais poderosos, abandonava aqueles e explicava assim o abandono:

— Não os posso suportar! São umas bestas! Eu, um sábio! [...]

A sua preocupação primordial era saber o que tal ou qual pessoa podia na vida, então o mármore se curvava reverente e submisso; e, se acontecia tratar mal a um cujo valor social não medira bem, logo passava ao extremo oposto sem transição. Assim vivendo deste para passar àquele, depois abandonar, se era conveniente, ia subindo, como é de costume dizer-se.²⁰

Portanto, temos o processo de subida a que não faltam os elementos da falsificação, das conveniências e fingimentos, das subserviências. Tal situação hipotética e restrita ao âmbito da ação individual não é difícil ser transposta para o conjunto do social: nada de ideologia, tudo pelo favoritismo. Ao final, o que interessava era saber quem podia mais na vida para se curvar. O personalismo mostrava, assim, que havia limites para a sua existência, pois só era praticado com os menos favorecidos. Nessa subida, não há como manter os amigos que são trocados rapidamente por outros mais acima. Bastavam ares de soberba

¹⁸ O cronista condena a ambição desenfreada que não poupava nem os entes mais próximos: “Nós temos direito de ter ambições. Eu mesmo quero morrer em Veneza”, afirma. Mas o que não aceitava “é que um homem ambicioso transforme a sua mulher, o seu maior amigo, a sua própria filha, em instrumento da sua ambição” — em: LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 383–84.

¹⁹ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 215.

²⁰ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 215–16.

inteligência, recoberta com “fraques rabudos”, para impressionar os mais próximos — “graças à claque, passou a ser tido como gênio” — para, em seguida, ser louvado pelos “bajuladores profissionais das gazetas”:²¹ os jornalistas concluíam o processo de falsificação. Aos jornalistas, coube o papel de representantes das elites provinciais que mantinham estreitos laços com as da capital. Esse grupo letrado, segundo Lima Barreto, “defendia uma futura oligarquia atacando outra”, obedecendo a razões de interesses pessoais e imediatistas. Para Lima Barreto, não deveria ser fácil, considerando seus talentos, sua inteligência e sua integridade moral, ver tantos indivíduos “mediócrez” alçarem às alturas sem merecimento e esforço. Seus empenhos e esforços estavam direcionados ao “engrossamento aos chefes, e da maneira de lhes lustrar as botas”, a desonestidade de, em vez do trabalho, se ajeitar em “certas concessões duvidosas” e arranjar “casamentos bons”.²² Tudo isso somado era tido pelo cronista como a “melhor forma de não ter opinião”.²³

Por outro lado, percebemos que não havia interesses no exercício de atividades produtivas: andava-se à procura de situações que apontassem a possibilidade de ascensão sem esforço: “andava à procura de uma posição social e acabou deputado”.²⁴ É por acaso a referência à ocupação de posição política de representação da nação, pois o tal homem poderia ter acabado em algum outro cargo desde que significasse melhoria da “posição social”. Essa afirmação considera a situação, muito particular, por exemplo, do escritor Coelho Neto, objeto de críticas de Lima Barreto.

Quando, em 1918, o literato perde o mandato de deputado federal por conta dos chefes políticos do estado do Maranhão, estado que ele havia representado em duas legislaturas seguidas, Lima Barreto revela algumas particularidades da situação do escritor mais famoso do período. Há similitudes entre Coelho Neto e a personagem Numa: aquele nada fizera no tempo em que representou seu estado natal: “manteve-se mudo, só dando o ar de sua graça para justificar votos de congratulações a Portugal, por isto ou por aquilo”. O romancista, que tinha o dom da escrita e ocupara Câmara, assim como a personagem Numa, tem o mesmo comportamento, pois não estava atualizado com as idéias da época e não era “um batedor do

²¹ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 264.

²² LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 206.

²³ Sobre o achatamento da opinião, “o virtual e nefasto monopólio da opinião pública urbana”, afirma Sevcenko que sendo a imprensa “o único meio de comunicação social de ampla penetração no período, quem quer que, pela posição, relações ou recursos, tivesse condições de influir sobre uma ou um conjunto de redações, teria plena projeção pública, recebendo dividendos na forma de mercados, solicitações, notoriedade, respeitabilidade, convites, promoções; o que aumentaria ainda mais sua publicidade numa roda-viva em crescimento permanente. E o que ocorria com homens aconteceria também com idéias, opiniões e obras. Muito pouco sobrava para quem não desfrutasse desse aparato promocional prodigioso: ‘quem não aparece no jornal não aparecerá nem no livro, nem no palco, nem em parte alguma — morrerá. É uma ditadura’” (SEVCENKO, 2003, p. 206–07).

²⁴ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 207.

futuro.”²⁵ Tal situação se compreende porque o “autor formava uma idéia bastante elevada das funções e fins da política”.²⁶ Coelho Neto se aproxima também da personagem criada por Isaías Caminha Abelardo Leiva, analisada em alguns aspectos no capítulo 2. Essa personagem era pobre, mas cônica da precisão de se vestir bem e deixar de comer para comprar gravatas, sapatos e camisas. Ele, no entanto, como Coelho Neto, era “deslumbrado por Botafogo e as suas relativas elegâncias”.²⁷ Abelardo Neiva discursava no sindicato dos varredores de rua; Coelho Neto fazia discursos no clube de regatas nas Laranjeiras. No fim, todos queriam seduzir as classes abastadas ou os grupos que estivessem próximos delas.

Ao se lerem os textos de Lima Barreto percebe-se que os remediados — quem não tinha família de nome e fortuna — andavam à cata de oportunidades, como se elas pudessem estar em qualquer lugar e a qualquer hora. Se os catadores de sorte estivessem bem vestidos, soubesse algum “francês das pensões *chics*”, demonstrassem alguma sapiência em “coisas de política”, como “falsificações de atas e assinaturas de eleitores; meios e modos de fazer os defuntos votarem; o sistema de vestir economicamente na Barra do Rio ou o Brandão”,²⁸ afirmava, era possível chegar aonde nunca se tivesse esperado. Esses remediados, dos quais se poderia esperar viessem as oposições aos desmandos dos grupos econômicos dominantes, em vez disso, transformavam-se em comparsas, casavam-se com suas filhas fazendo a escalada social sem muito esforço. Quando olhavam para os sujeitos das escalas inferiores da pirâmide social, tinham por eles a indiferença soberba daqueles que acreditam que subiram por méritos e talentos. Daí que Lima Barreto lamenta o achatamento da opinião que não se sustentava. Por outro lado, há de se considerar o fato de que esses homens que abdicavam da integridade moral, que se recusavam ao trabalho árduo, acostumados às relações pessoais, de favores circunstanciados, sem orgulho e subservientes, eram fruto de um longo processo histórico.²⁹

Temos de pensar na experiência de longo tempo dos homens e pobres acostumados a sempre contar com a proteção de alguém hierarquicamente superior. Mesmo a geração que

²⁵ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 318–19.

²⁶ Em trecho de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, o narrador afirma os fins últimos da política: “[...] analisar as condições de vida de gentes que viviam sob céus tão diferentes e de resumir depois o que era preciso para sua felicidade e para o seu bem-estar em leis bastantes gerais, para satisfazer a um tempo ao jagunço e ao seringueiro, ao camarada e ao vaqueiro, ao elegante da Rua do Ouvidor e ao semibugre dos confins do Mato Grosso” em: LIMA BARRETO, *Recordações...*, p. 67.

²⁷ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 319.

²⁸ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 206.

²⁹ À perplexidade do homem livre e pobre e constantemente desclassificado, a camada dominante opôs um corpo bastante organizado de formulações, “cuja raízes lançam seus frutos ainda hoje, pois foram incorporados e reelaborados pela nossa tradição autoritária. Em síntese, a camada dos homens pobres era tida como uma outra humanidade, inviável pela sua indolência, pela sua ignorância, pelos seus vícios, pela mestiçagem ou pela cor de sua pele; habitantes de uma terra rica e farta, esses descurando do futuro, repudiando as formas de permanentes da atividade econômica e abraçando um modo de vida itinerantes e imprevidente” em: SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVII*. Rio e Janeiro: Graal, 1982, p. 219.

nasceu com a República e cresceu, vivendo o processo de instalação do regime, mesmo esta não era ainda capaz de mudar as matrizes das mentalidades. Incorreríamos em erro histórico se julgássemos que as estruturas mentais pudessem sofrer uma transformação radical, porque houve mudança no regime de trabalho e no político. É chover no molhado afirmar que as mentalidades e as práticas sociais e culturais seculares pudessem se transformar, passada uma única geração ou que fossem duas ou três. Constatar a situação de permanência de uma mentalidade não significa adesão, mas expressa visão histórica.

A passagem do trabalho compulsório para o livre exigiu ajustes da ordem econômica e jurídica, para atender às demandas das relações contratuais e de mercado. À sofisticação da economia, com os “grandes homens de negócios” estendendo suas ramificações em direção aos centros urbanos, que, no entanto, não significou uma mudança nos costumes: conforme expressão da época continuaram as “velhas usanças” e a “rotina” tradicionalista na lavoura. Para nós, isso significa que a nova ordem não pode ser analisada, sem retomar os movimentos da sociedade estamental e de castas, ou seja, a dominação patrimonialista, caminhando a passos muitos lentos, em direção à constituição das classes sociais. As mudanças do regime de trabalho e do político não mudaram costumes, comportamentos, hábitos e mentalidades.³⁰ É esse fio condutor que nos permite compreender os desmandos da ordem jurídica e política, amplamente denunciados por Lima Barreto, como resultado de “velhas usanças” e o apego das elites à “rotina”, que, sendo a característica da estrutura econômica, não deixa de fazer grandes ecos na estrutura da sociedade em geral.

Mesmo condenando o que Lima Barreto vai denominar de “filhotismo”, os filhos das elites aprendiam dentro da própria casa, no seio da família, que o país era assim: só se conseguia alguma coisa para si mesmo se tivessem proteção e conhecimento com pessoas superiores; nem eles eram independentes, pois necessitavam de alguém mais poderoso para emoldurar a família: o diploma, porque a estrutura social do antigo regime permanece: a “sociedade de classes só era igualitária nos estratos e só era aberta para aqueles que detinham o poder ou para os que participassem vantajosamente das novas tendências à concentração

³⁰ A idéia de continuidade aparece nos estudos de Florestan Fernandes. Para ele, o processo que culminou na abolição e, depois, na mudança de regime político, veio atender a “interesses de classe”, particularmente de grupos como os “intelectuais inconformistas dos centros urbanos”, para logo se alastrar entre as “populações das cidades”; em seguida, à medida que o movimento toma vulto, “converteu-se em rebelião autêntica nos levantes das senzalas”. Os movimentos abolicionistas e as rebeliões nas senzalas deram um pano de fundo e uma cobertura moral extremamente vantajosa aos círculos sociais que encontraram condições para canalizar e capitalizar politicamente as insatisfações contra o “antigo regime”. “Mas, o que se fez de um golpe e depois se consolidou através de sucessivas medidas jurídicas, administrativas e políticas foi romper as barreiras que detinham o afluxo da mão-de-obra estrangeira, reprimiam o desenvolvimento do trabalho livre e paralisavam os surtos progressistas da livre-iniciativa” (FERNANDES, 1965, p. 26).

regional da renda, inauguradas com o surto cafeeiro e a expansão econômica do sul do país”.³¹ Aos grupos que partilhavam uma fatia ínfima do poderio econômico e influências, cabia buscar colocação para os filhos nas fímbrias das instituições públicas ou privadas, se elas denotassem algum tipo de poder de barganha. Assim, não podemos chamar os filhos de certas categorias sociais de filhos e representantes das elites só porque o pai conhece fulano ou beltrano nos escalões governamentais. Estes são os dependentes: significam continuidade dos agregados rurais, mas agora agindo em âmbito diferenciado — espaço urbano e institucional. As relações regidas por laços variantes entre pessoais e institucionais são, portanto, as regras que guiam o relacionamento entre estes “agregados urbanos” e aqueles que de fato partilhavam o poder concreto ficaram mais claras. Mesmo quando as regras e as clausuras contratuais não são respeitadas ou ignoradas — têm apenas uma existência formal —, acreditamos que o fato de existir uma racionalização das teias de relações entre indivíduos e instituição já configura mudança substancial.

Pensando no cronista em sua condição de classe e de cor, para o qual só era possível conseguir ascensão pelos caminhos mais espinhosos, podemos compreender sua indignação. Só os mais rebeldes ou utópicos pensariam em sacrificar a sobrevivência material em nome de alguma dignidade abstrata, mesmo porque não tinham a consciência de que se colocar sob a sombra de portentosos homens endinheirados ou até nem sendo tanto assim endinheirados — às vezes bastam bons relacionamentos, carisma, saber detectar o lugar certo e a hora certa — era a forma de se abrirem oportunidades nos entranhados caminhos das instituições e da burocracia. Quem podia se colocar à sombra de alguém mais importante e sabido não se sentia humilhado; ao contrário, ter alguém a quem recorrer, sentir-se protegido contra os reveses externos, ser acoitado no caso de necessidades legais e de toda ordem era mais importante que ter uma pequena propriedade, sem os recursos para tocá-la de modo a fazê-la produtiva.³² Poder usar o nome de alguém que estivesse no poder, um conhecido mais importante que fosse rico era motivo de orgulho. Infeliz era quem não tivesse ninguém a quem recorrer.

³¹ FERNANDES, 1965, p. 66.

³² Os estudos sobre a sociedade brasileira demonstram que, “normalmente, os brasileiros de grande prestígio devem seu sucesso, e o medem, não apenas pelo que realizaram, mas também pelo número de pessoas importantes com quem podem se relacionar ou têm como aliadas. O Brasil tem sido caracterizado como a sociedade do *know-who*, em oposição à nação do *know-how*. Não cultivar relações é ser cortado do mundo social, o que, repito, pode ser uma condição social muito séria. [...] Geralmente, fazer parte de uma teia concreta de relações (incluindo os laços de parentesco e patronagem) como pessoa é mais importante do que ser membro abstrato e impessoal de um conjunto de instituições nacionais (partidos políticos, universidades, sindicatos etc.) como cidadão. Poder-se-ia dizer que, em países como o Brasil, a luta entre ser súdito ou cidadão faz parte da realidade de cada dia, e também que isto define os graus de poder e exploração. Quem pode ser cidadão e súdito de acordo com seus interesses tem mais poder que outro ser humano limitado a ser apenas indivíduo (cidadão). Não admira que todo brasileiro se sinta mal sem um patrão, para o qual ele possa desempenhar o papel de ‘súdito’ e tornar-se uma ‘pessoa’” (MATTA, 1988, p. 204–19).

Para os filhos de ninguém, sobrava adaptar-se às transformações que ocorriam na estrutura social: exigia-se que soubessem combinar as esferas do rural e do urbano, que fossem abertos ao trabalho, à poupança, à mobilidade espacial e ocupacional. Sendo esses os instrumentos da possível ascensão social, podemos considerar que os remanescentes da antiga ordem, se pudessem contar com facilidades oriundas das influências familiares para ascender, com certeza não escolheriam o caminho mais difícil. Isso significava completo abandono dos desvalidos entregues à própria sorte ou às leis implacáveis do Estado. Essa era a infelicidade. Autonomia e independência não se adquirem, usando uma expressão de Lima Barreto, “dos pés para as mãos”, por mais irritante que possa parecer. As personagens de tinta, assim como as de carne, têm a chance de alçar, pela primeira vez, vôos mais distantes, nunca antes pensados, mesmo que à custa da personalidade, da abdicação da independência, mesmo porque essa independência não era um valor em si. Essas relações eram as aprendidas, uma aprendizagem de séculos,³³ que era justificada dando-lhes outros nomes: consideração, reconhecimento e agradecimento, valores que deveriam ser cultivados por quem recebia os favores e esperado por quem distribuía os mesmos favores.

Até aqui, à condenação do cronista nós podemos contrapor a compreensão histórica que nos é dada pelo tempo. Agora o limite desta compreensão encerra, quando começamos a perceber que as ações das elites políticas comprometiam e comprometeram, usando uma expressão da época, o “corpo social”. Ao longo desse capítulo, daremos alguns exemplos dessa contaminação moral. Por ora, é o bastante lembrar as críticas do cronista da imitação dos subalternos em relação à transgressão da lei mais elementar: matar o próximo. A banalização dos crimes políticos que se concretizavam em assassinatos puros dos inimigos políticos num primeiro momento, mas que também podiam ser perpetrados em situações banais, no âmbito do espaço público, alcançando a vida privada, por meio dos crimes passionais cometidos por maridos, noivos e amantes.

O que queremos dizer é que, dentro da hierarquia, se as classes superiores ou grupos tidos como tais, podiam perpetrar crimes e ficar impunes e imunes a julgamentos legais, isto contribuiu para a desmoralização do Estado em todas as instâncias. E o que aconteceu foi que,

³³ Segundo Costa, “durante o Primeiro e o Segundo Império, 40% dos senadores receberam títulos de nobreza. Juntamente com os conselheiros de Estado, também vitalícios, os senadores constituíam um grupo influente, invejado e respeitado. O apoio desses homens era decisivo para obter-se um empréstimo bancário, um posto na burocracia, uma pensão do governo, a aprovação de uma empresa ou companhia por ações, ou para o êxito numa carreira política. Dessa forma, senadores e conselheiros criaram uma grande clientela. Os membros da Câmara dos Deputados ocupavam um segundo lugar na hierarquia, se bem que, às vezes, fossem tão poderosos quanto os primeiros. [...] Assim como os conselheiros de Estado e os senadores, os deputados pertenciam a uma rede política de clientela e patronagem, que utilizavam tanto em seu próprio benefício quanto no de seus amigos” (1999, 141–42).

embora ascendessem socialmente, algumas personagens, olhando para os de cima na hierarquia, perceberam que muitos dos seus superiores haviam cometido crimes, mas continuavam a ocupar o poder. A preocupação do narrador é com os maus exemplos que as elites, aquelas que ocupavam o poder, que não tinham necessariamente o poder por conta do dinheiro, mas eram os prepostos destas, davam aos inferiores. Se eles cometiam crimes e se era uma sociedade que olhava para cima, para os exemplos dos superiores, então essas elites eram perniciosas para a moral do restante do corpo social.

A subida, porém não lhe pareceu vertiginosa e muito menos segura; e ele tratou de ver de que forma os outros se tinham firmado bem nas posições que adquiriram. Examinou as nossas assembléias e câmaras. X tinha matado a mulher; B armara uma emboscada nas eleições e matara dois; L tinha matado um rival animoso com auxílio de capangas; Z matara a tia; H respondia a júri por ter mandado assassinar um seu competidor eleitoral; etc., etc.³⁴

Por esse exemplo, a personagem entendeu que teria de matar alguém para assegurar seu lugar:

Não há dúvida, pensou ele; eu devo matar, para ficar garantido. Armou-se, e ao primeiro desafio que encontrou, sem mais aquela, deu-lhes uns tiros que o prostraram sem vida. Hoje, esta firme na vida e, de quando em quando, ao lembrar-se do incidente, diz: Era preciso.³⁵

Por outro lado, a cultura do favor penetrava fundo não só nas relações pessoais, mas, de forma intensa, nas instituições, fossem elas privadas ou públicas. É essa situação que Lima Barreto constata a partir da leitura dos jornais, o que nos leva a afirmar que não havia oposição porque ninguém estava seguro em suas ideologias. Daí que as traições políticas não implicavam rompimentos políticos ou de amizades. A crônica “Firmeza política”, escrita em 1915, ilustra essa situação. As maquinações políticas que partiam do centro — da capital para os estados da federação — nunca terminavam em conflitos insolúveis; pelo contrário, podia-se ficar até mais amigos entre si. O mesmo acontecia com as oposições que a retórica jornalística escamoteava. Ocorria então uma situação que Lima Barreto denominou de “unismo”: “E assim são todos eles. Um ataca tal ministro e defende aquele; outro ataca o presidente e defende os ministros e muitos defendem o presidente e atacam os ministros. Todos defendem o prefeito”.³⁶

Se não ficarmos presos a datas, podemos dizer que, no geral, os prefeitos do Rio de Janeiro, nesse período, foram militares: o substituto de Francisco Pereira Passos foi o marechal Francisco Marcelino de Sousa Aguiar. Hermes da Fonseca (1910–14) nomeou o general Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro que permaneceu quatro anos no cargo. No final, todos podiam andar de mãos dadas, porque dependentes uns dos outros e cheios de medo e vazios de ideologia: “em nenhum momento, em nenhum Estado, a divergência entre ambas [situação e

³⁴ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 216.

³⁵ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 216.

³⁶ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 237.

oposição] se traduzia em diferenças ideológicas”.³⁷ Numerosos artigos e crônicas fazem referência a situações de dependência mútua criada pelas oligarquias e seus asseclas nos níveis municipais, estaduais e federal, colocando o político no topo do poder, como o mais dependente da força deformadora. Uma rede de controle da aparelhagem pública, que terminava por prender a todos numa situação de compromissos com o nível dos interesses privados.

As idéias eram só para ser exibidas, não para ser praticadas ou defendidas com verve — aliás, quanto menos verve tivesse alguém na defesa de idéias, mais fácil seria a cooptação para o lado oposto.³⁸ Pelos jornais essa situação se esclarece e concretiza: a substituição da ideologia pela prática do favor. Na crônica “Oposição jornalística”, publicada em 1915, na revista *Careta*, Lima Barreto mostra como a disposição para a concordância e conciliação era o viés significativo da permanência da prática desideologizada característica da nossa formação social escravista e liberal.

É bem curioso notar, na leitura dos jornais, a forma de sua atual oposição. Todos eles estão, mas nenhum o está completamente. Trata-se, por exemplo, do jornal A que fala do ministro X da seguinte forma: “o Senhor X desmentiu todas as nossas esperanças. Nós, que esperávamos um ministro regenerador dos nossos costumes políticos, com grande surpresa nossa estamos a vê-lo chafurdar-se no lameiro das indecentes negociatas”. Mas adiante o mesmo jornal diz: “O honrado presidente da República está no firme propósito de modificar totalmente os nossos hábitos de lidar com os dinheiros públicos. Sua excelência não quer em nada seguir as pegadas do nefasto quadriênio passado”. Além do mais, se se trata do ministro da Pecuária, o mesmo jornal grita: “o honrado titular da pasta do Gado e do Capim Melado tem grandes propósitos de imprimir honradez nos negócios da sua pasta. Ainda ontem pagou de seu bolso o café que a portaria pagava”. Este é mais ou menos governista. Agora vejamos um outro inteiramente oposicionista. Achemo-lo. Diz ele: “Este governo incolor, invertebrado, sem firmeza de espécie alguma, além de graves ofensas que irrogou ao país, entregou cadeiras do parlamento a mastins da imprensa malsã, dessa imprensa amarela que tanto ofende a nossa cultura”. Dias depois, esse mesmo jornal grita: “Não há motivo algum para que a imprensa imunda, que aí anda a caçar níqueis do leitor ingênuo, esteja a fazer um berreiro de todos os diabos por causa da indenização que foi paga à Companhia de Navegação de Mar de Espanha. *Much ado about nothing*. Muita coisa pra nada. A operação é lisa e honesta, etc., etc.”³⁹

³⁷ CARONE, 1989, p. 17.

³⁸ Voltando à história, inclusive para marcar a idéia de continuidade e de ruptura, podemos citar a revolta que causava as mudanças de opinião, a mudança de lado, do conservador para o liberal: “Durante a Regência, Bernardo Pereira de Vasconcelos, à semelhança de outros liberais, tornou-se cada vez mais conservador. Sua conversão custou-lhe caro. Às vésperas da abdicação do imperador, Vasconcelos era um líder popular, um porta-voz do povo, aclamado por este. Dez anos mais tarde, em 1840, a multidão apedrejou sua casa. O herói de outrora tornara-se, aos olhos do povo, um inimigo execrado” (COSTA, 1999, 148).

³⁹ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 237. A discussão que estamos fazendo nessa parte deste estudo tende a interpretar as oposições jornalísticas como parte do jogo retórico que visa ao consenso geral. Mas existia outra situação, conforme assinalou Nicolau Sevckenko: “a imprensa era outro dos alvos prediletos da mordacidade de Lima Barreto. [...] Dispondo já de um equipamento técnico sofisticado, mantendo um razoável pessoal nas oficinas e redações, mas sem a segurança de um público amplo e constante, a imprensa em geral, salvo uma empresa da envergadura do *Jornal do Comércio*, se tornava muito sensível a rendimentos extraordinários. O principal dos quais era o suborno político, via de regra praticado pelo próprio governo. O jornal passava assim a operar como um reforço do esquema de corrupção do regime” (2003, p. 206).

O que estava em jogo não eram a prática política e o bem geral — conforme pregava o liberalismo inglês e francês: todos pareciam guiados por vaidades “interesses, satisfações à vaidade, vontade de agradar a alguma beldade”. A mudança do *status quo*, o desejo de aparências corrompiam o caráter; a “exigência do automóvel [...]” em que o sujeito passava a viver artificialmente, fazia de um qualquer “escravos dos poderosos”.⁴⁰ Uma explicação é que a vaidade aliciava os homens públicos, e eles passavam a gastar com “pequenas” seduções do luxo e, assim, ao dependerem mais do que ganhavam, perdiam a independência — e “o povo gosta de homens independentes, daqueles que podem dizer a verdade com todas as letras”. Quem se deixava seduzir por essas coisas efêmeras dos pequenos e grandes consumos perdia a vontade própria e não mais podia dizer a verdade: “Hoje, está cheio de interesses, de cavações, porque gasta o que não ganha”.⁴¹ Há aqui também a situação dos novos sujeitos alçados à condição de “político”: não era mais o estadista no sentido que entendia Joaquim Nabuco, ou seja, o homem público; era “criatura de um dia, desenraizado, flutuante, sentindo que em nada se apoiava, que um sopro o precipitaria da altura a que fora elevado”.⁴²

Quando falamos aqui da unanimidade do pacto que havia entre os grupos políticos e a predominância de seus interesses pessoais — lembrando que o eixo era a dependência estrutural do país, dependência que descia para as bases e contaminava todos os grupos sociais, as relações destes com as pessoas e as instituições —, reconhecemos que Lima Barreto percebeu essa situação com uma clareza que quase cega. O escritor foi testemunha de um processo social que, muito mais tarde, no século XX, seria tratado e compreendido pelos estudiosos. Ocorre que a ausência de ideologia punha os ascendentes numa situação extremamente insegura; o lugar que ocupavam nunca estava garantido: “aconteceu um dia que o chefe dos chefes políticos do país, uma espécie do falecido General Pinheiro Machado, veio a falecer e Leitão perdeu conseqüentemente todo o prestígio, pois não tinha outra

⁴⁰ LIMA BARRETO, **Toda crônica** p. 238. Mas também é preciso registrar que aqueles que se faziam de paladinos do povo e não cumpriam eram esquecidos: “este homem que vivia cercado, animado cheio de pedidos e dedicações; este homem que até toda a gente tinha prazer em morder, hoje, ninguém o morde, hoje ninguém o procura, hoje ninguém quer saber dele; entretanto, ele hoje está mais rico e mais poderoso” (p. 238) — ver: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. Rio de Janeiro: Duas Cidades, 1978.

⁴¹ LIMA BARRETO, **Toda crônica**, p. 238. É preciso notar que a mudança de regime e de situações concretas não muda o fundo da questão estrutural do favor e da ausência de ideologia entre os representantes do povo. De acordo com Costa, “de tempos em tempos, algum aspirante a político, fugindo à regra, tentava fazer carreira mediante a discussão de temas que talvez fossem demasiados radicais para o gosto das classes governantes. Mas logo que, por algum motivo, conseguia um lugar na Câmara dos Deputados, seu radicalismo convertia-se em moderação. Aqueles que persistiam em suas posições radicais eram condenados ao ostracismo político. Essa situação mudou apenas nas últimas décadas do Segundo Reinado, quando o desenvolvimento econômico e o aparecimento de novos grupos de interesse criaram um novo público favorável a reformas. Mas mesmo assim então, em razão das restrições da lei eleitoral” (1999, p. 143).

⁴² FAORO, 1988, p. 349–50.

consideração senão aquela que lhe emprestava o tal chefe dos chefes”.⁴³ Eram, portanto, essas as condições possíveis de experiência dos setores intermediários: se perdessem a sombra da grande árvore, feneciam sem mais nem menos.

Voltando à personagem de tinta Numa, do romance *Numa e a ninfa*, podemos perceber o eixo das relações possíveis, estabelecidas nesse momento e narradas por Lima Barreto. A linha curta das relações sociais privadas, públicas, familiares, governamentais estava regulada pela possibilidade de se perder tudo, caso fossem contrariados aqueles que tivessem maiores poderes no grupo. E aí todos os conceitos que melhor se adequem à situação podem ser usados: clientelismo, patrimonialismo, coronelismo, favoritismo, subserviência, porque, na prática, o que se tinha era a violência implícita das relações de compadrio. Enfim, chegamos à situação em que o crítico Schwartz chegou: não havia ideologia; havia a cultura do favor e inexistia um projeto coletivo desinteressado para o país. Todos esses conceitos talvez não dêem conta da tal situação.

Sobre a preocupação de Lima Barreto com os valores morais cotidianamente transgredidos pelas elites e, também, pensando na personagem Numa, podemos ter uma síntese das apreensões do cronista. Ao narrar, na crônica, a maneira de ascender dos senhores Miguel Calmon e Hélio Lobo, Lima Barreto afirma o seu constrangimento em “demonstrar intolerância” e “o nojo e o ódio” que sentia pela “desfaçatez e o cinismo” que grassava “em nossa terra”, capaz de se fazer representar por um bobo, “o mais presumido bobo de que se tem notícia no Brasil que escreve”. Esse homem era Hélio Lobo. Quanto a Miguel Calmon o cronista também não lhe dá nenhum crédito:

Miguel Calmon é medalhado em máquinas pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas nunca projetou um mancal. [...] é medalhado em hidráulica pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas nunca montou um encanamento de chumbo em casa burguesa. [...] nunca dirigiu uma linha de bondes em Maceió. Calmon de Sedan é lento, na Escola de Engenharia da Bahia, de Cálculo e Geometria Analítica, mas nunca escreveu nada, nem sobre as diferenciais de primeira ordem, nem sobre os sistemas de coordenadas.⁴⁴

Por fim, o senhor Calmon, que havia sido tudo — “deputado”, ministro, “tabelião”, “epigrafista”, “numismata”, “paleógrafo” e professor de Cálculo Diferencial, “de coisa alguma dessas, ele se diz entendido. Ele entende do que não entende. Sabe literatura e história

⁴³ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 255.

⁴⁴ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 263. Embora a ira do autor recaia sobre esses dois personagens, a situação analisada *ex post facto* indica que “tanto os brancos das camadas dominantes ou intersticiais, quanto os imigrantes ou os elementos recém-egressos da plebe nacional contavam com um suporte social para as suas atividades ou para as suas aspirações de ascensão social. No que diz respeito aos círculos mais ativos das camadas dominantes aos imigrantes, a família, os laços de solidariedade forjados pelo parentesco e a cooperação organizada forneciam um sólido ponto de apoio para as relações competitivas e para toda sorte de projeto individual mais ou menos ousado, que tivesse alguma viabilidade e parecesse virtualmente compensador” (FERNANDES, 1965, p. 36).

do Brasil”. A implicância, justa, do cronista é com a inversão dos valores e a desonestidade que lastrava pelo país afora, assaltado por elementos de integridade duvidosa. O ódio do cronista, conforme ele mesmo afirma sentir, reside no fato de que esses homens, esses “mandarins”, que viviam de costas para o país, fossem eles mesmos os inteligentes e alçados à representação do país lá fora e aqui dentro.

Quando afirmamos que a preocupação do cronista é com os maus exemplos que os grupos davam ao restante da população, isso significa perceber que, na escala inferior, os valores sociais eram transvertidos em situações grotescas. Lima Barreto, cercado de “jornalistas honestíssimos”, “bacharéis pedantes” e negro encontrou, como forma de se sobressair do vulgo, foi golpear a imoralidade e falta de integridade moral de quem, em melhores condições raciais e sociais, nada fazia para si nem para o país. Enquanto os outros, brancos, se curvavam, ele desenvolveu a capacidade de se manter independente e pôde olhar, de fora, o grau da curvatura que a subserviência impunha. Lima Barreto, assim, faz a mediação entre “autoridades constituídas” e os que viviam de fora, “no concreto da vida”, que ele conhecia bem. Por isso, também, era difícil para ele se calar sobre as mistificações. Diante disso, perguntava-se:

Que nós todos devemos pensar sobre o rumo que as coisas vão tomando no Brasil? Que devemos ensinar aos meninos? Os pais, que devem ensinar aos filhos? As mães, que devem incutir na alma das criaturas que elas geraram? É a abnegação? É a dedicação? É a honra? É o sacrifício pelo ideal? É o estudo? O que é? Não deve ser nada disso; nada, meu Deus! O que nós devemos ensinar aos filhos, aos moços, aos meninos, é que aprendem o Bel-Ami, de Maupassant; que se façam Pachecos, mas que tenham sempre em mira prometer casamento à filha deste, para arranjar isto; à filha daquele, para arranjar aquilo, e afinal arranjar, por intermédio do casamento, tudo.⁴⁵

Justamente aqueles homens que não tinham nenhuma ideologia, mas unicamente o desejo individual de se fazerem na vida, custasse o que custasse, é que conseguiam as benesses da consideração pública e a liberdade que o enriquecimento dá. Só era possível alcançar os

⁴⁵ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 265. As preocupações de Lima Barreto com a educação social e o futuro dos jovens fincavam suas raízes no passado não muito distante. Os valores aristocráticos, particularmente no que se referia à negação do trabalho, e a transplantação do patriarcalismo rural para as cidades, atingiam as maneiras de agir dos pobres, mais ainda os remediados: “Ensinado, assim o jovem brasileiro a desdenhar caminhos dignos para sua independência pessoal — é lícito perguntar-se: como vivem eles? Do poder público, sempre que podem. Mas o país é pobre, e os salários, a não ser do imperador, são muito baixos. Apesar disso, [...] todas as repartições estão mais do que superlotadas. Ninhadas de diplomatas em embrião procuram iniciar-se na carreira nos vários postos de *attachés*. Enxames de jovens solicitam uma patente no exército, e com relação a isso se diz aqui que com o tempo o número de oficiais será maior que o de soldados. A Igreja vem, logo após o exército, como a carreira mais procurada pelos que querem manter-se acima das classes não privilegiadas. Ela, porém, tosquiu mais cabeças do que poderia abrigar em suas fileiras. Centenas de jovens tonsurados não têm nenhuma função clerical. Obrigados a procurar fora da Igreja outros meios de vida, podem considerar-se afortunados quando conseguem acumular o bastante para comprar um ou dois negros, às expensas de cujos ganhos asseguram subsistência. Direito e Medicina são as duas outras saídas que restam aos famintos para conseguir comida, mas há muito pouco lugar para os novos pretendentes. Descer abaixo da profissão de médico é coisa que não podem fazer sem desonra” (EWBANK, 1973, p. 179–80).

postos governamentais se não houvesse o desejo de fazer alguma coisa de útil para a nação, para o país. A briga do cronista com Hélio Lobo é o resultado dessa constatação, e essa personagem real nascera em bom lugar e passara a ocupar altos postos devido às suas ligações familiares e influências do dinheiro. Não as pessoas que alçavam notoriedade eram os prepostos dos ricos, que sabiam se fazer de amigos destes e não eram opositores. O conhecimento adquirido nos estudos era posto de lado, para o bem da carreira e da subida que era planejada. Aprender a defender opiniões alheias e os objetivos dos grandes era a primeira regra que alimentava a dependência: para continuar a ocupar os cargos ou para não perder o que já haviam alcançado, era necessário realimentar o detentor do favor com os reconhecimentos; demonstrar que era sempre e eternamente agradecido por ter sido escolhido para receber as graças dos distribuidores de prebendas. Nesse momento, o autor se refere, particularmente, a Hélio Lobo, exemplo de uma situação corriqueira: a falta de independência e brilho próprio; a facilidade dos diplomados, homens dos quais se esperava que fizessem algo de honesto pelo país, de se colocarem à sombra de algum portentoso distribuidor de benesses.

Essa discussão entre o cronista e os beneficiários de favores tem uma relação com os grupos que dominavam a dinâmica do regime imperial, pois o sujeito sobre o qual Lima Barreto descarrega a ira não tem os valores nobres pelos quais as pessoas sobressaíam por si mesmas. No caso particular aqui tratado, o “arranca-toco” de Lima Barreto com Hélio Lobo, quem estava fazendo o papel de sol era o barão do Rio Branco, ele sim, considerado como descendente da tradição.

Meu caro Hélio Lobo, meu sideral Hélio Lobo, meu estupendo Hélio Lobo, meu prefeito de palácio Hélio Lobo: creio que gostastes imensamente de todos os títulos que antepus ao teu nome solar. Gostei também, mas sinto que o teu apolíneo nome não tenha até agora iluminado coisa alguma. Até agora tu não tens querido brilhar senão como a lua, isto é, com a luz emprestada dos outros. Tu não és Hélio; tu és Selene. Que fizeste até agora? Que coisa brilhante recomenda teu nome solar? Nada.⁴⁶

Além de distribuir favores, o Barão do Rio Branco fazia de copiadoreiros de aviso e ofícios historiadores. É sobre isto que o cronista está escrevendo. O novo estilo das relações

⁴⁶ LIMA BARRETO, **Toda crônica**, p. 282. Após execrar o comportamento dessa personagem, o cronista continua a denunciar as formas de se conseguirem postos importantes nas instituições republicanas: “nomeado amanuense, Rio Branco que estava fazendo a escola diplomática da tesoura e goma-arábica, chamou-te para a aula; e eis o nosso Hélio a recortar avisos, ofícios, decretos e portarias do *Diário Oficial*, e colá-los em meio-almaço, numerando-os cuidadosamente, tal e qual fazia um contínuo de balandrau, na portaria do teu ministério. Rio Branco te havia dito: ‘Moço, é preciso fazer alguma coisa’; e tu julgaste que aquilo era o bastante. Levaste o trabalho ao pró-homem e ele te disse paternalmente que aquilo não era assim. O barão só não gostava de inscientes, quando fossem feios ou mulatos; mas tu não eras nem uma coisa, nem outra e, logo, ele tem alguns exemplos de como se fazia o trabalho. Hélio, então, ao passar uma meio-almaço para outra, punha em cima: ‘entretanto, a nota de 20 de fevereiro que rezava’ — dois pontos e aspas; ao acabar a meio-almaço, ligava: ‘portanto, foi o que se verificou com a resposta do juiz boliviano Sangastume, de 8 de março’ — dois pontos e aspas. *Mutatis mutandis*. Mandou o barão toda essa moxinifada para a Imprensa Nacional e, sob o título *Tribunal Arbitral Boliviano* e à custa do Estado, foi ela impressa para tua glória e a da nossa cara pátria. Ficastes assim como o Oliveira Lima” (p. 283).

internas e externas praticadas pelo Barão, no Ministério das Relações Exteriores, num período que vai de 1901 a 1912,⁴⁷ é alvo da mordacidade do cronista, entre outras coisas, pelo fato de o governo republicano ter-se aproximado dos Estados Unidos e saído da influência dos ingleses. A proximidade, a princípio, foi uma situação imposta pelas circunstâncias políticas do momento da mudança de regime, pois os Estados Unidos saudaram de imediato o novo regime. A partir de 1902, quando se inicia o período Rio Branco, a pasta ministerial se reveste de uma aura de clientelismo e despotismo, de arrivismo desenfreado, situação que gerou muitas críticas, principalmente de Lima Barreto.

É bem provável que o escritor Lima Barreto soubesse da genealogia familiar do ministro: que o primeiro Visconde do Rio Branco era “filho de negociante de cidade que enriquecera com a importação de escravos, numa época — saliente-se bem — em que esse gênero de comércio não tornara ainda, no Brasil, atividade degradante para o homem de negócios nela empenhado nem para sua família”.⁴⁸ A genealogia familiar, a origem do dinheiro e o conseqüente *status quo* que ele deu à família do Barão, também influenciou as razões e os sentimentos do escritor para com aquele considerado, por grande parcela da elite local, como um símbolo nacional. O que significava para ele total falta de honestidade e firmeza moral. Os “laços morais, religiosos, patrióticos, cavalheirescos ou outros quaisquer”, que o cronista ressentia a existência, pertencem a qual instância? À sociedade moderna, à nação que se queria moderna, ou são valores que só podiam ter existência efetiva no âmbito da sociedade e das relações pessoais? É uma pergunta porque, às vezes, sentimos que há uma dissonância entre os gritos de injustiça do cronista e a realidade social e econômica, da qual não era possível esperar outra coisa.

As contradições de Lima Barreto, mas não só dele como intelectual, explicam-se, em parte, pela própria situação cultural do país: sem uma base social concreta sobre a qual pudessem criar, os nossos intérpretes adotavam todos os modelos políticos e estéticos. Da

⁴⁷ Rio Branco é uma personagem atuante no processo de criação de uma imagem do país que contrariava Lima Barreto: “Quem mais se salientou no esforço de criar esta nova imagem foi, como se sabe, o Barão do Rio Branco. [...] cargo que exerceu por quase dez anos, não se limitou a resolver os problemas de fronteiras. Ficou também conhecido por atrair intelectuais e colocá-los a serviço de sua política externa, tendo em vista passar a imagem de país desenvolvido e culto. O barão levava a extremo seus cuidados. Na escolha de funcionários do Itamarati buscava os de boa aparência e de origem inequivocamente caucásica. Muitos dos intelectuais ligados a Rio Branco acabavam por fazer o jogo deste teatro para francês ver’, embora alguns tendessem a ter visão distinta do Brasil” — em: CARVALHO, José Murilo. **O pré-modernismo**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 18.

⁴⁸ SCHWARTZ, 1990, p. 110.

mesma forma que importavam e consumiam mercadorias, assimilavam padrões estéticos disparatados.⁴⁹

Pensando no sistema capitalista, no qual o próprio cronista admite que havíamos nascidos, por que se esperava então que houvesse outros valores que não os do dinheiro e da ganância? Se éramos filhos dela, se a ganância fora a marca característica da nossa entrada no mundo moderno, por que nesse momento em que o sistema capitalista, passado pelo comercial e entrando no financeiro, haveria de ser diferente? Pelos qualificativos usados para nomear os capitalistas — crueldade, ganância, avidez, traficância —, o que eles haviam sido até ali na história do país? Filantropos?

Meditem que eles mesmos ou seus propostos são os fabricantes das leis e, à sombra delas, estão organizando esse torpe saque à miséria dos pobres e à mediania dos remediados, sem dó nem piedade, sem freio moral, religioso, filantrópico, patriótico, cavalheiresco ou outro de qualquer natureza; e digam se podemos nós outros, que sofremos as agruras da sua crueldade gananciosa, a sua avidez cínica, da sua imunda traficância, ter em relação a eles qualquer prisão por laços morais, religiosos, patrióticos cavalheirescos ou outros quaisquer?⁵⁰

Teria havido antes uma classe menos cúpida? Para Lima Barreto, havia:

Em outras épocas, no tempo do nosso Império regalista, céptico e voltairiano, os ricos, mesmo quando senhores de escravos, tinham, em geral, a concepção de que o poder do dinheiro não era ilimitado, e o escrúpulo de consciência de que, para aumentar as suas fortunas, se devia fazer uma escolha dos meios.⁵¹

Visto pelo lado das instituições formais, o país não passava mesmo de uma república de caixeiros e violenta nas suas ações para com o restante da sociedade. Voltando ao assombro do cronista com as ações dos capitalistas, que estavam escalpelando o restante da população, “sem dó nem piedade”, gostaríamos de colocar em questão duas situações históricas.

A primeira é a afirmação tácita dos estudos históricos até aqui empreendidos sobre a sociedade escravista, assim como a comprovação de que foi nos moldes da traficância de escravos que se formaram nossas elites, tanto em mentalidade como em acumulação de

⁴⁹ Carvalho constata a adoção de modelos distanciados da base social na maioria dos intelectuais brasileiros desse período. “A diversidade social do país e, particularmente, da cidade, era incompatível com o modelo oficial. De fato, como seria possível recuperar a realidade do Rio, sua cultura popular, sua riquíssima cultura popular, se esta cultura tinha muito a ver com a população marginal? Essa cultura não cabia nos moldes de imagem europeizada do país. Daí as contradições e os bloqueios que se interpunham no caminho da criatividade dos intelectuais. Eles produziam sobre uma base social falsa e enganadora. Consumindo e imitando tudo que vinha de fora, o Rio apresentava traços de Pré-Modernismo e talvez até mesmo do Pós-Modernismo, o pré e o pós às vezes justapostos. Mas não produziu Modernismo, não foi capaz da explosão criativa que caracterizou este movimento” (1988, p. 19).

⁵⁰ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 169.

⁵¹ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 288.

capital. Para essa primeira proposição, basta a observação de Luis Felipe de Alencastro, para quem a verdadeira questão nacional do nosso século XIX foi a defesa do tráfico negreiro contra a pressão inglesa. Após a abolição, o Império ficou preso em negociações e conflitos com as classes proprietárias, porque elas queriam, a qualquer custo, ser indenizadas: as energias imperiais, em seu último ano de existência, ficaram estacionadas nessa polêmica de indenização e o Império sendo acusado de ter ferido de morte um dos pilares mais caros do liberalismo, no caso aqui, a propriedade privada: os escravos.⁵²

A segunda situação chegou com o novo regime. Chegando a República, não se pode compreender que Lima Barreto utilize a imagem do Imperador “céptico e voltairiano” nas idéias, mas que na prática não se dignou a prescindir da classe escravista. A afirmação do cronista de que “os ricos, mesmo quando senhores de escravos, tinham, em geral, a concepção de que o poder do dinheiro não era ilimitado, e o escrúpulo de consciência de que, para aumentar as suas fortunas, se devia fazer uma escolha dos meios” precisa ser mais bem analisada ou, senão, tal afirmação devesse ser imputada às idiossincrasias do autor.⁵³ A República, no entanto, estava entregue aos argentários inescrupulosos. Para Lima Barreto, a explicação para as atitudes dos “administradores burgueses”, que fazia “os ricos mais ricos e os pobres mais pobres”, era fruto do “mero vício de educação” e “fatalidade mental”. Era a fé inabalável na propriedade: “inviolável e sagrada”.

Vejamos! As elites do segundo império existiam efetivamente: eram uma presença empírica, pelo menos para quem gravitava nas altas esferas do poder, no topo da pirâmide e que auferia lucros nas negociações entre mares e terras. Essas elites, pensadas segundo a existência empírica e em nível formal de existência, administrando as instituições comerciais e financeiras, não oferecem base para a afirmação de que fossem menos ávidas, gananciosas e predatórias. Para Lima Barreto, no entanto, “a república, mais do que o antigo regime, acentuou esse poder do dinheiro, sem freio moral de espécie alguma; e nunca os argentários do Brasil se fingiram mais religiosos do que agora e tiveram da Igreja mais apoio.”⁵⁴ Podemos deduzir, para melhor analisar a afirmação de Lima Barreto, que a presença empírica do capitalismo e de seus valores, naquele momento histórico ao qual o autor se refere, ainda não houvesse sido transposta para o plano das percepções, das representações culturais ou

⁵² Ver: ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁵³ LIMA BARRETO, **Toda crônica**, p. 288.

⁵⁴ LIMA BARRETO, **Toda crônica**, p. 288.

ideológicas.⁵⁵ Assim, estamos construindo um diálogo com o autor e aventando a possibilidade de analisar as suas críticas a partir de dois planos diferenciados, mas convergentes, sendo que um seria o complemento do outro: é refletir sobre o Brasil nas estruturas, nas concepções de nação e de liberalismo, e, ao mesmo tempo, considerar a sociedade constituída de indivíduos, que guiam suas relações sociais pelas redes familiares, de parentesco e apadrinhamento.

O papel do escritor Lima Barreto nesse momento era chamar a atenção para a necessidade de fazer valer as concepções abstratas de nação moderna e do Estado constituído, que a sociedade real recusava, preferindo resolver seus problemas e dificuldades em outros níveis, particularmente nas esferas mais flexíveis e tradicionais.⁵⁶ No primeiro de maio de 1913, Lima publica a crônica “Palavras de um *snob*” no *A voz do trabalhador*.⁵⁷ Por essa crônica é possível mapear alguns posicionamentos dos jornalistas sobre os trabalhadores no Brasil. Em primeiro lugar, seguindo a ordem da escrita do autor da crônica, temos a seleção das práticas da civilização européia que não poderiam ser aceitas e acatadas para o consumo interno. Assim, se existia anarquismo na Europa era porque lá havia uma “civilização brilhante exteriormente, mas internamente carunchosa [...] sofrendo o incurável reumatismo gotoso que caracteriza a gente de idade avançada que passou a vida em ceias e devassidões”.⁵⁸ As idéias anarquistas oriundas da Europa, portanto, eram frutos de uma civilização decadente e envelhecida.

Todavia, no discurso, os jornalistas comparavam a situação do operariado europeu com a nova posição deles no Brasil e constatavam que lá faltava trabalho e havia miséria. A

⁵⁵ Essa é uma análise possível que ajuda na compreensão dos dilemas da sociedade brasileira daquele tempo e do presente: “no Brasil, portanto, a oposição e o conflito entre indivíduo e pessoa correspondem à dupla concepção de coletividade que existe no sistema social. Uma é a nação moderna (ou país) formada por leis constitucionais explícitas e administrada por um governo respaldado no Estado. A este tipo de coletividade corresponde a concepção moderna de indivíduo como categoria moral e política. Na verdade, a nação está ligada ao corpo social concebido como *societas*, como associação ou pareceria, uma coleção de indivíduos que partilham de uma igualdade básica diante das leis que os governam. A outra concepção é a antiga — se bem que esquecida — idéia da coletividade concebida como *universitas*, um todo de conjuntos de laços imperativos de parentesco e lealdades pessoais que são governados por leis antigas, consideradas como parte da natureza ou como dadas ao homem por Deus” (MATTA, 1988, p. 204–19).

⁵⁶ Em geral, é esta a síntese dos estudos de Matta: “o que é bom para o indivíduo (regras impessoais, igualdade diante das leis, imparcialidade no estilo de governo, supressão dos vínculos de patronagem, nepotismo e outros) normalmente é terrível para a ética da pessoa, cuja existência social e modo de condução política se baseiam precisamente na presença de um código de lealdades e laços pessoais. [...] O que encontramos aqui é o absurdo aparente de se ter instituições sociais atraídas por todas as formalidades e informalidades sociais, políticas, jurídicas e religiosas simultaneamente. Não surpreende que, no Brasil, o conceito de ‘cidadania’ esteja destinado a trazer toda sorte de problemas e ambigüidades mesmo em tempo de ‘redemocratização’” (1988, p. 204–19).

⁵⁷ A nota que acompanha o rodapé desta crônica afirma: “*A Voz do Trabalhador* era órgão da Confederação Operária Brasileira, primeira organização operária de importância no Brasil. A Criação do jornal foi decorrência do Primeiro Congresso Operário, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1906. A primeira fase (mensal) vai de 1908 a 1910 e a segunda (quinzenal) de 1913 a 1915. Diante da radicalidade do periódico e da crônica, não espanta que Lima Barreto, funcionário público, usasse pseudônimo” (LIMA BARRETO, *Toda Crônica*, p. 113).

⁵⁸ LIMA BARRETO, *Toda Crônica*, p. 110.

conclusão lógica era que, sendo a Europa uma civilização velha e o Brasil, um país novo onde a civilização estava ainda em andamento, os operários brasileiros não poderiam ter aqui as mesmas expectativas que tinham os de lá. O que queremos afirmar é que a seleção dos códigos de civilização acudia aos interesses das elites internas. Além dessa seleção, havia as afirmações de que “essa gente não tem que fazer porque não quer. Há por aí tanta terra...”. Se bem compreendida, essa frase significa acusar quem não trabalhava de vagabundos. Essa forma de tratar a “questão social”, nesse período, propiciou à elite brasileira construir um conceito de “vadiagem” e “ociosidade”, em que pudesse enquadrar todo aquele que não se dispusesse a vender a força de trabalho e não considerasse o trabalho como valor moral. O conteúdo dessa frase permitia considerar os sem-trabalho como “elemento perigoso”. Além disso, fingia desconhecer a existência de um número maior de pessoas no mercado do que podia absorver.

O cronista rebate o argumento, desfiando um rosário de considerações sobre as más condições das terras brasileiras. Em 1918, na crônica “As formigas e o prefeito”, encontramos a referência ao personagem Policarpo Quaresma, lembrado para referendar o que pensava Lima Barreto sobre os negócios de terras no Brasil, contrapondo-se “especialmente os agricultores da administração”, aqueles que nunca tinham plantado nenhum pé de mandioca, diferentemente de Policarpo, que experimentou todas as possibilidades de fazer a terra produzir, conforme rezava os manuais científicos do período e os tratados patrioreiros. Se conhecemos bem essa situação hoje, ela fazia efeito no tempo histórico, em que a imensidão do nosso território era uma promessa latente de gigantismo futuro.

Esse negócio de saúvas preocupa-me desde menino, quando o meu velho amigo Policarpo Quaresma narrou á minha infância curiosa os suplícios que elas o fizeram sofrer, ao tempo em que se improvisou agricultor. Já narrei alguns dos episódios da sua luta com elas, em um modesto livro onde expus grande parte de sua via e descrevi o seu triste.⁵⁹

Mas desejamos salientar outros aspectos das falas dos jornalistas, entremeando-as com a voz do escritor Lima Barreto. Pensando na civilização como “idéias”, “preceitos”, “instituições” e “sentimentos”,⁶⁰ escolhiam-se essas características conformadas às necessidades da classe social representada. A questão da reforma social, recorrente nos escritos jornalísticos da época, só deveria existir no nível das idéias e, mesmo assim, se estas

⁵⁹ LIMA BARRETO, *Toda Crônica*, p. 334.

⁶⁰ Contra quem situava o Brasil fora da civilização ocidental e atrasado culturalmente, Lima Barreto argumentava o seguinte: “Quando no século XVI as primeiras naus portuguesas trouxeram para o Brasil conquistadores, guerreiros, padres e aventureiros, trouxeram também com eles as suas idéias de propriedade, de honra, de casta, de pátria, de rei e de Deus; e nunca mais os que ficaram deixaram de receber de lá essas idéias ou as modificações que elas foram sofrendo. Não houve, portanto, uma diferenciação de civilização, nas suas bases primordiais” (LIMA BARRETO, *Toda a Crônica*, p. 110–11).

viesses de cima, elaboradas e estilizadas numa linguagem que não deveria chegar à base da pirâmide. A contradição das idéias aparecia nos momentos em que havia ameaça à ordem estabelecida, pois era justamente a capacidade dos trabalhadores europeus imigrantes de reivindicar direitos — melhoria de vida e salário — que marcava a modernidade das nações européias que o país queria alcançar. E no momento, portanto, em que a modernidade se expressava aqui via atitudes dos trabalhadores, ela era rechaçada como símbolo de uma “civilização carunchosa”. O exercício da modernidade tinha limites: era uma brilhante exteriormente, pois internamente se tornava sinônimo de vagabundagem. O contra-senso, no entanto, era para os imigrantes pobres, pois aqueles que aqui enriqueciam eram promovidos a exemplos edificantes.⁶¹

Como a maioria dos jornalistas ocupava lugares que haviam sido adquiridos por meio de custosos empenhos junto aos proprietários que, por sua vez, tinham grandes interesses pessoais a defender, tornava-se impossível perceber nas ações dos trabalhadores algo que estivesse além da “questão de salário”. Para o cronista, a afirmação recorrente dos jornalistas sobre o interesse unicamente salarial dos operários era “teima que lhes fica bem, mas, é preciso que se lhes diga, não é das mais dignas nem das mais brilhantes”.⁶² O que os defensores da ordem interna não podiam admitir era a universalidade das propostas dos trabalhadores: “os anarquistas falam da humanidade para a humanidade, do gênero humano para o gênero humano, e não em nome de pequenas competências de personalidades políticas”.⁶³ Os porta-vozes das elites, nessa perspectiva, estavam menos atualizados que os trabalhadores, demonstrando ser menos universalistas ou só eram “universalistas” em causa própria.

Ainda é preciso ressaltar dois assuntos repetitivos nos discursos produzidos por este segmento letrado. Um é o trabalho; outro, a desqualificação da fala daqueles a quem deveria ser dado o direito de expressão. Vejamos! É parte da reforma social a melhoria salarial dos trabalhadores, portanto não há aqui indignidade — Lima Barreto até já reconhecia: “o que não é justo, é que muito poucos possam encontrar na vida mais que o supérfluo e alguns mais, unicamente o necessário”. Os abusos dos patrões, concernentes aos direitos dos trabalhadores, davam a medida da distância que havia entre a teoria e prática da universalidade das leis. Se escrevesse no presente, o cronista diria que era injusto muitos não terem nem o necessário.

⁶¹ MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo, o empresário e a empresa**: estudo de sociologia do desenvolvimento. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1973.

⁶² LIMA BARRETO, **Toda crônica**, p. 112.

⁶³ LIMA BARRETO, **Toda crônica**, p. 110–14.

É preciso, no entanto, voltar a essa dicotomia posta pelo escritor: supérfluo–necessário, justo–injusto — para se compreender o moralismo nesse pensamento. Na mediação entre opulência, mediania e pobreza, quais eram os critérios de julgamento adotados pelo cronista? Teria ele concebido as estruturas sociais como movidas por sentimentos e paixões individuais? Estaria o cronista julgando a partir de um problema moral, concernente a indivíduos, e não à sociedade? Onde estão as circunstâncias exteriores, a carne da história?

Na perspectiva de uma sociedade recém-saída da escravidão, o reconhecimento do trabalho não poderia ser pela via salarial — cabendo aos trabalhadores o conformismo e a abnegação;⁶⁴ tampouco se legitimavam os direitos de reivindicar melhorias de condições de trabalho. Edgar Carone relata que, em 1912 (a crônica de Lima Barreto é de 1913), o caso das indústrias Lündgren: “em sua fábrica de tecidos Paulista, no município de Olinda, trabalhavam 3.000 operários vigiados por capangas armados de rifles e metralhadoras, que impediam qualquer protesto contra o salário miserável e o trabalho exaustivo”.⁶⁵

Por outro lado, percebemos o discurso da necessária desigualdade que deveria haver entre trabalho braçal e intelectual. Na perspectiva dos segmentos intermediários, portanto, um operário ou — o que dá no mesmo — um trabalhador braçal qualquer não poderiam requerer ganhos salariais maiores que os obtidos no desempenho de funções intelectuais.

Eles [jornalistas] gabam os altíssimos salários que os operários têm nesta terra, mas nenhum deles quer ser o operário que os vence. Por quê? Porque à situação de operário está ligada uma diminuição de personalidade, de consideração à sua importância necessária e puramente humana. De resto, o trabalho é árduo, além de árduo é feito durante muitas horas seguidas e o cansaço tira e embota a alegria das restantes horas de repouso.⁶⁶

O trabalho do operário, sendo árduo, melhoraria se ele tivesse um encurtamento de sua jornada de trabalho? Ele seria mais alegre se tivesse mais horas de repouso? Novamente caímos na dicotomia trabalho árduo–cansaço, repouso–alegria. Ao apelar ao

⁶⁴ As relações entre patrões e empregados nos moldes do paternalismo devem ser regidas pelas regras da vida familiar: “O paternalismo é o elemento fundamental neste contexto: a autoridade do patrão é enfatizada e considerada essencial para que o trabalhador se veja obrigado a desempenhar suas tarefas com a eficiência exigida, mas os possíveis excessos na autoridade patronal são dissimulados sob a forma de proteção, da orientação que o bom patrão devia a seus trabalhadores passivos e abnegados” — em: CHALHOUB, Sidney. **Trabalho lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 45.

⁶⁵ CARONE, 1975, p. 260.

⁶⁶ LIMA BARRETO, **Toda crônica**, p. 112. Uma das chaves possíveis para a compreensão da sociedade no período aqui estudado é a questão da desqualificação do trabalho e do trabalho da população nacional; “Os imigrantes italianos, portugueses e espanhóis também eram considerados ignorantes, fatalísticos e retrógrados pelas elites de seus países. Entretanto, no Brasil, os empregadores, viam os europeus do sul como gente trabalhadeira, ambiciosa, muita mais adaptável à vida urbana que o próprio povo brasileiro. [...] Em parte, o processo derivou de atitudes culturais e raciais que compunham a psique nacional. As elites viam a Europa como centro da civilização. Assim, copiar as idéias e práticas européias tornava-se necessário ao desenvolvimento da nação” — em: MARAM, Leslie Sheldon. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 14.

lado humano do operariado, pensamos que Lima Barreto esbarra no limite de sua consciência histórica, deixando-se engambelar pelos sentimentos e pelas paixões, como se eles movessem as relações estabelecidas entre patrões e empregados. A cultura do paternalismo, no entanto, ajuda a compreender a mentalidade da classe dominante daquele período. O favor, junto com o paternalismo, são as chaves usadas para interpretar o Brasil, pois os dois conceitos disfarçam a violência das relações sociais, na esfera da produção social e material.⁶⁷

O segundo item desse discurso tem relação com a perene desqualificação da fala de outros segmentos em situação de conflito. Os jornais, pelo que notamos na escrita do cronista, procuravam minimizar a independência de pensamento — neste caso específico dos anarquistas, mas que não é uma situação particular a esse grupo — que não fosse consoante aos interesses das elites. Procuravam ridicularizar aqueles que apregoavam as práticas anarquistas, afirmando serem eles seguidores de tal doutrina por “ignorância ou ‘snobismo’”. Esses jornalistas, portanto, retiravam do movimento a autonomia de pensamento e ação e, mais que isso, ridicularizavam seus seguidores, contribuindo para a uniformidade de ação e normalização do pensamento, ameaçando os menos convictos com a possibilidade da vergonha e do riso.

Especificamente neste caso dos anarquistas, havia um agravante a mais: estes eram acusados de não serem brasileiros ao que o cronista, preso no sentido do interesse pessoal e político dos jornalistas, escreve: “[...] os jornalistas não se [...] [indagavam] deles mesmos se [...] [eram] ou não brasileiros, para se fazerem pinheiristas ou dantistas”.⁶⁸ Ao “jornalista conservador”, Lima Barreto opõe outro argumento, considerando que mesmo os seguidores “por ignorância e snobismo” do anarquismo mereciam “simpatias dos desinteressados, porque não [...] [usavam] daquelas ignorâncias nem daqueles ‘snobismos’ que dão gordas sinecuras na política e sucessos sentimentais nos salões burgueses”.⁶⁹

A cultura desinteressado não estava à altura do entendimento daqueles “emperrados no regime capitalista”. A obstinação dos jornalistas em atacar os trabalhadores estrangeiros serve de contraponto: para os nacionais, as condições de trabalho eram agravadas pela cultura

⁶⁷ SCHWARZ, 2000, p. 16–17.

⁶⁸ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 112.

⁶⁹ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 113.

local da raça, da escravidão: de senhores a patrões, a prática conhecida era de exploração e abuso.⁷⁰

Voltando à questão da terra e à afirmação de que “essa gente não tem que fazer porque não quer. Há tanta terra...”, lembramos que até os dias de hoje essa convicção é típica de um pensamento autoritário e justifica a indiferença dos setores intermediários pela sorte dos mais próximos, ou melhor, pelo destino daqueles que estão logo abaixo da sua condição econômica na pirâmide social. Quando a questão social bate à porta dos medianos, é comum ouvirmos mulheres e homens afirmarem que, em vez de comida, esses pedintes sem emprego deveriam naquele momento — ou, como diz Lima Barreto, “do pé para a mão” — se disporem a lavar uma mala de roupa ou capinar o jardim da casa etc. Talvez hoje o que impeça a manifestação dessas crenças ditas diretamente aos inferiorizados sejam os interfones e muros altos das casas mais ou menos abastadas.

Mas a ideologia da abundância de terra era muito viva naquele momento histórico e se tornou uma maneira peculiar de acusação de preguiça e falta de iniciativa individual. A terra é, em si mesma produtiva — como se não fosse necessário despender sobre ela muito esforço e dinheiro. Mesmo no tempo histórico de que tratamos aqui já havia estudiosos cômicos da necessidade de tratar a terra quimicamente e que possuir terra não era condição em si de riqueza. Esse pensamento tido como simplista deitou raízes profundas na ideologia nacional: “a terra, que o simplismo reduziu a pólo de poder, nada será sem a exportação estimulada que lhe determinará o valor. Mais tarde e hoje ainda na agricultura: que é dela sem o crédito público que a estimule?”.⁷¹ O que é importante reter sobre essa questão particular é o fato de

⁷⁰ Os jornalistas escrevem sustentados por outros teóricos que também faziam a mesma seleção teórica e prática para explicar as mazelas do país. O que temos em disputas são ideologias enformando projetos antagônicos para o país. Se Lima Barreto projeta para o país a igualdade, a prosperidade por meio do trabalho, o incentivo às vocações e ao exercício dos talentos, tudo isso guiando as atividades produtivas dos indivíduos, havia outros que discursavam sobre os problemas nacionais e lhes davam outros encaminhamentos. Enquanto Lima Barreto assume, mesmo de forma contraditória, o socialismo e o anarquismo, Alberto Torres tem outra forma de compreensão, pois acredita na remissão e na possibilidade de, no capitalismo, se construírem a democracia e a felicidade social. O raciocínio inicial é parecido, mas as conclusões são díspares: “Entre o individualismo, que exagerou o valor da propriedade e do capital, multiplicando-lhes os meios de supremacia, com uma infinidade e no prestígio dos grupos de argentários, de industriais e de proprietários, apoiados em institutos jurídicos protetores de monopólios, e protegidos por leis de restrição industrial e de proteção mercantil, esmagando a livre iniciativa e a ambição dos homens sem fortuna; e o socialismo, que pretende anular o estímulo e a força das capacidades pessoais no comunismo e socialização dos interesses e dos meios e instrumentos de atividade, há uma fórmula conciliadora de justiça social, que baseando-se sobre o direito do homem a ter os elementos necessários à vida sã, no moral e no físico, deixa espaço para as desigualdades naturais, decorrentes das forças dos indivíduos. A supressão dos elementos artificiais de desigualdade realizará a igualdade relativa e o bem estar geral, desde que todos os indivíduos, possuindo os elementos essenciais à vida, e encontrando o terreno da concorrência desbravado de privilégios de fato, puderem pôr em ação a capacidade de trabalho indicada pela lei da aptidão” — em: TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s. d., p. 158

⁷¹ FAORO, 1993, p. 26.

os setores medianos se sentirem ameaçados quando os trabalhadores em geral reivindicam mudanças de ordem política e econômica. Os possíveis e eventuais radicalismos são, às vezes, bem recebidos desde que não cheguem às vias de acenar para uma transformação radical da estrutura social.⁷²

Olhando de forma ampla, Lima Barreto considerava a natureza histórica da economia nacional como fundada nos pequenos e grandes expedientes utilizados pelos grupos de poder e proprietários de terras produtivas. A dependência econômica do país era insuflada pela ideologia do agrarismo, para a qual nosso destino era a agricultura — argumento fundado em razões naturais, e não em explicações econômicas; para muitos, era claro que a permanência da monocultura voltada ao abastecimento de mercado externo significava manutenção da dependência do país, externa e interna.

O “destino” implantado pela divisão internacional do trabalho expunha o país às instabilidades que ocorriam nos centros europeus. Internamente, ocorriam disputas retóricas entre os defensores do agrarismo e quem acreditava que o progresso definitivo viria se houvesse aqui uma revolução industrial, para permitir que outros grupos econômicos participassem e diversificassem a economia. A famigerada vocação agrícola mantinha o pé no atraso, acentuando a dependência externa do país, mas, principalmente, aumentava o poder de domínio de um pequeno grupo sobre toda a economia nacional.

Durante muito tempo, a fortuna do Brasil veio do pau de tinturaria que lhe deu o nome, depois do açúcar, depois do ouro e dos diamantes; alguns desses produtos, por isso ou aquilo, aos poucos, foram perdendo o valor ou, quando não, deixaram de ser encontrados em abundância remuneradora. Mais tarde vieram o café e a borracha, produtos ambos que, por concorrência, quanto o primeiro, e também, quanto ao segundo, pelo adiantamento nas indústrias químicas, estão à mercê de desvalorização repentina.

Concluindo: “a vida econômica do Brasil nunca se baseara em um produto indispensável à vida ou às indústrias, no trigo, no boi, na lã ou no carvão. Vivia de expedientes...”.

Se a estrutura da produção material do país era fazer uso dos expedientes e sendo estes a manifestação da dominação histórica das classes dirigentes do país, como este recurso foi transferido para as classes dependentes? Qual seria a tradução desse fato para a vida concreta das classes subalternizadas e dependentes? Se as classes dominantes mantinham com o país uma relação predatória, preocupada em garantir a continuidade de seus lucros, como esses grupos absorveram as práticas consagradas de expedientes? Se os grandes — “as classes agro-exportadoras” — podiam lançar mão deles para a garantia da posição de classe e de mando,

⁷² CANDIDO, Antonio. Radicalismos. **Estudos Avançados**, São Paulo: IEA-USP, v. 4, n. 8, 1990.

aqueles que, com muito sacrifício haviam conseguido sair do anonimato, não poderiam, também, lançar mão desse artifício para se manter sob a sombra do poder?

Se a forma nacional era de especiarias, conforme afirmação do próprio autor, e se pensamos no texto como experiência transfigurada em escrita, então o país e suas personagens só podem ser representadas de forma fragmentada e à mercê de acontecimentos fortuitos. Esse também é o objetivo do autor quando afirma representar essa mentalidade de especiarias, guardadas as particularidades de gênero, na boca da personagem Bogoloff. Nessa narrativa, encontramos a síntese dessa conformação mental como resultado da estrutura econômica. A forma nacional, para Lima Barreto, criara um “mecanismo psíquico” que impregnava na mentalidade da população em geral, levando todos a “abandonar a vida honesta de trabalho”⁷³ e passar a viver, também, de pequenos, médios e grandes expedientes.

Sob o signo do ar: artes nacionais e tecnologia

Lima Barreto observa a presença dos setores medianos em espaços distintos. Na crônica de 1900, publicada em *A lanterna*, o autor aborda o tema da “educação do gosto público e o incremento às artes nacionais”.⁷⁴ Embora nessa crônica ele encaminhe a discussão para os talentos artísticos que existiam no Brasil no período, o que interessa registrar é o fato de que os reclames sobre as faltas do país eram uma constante. Olhar para o país a partir daquilo que lhe faltava foi um mecanismo recorrente entre seus intelectuais e observadores. Há uma recusa em ver o que existia, realçando sempre as nossas carências, uma engenhosidade discursiva para a negação da realidade social. Diante das insistentes afirmativas sobre a inexistência de habilidades entre nós, o cronista rebate enumerando a quantidade de homens de “real talento” musical existentes em nosso meio.

Na música, qual o país americano que apresenta um grande morto como C. Gomes, a uma plêiade esplêndida como a que compõem Miguez, Nepomuceno, Mesquita, Braga, Napoleão, Araújo Viana, Faulhaber, Quierós, Delgado, Milanez, e tantos compositores de real talento, e o número considerável de *virtuosi* ilustres, que nos temos habituado a aplaudir?⁷⁵

Mas o interesse nesse aspecto da crônica reside menos em notar a existência dessa quantidade de talentos musicais — e que não eram reconhecidos pelos eternos reclamantes e

⁷³ LIMA BARRETO, **Numa e a ninfa/As aventuras do Dr. Bogoloff**, p. 234. Essa idéia atravessa de forma generalizada a obra do escritor, mas o onde ele sintetiza todas as mazelas estruturais e como estas desciam do topo da pirâmide até as bases, contaminando todo o edifício social, ficou registrado nessa crônica.

⁷⁴ LIMA BARRETO, **Toda crônica**, p. 59. A crônica “Francisco Braga, concerto sinfônico” começa com o escritor relatando as reclamações do meio artístico: “O nosso caro Rio de Janeiro não é absolutamente um meio artístico, é o que temos ouvido dizer desde que nos entendemos, é o que vemos a cada passo demonstrados nas tentativas, que se sucedem e malogram, de educação do gosto público e incremento às artes nacionais” (p. 59).

⁷⁵ LIMA BARRETO, **Toda crônica**, p. 59.

denunciadores das mazelas nacionais — do que ressaltar os efeitos desses protestos. O que é importante considerar é o desejo implícito desses reclamantes, que visavam acionar os governos para direcionar e impor um gosto artístico ao povo por meio da educação formal, ativando as engrenagens do Estado para “incrementar as artes nacionais”.

Se os analistas sociais não percebiam a existência de uma cultura entre o “povo”, o Estado deveria apoiar a cultura nacional superior e impô-la ao “povo” por meio das suas instituições educacionais. Mas era, justamente, nas escolas, particularmente, na de Belas Artes, que ocorria o estiolamento das capacidades artísticas: para Lima Barreto, essas instituições oficiais se apropriavam das capacidades genuínas e as entregavam “ao desânimo e à inação” dos professores, considerados, pelo cronista, como os responsáveis “por amortecer a vibração juvenil d’arte que trazem do berço”.⁷⁶ Valorizar a arte trazida do berço significava reconhecer que havia entre o povo comum uma arte, mas esta não era a estética das nações que tínhamos como modelo. A falta de senso estético, imputado aos artistas populares, advinha de uma concepção elitista de cultura: dentro do modelo estético europeu não era possível reconhecer a arte que vinha do berço. Pois era justamente a espontaneidade da arte e da expressão popular que se deseja excluir da representação da nação: a pátria deveria ser honrada pela cultura elevada e não por aquela vinda do berço.

Há de se esclarecer aqui a existência de dois paradigmas com os quais o cronista Lima Barreto dialogou, fazendo, no texto, o movimento que podemos denominar de escrita a contra pêlo. Num primeiro momento, temos a denúncia e o reconhecimento de Lima Barreto da existência de talentos originais e genuínos na base da sociedade, aptidões que continuavam a não ser reconhecidas pela cultura do topo da pirâmide, manifestações ainda alicerçadas pelos retalhos reconhecidos como da tradição européia. Os porta-vozes dessa concepção eram os positivistas, que acreditavam na possibilidade de existência de talentos naturais, que nasciam e fluíam como sagração da natureza que se manifestava no “espírito”, na “imaginação” e na

⁷⁶ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 59. Ocorre que a Academia Imperial de Belas Artes (Aiba) entrará em crise simultânea à do Império em seus últimos anos. Proclamada a República, a instituição recebeu a denominação de Escola Nacional de Belas Artes (Enba). A mudança do regime político e do nome não minorou a crise financeira e estética pela qual passava a instituição desde o período imperial; a diferença é que na república a Enba terá a incumbência de retratar, pintar e reconstituir o passado a partir de imagens oficiais, ou seja, muitos dos professores da escola passam a pintar quadros e painéis para constituir uma imagem da república. As imagens construídas por esses professores “da antiga Academia tiveram um papel destacado numa arte voltada à transmissão de um clima de otimismo e confiança no novo regime, aplicando-se largamente na pintura de alegorias das virtudes liberais e dos pilares da economia nacional. São particularmente significativos nesse âmbito nomes como os de Rodolfo Amoedo (1857–1941), Henrique Bernardelli (18858–1936) e Eliseu Visconti (1866–1944), artistas ainda ligados ao ensino oficial de arte” — em: SALGUEIRO, Valéria. A arte de construir a nação: pintura de história e a Primeira República. *Estudos Históricos*, n. 30, 2002, p. 7.

“inteligência”, tudo sem a exigência de esforço ou disciplina.⁷⁷ No esquema da necessidade de criação de algo grande, que chamasse a atenção dos países civilizados sobre nós e que pudesse nos alçar ao topo da civilização, não cabia expressões que viessem do berço. Não seria um objeto de cultura original e intrínseco que cumpriria esse objetivo, porque na ordem mundial hegemônica a competição se concretiza em grandes monumentos, em objetos capazes de fazer uma grande diferença para o mundo externo.

O período entre os anos de 1903 — ano de Santos-Dumont — e 1906 foi de euforia para a população do Rio de Janeiro e do país; é momento que coincide com as reformas empreendidas pelo governo de Rodrigues Alves, cujo objetivo, dentre outros, era fazer o país ser reconhecido no exterior e tornar a cidade do Rio de Janeiro vitrine da definitiva modernidade, deixando para trás o atraso.

Oh! Triste Brasil! Se não é roubado, falha. Inventou a máquina de escrever e roubaram os americanos o invento a um pobre padre da Paraíba; tinha ouro e diamantes, a África do Sul e outros países acabaram roubando-os; tinha o maior rio do mundo mas já descobriram que não é; tinha a portentosa batalha do Riachuelo, mas Fuchima lhe furtou a glória; tinha o “Minas Gerais”, mas a Argentina já mandou fazer um maior; tinha a maior capital da América do Sul, mas Buenos Aires acaba de dizer que não; tinha borracha, ele único, quase, mas os ingleses da Ásia lhe querem furtar o rico produto; e, agora, por último e talvez por fim, vai fugir do álbum de nossas glórias a conquista do ar, coisa que parecia reservada, porque um padre chamado Gusmão desenhou há mais de cem anos um projeto extravagante de máquina de voar.⁷⁸

Seguindo a lógica do desejo de coisas grandiosas, podemos entender, ainda hoje, a dificuldade de se falar sobre Santos Dumont. Ainda é possível atrair a ira de muitos espíritos atuais quando se questiona o papel desse “conquistador do ar” e sua importância para o desenvolvimento da máquina de voar. Se o berço, pensado aqui como a base da pirâmide, é recusado como forma de potencializar talentos, o mesmo não se dá quando se trabalha com o ar. A fama e a consideração alcançada por Santos Dumont podem ser compreendidas a partir dessa tendência de recusar a base social e olhar para o céu: o que significaria algo inusitado e capaz de representar o país no ar. Tal situação responde aos anseios das elites, “homens de inteligência que vivem separados do país”; ao mesmo tempo concretizava uma situação real que justificava o não baixar os olhos para as bases da sociedade. Daí que podemos compreender a preponderância do ar e do céu nesse período: as revistas pesquisadas trazem uma infinidade de imagens e textos

⁷⁷ Isso ainda não é tudo. Pinheiro afirma que “um dos grandes lugares-comuns de nossa crítica social consiste em mostrar de mil maneiras o modo pelo qual séculos de escravismo foram desqualificando a ética burguesa do trabalho e quais as complicações que daí resultaram para a vida intelectual. Espírito, imaginação e inteligência, quando afloram espontaneamente como um talento que se traz do berço, são virtudes senhoriais; em contrapartida, o esforço que todo conhecimento requer fere o decoro exigido de quem não pode ter parte com nada que se assemelhe a trabalho, servil por definição” (1988, p. 190).

⁷⁸ LIMA BARRETO, **Toda crônica**, p. 94.

que conduzem para o firmamento os olhares de toda a população, elevando os pilotos europeus à condição de heróis nacionais, admirados pelas moças e invejados pelos homens.

Escrevendo nove anos (1911) após os eventos de consagração de Santos Dumont como herói nacional,⁷⁹ Lima Barreto recorda: “a poesia nacional trabalhou; trabalhou também a eloquência, e o jornalismo, noticiário, crônica, artigo de fundo, todos entraram no unismo das aclamações ao homem”.⁸⁰ Mas, ao final, “o homem, o homem extraordinário, que tanto tinha levantado o nome do Brasil na Europa, só teve em sua honra uma poesia imorredoura, e foi essa canção”.⁸¹ “A Europa curvou-se ante o Brasil/ E clamou parabéns em meigo tom,/ Surgiu lá no céu mais/ uma estrela/ E apareceu Santos Dumont”.⁸²

Queremos chegar novamente à criação de grandes ilusões nacionais. Após as comemorações, voltava-se para a realidade do país e ficava a “canção do popular palhaço brasileiro”.⁸³ O palhaço é Eduardo das Neves, conhecido seresteiro e violeiro, cujas modinhas eram muito populares: “Neves de nome, mas negro de epiderme”.⁸⁴ A conclusão sobre a importância e a fama adquirida por Santos Dumont e as razões do sucesso e do eventual esquecimento deixamos para a autoridade do cronista:

É verdade que ele foi rei quando não tinha concorrentes à sua realeza. No tempo de suas performances com os dirigíveis n°s 1, 2, 3, e não sei que número mais, ninguém lhe disputava o caminho do trono, e era natural que fosse rei; hoje há bem uma centena e é prudente não arriscar essa realeza honorária que lhe ficou.⁸⁵

Lima Barreto, no entanto, era um crítico solitário. Nas revistas de amenidades, particularmente a *Fon! Fon!*, entre os anos de 1911 e 1912, os jornalistas comemoravam o fim da “nossa ex-patriarcal cidade”. A modernidade estava no ar, todos só tinham olhos para quem dirigia aeroplanos. Chamam a atenção a quantidade e o tamanho das fotografias de aeroplanos e dos tipos elegantes dos aviadores, com roupas que, no nosso julgamento, eram

⁷⁹ Foi em 1903 o reconhecimento nacional da façanha de Santos Dumont no exterior: “Em 1903, por exemplo, houve no Rio a triunfal recepção a Santos-Dumont, que dois anos antes demonstrara a dirigibilidade dos balões circundando a Torre Eiffel. Surgiu nesta ocasião a letra da música que dizia ter a Europa se curvado perante o Brasil. Vistos de hoje, o episódio e, especialmente a letra, parecem algo ridículos. Na época, era profundamente importante para a auto-estima dos habitantes da cidade, e do Brasil em geral, dar-se conta que um patricio tinha ido à Europa, não só à Europa, mas a Paris, ao coração da civilização ocidental, e lá se tinha feito notar por uma façanha técnica. Era de fato, uma ocasião para celebrações” (CARVALHO, 1988, p. 17).

⁸⁰ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 94.

⁸¹ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 94.

⁸² LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 94.

⁸³ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 95. O cronista chama atenção ainda para o desaparecimento de Santos Dumont enquanto na Europa continuava a desenvolver a aviação: “Vejam só como nestes últimos anos o problema da viação aérea vai tendo um imenso avanço; vejam a quantidade de ousadias, de vontades que ele emprega, e de vidas que ele ceifa também. Onde está Santos Dumont? Blériot atravessou a Mancha, em monoplane de seu inventor; Chávez, esse malogrado Chávez, fez a travessia dos Alpes; Winmalen ganhou o *raid* Paris-Bruxelas-Paris; Védrine foi de Paris a Madri; Beaumont chegou a Roma, partiu de Paris; E Santos Dumont?” (p. 95).

⁸⁴ TIGRE, 2003, p. 54.

⁸⁵ BARRETO, *Toda crônica*, p. 95.

mais elegantes e *update* que apropriadas; óculos grandes e poses sedutoras. Imagens que ocupam as páginas da revista nesse mês de janeiro de 1912.

As senhoritas, que se enfeitam e ataviam as mais lindas *toilettes* para passear à tarde na avenida, devem estar despeitadíssimas. Os rapazes já não ficam pelas calçadas ou sentados junto das mesas dos cafés para vê-las passar; agrupam-se nas esquinas, de narizes para o ar, à espera de um aeroplano; os automóveis mais luxuosos, os carros mais elegantes não conseguem obter um olhar: a perícia audaciosa de Garros [aviador que no ano de 1912 fez sobre a cidade do Rio de Janeiro os mais belos e surpreendentes vôos], seus passeios acrobáticos pelas alturas desviaram todas as atenções e só para ele se voltam todos os olhares.⁸⁶

Ainda é necessário dizer algo mais sobre esse trecho para não perdermos a conexão que estamos fazendo entre as idéias, o ar e a terra. Além dos cafés, dos automóveis luxuosos e dos carros mais elegantes, o que acontecia? Todos continuavam a olhar para o céu. Acreditamos que a sedução pelas coisas airadas não é um detalhe conjuntural na conformação daquela identidade que vinha era construída. Havia mais que simpatia pelas abstrações das tecnologias: assim como não se viam as mulheres e suas *toilettes*, não se enxergava o que existia no terra à terra — o país. No nível econômico importavam-se 90% dos produtos consumidos internamente por toda a população; a produção do café acontecia longe dos olhos da maioria da população e muito pouco ficava do produto para o desfrute das classes mais abastadas.⁸⁷ Olhando essa situação estrutural, podemos imaginar o nível da receptividade para os produtos culturais e tecnológicos: tudo existia para o desfrute do olhar. Em *Páginas cariocas*, Nelson Costa faz uma relação que contribuí para o nosso raciocínio, embora nesse momento todos os olhos estejam voltados exatamente para as mulheres, os automóveis e os “homens bem vestidos”, o que difere do trecho da revista. O que não mudou foi o olhar para a “realidade” e a diversidade social e cultural da cidade.

No *trottoir roulant* da Grande Avenida passa, na auréola da tarde de inverno, o Rio inteiro, o Rio anônimo e o Rio conhecido — o Rio dos miseráveis ou o Rio cuja vida se prolonga... Mas ninguém vê a miséria. Podem parar nas *terrasses* dos *bars*, podem entrar pelas casas de chá os mendigos, ressequidos esqueletos de seca do Norte, estrangeiros de falar confuso, exploradores da caridade... Não há gente desagradável, como não há automóveis velhos. Ninguém os vê. Os olhos estão nas mulheres bonitas, nos homens bem vestidos, nos automóveis de luxo.⁸⁸

Retomemos a grandeza abortada, naquele momento, de Santos-Dumont para ampliar o pensamento a fim de compreender os juízos de Lima Barreto sobre o assunto e a relação que faz dele com a estrutura do país. Mais uma vez, a esperança de grandiosidade centrada em um

⁸⁶ A ILLUSTRAÇÃO brasileira, n. 64, 1912, p. 22.

⁸⁷ SILVA, Eduardo. **Barões e escravidão**. Três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

⁸⁸ COSTA, Nelson. **Páginas cariocas**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, 1961, p. 77.

único indivíduo capaz de “legar à Pátria uma alta conquista de progresso e civilização” ou que viesse “secundar os nossos anseios e cumprir a grande missão que parecíamos ter no mundo”⁸⁹ não se confirmou. Diante da concorrência, da vontade e da tenacidade dos europeus, pelo menos no momento em que escreve o cronista, Santos Dumont havia perdido — mesmo com as “bandas de música, sonetos, discursos, foguetes e artigos” — o lugar de “rei dos ares”, embora todo o apoio da publicística nacional estava caindo no esquecimento. E, finalmente, o que permaneceu foi a poesia popular inspirada nos conhecimentos trazidos do berço.

Lima Barreto põe na boca da personagem “Xandu” — ministro da Agricultura —, em diálogo com Dr. Bogoloff, esta síntese do pensamento que geria as ações institucionais na República e que corrobora a idéia do viver nas nuvens como parte da formação nacional: “— Fala inglês? — Não excelência. — Eu falo. Desde que o falei com desembaraço, as minhas faculdades mudaram. Penso em inglês, daí me veio uma salutar reação mental que me interessou todo inteiro”. Pensar em inglês muda toda a conformação mental da personagem, que daí em diante vive no país, mas pensa em outra língua. Na continuidade do diálogo, o Dr. Bogoloff apresenta a Xandu suas idéias mirabolantes: como fazer porcos do tamanho de bois e bois da estatura de elefantes. O ministro, admirado diante da inventividade do estrangeiro russo, solta a seguinte frase:

— Não sabe o Doutor, como me causa admiração o arrojo de suas idéias. São originais e engenhosas e o que tisna um pouco essa minha admiração, é que elas não partam de um nacional. Não sei, meu caro Doutor, como é que nós não temos desses arrojos! Vivemos terra à terra, sempre presos à rotina. Pode ir descansado que o governo da República vai aproveitar as suas idéias, que há de enriquecer a Pátria.⁹⁰

Assim, os nacionais são acusados de viver “terra à terra”, o que explicava a incapacidade deles de produzir e efetivar idéias espalhafatosas. Mas o que Lima Barreto mostra é a projeção que as elites políticas faziam sobre a população nacional, lançando sobre as costas dela o desconcerto que havia entre as instituições e a realidade do país. Lima Barreto denuncia, de diferentes maneiras, essa “impressão de cosmopolitismo”,⁹¹ alimentada por meio de símbolos contrastantes: saía-se do “capinzal” e entrava diretamente nas simbologias dos

⁸⁹ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 96.

⁹⁰ LIMA BARRETO, *Numa e a ninfá/As aventuras do Dr. Bogoloff*, p. 238. Cito os textos de “As aventuras...” porque trazem o pensamento do narrador e das personagens de forma mais condensada. A personagem Dr. Bogoloff está presente também na narrativa *Numa e a ninfá*, mas “As aventuras...” foram escritas antes desta, provavelmente em 1912. Esta é a informação que temos na nota do editor das obras completas de Lima Barreto (Brasiliense, em 1956).

⁹¹ Esse tema é recorrente na obra do escritor. Sevcenko, que selecionou a massa de temas tratados por Lima Barreto, escreveu sobre ele o seguinte: “Lima Barreto identifica também algumas atitudes de mistificação como responsáveis pelos males que assolavam o país. Uma das principais dentre elas seria o cosmopolitismo, agente de distorções de extrema gravidade como inspirador das ações da elite do país” (2003, p. 209–10). Esse tema está no cerne de *Gonzaga de Sá* e do *Policarpo Quaresma*, mas obliquamente reaparece em *Clara dos Anjos*, em *Recordações do escrívão Isaías Caminha* e *Cemitério dos vivos*. Exemplos de contos centrados nessa questão seriam o “Congresso pan-planetário” e “Miss Edith e seu tio”.

hábitos parisienses.⁹² No projeto político civilizatório e cosmopolita, o imigrante tem a função de exemplo para as populações marginalizadas. Numa sociedade civilizada, os indivíduos precisam ser “convencidos” do valor moral do trabalho e incentivados a ver nele a possibilidade de ter acesso à riqueza, fator de redenção dos despossuídos e de elevação econômica e social.

As elites, no entanto, continuaram a ver os pobres e trabalhadores locais como entrave à nova ordem pretendida. Assim, o papel de Lima Barreto foi inverter tal situação de descrédito e mostrar como os discursos dominantes sobre a maioria da população nacional era fruto de antigas representações mentais das elites. As marcas morais da escravidão eram agora estendidas à população pobre: “nenhuma noção de justiça, de respeito à propriedade, de liberdade [...] não tinham ambição de fazer o bem e de obter um trabalho honesto, e não eram ‘civilizados’ o suficiente para se tornarem cidadãos plenos”.⁹³ A população nacional não possuía os atributos do “bom trabalhador”: a idealização do imigrante deformava o trabalhador nacional. Construía-se uma visão negativa sobre ele, reelaborada em novas roupagens e em oposição à do europeu. As classes dominantes deitaram sobre as costas dos nacionais as falhas a que levavam a preguiça, a ociosidade, a morosidade e a falta de iniciativa e aptidão para a atividade e a industriabilidade.

A personagem Dr. Bogoloff foi criada por Lima Barreto para satirizar e inverter a ordem das acusações, mostrando o ridículo a que se expunha a classe dominante, principalmente seu segmento menos esclarecido, quando transplantava para o nível interno do país os paradigmas europeus. O olhar do imigrante russo — Dr. Bogoloff — realça aspectos da população que não eram percebidos pelo pretensioso ministro da Agricultura e Pecuária Nacional:

De resto, esse povo do Brasil, metia-me um ódio terrível. Eram de uma fraqueza e puerilidade revoltantes. Viviam à beira dos caminhos de ferros, quase nus, com fome, sem terras em que plantassem um aipim, deixando-as como propriedades de terríveis senhores feudais, que não as aproveitavam por falta de braços!⁹⁴

⁹² Referindo-se às transformações do “modo de vida e da mentalidade carioca”, Sevcenko aponta “quatro princípios fundamentais [que] regeram o transcurso dessa metamorfose [...]: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense” (2003, p. 67).

⁹³ CHALHOUB, 1986, p. 40.

⁹⁴ BARRETO, Numa e a *ninfa*/As aventuras do Dr. Bogoloff, p. 277. Também afirmava Bogoloff: “não deixava de influir nesse grande desprezo que tinha pelos homens do Brasil, uma boa dose de preconceito de raça. Aos meus olhos, todos eles eram mais ou menos negros e eu me supunha superior a todos” (p. 276).

O imigrante, segundo Carone, foi grande beneficiário na conjuntura do final do XIX e inícios do século XX.⁹⁵ Após a abolição, os trabalhadores nacionais foram “quase que integralmente” substituídos pelo trabalhador europeu, porque era tido como mais “capaz de mourejar e poupar, mas também pelos conhecimentos técnicos” e “nível de vida superior”.⁹⁶ Os observadores contemporâneos, no entanto, viam os imigrantes e a imigração de forma diferente. Nas cidades, registrava-se a presença de trabalhadores estrangeiros que já chegavam doentes, considerados como ameaça constante ao futuro do país.

O Rio de Janeiro, particularmente, era tido por “o caixão de lixo do mundo”, contribuindo ainda mais para “reproduzir-se, contaminar-nos, baixar, ainda mais, o nível moral e psíquico da população brasileira”.⁹⁷ A aglomeração de pobres formando lugares populosos era um inconveniente grave que gerava medo, particularmente o temor da propagação de diversas moléstias.⁹⁸ Não era só a “massa de imigrantes” que assustava os eugenistas na passagem do século XIX, os nacionais; também os estrangeiros que chegavam “aos magotes” às cidades pressionados pela pobreza extrema e desenraizados.⁹⁹ A preocupação, no entanto, não era com a qualidade de vida dos estrangeiros nem com a da população nacional: o analista está preocupado com a idéia de desaparecimento da nossa população, “a condenação ao desaparecimento tão falada e prevista pelos nossos extraordinários filósofos”.¹⁰⁰

As praias, os portos, as fronteiras, as cidades à beira-mar e cosmopolitas, os povoados à margem das grandes vias de comunicação — pousos de marujos, de aventureiros e de viajantes em jornadas de ambição, e em férias, pelo menos, de disciplina social — são, em toda parte, zonas mistas de difusão e desagregação social, áreas de invasão de costumes fáceis e de perversão dos caracteres.¹⁰¹

⁹⁵ CARONE, 1975 p. 148. “Os dados confirmam que a maioria esmagadora de trabalhadores no cultivo de café, é estrangeiro, com uma porcentagem superior a 80%.”

⁹⁶ CARONE, 1975, p. 149.

⁹⁷ CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). **À margem da história da República**. 2. ed. Brasília: ed. da Universidade de Brasília, 1981, 2 vol., p. 3. Segundo esse autor, ainda que a prova dessa situação podia ser obtida se os contemporâneos observassem os freqüentadores da rua Gonçalves Dias, onde era possível encontrar estrangeiros mendigos e cegos.

⁹⁸ MACHADO, Roberto et al. **Da(n)ação da norma**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

⁹⁹ Como exemplo dessa situação, afirma Sevcenko: “no tocante à cultura, foi que essa massa de imigrantes veio de todas as partes do mundo, assim como do Brasil. Pressionada pela pobreza extrema, essa população de destituídos havia perdido seus laços familiares, comunitários e territoriais. Dentro do novo ambiente, esses homens eram estranhos uns aos outros, mal falavam uma linguagem comum, assim como eram estranhos à vida urbana moderna, precisando, portanto, desesperadamente de uma nova identidade e de novas bases de solidariedade. As autoridades aprenderam como explorar essa vulnerabilidade cultural e essa necessidade espiritual, fornecendo-lhes uma nova mitologia que tinha em seu âmago a própria cidade, apresentada como o lugar onde a ‘modernidade’, a palavra mágica que prometia um mundo mágico, poderia finalmente se manifestar, como o resultado inexorável da fé persistente na energia, na aceleração, na ação e na conquista”. Sevcenko, Nicolau. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 78-88.

¹⁰⁰ BARRETO, Lima. [Sem título]. *A lanterna*, 20 de novembro de 1902, p. 61.

¹⁰¹ TORRES, 1982, p. 32.

A expressão “extraordinários filósofos” é uma ironia do autor, pois afirmava que eles, os filósofos, os defensores da nossa nacionalidade, aderiam às idéias de “autores estrangeiros de quarta ordem”.¹⁰² Para Lima Barreto, faltava a esses observadores locais “acuidade no observar os fatos e no estudar as coisas dos povos e das nações” para melhor combater “nossos erros e faltas de povo e de nação”.¹⁰³ A questão era engrandecer o país a partir de expedientes, idéias sem sustentação na realidade, o que, para o período em estudo, significa o predomínio da ficção sobre o real. É no sentido de ironizar essa situação, por exemplo, que o cronista escreve sobre a iniciativa do deputado para impulsionar o cultivo de tâmaras no Brasil:

Dizem que árdua é a vida, mas isso é quando se trata de pequenos agricultores, para os quais não peço auxílio algum. Sou pelos grandes latifúndios, pelas vastas propriedades, que podem sustentar grandes famílias na opulência. Sendo assim, tenho a honra de apresentar à consideração dos meus pares o seguinte projeto de lei: Art. 1º – É o governo autorizado a emprestar aos bancos acreditados até a quantia de duzentos mil contos, para auxiliar os cultivadores de tâmaras.¹⁰⁴

Portanto, a representação da ironia de Lima Barreto é mostrar como as classes governantes eram alheias às necessidades reais da população produtiva em geral, assim como demonstrar a desfaçatez dos políticos quando podiam assumir publicamente seu compromisso com os grandes produtores. Aliás, pensando no suporte ideológico da representação da classe dominante, para a qual entende o deputado estar a serviço, ela prescindia de declarações tão efusivas de apoio, pois tinha já garantido há séculos o seu poder de dominação e as prioridades da sua classe.

Dito isso, ainda é preciso reafirmar o eixo deste estudo — os grupos remediados —, lembrando a distância que havia entre as idéias e as práticas liberais. O liberalismo era um instrumento do qual se podia lançar mão para fazer valer a dominação de classe, fosse para ajudar os cafeicultores ou para não “pedir auxílio” aos mais precisados de ajuda, o que também significava praticar o liberalismo.¹⁰⁵

Os setores medianos são analisados por Lima Barreto nos espaços suburbanos. Às vezes, são mencionados diretamente, quando ele observa o aspecto “desordenado” dos subúrbios para, em seguida afirmar: “O trem se enchia da mais fina flor da aristocracia dos

¹⁰² LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 62.

¹⁰³ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 62.

¹⁰⁴ LIMA BARRETO, *Toda a crônica*, p. 231.

¹⁰⁵ Conforme afirma Costa, “o liberalismo brasileiro, no entanto, só pode ser entendido com referência à realidade brasileira. Os liberais brasileiros importaram princípios e fórmulas políticas, mas as ajustaram às suas próprias necessidades. Considerando que as mesmas palavras podem ter significados diferentes em contextos distintos, devemos ir além de uma análise formal do discurso liberal e relacionar a retórica com a prática liberal, de modo que possamos definir a especificidade do liberalismo brasileiro” (1999, p. 132).

subúrbios”. Ciente de que a cidade periférica era desconhecida da cidade central, Lima Barreto ironiza: “Os senhores com certeza não sabiam que os subúrbios têm uma aristocracia. Pois tem”: era composta de “grande parte dos elementos médios da cidade inteira”.¹⁰⁶ Para ele, os setores intermediários e médios naquele momento histórico eram formados por “funcionários de pequena categoria, chefes de oficinas, pequenos militares, médicos de fracos rendimentos, advogados sem causa, etc.”.¹⁰⁷ Eram essas categorias que apareciam para o escritor como medianos. A ironia do observador — “uma aristocracia de tal antiguidade e de tão fortes rendimentos” — permite deduzir que eles ainda se comportavam com a soberba dos antigos aristocratas, fazendo poses para disfarçar e esconder os baixos rendimentos e a mediania de suas vidas. Os mecanismos externos de expressão da soberba e do orgulho, no entanto, não passavam despercebidos ao cronista, que captava a condição social, pretensamente dissimulada, na fisionomia daquela gente que se fazia de muito importante.

Na estrutura da sociedade, travava-se de disputas entre as elites dominantes em torno de interesses próprios: aumento do preço do café, emissão de dinheiro, modernização da cidade, desequilíbrio cambial, coisas do balanço comercial. No bonde, as querelas adquirem outra figuração, que percebemos como parte do movimento e da circulação de idéias e atitudes. Os suburbanos disputavam no espaço físico o poder, demarcando entre si diferenças que pudessem distingui-los de outros grupos. O espaço concreto é lugar de querelas que, no entanto, têm a força de mostrar que o todo social concorria para implementar igualdades e diferenças:

As conversas de trem são quase sempre interessantes. A mania dos suburbanos é discutir o merecimento deste subúrbio em face daquele. Um morador do Riachuelo não pode admitir que se o confunda com um do Encantado e muito menos com qualquer do Engenho de Dentro.¹⁰⁸

A diferença entre tais disputas, sucedidas no topo da pirâmide, e as que se davam entre os suburbanos está na simplicidade de argumentos que antepunham ao antagonista. A conversa entre duas senhoras mostra a simplicidade dessas querelas. Por não serem afetados e não terem maiores “pretensões intelectuais”, os mais humildes dos subúrbios não precisavam competir por idéias tolas e, às vezes, podiam rir de si mesmos.

Uma senhora dizia à outra, no trem:
— Jacarepaguá é muito bom. Gosto muito.
— Mas tem um defeito
— Qual é?
— Não tem iluminação à noite.
— Você diz bem que é só à noite, pois de dia tem sol.¹⁰⁹

¹⁰⁶ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 90.

¹⁰⁷ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 90.

¹⁰⁸ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 253.

¹⁰⁹ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 254.

Depois desse diálogo, as duas conhecidas “riram e, como nenhuma delas tivesse pretensões intelectuais, não houve zanga alguma entre elas”. Eis a função do cronista: captar nos pequenos fatos do cotidiano as profundezas do social: “as cousas se passam mais ao vivo e as pontas de conversa merecem ser registradas, às vezes por disparatadas, em outras, por profundamente sentenciosas, em outras ainda, por serem excessivamente divertidas”. A crônica cumpre o objetivo quando o autor parte da experiência: matéria que, posteriormente, será motivo de análise para o historiador, cujo objetivo é conhecer os “hábitos da sociedade”. A presença e o comportamento dos setores medianos são observados nos espaços públicos considerados como sofisticados. Quando Lima Barreto compara a ópera ao circo, faz referências a eles numa outra perspectiva; entre estes, temos os “malabaristas de câmbio, acrobatas dos códigos (francês, inglês, etc.) *écuyers* gentis, no patrimônio, equilibristas da corda bamba da vida”.¹¹⁰

A instabilidade cambial própria desse tempo histórico metaforiza os setores medianos. As elites usavam seus poderes para garantir, mesmo com as oscilações cambiais, a continuidade de seus lucros. Essa situação atingia diretamente a vida dos setores médios e dos operários, pois a instabilidade cambial atingia os salários dos trabalhadores públicos e dos setores liberais. O vai-e-vem cambial, ao afetar as importações de produtos básicos — vestuário e alimentação — e os supérfluos para deleite das elites, elevava às alturas o custo de vida. Os medianos reclamavam nos dois sentidos: precisavam comprar o que consideravam como básico à sobrevivência, mas desejam, também, acesso aos produtos supérfluos. Era a compra e o uso desses produtos, tidos como desnecessários, que criavam a distinção entre eles e os pobres.

Nesse aspecto, a crítica de Lima Barreto tem raízes históricas profundas, pois não eram daquele momento as reclamações dos atingidos pela carestia: os grandes agricultores desprezavam a cultura de gêneros mais necessários à vida, alocando todo o seu contingente de trabalhadores na produção dos gêneros de exportação. As greves de 1917 resultam da distância que havia entre a prosperidade dos agricultores produtores de café e a grande massa que, muito antes dos trabalhadores grevistas radicalizarem, já havia sido denunciado pelos próprios abastados, temerosos de que a disparidade entre prosperidade e pobreza pudesse gerar uma situação incontrollável: “a grande massa dos pobres que se alastrava, sobretudo no Rio de Janeiro, constituindo, sem dúvida, fenômeno específico da transição do trabalho escravo para o trabalho livre”.

¹¹⁰ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 67.

As várias partes do nosso complicadíssimo governo se têm movido para estudar e debelar as causas da crescente carestia dos gêneros de primeira necessidade à nossa vida. As greves que têm estalado em vários pontos do país muito têm concorrido para esses passos do Estado. Entretanto, a vida continua a encarecer e as providências não aparecem.¹¹¹

A comparação entre a ópera e o circo tem efeito de metáfora. Entre as elites, encontramos o grupo mediano que, para chegar ao Lírico, atravessava o “pleno capinzal”. Na caminhada, passava-se por um intermédio — “umas paredes adelgaçam-se formando o barracão de circo” — para, em seguida, chegar a “uma fachada pretensiosa”, que era a edificação do Lírico,¹¹² substituto da Guarda Velha. Nessa análise, o cronista mostra as etapas pelas quais passava os pobres e medianos para chegar ao topo da pirâmide. Mas a ópera está no circo e o circo, na ópera: “tudo isto dosado e combinado é adaptado ao final às exigências da nossa civilização”.¹¹³ Essa crônica, escrita em 1903, quando se iniciam as reformas urbanísticas empreendidas pelo prefeito Pereira Passos (1903–06), no governo de Rodrigues Alves (1902–06), já prenuncia uma situação histórica que se acentuaria nos anos seguintes.¹¹⁴ No primeiro ano, foi a euforia com Santos Dumont e a presença de Caruso, “grande celebridade musical do momento na Europa que visitara a cidade em demonstração de que podíamos ser objeto de atenção da cultura européia”.¹¹⁵

O envoltório do Lírico, com a suntuosidade que lhe era própria, envolvia todos os freqüentadores: representantes do circo e da ópera transformavam-se, acreditando que estavam inseridos na civilização. Dentro dele, esquecia-se a travessia, deixava-se para trás a origem, as dificuldades da travessia. O circo era a realidade:

Em estando a sala cheia, existem lá malabaristas de câmbio, acrobatas dos códigos (francês, inglês, etc.) *écuyers* gentis, no patrimônio, equilibristas da corda bamba da vida, e por fim, uma coleção de animais exóticos: papagaios parlamentares; macacos velhos que não metem a mão em cumbuca; hidras da oposição; serpentes da intriga; patativas do norte (vulgo meninos prodígios).¹¹⁶

¹¹¹ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 285.

¹¹² LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 66.

¹¹³ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 66.

¹¹⁴ Quando Pereira Passos deixou a prefeitura, em 1906, “as realizações que iriam ser indissoluvelmente ligadas ao seu nome ainda estavam por terminar. A varíola, a febre amarela e a peste bubônica tinham sido debeladas, e pelas avenidas erguidas sobre os escombros dos bairros centrais da cidade circulavam os bondes e os poucos automóveis existentes; mas a poeira das obras ainda não havia assentado e centenas de trabalhadores se empenhavam em concluir a biblioteca Nacional, o Teatro Municipal e os Cais do Porto, num trabalho que ainda se estenderia por alguns anos” — em: KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro, 2001, p. 12.

¹¹⁵ CARVALHO, 1988, p. 18.

¹¹⁶ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 66.

A ópera é a distância guardada entre a realidade do país e a representação idealizada que se ia concretizando aos poucos: ao “tapume engalanado à ópera” opunha o “faustoso e soberbo” Lírico. Cinco anos após essa crônica (1908), o Rio de Janeiro veria morrer, num surto de varíola (6.545 cariocas), enquanto a administração municipal havia contraído alguns milhares de contos de réis para terminar a construção da Biblioteca Nacional e do Palácio Monroe.¹¹⁷

O imigrante entra nessa análise como símbolo de continuidade das pretensões elitistas de conformar a sociedade nacional “à imagem da Paris burguesa”, que também era a representação de toda a Europa e do conjunto de seus valores modernos. Entre o tapume e o Lírico formava-se a identidade carioca, analogia que consegue criar uma imagem de cidade dividida, quando se pensa no Rio de Janeiro, mas podemos estender esse pensamento para as outras partes do país. São duas paisagens contraditórias, mas que era preciso atravessar.¹¹⁸ Estamos considerando os imigrantes que para cá vieram, no início dos séculos XIX e XX, como mais um item colocado na cesta da modernidade e do progresso.

Para os representantes do segmento progressista, o país do “tapume” significava o atraso e a tradição e negava o projeto político democrático-liberal dos republicanos de elevar a nação ao nível das da Europa. O objetivo do projeto era promover o progresso do país e da civilização por meio de reformas econômicas e urbanas capazes de impor novos hábitos e comportamentos aos indivíduos condizentes com a remodelação da sociedade. Enquanto o desenvolvimento crescente das lavouras de café e o alto preço que esse produto alcançava no mercado internacional — alimentando ainda mais a ganância dos produtores —, eles não mediram esforços para “atrair para suas lavouras imigrantes, espalhando nos países de emigração folhetos de propaganda em que o clima do estado, a facilidade de arranjar fortuna nele, as garantias legais — tudo, enfim, era excelente e excepcional”.¹¹⁹

Quando, no entanto, ocorria a baixa dos preços e os lucros das exportações não garantiam os lucros anteriores — antes, até os aumentava —, os cafeicultores “deixaram de

¹¹⁷ KESSEL, 2001, p. 13.

¹¹⁸ O interessante em Lima Barreto é a capacidade de percepção dessa divisão que era, em última instância uma contradição denunciada por poucos intelectuais do período. Segundo Angel Rama, as elites da América Espanhola “não copiavam à margem Oeste do Atlântico um preciso modelo europeu, como tantas vezes se disse [...], mas era também uma invenção com apreciável margem original, uma filha do desejo que é mais livre que todos os modelos reais e ainda mais desbocada, e que, além disso, ao tentar real-çar-se, entraria em um amálgama enlameado com a insistente realidade circundante” — em: RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 73.

¹¹⁹ LIMA BARRETO, **Toda crônica**, p. 289. As elites, para Lima Barreto, haviam utilizado expedientes desonestos para atrair os estrangeiros; não contentes de proclamar isto dentro do estado, começaram a subvencionar jornais e escritores de todo o país para espalharem tão pretensiosas afirmações que o povo do estado recebia.

fazer a tal propaganda do Estado no estrangeiro” e adotaram internamente a repressão a que havia mandado buscar:

Aumentaram a polícia, para a qual adquiriram instrutores e mortíferas metralhadoras e deram em excomungar os estrangeiros a que chamam anarquistas, de inimigos da ordem social, esquecidos de que andavam antes a proclamar que a elegância da sua capital, os seus lambrequins, as suas fanfreluches eram devidas a eles, sobretudo os italianos. A influência dos estrangeiros, diziam, fez de São Paulo a única coisa decente do Brasil. E todos acreditavam, porque os dominadores de São Paulo sempre se esforçavam por esconder as dilapidações ou coisas parecidas, convencendo os seus patrícios de que o estado, a sua capital, sobretudo, era coisa nunca vista.¹²⁰

Para o cronista, a ganância dos capitalistas se respaldava na “opinião” de quem os acoitava e confiados na “tal história de capital artística e cidade européia”. A imagem de cidade moderna e, por meio dela, a atualização da histórica e do sentimento de igualdade perante as nações européias serviam para convencer os grupos internos, afeitos à reprodução da ideologia dominante. Tal situação valia para São Paulo e para o Rio de Janeiro, embora Lima Barreto responsabilizasse “o cinismo dos especuladores com a guerra” de ter espalhado o “mal-estar” social: os especuladores de São Paulo haviam infeccionado o Brasil, pois não respeitavam “o esforço, a dignidade e o trabalho dos imigrantes, os quais só lhe servem, quando curvam a cerviz à sua desumana ambição cremarística”.¹²¹

Essa situação vale para São Paulo porque a questão dos “forasteiros” era, lá, muito mais presente que no Rio de Janeiro. Ao polemizar com Múcio da Paixão, por haver dito que o Rio era “a menos brasileira das nossas cidades”, Lima Barreto contrapõe o argumento, afirmando que:

O último recenseamento desta cidade, feito pelo prefeito Passos, em 1890, acusava para ela a população total de 811.443 habitantes, dos quais 600.928 eram brasileiros e os restantes 210.515, estrangeiros. Não se pode, creio eu, dizer que uma cidade não é brasileira quando mais de dois terços de sua população o são. Convém ainda reparar que, no número dos estrangeiros, estão incluídos 133.393 portugueses, mais da metade do total de forasteiros, fato de notar, pois os lusitanos muito pouco influem para a modificação dos costumes e da língua.¹²²

¹²⁰ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 290.

¹²¹ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 291. Seguindo a crítica do cronista, ele ainda acrescentava: “os estrangeiros, agora, já não serviam e eles queriam livrar-se do incômodo que os forasteiros lhes davam, criticando-lhes os atos, a sua cupidez, o esquecimento dos seus deveres de governantes, para só protegerem os ricos, os monopolistas, que eram também estrangeiros, mas não no ponto de vista do governo estadual, que só julga assim aqueles que não partilham a opinião de que ele é o mais sábio do mundo e afirmam que, em vez de estar fazendo a felicidade geral, está concorrendo para enriquecer os seus filhos, seus genros, seus primos, seus netos e afilhados e os plutocratas ávidos” (p. 290).

¹²² LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 305. Comparando o recenseamento citado por Lima Barreto com os dos estudiosos do período, tem-se que o aumento da população do Rio de Janeiro devia-se, também, à imigração européia. Entre os anos de 1906 e 1920, entraram no país 1.099.332 pessoas: “Do total, majoritariamente destinado ao estado de São Paulo, uma parcela significativa se estabeleceu na capital federal, fazendo com que o elemento estrangeiro perfizesse 210.515 habitantes (24% da população) em 1906 e 243.153 (21%) em 1920. Destes, aproximadamente três em cada quatro eram portugueses” (CARONE, 1975, p. 13).

Se a cidade do Rio de Janeiro acompanhava a intensa expansão da economia do país — “era o maior e mais importante centro industrial e portuário do país, oferecendo numerosas oportunidades de trabalho aos imigrantes recém-chegados”¹²³ —, espanta o fato de, entre quatro estrangeiros que ficavam na cidade, três serem portugueses. Isso porque a principal característica era o escoamento de mercadorias, e não a produção. Desse raciocínio podemos, então, dizer que era a melhor cidade para os portugueses, partindo do princípio de que não haviam desenvolvido aptidão para a agricultura e que tinham o tino aguçado para o comércio: condição que os mantinha afastados do trabalho no sentido lato.

Para os desejos de incorporação na rede de benefícios e favores possíveis, fazia-se necessário banir toda espécie de crítica, para evitar a qualificação de despeitado: crítico só interpõe argumentos contrários à ordem dominante e ao consensual quando ele não está se beneficiando ou não tem os recursos exigidos para ter o privilégio da inclusão entre aqueles que detêm o poder de distribuir os favores. Sobre a morte do editor Garnier, em 1911, Lima Barreto diz aos possíveis leitores que sua crítica à editora e ao seu dono — que mobilizava soberanamente o mercado editorial brasileiro nesse período — não era movida por esse sentimento: “Não há aqui nenhum despeito. Eu nunca tentei editar-me nela, tanto mais que isso era demorado e me repugna os famosos pistolões”.¹²⁴

Como eram necessários “empenhos para tudo”, o cronista reitera sua repugnância e o seu orgulho de não recorrer a tais expedientes e denunciava a prática clientelística, a rede de favoritismo que, desde as profissões liberais até as mais humildes e desprezíveis, precisava reafirmar a vinculação com quem detivesse o favor. A prática do favor era corrosiva para quem tivesse esperança de transpor os obstáculos sociais com independência, talento e competência. Lima Barreto reclama constantemente dessa particularidade das nossas relações sociais na época: “Ora, convenhamos que é aborrecido isso de estar a pedir empenhos para

¹²³ KESSEL, 2001, p. 13.

¹²⁴ BARRETO, *Toda crônica*, p. 103. O ideário liberal é uma presença constante nos escritos de Lima Barreto. “Ao tema da variedade individual contraposta à unidade estatal vincula-se a outro tema característico e inovador do pensamento liberal: a fecundidade do antagonismo. A tradicional concepção orgânica da sociedade estima a harmonia, a concórdia mesmo que forçada, a subordinação regulada e controlada das partes ao todo, condenando o conflito como elemento de desordem e de desagregação social. Ao contrário disso, em todas as correntes de pensamento que se contrapõem ao organicismo, afirma-se a idéia de que o contraste entre indivíduos e grupos em concorrência entre si (inclusive entre Estado, donde o elogio da guerra como formadora da virtude dos povos) é benéfica e é uma condição necessária do progresso técnico e moral da humanidade, o qual apenas se explicita na contraposição de opiniões e de interesses diversos, desde que desenvolvida essa contraposição no debate das idéias para a busca da verdade, na competição econômica para o alcance do maior bem-estar social, na luta política para a seleção dos melhores governantes. Compreende-se assim como é que, partindo dessa concepção geral do homem e da sua história, a liberdade individual entendida como emancipação dos vínculos que a tradição, o costume, as autoridades sacras e profanas impuseram aos indivíduos no decorrer dos séculos, torne-se uma condição necessária para permitir (juntamente com a expressão da variedade ‘dos caracteres individuais’) o conflito e, no conflito, o aperfeiçoamento recíproco.” (BOBBIO, 1994, p. 27–28).

tudo. Se a gente quer ser guarda-noturno precisa empenho, se quer ser professor de direito empenho. É de desesperar”.¹²⁵

Segundo Schwarz, a situação do favor estava presente no Brasil e entranhada nas relações sociais próprias ao regime anterior. Havia definição do estatuto jurídico do escravo, mas, para os livres sem propriedade, restavam as relações de dependência com aqueles que ocupavam o topo da pirâmide. Os livres e pobres se submetiam à arbitrariedade dos proprietários de terras, detentores da prerrogativa de dar ou negar o favor pedido. Após a instalação do regime republicano, as relações sociais de dependência, cultivadas e aperfeiçoadas, continuaram a existir, agora sem a presença incomoda da escravaria. Nas relações entre proprietários e despossuídos, criou-se no meio rural a existência do agregado: figura que atravessou as décadas e chegou ao presente.

Nas cidades no início do século XX, os antigos proprietários ou os novos grupos que ascenderam social e economicamente representavam a mesma mentalidade de origem. A diferença, no caso da vida urbana no Rio de Janeiro, é a proximidade do Estado e sua ocupação pelas antigas elites e seus representantes que o ocupavam sem mudança substancial da mentalidade enformada pela prática do favor.

Esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como a administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte. Mesmo as profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que, na acepção européia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. *O favor é a nossa mediação quase universal* — e sendo mais simpático do que o nexos escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção.¹²⁶

Lima Barreto, nas crônicas e na obra de ficção, denuncia incansavelmente a experiência social da dependência, do capricho, do estado de exceção: fatos representativos da continuidade histórica que marcou a passagem do século XIX para o XX. Assim, a autonomia da pessoa, a universalidade da lei, a cultura desinteressada, a ética do trabalho são temas que ainda se fazem presentes na escrita de Lima Barreto. A civilização ou a “alta cultura” — “caracterizada pela urbanização, a escrita, o desenvolvimento das ciências, a metalurgia, o surgimento de um poder separado do parentesco (Estado), o desenvolvimento da divisão

¹²⁵ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 103.

¹²⁶ SCHWARZ, 2000, p. 16.

social do trabalho e das diferenças de *status* entre indivíduos e grupos”¹²⁷ — ainda não era uma realidade efetiva. O que Lima Barreto denuncia, no entanto, é a falsificação que havia entre os discursos e as práticas modernas, quando o que reinava era a dependência econômica e social da maioria da população aos caprichos da classe dominante e grupos burocráticos, que dominavam o Estado. Ao talento e ao mérito, continuava a se opor a cultura do favor.

Com base em Franco percebe-se que a cultura da intromissão entre público e privado tem sua raiz na própria constituição dos órgãos administrativos: as “agências locais” existentes no interior do país. Os esforços empreendidos no sentido de formar “um aparelho administrativo que concentrasse realmente os meios pecuniários da Administração e dispusesse de um corpo de agentes disciplinados pelo esforço metódico e despersonalizado das funções públicas” esbarrou na própria dinâmica da vida local, ou seja, no “[...] agente governamental imerso nas situações concretas em que desempenhava suas atribuições funcionais, com sua conduta se orientando antes pelos fortes interesses e influências que envolviam a sua vida de maneira imediata, que por longínquos e abstratos controles legais.”¹²⁸ “A integração dos serviços oficiais à vida da comunidade” permitiu que houvesse “o baralhamento das atividades públicas e privadas”, cujo desdobramento é a articulação entre a “dominação pessoal” nas relações sociais.

Os “agentes locais” mantinham com o Estado o distanciamento que funcionou como impedimento à absorção direta dos elementos racionais da administração. A “pobreza inerte” das “agências locais”, devido à falta de fundos próprios do governo e a centralização de suas ações,¹²⁹ fez que os funcionários procurassem meios próprios de resolver os problemas e as necessidades da comunidade local; noutros termos, a penúria foi compensada pela prática rotineira de “aplicação de recursos privados em serviços públicos”.¹³⁰ Este expediente foi amplamente utilizado pelos funcionários e defendido pelos grupos locais que orientavam suas práticas “por compromissos pessoais” e contra o Estado e o Direito. “O cargo público aparece

¹²⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 2.

¹²⁸ Segundo Franco, “o que legitimava o exercício efetivo do poder público, assentava-se, antes na autoridade do passado, nos usos e costumes sancionados através do próprio reconhecimento contínuo e antigo e por meio da orientação habitual da conduta para o conformismo, do que na determinação, pelo governo, de submeter as situações concretas a um controle racional que previsse e fixasse de maneira geral os meios eficientes tendo em vista finalidades perseguidas no futuro” (1997, p. 125).

¹²⁹ No dizer de Franco, este estado de pauperização dos municípios deve-se à política financeira do Império: “na urgência de fornecer meios para o governo central, a forte concentração das rendas públicas tornou ainda mais desprovidos os já poucos cofres municipais” (1997, p. 128).

¹³⁰ “Essa mistura entre a coisa pública e os negócios privados fundamenta-se, sem dúvida, na extensão do controle pessoal a todo o patrimônio do Estado. A passagem é rápida: o homem que sustenta com recursos particulares as realizações próprias do governo está subjetivamente pronto para considerar como seu o conjunto dos bens públicos confiados à sua guarda.” (FRANCO, 1997, p. 131).

como uma oportunidade que se aproveita e explora conforme os interesses da vida corrente, mas os preceitos que regem seu exercício pertencem a um mundo estranho, apartado do cotidiano”.¹³¹ A proximidade do representante do Estado como o grupo de poder local propicia a indiferenciação entre a função pública e os “benefícios”, “favores”, “privilégios”, como também conflitos pessoais.¹³² Embora houvesse disposições ou “condicionamentos exteriores de conduta do servidor público”, o certo é que nem o “reforço do dever por vantagens pecuniárias” nem “a expropriação das agências intermediárias do governo” alcançaram o objetivo de formar “um corpo de agentes disciplinados para o exercício metódico e despersonalizado das funções públicas”. Desde as primeiras tentativas de constituição do Estado burocrático houve dificuldade por parte deste de romper com os interesses e influências que diziam respeito à situação institucional e à vida privada dos funcionários, que em geral tenderam a agir de acordo com as situações concretas, e não “por longínquos e abstratos controles legais”.¹³³ Assim, os procedimentos expressamente regulamentados esbarravam nos costumes de longa data e, ao mesmo tempo, a contigüidade entre o funcionário e aquele que lhe favoreceu.

¹³¹ FRANCO, 1997, p. 134.

¹³² Mas aqui não temos a intenção de hierarquizar a forma de usurpação do Estado para benefício privado: “transformar a autoridade inerente ao cargo em instrumento usado diretamente em proveito próprio é tão da ordem das coisas quanto servir-se da superioridade garantida pela riqueza, pela posição na sociedade ou na política, para pressionar o agente governamental” (FRANCO, 1997, p. 139).

¹³³ FRANCO, 1997, p. 121. Com relação aos vínculos entre os funcionários e os grupos sociais, a autora afirma ainda que “a conduta do servidor público, orientada mais pelos vínculos que o prendiam aos interesses de seu meio social, que pela lealdade para com seu empregador distante e desmaterializado, começa a tornar-se inteligível quando se evidencia como era de fato ainda rudimentar o próprio conjunto de fórmulas que disciplinava a realização dos objetivos do Estado. Seu caráter positivo, isto é, sua cristalização num corpo de preceitos estatuídos objetivamente e consubstanciado como força normativa, havia penetrado de maneira rudimentar na consciência de cidadãos e funcionários, tornando precária sua eficiência para garantir da parte de ambos homogeneidade e continuidades de ação. Conforme é sabido, então como hoje, a organização e o funcionamento dos serviços públicos tinham sua legitimidades garantida formalmente por um codificação escrita, não se assentando sobre um fundamento consuetudinários” (FRANCO, 1997, p. 122).

Capítulo 4

A SOMBRA PERDIDA: NOBREZA SEM REALEZA

Tenho dito muitas vezes que não vou ao teatro. Isso é verdade. Não porque despreze o teatro propriamente; não porque despreze os artistas; não é porque despreze os autores. Eu não vou a teatro porque desprezo o público. Os artistas e autores não têm culpa de que o nosso teatro seja a chulice que é; quem tem culpa é o público. Aqueles dão a este o que este lhes pede, e não podem, e não devem fazer outra coisa, pois precisam sobreviver.

— LIMA BARRETO

Elysio de Carvalho, após desembarcar no Rio de Janeiro, vindo de Recife, adquire o título de bacharel em direito. Marcado “a ferro na alma pelo aristocratismo tradicionalista”, autodenominava-se “intelectual europeu”: contrário aos valores da burguesia e sempre pronto a golpear a “supremacia material e mercadológica” da classe que ele dizia combater. Pensava em viver à margem de “qualquer perspectiva de massa ou de classe” e reverenciava os valores do patriciado do Norte. Em 1912, escreve, na revista *A ilustração brasileira*, a crônica “A sociedade do Segundo Império”, título que nos prepara para uma retrospectiva da “sociedade supremamente distinta e superiormente culta” do Rio de Janeiro no século XIX. Por algum tempo, Elysio de Carvalho teve certa admiração pelo anarquismo¹ — “primo radical do liberalismo”; no seu entendimento, essa filosofia resguardava a liberdade e o individualismo cultivado sob o manto ostensivo das excentricidades aristocráticas.²

¹ “Hoje, não vacilo em afirmar que o anarquismo é um acervo de falsas idéias filosóficas e morais... O anarquismo, como idéia, é uma expressão filosófica saída do cristianismo — o maior flagelo da humanidade... Não ignoro o lado verdadeiramente trágico da existência dos pobres nem aprovo a iniquidade dos pobres saída do cristianismo — o maior flagelo da humanidade... Não ignoro o lado verdadeiramente trágico da existência dos pobres nem aprovo iniquidade sem nome que é o regime imperante: [...] há mister que uma transformação radical se produza em nosso regime social — mas essa transformação será obra de uma aristocracia esclarecida, prudente e criadora, que tenha seus decretos respeitados por um povo que saiba obedecer.”

² Elysio de Carvalho sustentou, por certo tempo, um discurso apologético dos códigos do anarquismo: “que o indivíduo é a medida de todas as coisas; que o homem é ingovernável, é para si sua única realidade, seu fim e seu todo; que todo poder é um absurdo; que a propriedade é um roubo; que o Estado tem seus alicerces no crime e só é mantido pela violência; em suma, que o mundo da iniquidade e do roubo, onde a desigualdade faz o sofrimento do maior número o poder dos plutocratas dos dirigentes, será fatalmente substituído por um mundo novo”. (*A ILLUSTRACÃO BRAZILEIRA*, p. 65).

Esse preâmbulo visa acentuar o espaço que ainda existia para escritores afeitos à aristocracia, e essa crônica foi usada para mostrar a continuidade dos fundamentos tradicionais quando havia justamente a intenção de constituir a cidadania. Nela se lê o cosmopolitismo³ e provincianismo, situações nas quais também Lima Barreto procura assentar em sua crítica à sociedade moderna, porém oligárquica e antiquada. Elysio de Carvalho considera os vários aspectos que caracterizavam a “sociedade” de 40 anos atrás (1860), afirmando o “notável cunho de graciosidade” e a leveza dos protagonistas do tempo, a aristocracia. Era uma sociedade requintada de galanterias que se praticavam “nos saraus, récitas e bailes”, cenários de acontecimentos políticos, conspirações e amores lícitos e ilícitos. Para deleite dessa nobreza, “espirituosa e formosa”, havia outras sociabilidades cujos cenários eram montados no espaço público: as touradas, as paradas de São Cristóvão e as corridas do Prado. Mulheres “buliçosas” eram seduzidas por homens de muitos “talentos” — “valsistas intrépidos, cortejadores impenitentes, cavalheiros destemidos e janotas excêntricos, fidalgos e letrados, homens de corte e de parlamento” —, cultivados e apurados ao longo de várias gerações.

As extravagâncias dessa aristocrática sociedade ficavam por conta dos “que nunca perdiam a linha, mesmo quando raptavam dançarinas do Alcazar e quebravam taças nas ceias do Provençaux”. A estilística das conversas de salão — “graciosa, polida, brilhante” — era preservada com cuidado, pois — segundo esse cronista — naquele tempo se cuidava do “espírito com o mesmo carinho com que se cuidava da roupa”. As confabulações eram regadas a “classicismo da linguagem” e “fidalguia no trato”. Os saraus propiciavam os encontros entre iguais; ali os modos aristocráticos eram exibidos e exercitados de maneira “franca e perfumosa”, substituía o formalismo pelo humor sutil: “a conversação tanto era uma escola de boas letras como de boas palavras. Era o reino da galanteria, uma galanteria preciosa e envolvente, meticulosa e requintada, cheia de medidas e sutilezas.”⁴

Esses modos aristocráticos são avaliados positivamente por Elysio de Carvalho. Dessa aristocracia, quase nada restava quando ele escreve essa ode à antiga sociedade do Segundo Império: “hoje cultivamos o desdém de ser brasileiro, falando em língua pretensiosa e irritante, erichada de vícios e calões, e mais ainda, esquecemos as mais vulgares regras da boa cortesia”. Admirados e cortejados eram os valores que manifestassem insígnias das classes

³ Para essa autora, o “ideal cosmopolita não deve ser visto apenas como vontade de copiar para estar na moda; a vocação cosmopolita da cidade do Rio de Janeiro significa muito mais do que isto e será sempre responsável não apenas por seus aspectos os mais sedutores, mas também por uma dimensão política que a torna crítica do poder, sintonizada com os aspectos mais progressistas da política, opondo-se a atitudes e comportamento reacionários” — em: RESENDE, Beatriz (Org.). **Cronistas do Rio**. Rio de Janeiro, José Olympio: CCBB, 1995, p. 46.

⁴ A ILLUSTRAÇÃO Brasileira, p.

abastadas: o bom gosto, a distinção, a inteligência, a elegância, enfim, o cultivo da “polidez dos costumes e das maneiras”. Todos os homens da aristocracia destacados pelo autor nasceram na riqueza, mas mantinham a “energia pessoal” e “inestimável valor para a geração republicana”.

Nessa representação das camadas da nobreza, não aparece o valor do trabalho como sustentação da moral e da ética do capital: são personagens com destaque na política ou na literatura ou em ambas. O cronista se refere à produção material da sociedade, mas elogia as “qualidades extraordinárias” de homens que nunca trabalharam, porque viviam para o cultivo da genialidade, do intelecto: o vigor da nação não está em quem produziu pelo trabalho paciente e dedicado, mas nos que tinham as qualidades extraordinárias das boas maneiras, da polidez, da cultura formal, do saber vestir e viver, despreocupados do mundo concreto da produção. De certa forma, a documentação até agora coligida não registra discursos de valorização do homem “comum”: o ideal de social se volta aos bem-sucedidos na sociedade ritualística à sombra da monarquia; a ideologia da perseverança, da vontade, da frugalidade e da disciplina — cuja prática alçaria o homem comum a uma posição de respeitabilidade — inexistia na documentação; não há uma tecnologia espiritual que pudesse ajudar a sedimentar os valores burgueses.

Em 1912, Elysio de Carvalho ainda homenageia as condessas e comenta as mesuras e coqueterias de janotas excêntricos e gentis-homens mundanos, como Marques de Abrantes, figura representativa da sociedade pernambucana, “letrado à maneira antiga”, diplomata, parlamentar, “o mais elegante dos poetas brasileiros”, cuja figura resumia “todas as qualidades de bom gosto e de distinção, de inteligência e de elegância da terra pernambucana, primaz, e quase único na polidez dos costumes e das maneiras”.⁵ Produzida pela pena do cronista, essa figura causa pasmo quando, na página seguinte, aparece seu retrato: a descrição não condiz com a imagem: cabelos ralos, entradas profundas, papada sobre o colarinho branco e barriga proeminente. Além dessas qualidades, Marques de Abrantes sabia conquistar as mulheres “condessas” e levava para casa, “altas horas da noite, as mais belas cantoras do Lyrico, como a Stolz e a Candiani...”.

Outro símbolo do mundanismo aristocrático dessa época é Maciel Monteiro, “crônica viva” dessa sociedade que — segundo o cronista — perdeu importância na década de 1880:

⁵ A ILLUSTRAÇÃO brasileira, n. 69.

Assim, podemos dizer que Maciel Monteiro, com suas seduções e suas singularidades, seu prestígio mundano e seu sibaritismo, sua casquilhice e seu romantismo, é como que a crônica viva dessa sociedade, que foi pouco e pouco se dissolvendo, até 1880, época em que o espírito e a graça decaíram.⁶

Essa sociedade de homens galantes termina com a geração de 1880: sociedade sustentada pela “tradição familiar de alta cultura e refinada elegância”. Não se conseguia isso da noite para o dia: era preciso muitas gerações para completar a educação e o refinamento exigido pela “boa sociedade”. De novo, o cronista insiste na comparação com o presente de 1912: a República “quase nada ou muito pouco herdou” daquela sociedade “espirituosa, alegre e infatigável”.

Enquanto a guerra do Paraguai sorvia as reservas financeiras do Império e negros escravizados morriam nas batalhas em defesa da honra da nação — que lhes recusava a liberdade —, os nobres e perfumados exercitavam a “vivacidade, a alegria, o espírito, o talento de agradar às mulheres”.⁷ As noites eram regadas a “aventuras memoráveis” e “paixões arrebatadoras”. Elysio de Carvalho lamenta o fim desse idílio social e aristocrático: “tudo parece ter acabado com essa brilhante geração”.⁸

Após 20 anos de queda da Monarquia, ainda havia saudades dos tempos imperiais e estranhamento com a sociedade carioca. As transformações urbanísticas, a adoção de novos comportamentos, o surgimento de grupos econômicos ligados à especulação imobiliária e financeira davam ao Rio de Janeiro a aparência de cidade “cosmopolita”, que — diz o cronista — se desagregou, isto é, se diversificou e perdeu seu “cunho mundano” que acobertava os divertimentos da sociedade elegante daquele tempo. Ele registra o fim da “boa sociedade” e caracteriza o que surgia de suas cinzas: “a galanteria, que há quarenta anos segredava palavras sentimentais, atrás dos biombos de seda, pratica-se hoje em mangas de camisa, nos *courts de tennis*, nos *five o'clock*, nas recepções com janotas de *rackets* e sapatos brancos de borracha”.⁹ O cronista via a convivência social praticada entre “os nobres de pés de barro”, o “comércio galante com as mulheres, a arte do bom tom” darem lugar às sociabilidades públicas, coletivas e amparadas por outros signos. Da “tradição gentil” de

⁶ A ILLUSTRUÇÃO brasileira, n. 69.

⁷ A ILLUSTRUÇÃO brasileira, n. 69.

⁸ A ILLUSTRUÇÃO brasileira, n. 69.

⁹ Sobre a adoção de práticas esportivas modernas, ver: JESUS, Gilmar Mascarenhas de. Construindo a cidade moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV, v. 13, 1999; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902–1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

homens “valentes intrépidos, cortesãos elegantes, casquilhos cheios de fidalguia”, restavam as saudades do cronista e as fumaças de um tempo tornado, irremediavelmente, passado.¹⁰

Se os homens livres — proprietários da sociedade escravista — podiam prescindir do trabalho e cultivar o ócio, seus substitutos não respeitavam a “gramática” nem não sabiam a “arte do gamão” e do “voltarete”: prazeres levianos e despreocupação do trabalho eram passado. Com se vê, embora houvesse o discurso ostensivo sobre a necessidade de coagir as pessoas ao trabalho regular, mesmo que à custa de medidas policiais, ainda se comparavam duas sociedades regidas por códigos distintos: a do trabalho compulsório, a do trabalho livre — esta ressentida e saudosa da ausência de quem sustentou a escravidão por séculos. O tempo perdido desse cronista se caracteriza pela presença de homens “grosseiros”, “rudes” e “incultos” que ascenderam economicamente sem as qualificações tidas — por ele — como nobre. O cronista se ressentia da falta de limites dos recém-chegados à nova ordem: não se põem em seus lugares, querem se apropriar dos espaços públicos e ambientes sociais antes reservados aos grupos superiores. Nesses termos, a classe destronada impõe barreiras aos grupos ascendentes, fruto da transição do velho edifício imperial para o regime republicano de governo. Os excluídos da “boa sociedade” se apossam dos destroços da antiga ordem sem nenhum sentimento de respeito ou gratidão pelo passado: são os novos-ricos, os arrivistas que não conhecem outro valor senão o do dinheiro e tudo que ele pode comprar.

Para Lima Barreto, no entanto, havia uma distinção a ser feita entre os grupos ligados à ordem imperial e os arrivistas que ocuparam o novo regime e a prática da política:

No império, apesar de tudo, ela tinha alguma grandeza e beleza. As fórmulas eram mais ou menos respeitadas; os homens tinham elevação moral e mesmo, em alguns havia desinteresse. Não é mentira, isto, tanto assim que muitos que passaram pelas maiores posições morreram pobríssimos e a sua descendência só tem de fortuna o nome que receber. O que havia neles, não era a ambição de dinheiro. Era, certamente, a de glória e de nome; e, por isso mesmo, pouco se incomodariam com os proventos da “indústria política”.¹¹

Lima Barreto procura classificar esses “novos”, mas seu olhar ainda os discrimina como sem limites quanto à política e cultura: não poderia esse olhar discriminador ver

¹⁰ A ILLUSTRAÇÃO brasileira, 69, abr./1912, p. 116. Esse relato de Elysio de Carvalho se refere a um sobrevivente da geração de 1880: “Joaquim Nabuco surgiu no Rio alguns anos antes da completa decadência da sociedade carioca e era, pois, da geração que sucedeu a do seu pai, a mais brilhante de todas. Apareceu como um tipo escandaloso de beleza varonil e, imediatamente, em torno do seu nome forma-se uma falsíssima legenda de adultérios, de edílios e de dramas de paixão, como em torno de D Juan toda a história amorosa de Espanha. [...] Joaquim Nabuco era um perfeito *gentleman*, admirado e aplaudido. Foi sempre um vitorioso na sociedade do Rio e a sociedade de Londres, em Paris e em Washington, a sua imensa bondade, a sua extrema arte de agradar, tendo sido menos um processo para a conquista de afeições e simpatias que tinha, do que uma tendência natural do seu temperamento. Nabuco era o encanto feito homem, a distinção personalizada, amabilidade correta e grave, que foi dele o tipo perfeito do homem gentil dos ingleses”.

¹¹ BARRETO, *Toda crônica* p. 392.

“grandeza e beleza” no regime anterior ou ver “elevação moral” na classe política imperial, pois também ela não servia aos interesses dos grandes comerciantes e traficantes do regime.

Os remanescentes, os que viveram uma época e outra, comparam os tempos e idealizam o passado: consagram os vultos que entrarão para a história como representantes da ordem antiga. Daí a persistência e longa vida dada a personagens como José de Alencar, Machado de Assis, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, que continuaram a ser referência e exemplos de mérito e valor. A República — afirma Lima Barreto —, “trazendo à tona dos poderes públicos a borra do Brasil, transformou completamente os nossos costumes administrativos e todos os ‘arrivistas’ se fizeram políticos para enriquecer”. Assim como compara as damas binoculares com a nobreza de Versalhes, o cronista se volta à Revolução Francesa, comparando o enriquecimento dos revolucionários com os que aqui, tomaram o poder: “Fouché, que era um pobretão, sem ofício nem benefício, atravessando todas as vicissitudes da Grande Crise, acabou morrendo milionário”.¹² Com base na mentalidade de outro grupo, o cronista conclui:

Parecia que o império reprimia tanta sordidez nas nossas almas. Ele tinha a virtude da modéstia e implantou em nós essa mesma virtude; mas, proclamada que foi a república, ali no Campo de Santana, por três batalhões, o Brasil perdeu a vergonha e os seus filhos ficaram capachos, para sugar os cofres públicos, desta ou daquela forma.

Embora tivesse apenas 8 anos de idade quando foi proclamada a República, Lima Barreto se sentia parte da geração dos velhos senhores do império e defendia seus valores políticos e morais. “Implantou em nós” significa a adesão do cronista à “modéstia” que ele julgava ter havido nos representantes do antigo regime.

Os novos — os recém-chegados — são punidos porque não dominam a “alta cultura”. Lima Barreto, ao falar de “um obscuro amigo”, conta como ele defendia sua inserção na ordem política e cultural da República: primeiro, o “obscuro” julga que, pela natureza do regime, “o príncipe” republicano deveria sair “das camadas médias e atravessar vagarosamente os cargos políticos e administrativos”. Os medianos deveriam, então, no regime republicano, assumir o poder. A ironia do cronista não parou aí:

Não é de supor que tenha uma grande ilustração nas letras, nas ciências e nas artes. Formado em bacharel ou em outra qualquer cousa, o seu comércio com os livros deve ser pouco a pouco abandonado. Não só porque isto lhe pediria tempo que deve ser mais bem empregado no estudo de cousas eleitorais e no cultivo de relações pessoais poderosas e decisivas no lugar em que ele começar sendo juiz, promotor ou médico de aldeia, como também os livros lhe tirariam a energia precisa ou dispersá-la-iam quando é seu dever consagrá-la toda num único propósito: subir.¹³

¹² BARRETO, *Toda crônica*, p. 392.

¹³ BARRETO, *Toda crônica*, p. 439.

Desse homem obscuro que deseja subir, fazer carreira burocrática, o cronista subtrai a cultura livresca, dispensável à ascensão social — “a sabedoria comum” bastava. Se a administração do país tinha destemperança, o argumento do cronista não convence: então bastaria aos novos presidentes serem versados nas obras clássicas para dominar a situação do país? Ou esses limites postos pelo escritor seriam ressentimentos em favor dos “que estudam a vida inteira”¹⁴ mas se encontram fora da sociedade, dos que não tinham suas sabedorias livrescas reconhecidas.¹⁵ De certa forma, esse é o preconceito contra o homem comum e sua sabedoria, pois os letrados se julgam detentores da cultura tradicional, e os novos chegados são indiferentes às estratificações e hierarquias. A ironia do cronista nos leva a crer que ler jornais e “revistas vulgares” não eram práticas dignas dos letrados.¹⁶

Para tudo isso, porém, os gastos da carreira não exigem o manuseio de grandes obras e o comércio de tratadistas em vigor. Bastará o emprego da sabedoria comum, sem abandonar a leitura constante dos jornais e das revistas vulgares. Uma vez ou outra, entretanto, é conveniente conversar com os malucos que estudam a vida inteira ou ler-lhes apressadamente as maluquices que escrevem.¹⁷

Batalha do bom gosto contra o mau gosto

Ainda em 1912, o autor de “Notas de um fluminense” erigiu uma imagem do passado que não muda muito a essência dos valores considerados como positivos. A sociedade do Segundo Império é exaltada pelas suas exterioridades concretizadas na coqueteria, na galanteria e nos bons modos ditados pela etiqueta própria à nobreza. A glorificação e o deslumbramento pelas exterioridades são constantes em muitas crônicas e artigos. O regime de trabalho e o regime político eram outros e respaldados discursivamente por outros paradigmas, mas a sedução pelas roupagens nobres continuava a ser parte das práticas culturais e econômicas dos novos grupos. A diferença — pensamos — estava na disseminação ostensiva desses valores para o todo do social. A atmosfera de superficialidade

¹⁴ BARRETO, *Toda crônica*, p. 439.

¹⁵ “A sociedade de massas, a indústria cultural, o avanço da alfabetização introduziram a variante definitiva na cultura moderna, que continua oscilando entre a disseminação dos instrumentos de instrução e a preservação de uma elite. O Estado, sempre tutor das diferenças, foi árbitro através de várias instituições. Desde então há uma constante aspiração à diferença das classes ilustradas, um trajeto contra a apropriação, o mercado e a massa — esse monstro anônimo que devora perversa e inocentemente suas obras, embora tenham ocorrido repetidas incursões no território alheio” — em: MONTALDA, Graciela. **A propriedade da cultura**: ensaios críticos sobre literatura e indústria cultural na América Latina. Chapecó: Argos, 2004, p. 25.

¹⁶ Preconceito contra os instrumentos de instrução das massas, a elegia aos clássicos caracteriza os intelectuais desse período: “Não é difícil ver em museus, jardins botânicos, zoológicos, exposições mundiais ou em outras formas de se organizar o ócio, a partir de fins do século XIX, o traçado de uma fronteira monumental e de pretensão culta face às coleções de livros baratos, revistas populares, cartões-postais, estádios desportivos, parques de diversões, panoramas e outros signos da cultura plebéia; era a batalha do bom contra o mal que se iniciava” (MONTALDA, 2004, p. 25).

¹⁷ BARRETO, *Toda crônica*, p. 439.

e a sedução pelas ilusões fugazes contaminavam o julgamento de muitos analistas desse período.

As revistas de amenidades têm a função de orientar, com seus conselhos pedagógicos e exemplos edificantes, comportamentos sociais e práticas culturais dirigidos a uma sociedade sedenta de arejar hábitos, costumes e formas de expressão social: da vestimenta aos códigos de bom-tom. As modernas tecnologias, em particular a imprensa, ensinavam aos novos sujeitos métodos para se afastarem, esquecerem e, sobretudo, esconderem, do outro, as origens; daí a preocupação em criar aparências e absorver códigos refinados de convívio social — instrumentos que possibilitam às massas ocupar o espaço público. Embora as revistas fossem para a sociedade refinada, a leitura delas não se restringia a esse segmento: eram lidas, interpretadas e atualizadas, também, pelos estratos inferiores, o que incentivava desejos e aspirações à vida e ao consumo dos elegantes.

Jornais e revistas cumprem, então, o papel de ensinar as práticas culturais e os discursos das elites: são mensagens precisas de como agir no espaço público e na vida privada. Os códigos que regem as duas instâncias são lidos e absorvidos de maneiras várias e diversas — afinal, poucos possuíam as condições materiais para acompanhar, por exemplo, as mudanças da moda: modelos, móveis, produtos que prometiam sanar doenças físicas (prisão de ventre, calvície, problemas uterinos, clareamento da cútis) e psíquicas (neurastenia, debilidade e depressão nervosa). Na leitura dessas revistas, está a relação intrínseca entre novas tecnologias, propaganda de produtos básicos para consumo diário e criação de hábitos de consumo e higiene. A sofisticação das técnicas era simplificada, e a ela eram dados outros sentidos para facilitar sua incorporação e — mais importante — disseminar para o conhecimento das classes populares. Os reclames cumprem esse papel: a incorporação não se dá pela reflexão ativa dos seus significados e modos de usos, mas pelo incentivo ao uso e consumo imediatos. Adquirem, assim, o papel de transmitir o conhecimento das novas tecnologias às classes populares.

É por esses veículos — revistas e dos jornais — que, diz Lima Barreto, “a pobreza da cidade, a massa de operários, de pequenos empregados, de funcionários [...]”¹⁸ tomavam conhecimento das notícias da gente famosa: ficavam sabendo de seus modos de vida, aprendiam os protocolos de convivência social da minoria *chic* afeita a “graves cerimônias” e obedientes “às regras de precedência”. Subjacente a esse texto protocolar formava-se “uma corte” sob os tetos das repartições e instituições de representação. Mas havia, também “as pequenas revistas pouco conhecidas e lidas [...] oferecidas gratuitamente”, pois eram

¹⁸ BARRETO, *Toda crônica*, p. 395.

publicadas com o dinheiro da imprensa nacional ou custeadas com dinheiro do interessado em divulgá-las. Eram distribuídas em subúrbios e estações de trem; chegavam às mais distantes freguesias. Se o texto não era lido, as fotografias divulgavam a pessoa: administradores, homens de negócios privados e públicos, todos podiam usar esse meio para promoverem a si e a seus negócios. A personagem Xandu mandou publicar uma dessas revistas, “espalhando seu retrato e biografia pelos jornais e revistas”.

Elas correm maior área e chegam onde as grandes publicações não chegam. O que perdem em intensidade, ganham em extensão; e os propagandistas políticos sabem bem disso porque não as desprezam. A fisionomia de Xandu, lavada, lavada, simpática, parada com o seu olhar crédulo por detrás do monóculo, correu mundo em clichês de todos os tamanhos, com biografias auxiliares em todas as línguas. S. Exa. Fomentava.¹⁹

As revistas até aqui analisadas têm uma característica recorrente: as seções de autores tratam de assuntos mundanos, prescrevendo regras e modos de agir próprio à modernidade; as fotos que ilustram os textos mostram ocorrências urbanas do cotidiano. Todavia, os retratos de homens públicos e da cidade em movimento em nada lembram aquela sociedade aristocrática; há um desacordo entre textos e fotografias: são homens trabalhando na reconstrução da cidade, numa atividade efervescente; homens modernos em posições solenes: representantes de instituições administrativas como Corpo de Bombeiros, delegados de polícia, freqüentadores da Bolsa de Valores de Nova Iorque etc. — estes, em particular, aparecem vestidos de preto, com cadernos e lápis nas mãos; em seus rostos, a severidade e tensão próprias de atividades burguesas, sobretudo negócios e dinheiro. Também há retratos de homens representativos da política nacional em situação de homenagens, de banquetes com ministros, de posse de generais em cargos civis, generais e civis em confraternização, desembarques e embarques de figuras chegando do exterior ou de partida para lá. Não se pode ver aí costumes e comportamentos da aristocracia imperial. A cidade já não abrigava mais aqueles velhos atores, representantes da aristocracia. Os escritos são dissonantes e inadequados: ao lado dos textos e das abstrações do cronista, estavam imagens que davam concretude a outra estrutura social, cujos preceitos não alimentavam a imaginação saudosista dos remanescentes do período Imperial. Elas dizem mais que os textos — em particular, o de Elysio de Carvalho aqui referido; sinalizam a existência de camadas sociais diferenciadas e a constituição (instituição) de outros imaginários.

Para encerrar essas análises, talvez convenha considerar a relação entre forma e conteúdo conforme o faz Roberto Schwartz, a propósito da obra de Machado de Assis, ao afirmar que a “penumbra melancólica da ficção” do escritor “seria devida ao recuo inapelável

¹⁹ BARRETO, Numa e a *ninfa*, p. 113.

do mundo antigo, que o escritor julgava autêntico, e o avanço da ordem burguesa, que ele não entendia e a que teria horror”.²⁰ Ora, ainda em 1912, a revista *A ilustração brasileira* veicula essa idéia apregoado-a como sinônimo de modernidade e rompimento com o passado, com o atraso. Se não havia mais a sociedade aristocrática para incentivar as superficialidades das relações sociais, nesse momento elas significam adesão incondicional a novas maneiras de se relacionar com o tempo e o espaço; é o tempo de mudanças rápidas para atualizar uma sociedade arcaica segundo o que havia de mais moderno no mundo civilizado. Eis por que era importante aprender maneiras novas de se relacionar com os espaços do público e do privado, onde as superficialidades tinham o tom de racionalidade e atualização.

Nessas notas, o cronista inicia a defesa das “exterioridades”; seu argumento: a importância delas. “Exterioridades — dirão — mas nas exterioridades, o aspecto, se não é tudo, é muita coisa.” Ainda nessa década, surge uma tensão entre defensores da tradição e patronos do progresso, da modernidade. Despreocupar-se com coisas do “luxo externo” era visto como manter o arcaísmo próprio do período colonial — supostamente, aqueles despreocupados eram “influenciados pelas lamentáveis tendências do tempo colonial, que marcaram nossa terra por tantos séculos, mantendo o Rio de Janeiro hediondo e insalubre”.

As transformações urbanísticas promovidas por Pereira Passos e Lauro Muller ainda provocam celeumas entre os que se recusavam a se atualizar. Eram acusados de alimentar “puritanismo rígido”, “desprezo pelos europeus” e de cegos, por não verem a “auréola de opulência, bom gosto e arte” que aquelas reformas haviam promovido. Para anular os argumentos da permanência e validar os seus, o autor retoma não o período em que predominou a aristocracia imperial, mas ao período pré-independência: tempo da “simplicidade bisonha de marqueses e conselheiros”, que, embora fossem “milionários e finamente educados”, viveram em “sobrados de paredes caiadas” e careciam de gosto artístico e julgamento estético, ancorado na maneira de ver patriarcal. Segundo o cronista, o patriarcado colonial julgava as construções antigas como se fossem palácios.

Esses marqueses e conselheiros, representantes dessa mentalidade patriarcal, condenaram à feiúra “a mais bela cidade do mundo”. Se no passado colonial escolheram construir “feito e forte”, se preferiram ficar de “arco e tanga”, naquele momento o desejo do cronista era que viesse abaixo o edifício da tradição, era se distanciar da “arquitetura calcada

²⁰ SCHWARTZ, 1990, p. 120–21 (nota 6).

no risco pesado dos mestres-de-obras portugueses”.²¹ Para ele, era a hora de o país se pôr em pé de igualdade com “povos que têm a arte e gosto apurado e empregam sua riqueza, menos talvez do que a nossa, em criarem para si próprios e para o encanto dos que os visitam, um ambiente de estética perfeita e luxo elegante”, situação permitida pelo avanço técnico que havia posto no mercado novos materiais e técnicas de construção.

Assim, o modelo de modernização se vinculava à glorificação do presente e condenação de atitudes que afirmassem lembranças do passado colonial. Ser moderno, portanto, era definido como ter capacidade de adaptação às exigências externas, aptidão para acolher inovações, sobretudo se significassem predisposição a romper com a tradição do passado colonial e adotar o progresso a qualquer custo. Não havia mais tolerância para a credulidade, a falta de métodos e ações instintivas: a meta era adotar a razão, os métodos das ciências naturais. A ausência desses pressupostos havia condenado o país ao atraso, logo era preciso pôr o país em condições de alcançar “as alturas do tempo” e recuperar o tempo perdido.²²

Por outro lado, a tradição chegou aos mais novos pelo lamento de quem ainda insistia em “chorar o passado”, afinal, o presente não estava mais para ilusões embasadas na “emoção impressionadora dos velhos”, para suas “palavras de recordação dolente, repassadas de mágoa, como por um bem inapreciável perdido para sempre”, que reclama à sua geração o rompimento definitivo com o passado, ou seja, com “veneráveis cavalheiros de cabelos brancos e idéias cinzentas”. Era imperativo ter independência e aprender a julgar, por si só, os valores estéticos: “a confiança na estética de nossos maiores diminui à proporção que ela nos aparece em contraste com as impressões de nossos próprios olhos”, afirmava o cronista. O passado deixa de ser um valor em si para ser reconhecido; tinha de usar argumentos fortes contra a nova geração, adepta ao progresso e à modernização do país: “coisas hediondas, sem

²¹ KESSEL, 2001, p. 15. A análise completa desse processo foi feita por Sevcenko, que compôs o cenário posterior à demolição da antiga cidade, sobretudo a área central, e após a expulsão dos habitantes; uma nova onda de preceitos comportamentais complementaria o processo. O novo cenário suntuoso e grandiloquente exigia outros figurinos, daí a campanha da imprensa — vitoriosa em pouco tempo — pró-condenação do mestre-de-obras. Elemento popular e responsável por quase toda a edificação urbana até então, foi defrontado e vencido por novos arquitetos de formação acadêmica. Ao estilo do mestre-de-obras, elaborado e transmitido de geração a geração desde os tempos coloniais — ao fim, uma arte autenticamente nacional —, sobrepôs-se a “art nouveau” rebuscado do fim da *belle époque*. Na vestimenta também se verificam mudanças: passagem da tradicional sobrecasaca e cartola, ambos pretos, símbolos da austeridade da sociedade patriarcal e aristocrática do Império, para a moda mais leve e democrática do paletó de casimira clara e chapéu de passa. O importante agora é ser *chic* ou *smart*, conforme procedimentos do tecido ou do modelo (SEVECENKO, 2003, p. 44–45).

²² Eis o sentido de moderno no início desse processo: “o sentido original de ‘moderno’, ‘modernidade’ com que os últimos tempos batizaram a si mesmos, transmite nitidamente essa sensação de ‘altura dos tempos’ [...] Moderno é o que está conforme o modo: entenda-se o novo modo, modificação ou moda que surgiu em tal presente em contraposição aos modos velhos, tradicionais, que foram usados no passado. A palavra ‘moderno’ expressa, pois, a consciência de uma vida nova, superior à antiga, e ao mesmo tempo o imperativo de estar à altura dos tempos. Para o ‘moderno’, não é-lo equivale a ficar abaixo do nível histórico” (ORTEGA Y GASSET, 2002, p. 62).

conforto, sem lógica, nem beleza e que são lembradas, como encantos, apenas porque passaram — coisas que apenas têm o falso valor da tradição e da morte”.²³

Os símbolos do progresso, porém, são selecionados: nem tudo pode ser parte e representação do ideário moderno, por isso nem tudo que surgia e era incorporado pela população pobre era tido como positivo no presente e do agrado do cronista. Os ruídos provocados pelas novas tecnologias incomodavam seus ouvidos, ainda não habituados ao barulho feito por *bonds* e motores de automóveis. A eletricidade intensificou os ruídos produzidos por carroceiros, ambulantes e até veículos oficiais (viaturas de polícia, bombeiros): pela novidade, os condutores exageravam no uso de tímpanos, sinos, sinetas, assobios e gaitas — subprodutos da modernidade tecnológica usados sem moderação e acessíveis a todos, em especial as pessoas comuns, e que irritava o cronista, representante do grupo alçado ao poder de determinar os limites do uso de objetos-símbolo do avanço técnico. Na opinião do cronista irritado, o barulho criara uma “charivari abracadabrante”:

Verdade seja que a preocupação moderna parece ser — acima de todas — essa: fazer ruído, o mais que for possível. Os *bonds* não se contentam com o bucólico assobio de outrora; têm um tímpano forte, um apito tocado a ar comprimido e uma sereia terrivelmente rugidora, para os subúrbios. Os automóveis andam em concorrência feroz, cada qual mais empenhado em chamar a atenção pelo barulho maior. Os *chouffeurs* abrem a descarga sem necessidade, para o motor arqueje e ribombe num resfolegar possante e têm, ao alcance dos dedos, buzinas várias, que gritam em todos os tons e sempre em fortíssimo. As carroças abandonaram os guizos modestos para adotar campainhas elétricas, que tilintam nervosamente; os veículos oficiais — de bombeiros, da assistência ou da polícia — usam verdadeiros sinos; as casas de loterias têm em cada porta uma sineta gigantesca e incessante; o tilbury mais humilde *fonfona* como automóvel; os vendedores ambulantes sopram em gaitas estridentes ou assobios furiosos, que penetram nos ouvidos como verruma.

Essa passagem deixa entrever que a adoção de técnicas se limitavam com as regras aristocráticas do passado: o “bucólico assobio de outrora” tem valor graças ao mau uso do “ar comprimido”; o automóvel — símbolo maior do progresso e da modernidade — dirigido pelo *chouffeurs* era responsabilizado pela ferocidade com que disputavam o espaço da rua; os “guizos modestos” das carroças, ao serem substituídos pelas “campainhas elétricas”, produziam ruídos ensurdecadores. Como se vê, há uma tensão entre os jornalistas-escritores favoráveis aos aspectos bucólicos do passado como contraposição aos do presente, os modernos; e a tensão atingiu formas diversas de representação do país.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, cujas transformações eram desordenadas e cada vez mais aceleradas, talvez em certos momentos a população tenha se alheado ou distanciado do que

²³ A ILLUSTRAÇÃO brasileira, n. 75, 1912, p. 2.

ocorria em volta. O caos contínuo não é experiência agradável, e a transformação dos elementos imóveis acontecia numa estrutura social rígida: não podiam se reconhecer naquele vendaval. As imagens de caos e mudança contínua não eram percebidas igualmente pelos espectadores; e compreender percepções diferentes exigia agrupar esses observadores em classes homogêneas ao máximo. Portanto, as vivências têm de ser explicadas conforme o consenso possível entre grupos de classe, e não nas divergências individuais. Os contemporâneos que registraram os desconcertos desse momento de mudanças radicais no espaço da cidade e na vida dos seus habitantes devem ser lidos como os representantes ou porta-vozes de grupos divergentes.

A crônica de Elysio de Carvalho neste capítulo sublinha as afirmações sobre a persistência dos valores nobres e a seleção para se adotarem novos componentes técnicos dignos de figurar no espaço público. E mais: reafirmar a contradição contida no desejo de haver progresso sem conseqüências. Se a multidão representava a modernidade, certos literatos podiam repudiar a presença dela e afirmar seu desdém, manifestando o desejo de dominar a rua e a cidade sem as aglomerações de gente para incomodar, pois “não há como a solidão para um homem de talento”.²⁴ Os representantes de valores intermediários — jornalistas e literatos nascidos no Império e crescidos sob o signo do regime republicano — distinguem a produção literária “artesanal” e a produção cultural criada para consumo de um público novo, qual seja, os que cresceram após a República, produto de uma modulação em que, embora estável, fincava-se em chão superficial: os setores remediados que surgem no interior dessa nova sociedade são informados por essas contradições.

A hostilidade a esses novos membros da sociedade e consumidores da produção cultural, cuja difusão se beneficiava de aperfeiçoamentos técnicos recentes, talvez se explique não por eles, mas pelos próprios difusores. Olavo Bilac, Elysio de Carvalho, Coelho Neto e outros se faziam de rogados com o dinheiro que ganhavam mediante essa produção baixa consumida pela “multidão” que afirmavam odiar, daí sua desilusão — obrigados que eram a escrever a um público sem educação formal e gosto estético. O elogio à sociedade imperial com seus marqueses, condes, príncipes e reis pôde desempenhar um papel compensatório, pois para esses literatos era forçoso descer o tom da linguagem para alcançar o maior número

²⁴ SÜSSEKIND, Flora. O figurino e a forja. In: _____. **O pré-modernismo**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 35. A passagem do século XIX para o XX tem relação estreita com as transformações técnicas e o modo de produção cultural. Essa autora faz um painel delas e da situação dos literatos e habitantes da cidade: “[...] diante de uma situação em que o habitante das grandes cidades brasileiras se acha submetido à mutação violenta nas suas coordenadas espaço-temporais, já que as aceleradas reformas urbanas, a introdução dos bondes que se movimentavam por tração elétrica, dos automóveis, a amplificação da rede ferroviária, a difusão de tabuletas de anúncios pelas ruas e fachadas, a vivência do tempo como velocidade, parecem deitar por terra simultaneamente uma visão estável de mundo, uma definição espiritualizada da arte e do artista, uma compreensão da paisagem cotidiana como natureza. No seu lugar, a convivência necessária com a instabilidade, a profissionalização, a paisagem técnica” (SÜSSEKIND, 1988, p. 33).

possível de leitores, ou não teriam lugar para eles nesse movimento de adoção de novas técnicas postas em circulação. Eis por que os literatos do período adotaram um “comportamento pendular”:²⁵ ora elogiavam as novas tecnologias que permitiam transformar a cidade do Rio de Janeiro em cartão-postal para ser admirado dentro e fora país; ora se irritavam com as pressões e mudanças que ameaçavam o domínio cultural e intelectual que até ali haviam exercido soberanamente. Os letrados, por um lado, proclamavam que tudo no país era artificial e enganoso; também não se via valorização de conhecimentos oriundos da experiência e do trabalho constante e disciplinado: os dotes apregoados restringiam ao talento para a “musa” ou a “pena”. Lê-se aí certo desprezo por formas de conhecimento cujo fim não fosse servir a esses dois mitos; também não eram reconhecidos saberes sem ligação estreita com os literários, inclusive o domínio do idioma e de outras línguas: só nesse restrito campo se fazia algo de grandioso para a pátria.

Feliz se sente o patriota se, num lance de olhos para a história pátria, a vê de páginas de ouro. Esse se é poeta, não vacila tornar-se épico e ei-lo cantando os feitos dos compatriotas que, felizes, conseguiram algo de grande para seu país; se ele é o escritor, faz-se historiador para realçar as folhas douradas de um passado honroso; se ele, da natureza que ingrata lhe foi, não possuir os dotes admiráveis da musa ou da pena, triste contingência, alegra-se sozinho, não podendo transmitir seu riso a outros filhos da mesma terra.²⁶

Fruto desse processo pendular, os novos sujeitos — os intermediários — terão um comportamento oscilante também, porque ora tinham de assimilar comportamentos mais condizentes com os novos espaços públicos, ora eram repudiados por não reconhecerem a superioridade da arte produzida, a “artesanal”, sem fins utilitários.

A idealização do passado caracteriza esse período de “valores” em formação ou em vias de desaparecimento. Mas não bastava idealizar o passado; era preciso talento: cartão de entrada para o cenáculo poético ou histórico. Era forçoso possuir armas reconhecidas como válidas para realçar a história da “pátria” por meio da poesia e da história. A mudança de regime fez emergir o que já existia, mas que permanecia ocultado pela hipocrisia, por isso os ressentidos idealizam a ordem anterior, sobretudo clamando por valores morais e éticos que, segundo eles, mudaram os padrões de convivência e honestidade: “a começar por esta última, vimos que o encilhamento trouxe a febre do enriquecimento a todo custo, escandalizando velhos monarquistas, como o visconde de Taunay, que via no fenômeno uma degradação da alma nacional”.²⁷

²⁵ Expressão de Süsskind (1988, p. 33).

²⁶ A ASPIRAÇÃO, n. 2 e 3, 1913.

²⁷ CARVALHO, 1987, p. 26.

Esses princípios e normas que se manifestavam no espaço urbano fazem que se esqueçam os valores morais e éticos que regiam as relações sociais no campo.²⁸ A perplexidade, talvez, possa ser interpretada como luta concreta entre sujeitos iguais — por isso ameaçava mais que as relações entre senhor e escravo — eram condenadas, mas não aconteciam diante dos olhos de todos. A cidade concentrou os conflitos vividos entre seres protegidos pelas leis da civilização,²⁹ logo só pode ser retórica a afirmação de que a nova situação “escandalizava velhos monarquistas”, sobretudo quando se sabe como eles defenderam a continuidade da escravidão. Além disso, o governo imperial se recusou a indenizá-los nos montantes exigidos, o que os levou a apoiar a República. Em 1911, não é muito diferente a visão de Lima Barreto da sociedade que se construía pelos republicanos. Para ele, ainda eram “a crueldade e o autoritarismo que ditavam inconscientemente as nossas leis”.

[...] ainda é a imbecil honra dos bandidos feudais, barões, duques, marqueses, que determinam a nossa taxionomia social, as nossas relações de família e de sexo; ainda são as coisas de fazenda, com senzalas, sinhás-moças e mucamas, que regulam as idéias da nossa diplomacia; ainda é, portanto, o passado, daqui, dali, dacolá, que governa, não direi as idéias, mas os nossos sentimentos. É por isso que eu não gosto do passado; mas isso é pessoal, individual. Quando, entretanto, eu me faço cidadão da minha cidade não posso deixar de querer de pé os atestados de sua vida anterior, as suas igrejas feias e os seus conventos hediondos.³⁰

As impressões de Lima Barreto sobre a nova “aristocracia” citadina e republicana é caricatural: “Elas, as damas, vinham todas vestidas com as mais custosas confecções ali do Ferreira, do *Palais*, ou do nobre Ramalho Ortigão, do Parc, e ensaiavam sorrisos como se fossem para Versalhes nos bons tempos da realeza francesa”.³¹ Essa visão se mistura à zombaria: em seguida, sobre os arremedos e as máscaras da “nobreza” que ele via na rua, “as

²⁸ Para Faoro, há uma geração que não se adapta às novas circunstâncias, e Joaquim Nabuco vê agora diante de si só o caos, “a política converte-se na auxiliar dos negócios, que roeriam tudo, a monarquia, e o caráter nacional. [...] A política propriamente dita perdia importância, ao passo que deixava desenvolver-se, à sua custa, o germen invasor que a devia matar; subordinava-se à função de servir a uma plutocracia tão artificial quanto efêmera, afetando a essa criação de um dia tarifas de alfândegas, impostos, papel-moeda, crédito público. [...] prestígio substituíra o respeito: o respeito fora o reflexo do caráter sobre a opinião; o prestígio era o reflexo da situação que o homem de Estado ocupava ou podia ocupar; não havia mais propriamente o estadista, havia só o político, criatura de um dia, desenraizado, flutuante, sentindo que em nada se apoiava, que um sopro o precipitaria da altura a que fora elevado” (FAORO, 1988, p. 349–50).

²⁹ O fim do regime monárquico e mudanças posteriores marcaram quem simbolizava uma era que chegava ao fim: “O espetáculo irradia desencanto, amargura e dor. Só restam duas forças na sociedade em periclitamento: a especulação e a transformação radical, alimentadas, ambas, pela plutocracia. A política, filha da moral e do direito, cultivada num círculo ilustrado e superior, degrada-se nos conchavos do dinheiro ou a eles serve, ignorante de sua grandeza. O germen corruptor se insinuara na máquina do Império, corrompendo-o e abafando o estrépito de sua queda. As ‘épocas desinteressadas e patrióticas’ dão a tonalidade ao momento atual, por contraste — a saudade purifica os vícios do tempo velho, idealizando-o. De outro lado, os arautos do progresso, embriagados de futuro, queriam vestir a Europa e a América, graças a uma derrama de ações” (FAORO, 1988, p. 350).

²⁹ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 100.

³⁰ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 100.

³¹ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 146.

damas binoculares”, o cronista as compara com grupos carnavalescos. A “nobreza” republicana se formava nos preceitos binoculares, portanto nas regras ditadas, que poderiam ser estendias para quem soubesse ler:

Não posso compreender como a elegante Mme Bulhões Sylvá, toda lida e saída nas revistas, jornais e livros do bom-tom, que tem o *Don't* de cor, como o Senhor Aurelino o Código Penal, sai de manhã de casa, meta-se num bonde em companhia de pessoas mais ou menos desconhecidas e vá pelas ruas do Rio de Janeiro afora, ao som de uma charanga que repinica uma polca chorosa de muito rancho carnavalesco.³²

As suntuosidades republicanas intimidavam os pobres. A Biblioteca Nacional, construída para “abrigar uma casa de instrução, destinada aos pobres-diabos”, era uma mentira, pois como poderia os “malvestidos, os tristes, os que não têm livros caros, os maltrapilhos ‘fazedores de diamantes’, avançarem por escadarias suntuosas, para consultar uma obra rara, com cujo manuseio, num dizer aí das ruas, têm a sensação de estar pregando à mulher do seu amor?”. Mas aquela suntuosidade não era para os maltrapilhos: “ninguém compreende que se subam as escadas de Versalhes senão de calção, espadim e meias de seda; não se pode compreender subindo os degraus da Ópera, do Garnier, mulheres sem decote e colares de brilhantes, de mil francos”.³³

Construções elegantes eram erguidas para deleite e usufruto dos elegantes. Os menos pobres podiam freqüentar às vezes, quando fosse possível tirar uma parte do orçamento para comprar roupas e adereços que compusessem uma figura condizente com o esplendor dos prédios públicos e, assim, penetrar no recinto da “Versalhes tropical”. Aos muito pobres, restava ficar de fora e se orgulhar do edifício, sem desejo de conhecê-lo por dentro: a imagem externa bastava, pois essas construções imprimem patriotismo nos inferiorizados, “crentes na grandeza da pátria, nas suas riquezas e no seu futuro”. Segundo o cronista, essa crença patriótica se construía com base nas exterioridades: “infelizmente, porém, nos preocupamos muito com os aspectos externos, com as fachadas, e não com o que há de essencial nos problemas da nossa vida urbana, econômica e social”.³⁴

Romper com o passado: o maravilhoso valor das coisas efêmeras

Nessa cidade do Rio de Janeiro, a multidão ia às ruas para ver, em movimento, fatos tidos hoje como corriqueiros, mas que assustava o jornalista da revista *A ilustração brasileira*. Esse artigo de 1912 nos ajudou a pensar nas mudanças nos modos de agir das

³² LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 146.

³³ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 149.

³⁴ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 159.

peessoas quando em exposição pública.³⁵ Também mostrou a preocupação de pensadores e intelectuais do período com a invasão da técnica na vida privada e pública, assim como com os efeitos deletérios do desenvolvimento técnico e científico. O cronista — no caso aqui analisado — preocupa-se com os danos que a inflação de imagens trazidas pela fotografia e pelo cinematógrafo podia provocar na mente das novas gerações; para ele, a ameaça imediata era a possibilidade de as imagens se sobreporem à leitura e escrita: a consequência seria a perda da imaginação, para o leitor, e do processo criativo, para os escritores futuros.

No início do artigo, o autor afirma: “[...] a população de Paris, como a de todas as grandes cidades, divide-se em duas classes — algumas centenas de originais, que vivem para ser vistos e três milhões de criaturas, que vivem para ver”.³⁶ Ser visto e ver posicionam as pessoas em certo ângulo social: os que vêem não agem — a ação é prerrogativa de quem é visto. No fim, os dois grupos partilham da degenerescência e fadiga que as novas tecnologias impuseram às sociedades. O espaço público se torna objeto de curiosidade, em particular para quem quer participar dos acontecimentos do dia e apreendê-los: “uma chaminé, que deita demasiada fumaça, um cavalo de carro, que escorregou e caiu, uma discussão entre dois vendedores ambulantes — é o suficiente para que se juntem mil espectadores”.³⁷ Se o espectador não estava presente na hora do acontecimento, ele se saía de sua casa com mulheres e filhos, e todos procuravam um ângulo que facilitasse a visualização do fato: “as janelas enchem-se a ponto de desmoronar, as árvores e bicos de gás sustentam pincas humanas. Escadas, mesas, carrinhos de mão, cadeiras e bancos estalam sob o peso de espectadores”.³⁸ Mesmo que a situação momentânea pudesse desencadear “tumultos, esmagamento, carga de baioneta ou cavalaria”, isso não impedia a satisfação de “Ver. O grande desejo é de ver”.³⁹ O prazer moderno de ver era sintetizado em consolo, para quem não pôde acompanhar o acontecimento ao vivo.

Para o cronista, o cinematógrafo se apoderava do “crime, da farsa, das cerimônias oficiais” e fragmentava a “história, a legenda, a atualidade, a Bíblia, os melodramas populares, os folhetins sensacionais e as tragédias clássicas”. Nessas páginas de narração, descrição literária, análise psicológica e dissertação moral, o cinematógrafo substituíra a

³⁵ Quando nos referimos à vida pública, nós a consideramos numa visão ampla: “vida pública não é apenas política e sim, ao mesmo tempo e até antes, intelectual, moral, econômica, religiosa; compreende todos os hábitos coletivos, inclusive o modo de vestir e o modo de se divertir” (ORTEGA Y GASSET, 2002, p. 41–42).

³⁶ A ILLUSTRAÇÃO brasileira, n. 75, 1912, p. 13–14.

³⁷ A ILLUSTRAÇÃO brasileira, n. 75, 1912, p. 13–14.

³⁸ A ILLUSTRAÇÃO brasileira, n. 75, 1912, p. 13–14.

³⁹ A ILLUSTRAÇÃO brasileira, n. 75, 1912, p. 13–14.

pantomima,⁴⁰ ocupava o lugar do teatro: se no palco as palavras, as frases e a eloquência exigiam concentrações do espectador, às imagens bastavam acrescentar “duas palavras de texto explicativo”. Assim, em jornais e revistas, os textos eram substituídos por fotografias “sem arte, mas implacável, verídica e cruel”. As imagens chegaram, também, aos “livros escolares modernos”, que agora tinham “mais gravura do que texto”. Se a invasão da imagem continuasse — vaticinava o autor —, ela acabaria “[...] resumindo D. Quixote, Gil Blas, Racine e Marivaux a mil metros de *films*”. Noutros termos, as obras clássicas poderiam cair na engrenagem do cinematógrafo. O escritor temia que, ante tal máquina, houvesse simplificação do “cérebro humano” e notava que os educadores da mocidade assinalavam a incapacidade dos moços de “acompanhar um raciocínio complexo”.

Uma das consequências do gosto pela imagem era o a mocidade ter se tornado mais fatigada e impaciente para ouvir relatos. A conclusão a que chega o autor dessas notas é uma visão que, de certa forma, concretizou-se:

A geração atual desgostou-se do verbo pelo gongorismo oco dos retóricos; nossos sucessores desprezam as sutilezas da idéia por causa das satisfações fáceis dadas pela imagem. Compreender é coisa muito fatigante, apurar é uma extravagância; ver é o bastante; ver os gestos e imitá-los, ver farsas e rir, atrocidades e heroísmos, somente coisas simples e violentas levadas ao último extremo, no atroz ou no desgosto.⁴¹

Se o cinematógrafo eternizava as imagens do cotidiano urbano, então era possível registrá-las e, depois, vê-las fora do tempo dos acontecimentos; mais que isso, replicá-las noutros espaços. Quanto às fotos publicadas nos jornais, houve outro fenômeno: pessoas comuns aspiravam a ver sua representação fotográfica estampada nas folhas dos diários, numa ilusão alimentada e incentivada por revistas e jornais da época. O deslumbramento com o cotidiano foi atrativo para grupos sociais diferentes que, segundo o cronista, transformaram em obsessão o desejo de aparecer nas colunas sociais: “Não há em todo o mundo país em que a imprensa tenha tanta força e exerça tão grande fascinação. O verdadeiro intuito de todos os atos, todas as idéias, todas as tentativas ou realizações é ser noticiado”.⁴² A vida pública se torna extensão do mundo privado: qualquer cidadão considerava como “necessário comunicar ao mundo por intermédio dos jornais, todos os atos e datas de sua vida particular, seu próprio aniversário, o da esposa, dos filhos, cunhados e afilhados, tios, batizado dos pequenos,

⁴⁰ A ILLUSTRACÃO brasileira, n. 75, 1912, p. 13–14.

⁴¹ A ILLUSTRACÃO brasileira, n. 75, 1912, p. 13–14. Os estudos sobre a facilidade com que imagem influencia e impressiona por muito tempo a gente do povo foi constatado no estudo empreendido por Peter Burke: “Entre a gente do povo [...] impressões físicas têm um impacto muito maior que a linguagem, que faz apelo ao intelecto e à razão” — BURKE, Peter. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 19.

⁴² A ILLUSTRACÃO brasileira, n. 75, 1912, p. 13–14.

moléstias, convalescenças, presença nas festas e missas de sétimo dias...”. Essa necessidade marca as relações entre as instituições desse período, quando tudo parecia novo: novas sensações produzidas pela cidade, como a imprensa popular. Se tudo parecia inovação, era justo que todos participassem da iconografia dos jornais. Brigava-se por visibilidade no novo corpo social na lógica tida como imprópria pelo cronista: para ele, esses sujeitos invadiam um espaço que não tinham o direito de ocupar. “Ultimamente até mesmo a passagem pela rua do Ouvidor, a estréia de um vestido novo ou a compra de um par de meias na casa tal, é noticiada solenemente em letra de forma.”

No exame que faz dos jornais do período, Lima Barreto adverte sobre as insignificantes notícias oficiais que enchiam grande parte das páginas editoriais: “há longas seções sobre exército, marinha, estradas de ferro, alfândega, etc. De nenhum interesse, ou melhor, se há nelas interesse, toca a um número tão restrito de leitores que não vale a pena sacrificar os outros, mantendo-as”.⁴³ Essa obsessão pela publicização da vida privada, segundo esse cronista, contaminava o jornal, fazia dele “um compadre de confidente familiar de toda a gente”. O caráter colonial representado pela continuidade do compadrio no espaço da cidade parecia um mal incurável para o cronista.

Aqui temos duas situações: uma, o desejo de romper com “essa gente de aldeia” — cujas relações sociais eram guiadas por paradigmas da sociedade patriarcal, travada nos moldes do compadrio; outra, o mal-estar provocado pelo surgimento de novos grupos sociais sem o lastro da tradição e o refinamento da educação, mas que tinham dinheiro e se davam ares de importância social. Nesse contexto, eis a mentalidade dos novos jornalistas e escritores que explica a indignação e ironia do cronista: “Como se a qualidade de leitor fosse um mérito extraordinário”! Ora, como desconsiderar que se escreve para uma minoria e que todo leitor era um fato social extraordinário: um sujeito que sabia ler — inclusive os escritos do cronista. E mais: se o jornal depende de leitores para existir, então como afirmar que ser leitor não era algo extraordinário? Como desprezar o “simples fato de ser leitor”, como se isso pudesse ser menosprezado no Brasil início de século XX.

Os grupos sem fortuna e educação equivalente tinham uma “situação” típica dos setores intermediários. Ter situação era poder usufruir bens culturais — jornais e revistas — que não podiam prescindir daqueles consumidores. Cabe lembrar, é uma situação ambígua: o jornal se constituir como empresa (a fim de auferir lucros dessa atividade); jornalistas e literatos ainda vinculados ideologicamente com grupos aristocráticos monárquicos e, em aparência, mais escrupulosos quanto a fazer do dinheiro. É possível pensar nesses grupos

⁴³ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 430.

tidos como conspícuos na relação com o dinheiro porque estes não vinham de traficâncias nem comércios “pouco nobres”, atividades concretas e passíveis de serem percebidas na dinâmica da economia, pois estavam próximas do cotidiano concreto e visível das relações sociais; por isso eram alvo de julgamentos éticos e moralizantes. O passo seguinte é perceber que o dinheiro tem uma aura extratrabalho: ganhava-se mais na especulação financeira, então com ares de impessoalidade.

A ânsia de enriquecimentos, favorecida pela excessiva facilidade de crédito, contaminou logo, todas as classes e dou uma das características notáveis desse período de “prosperidade”. O fato constituía singular novidade em terra onde a idéia de propriedade ainda estava intimamente vinculada à posse de bens mais concretos, e ao mesmo tempo menos impessoais do que um bilhete de banco ou uma ação de companhia.⁴⁴

A urbanização potencializou desejos de incorporação às novas atividades — bancos, companhias de seguro e mineração, fábricas e empresas de transportes, serviços públicos e outras —, mesmo que os sujeitos estivessem desligados diretamente do surto de suas atividades de produção e circulação de mercadorias. Muitos eram expectadores, que assediavam as instituições, que as punham em movimento em favor de desejos difusos de consumidores. Essa situação até ali era desconhecida da maioria da população urbana: “Não há assinante — que digo eu? — não há leitor de jornal ilustrado, que não lhe envie seu retrato, só, ou com a mulher e os filhos, para ser publicado. Por quê? Por nada. Porque é ele, porque lê o jornal, porque comprou um número. É alucinante!”⁴⁵

Evidenciamos essa tensão entre leitores e jornalistas a fim de compreender essa situação na perspectiva dos compradores de jornais ainda não educados para agir racionalmente ou se pôr no âmbito público como anônimos. Consumidores da cultura do efêmero, esses grupos emergentes são o público a que os periódicos deveriam dar visibilidade, para que consumissem seus produtos: notícias, remédios, perfumes e roupas, fatos políticos e outros. Portanto, sem a tradição da fortuna e a educação, sobrava aos grupos intermediários o consumo de coisas efêmeras, situação incentivada pelas revistas e folhetins diários publicados para a massa de leitores.

Não há nada que envelheça tão depressa como o que chamamos ainda nos jornais — humorismo, leveza, graça, etc. [...] Não sei o que tem o tal gênero folhetim de tão estritamente atual, do momento, do minuto em que é escrito que, passado esse *fugace* instante, rança logo e perde todo o sabor. [...] é gênero que procura sempre o fato ou o acontecimento mais em voga, aquele que mais interessa à futilidade de todos e deve ser cheio de alusões às

⁴⁴ HOLANDA, 1995, p. 43–44.

⁴⁵ A ILLUSTRAÇÃO brasileira, n. 77, 1912, p. 40.

peçoas e couças efêmeras, para que o sucesso o bafeje. Não podem os rodapés prescindir do vulgar dia-a-dia, não se podem alçar.⁴⁶

Para nós, consumir símbolos culturais efêmeros era prática própria dos setores intermediários, mas não só. Em todo caso, esses grupos tinham “situação” econômica e financeira instável, mas que podia permitir a eles consumir, ainda que de modo intermitente, produtos culturais e materiais de curta duração. Ter uma “situação” significava, ainda, poder aparecer de vez em quando nos jornais e circular pelas ruas centrais da cidade, mostrar-se aos transeuntes. Mas isso previa consumir antes um arsenal de produtos para fazer boa figura, expressar a respeitabilidade e o nível social com que queria se identificar. O chefe de família desejoso de desfilar com a filha na rua do Ouvidor, na avenida, no Jardim Botânicos aos domingos ou em qualquer outro dia da semana tinha de se sacrificar e gastar dinheiro com vestuários e adereços para filhos e filhas. O homem de negócios se mostrava junto à família bem-posta e vestida com boas roupas para mostrar que tinha tido ascensão social.

Essa situação vale para pequenos e grandes negociantes; aparecer nos jornais, ser elogiado fazia-os adquirir mais credibilidade e honradez perante pares e concorrentes, além de deixar uma boa impressão em clientes. Se é preciso ver, todos queriam ser vistos. Talvez por isso os jornais ficaram saturados de notícias sem ou de pouco interesse ao público em geral. Também se pode pensar em quanto a vida privada tornada pública interessava a todos, estímulo à venda de jornais, seja na cidade do Rio de Janeiro daquele tempo, seja no presente. Lima Barreto anuncia:

Já não é apenas o nome que cada qual faz questão de ver nos jornais, ainda que seja para noticiar a presença na platéia de um teatro indígena ou festa de D. Candinha; o nome não basta, vai se generalizando o hábito de vulgarizar a efígie já por si mesma vulgaríssima.⁴⁷

A revista *Fon! Fon!* tinha a seção “Gaveta das cartas”, onde se publicavam respostas a leitores e leitoras que enviavam seus retratos para serem impressos nas páginas da revista. O responsável pela seção respondia às cartas e orientava sobre como fazer, aonde e quando ir para

⁴⁶ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 376–77. Sobre a formação de leitores na cidade do Rio de Janeiro, ver o estudo da historiadora Alessandra Al Far. Segundo ela, “o percentual de pessoas alfabetizadas na capital federal subiu de 35, 2%, em 1872, para 50,8%, em 1890, e 61,1%, em 1920. Isso significa que, diferentemente do restante do país, onde aproximadamente 80% das pessoas não sabiam ler, no Rio, a partir de 1890, mais da metade da população seria considerada leitora em potencial. Esses dados, divulgados ao sabor do otimismo republicano, podem apresentar alguns excessos frente aos problemas existentes no cotidiano da cidade, marcado pelo recente passado escravocrata e por uma extrema desigualdade social e financeira, que impedia aos seus 180 mil negros libertos e mestiços acesso à instrução. Mas, ao lado de possíveis retoques estatísticos, a sociedade carioca, dessa última década do século XIX, viu crescer em seu bojo uma camada urbana, variada e alfabetizada, notada com especial apreço pelos comerciantes de livros” — em: AL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870–1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 70–71.

⁴⁷ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. ?

terem a chance de ser fotografados por Botelho, profissional que a revista mantinha perambulando de bicicleta pelas ruas mais bem freqüentadas da cidade para obter os “Instantâneos” (nome da seção onde saíam publicadas as fotografias de personagens vistos como importantes). Isso permite supor as dificuldades, os medos e as ansiedades experimentadas pelas senhoras e moças quando iam penetrar no espaço público. Todo aparato técnico e a possibilidade do “instantâneo” podem ter contribuído para manter as pessoas mais reclusas, temerosas das lentes do Botelho. A situação intimidava os zelosos da própria imagem e podia dificultar uma figuração pública condizente com exigências da denominada “Vida Social”. Logo, quem enviava retratos por carta queria garantir, ou melhor, ter a certeza de escolher como queria figurar na revista e de ficar menos exposto aos instantâneos. O autor das notas reclamava que não havia razão plausível para atender aos pedidos de publicação de retratos dos assinantes anônimos nas colunas dos jornais. Só seria possível compreender tais pedidos se viessem acompanhando de alguma ação digna de nota — porque, sobre eles, ele nada tinha a escrever:

Ainda será possível compreender a mentalidade daqueles que fazem alguma coisa — por mais insignificante que seja para ter o nome ou retrato nos jornais. Há desses em toda parte. Os mais espantosos os que representam curiosidade, essencialmente brasileiros, são os que acham natural e simples, a publicação do nome e da figura, sem o menor pretexto — os que não compreendem o formidável ridículo de publicar um retrato com a indicação de um nome, absolutamente desconhecido do público e a nota: nosso leitor. Como se a qualidade de leitor fosse um mérito extraordinário.⁴⁸

Quando líamos a documentação, deparamo-nos com essas notas escritas na coluna “Notas de um fluminense”. Então pensamos na hipótese do cunho pedagógico das notas, cuja função poderia ser afastar as veleidades dos leitores remediados — seus assinantes — para pô-los na situação de consumidores passivos de informações e preceitos de civilidade divulgados nas páginas dos jornais.⁴⁹ Essa insistência de alguns leitores em querer aparecer no jornal pode ser lida como ação ativa para se sentirem participantes e incluídos numa posição em que, também, pudessem ser vistos pelo outro. Numa reflexão mais detida, podemos considerar como plausível a idéia de certo cunho pedagógico: mostrar aos “simples leitores”

⁴⁸ A ILLUSTRAÇÃO brasileira, n. 77, 1912, p. 40 — coluna “Notas de um fluminense”, assinada por R de C. Essas observações têm cunho pedagógico para os remediados ou para quem tem uma situação. Os retratos impressos ao lado do texto analisado aqui exibem pessoas que deveriam ser a representação da sociedade rica; era a elite política como a legação colombiana, os membros da Sociedade Geográfica recebidos pelo ministro da Bélgica, uma sessão solene do Grêmio Republicano Português para comemorar o aniversário da tomada da Bastilha ou mostrar a multidão de pessoas que enchem o salão do Club dos Diários, durante festa pela colônia francesa para comemorar a data 14 de julho ou, ainda a, imponente foto de homens dos Estados Unidos e representantes da mais alta tecnologia: taquígrafos e datilógrafos (idem, p. 15 e 47).

⁴⁹ Na relação que Margarida de Souza Neves faz entre história e crônica, ela realça esse dado pedagógico dos escritos na passagem do século XIX para o XX: “No que diz respeito à história, que se viu em tempos pretéritos tanto no seu caráter disciplinar e acadêmico como em sua função de definir e relacionar os sujeitos sociais, de ser intérprete do acontecido, de tecer sempre suas interpretações com os fios do passado e do presente, e, nessa tessitura, redefinir constantemente os sentidos da trama, dos cenáculos e dos atores” (NEVES, 1995, p. 28).

que não tinham nada de extraordinário para narrar ao lado de suas figuras ao veicularem cenas de altos trabalhos empreendidos por homens vestidos de preto. As fotografias que ilustravam esse texto — e outros lidos nessa revista — permitem afirmar que não eram pessoas comuns quem podia aparecer nas páginas do jornal; só há um tipo de gente com direito a ser estampado: as elites ligadas a instituições governativas, membros de sociedades vistas como relevantes, ministros em encontros com outros ministros do país e do exterior, comemorações de aniversários de pessoas e da tomada da Bastilha, além de turistas dos Estados Unidos em excursão pela cidade. Sempre há uma foto que exhibe, ao lado de proeminentes, um taquígrafo e um datilógrafo, talvez porque sejam profissionais cujo ofício era rentável à época.

Outro olhar sobre as intromissões entre o público e o privado nessa imprensa, o de Lima Barreto via circunstâncias vividas na combinação de situações públicas e privadas grassarem na sociedade brasileira, do topo da pirâmide aos escalões mais baixos na hierarquia social. Mas esse estado de coisa resultava, em parte, de maus exemplos dados pelos jornais ao ensinarem aos leitores “preceitos de civilidade”. Para ele, era mal empregado um espaço precioso: como pode jornais e revistas de uma cidade como o Rio desperdiçar tanto espaço ensinando “às damas e aos cavalheiros como devem trazer as luvas, como devem cumprimentar e outras futilidades”.

Como os jornais estavam muito preocupados com nossa imagem no exterior — imagem que contava mais que todo o resto —, o escritor alertava para o fato de os estrangeiros lerem colunas sociais daqui e, com base nela, concluir que éramos idiotas ao considerar conselhos binoculares elementares e estúpidos: “me aconselha a usar o chapéu na cabeça e as botas nos pés”. Como as etiquetas e os modos civilizados interessavam à “sociedade”, isto é, aos grupos que viviam indiferentes aos verdadeiros problemas do país, o melhor que tinham a fazer, visto que não conheciam as etiquetas, era tomar aulas particulares em casa e não aprender tais coisas nas colunas dos jornais.

Esse pensamento sobre a função dos jornais e a crítica dos conteúdos publicados era particularidade do pensamento de Lima Barreto, mas a disseminação de valores arrevesados compunha um movimento sem freio, pois as classes populares e pobres não só liam e interpretavam os conteúdos nos limites de sua capacidade cultural; também já eram parte da crítica que as revistas mundanas e *chics* passaram a fazer à moda dos costumes cosmopolitas modernos chegavam até elas. A conotação pejorativa — denuncia a maneira enviesada da representação desses grupos pobres — não invalida a presença de grupos excluídos do mercado de consumo de bens europeus: a cultura elitista, propagada nas revistas que tinham as classes altas como público alvo:

Numa loja de modas. Uma mulatinha para o caixeiro: — O senhor faz-me favor de dar um *choux vert a l'Empire* que tenha um *viex-rose dernier* com uma *couronne de drap* para vestir com um *tailleur* de chita *dernier bateau*. O caixeiro: — Não compreendo. Ella: — Arre! Parece que o senhor não lê seu Figueredo do Binóculo!!!!⁵⁰

O autor da “Notas de um fluminense” publicada na revista *A Ilustração Brasileira*, tida como *chic* e lida por gente de altos cabedais, reclamava da insistiam de seus leitores e assinantes em enviar fotografias deles e de parentes para publicação de acontecimentos privados (aniversários, batizados, nascimentos, embarques e desembarques). Limas Barreto, na crônica “Esses nossos jornais”, registra situação semelhante: a população letrada e ascendente considerava relevante a publicização de intimidades cotidianas e privadas.

As colunas sociais se intrometiam na vida privada da população, pelo menos da que podia comprar a revista. Destinadas a ensinar as mulheres *chics* a se vestirem, andarem, qual roupa usarem conforme a ocasião, que chapéu caía melhor em tal ou qual lugar etc., aborreciam o cronista: “Existe, a tomar espaço em nossos jornais, uma bobagem. Além desses binóculos, uns tais diários sociais, vidas sociais, etc. [...] Mas, isso é querer empregar espaço em pura perda”. Essas coisas de modas e comportamentos mais incomodavam o cronista: “tipos ricos e pobres, néscios e sábios, julgam que as suas festas íntimas ou os seus lutos têm um grande interesse para todo o mundo”.

Enfim, vêm à tona outros interesses em jogo nesse fetiche de ver a figura estampada nos cotidianos: “Sei bem o que é que se visa com isso: agradar, captar o níquel, com esse meio infalível: o nome no jornal”. Com efeito, já havíamos dito que a fotografia publicada no jornal podia ser bom negócio e, com sorte, derrotar concorrentes; mas pensar só assim ofusca a idéia de a vaidade, a ostentação e a fatuidade têm muitos lados, assim como boas e más intenções. Logo, a tensão e a disputa pelo espaço público das folhas diárias e da revistas mostram a constituição e instituição de costumes na arena social e a criação e recriação do espaço urbano da cidade pelos novos grupos que nela habitavam na passagem do século XIX para o XX.

Diversão para todas as classes: bailes, cinema e telefone

O Rio de Janeiro a partir de 1910 parece adquirir certa rotina de hábitos e comportamentos. A diminuição do fluxo imigratório e a desaceleração das reformas urbanísticas estabilizam o espaço público já redesenhado. Na década de 1920, as diversões

⁵⁰ A influência francesa sobre nossos costumes tem razões e explicações históricas. O consumo de bens materiais e culturais ia desde roupas, perfumes, estilos a palavras, livros, revistas e idéias. *A belle époque* viu acentuar esse processo de ápice dessa influência. Entre o início e o fim da Primeira Guerra Mundial anunciava-se o término gradativo da soberania francesa entre nós. Iniciávamos então um novo período: o da ascendência econômica e cultural dos Estados Unidos.

passaram a ser no teatro e nas salas de exposições, em lugar das antigas reuniões domésticas e familiares, em que as populações suburbanas misturavam lazer e religiosidade. Lima Barreto acompanha essas transformações e o efeito delas nos grupos dos subúrbios. Segundo o cronista, o subúrbio então havia “perdido a inocência”: “A vida é cara e as apreensões muitas, não permitindo prazeres simples e suaves, doces diversões familiares, equilibradas e plácidas”. Os sentimentos do escritor — já sem muitas ilusões e esperanças — misturam-se à observação da presença e dos efeitos das novas manifestações culturais que chegavam aos subúrbios:

O subúrbio não se diverte mais. A vida é cara e as apreensões muitas, não permitindo prazeres simples e suaves, doces diversões familiares, equilibradas e plácidas, precisa-se de ruído, de zambumba, de cansaço, para esquecer, para espantar as trevas que em torno da nossa vida mais densas se fazem, dia para dia acompanhando *pari passu* às suntuosidades republicanas.⁵¹

Novos divertimentos chegavam ao subúrbio, mudando os hábitos daquelas paragens. O crescimento urbano e as linhas de comunicação atravessavam bairros próximos antes tidos como distantes. Alguns subúrbios deixaram de ser nomeados de “paragens distantes”, pois bondes e trens haviam chegado até eles, para aproximar a cidade central — civilizada — da periférica. Não era mais só o álcool que inebriava a população suburbana: agora ela se jogava “com lascívia nas danças novas que o esnobismo foi buscar no arsenal da hipocrisia norte-americana”. O cronista vê as modernas distrações com pessimismo, atormentado por dificuldades financeiras, penalizado com as misérias materiais da população carioca: “as dificuldades materiais de sua precária existência”. Nas danças e da alegria que dela emanava, o autor via a criação externa de artificialidade “paraíso artificial” feito de “delícias transitórias” de gente que “mergulha, inebria-se” por alguns minutos. Ao final, o que eles teriam após a vertigem da dança era a realidade: “esperar, durante horas, dias e meses, um aumentozinho de vencimentos”.⁵²

Os lazeres contaminados pelas novas tecnologias se misturavam às práticas culturais “roceiras”. Esse aspecto do povo dos subúrbios é tido, pelo cronista, como deslocamento, fuga da realidade difícil de ser vivida por seus habitantes. Para se evadirem de tais circunstâncias, faziam uso de álcool e danças luxuriosas, práticas artificiais e transitórias quando comparadas à morosidade das soluções para os problemas materiais daquela gente.

Mas, enquanto os habitantes buscam a evasão, o cronista se volta ao passado, buscando nele o lugar da inocência e felicidade. Na memória do cronista, surge a imagem de “Santinha”.

⁵¹ LIMA BARRETO, **Toda crônica**, p. 504.

⁵² LIMA BARRETO, **Toda crônica**, p. 63; 67.

Lembro-me bem, dentre eles, de uma moça que, às vezes, atualmente ainda encontro, gordinha, com dois ou três filhos que lhe dão um imenso trabalho para acomodar nos bondes. [...] Santinha valsava até de madrugada. Dizia a todos que, por tanto dançar, não tinha tempo de namorar. [...] Os que a viram dançar e falam dela, até hoje não escondem a profunda impressão que a moça, ao valsar, lhes causou; e quando hoje, por acaso, atrapalhada com os filhos, penso de mim para mim: para que essa moça se cansou tanto? Chegou afinal ao ponto em que tantas outras chegam com muito menos esforço.

Eis com ele se refere aos bailes nos subúrbios de 20 anos antes: “o baile, não sei se é, era ou foi, uma instituição nacional, mas tenho certeza de que era profundamente carioca especialmente, suburbano”.⁵³ Nas lembranças do cronista, os bailes eram uma instituição social privada que ocorria no âmbito das casas de família: “Havia famílias que davam um por mês, fora os extraordinários, e havia também cavalheiros e damas que não faltavam a eles, além de irem a outros de famílias diferentes”.⁵⁴ A conclusão de Lima Barreto nos interessa porque sugere como o espaço privado se estende ao público, mas não por razões ideológicas: “sem receios de errar, entretanto, pode-se dizer que o baile familiar e burguês, democrático e efusivo, está fora de moda, nos subúrbios. A carestia da vida, a exigüidade das casas atuais e a imitação da alta burguesia desfiguram-no e muito tendem a extingui-lo”.⁵⁵

De novo o cronista minimiza as transformações nos subúrbios: vê nelas modos de a população pobre fugir das “apreensões” cotidianas que, de tão abundantes, não podiam permitir “prazeres simples e suaves, doces diversões familiares, equilibradas e plácidas”.

⁵³ LIMA BARRETO, *Toda a crônica*, p. 63. Com o crescimento das cidades, os divertimentos deixam o âmbito privado: “A prática de dançar social e ocasionalmente nos lugares públicos destinados para esse fim (ou melhor, nem em casa nem formalmente, em bailes da sociedade, organizados em ocasiões especiais) reflete este afrouxamento das convenções. Por volta de 1914, a juventude mais liberado das grandes cidades e balneários ocidentais já se familiarizara com danças rítmicas sexualmente provocantes, de duvidosa mas exótica origem (o tango argentino, os passos sincopados dos negros americanos) praticados em *night-clubs*, ou de maneira mais chocante nos hotéis, à hora do chá ou durante o jantar, entre um e outro prato” — em: HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875–1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 288.

⁵⁴ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, 63. Gilda de Mello e Souza, em sua análise sobre a vida dos salões e as sociedades a que elas se ligam, afirma: “os salões variam com a estrutura das sociedades, conforme elas sejam centralizadas ou autônomas, de classe dominante recrutada na aristocracia de sangue (séc. XVII), ou na aristocracia de dinheiro (séc. XIX). No Brasil a vida dos salões liga-se intimamente à ascensão da mulher, que por sua vez é decorrência da concentração da população, do desenvolvimento da vida urbana e da desintegração dos quadros do patriarcalismo rural. Como a vida dos salões gira em torno da mulher, implica numa transformação e na exaltação da figura feminina. Agora ela não é mais louvada como o esteio do lar, mas como a rainha da festa, onde surge entre luzes, a música e o esplendor das vestimentas. No Brasil, como em toda parte, se estabelece uma relação recíproca entre o romantismo e a vida mundana. Pois se, por um lado, o culto apaixonado da mulher no movimento romântico auxilia a dominação feminina nos salões e festas mundanas, por outro lado, a dominação feminina fornece ao romantismo o alimento e a matéria que o sustentou. É o prestígio da mulher nos salões que explica uma certa poesia amorosa; que explica o advento dos pequenos gêneros hoje desaparecidos; como os jogos de sociedade, os versos de circunstância, o desenvolvimento da crônica elegante. É a vida dos salões que impulsionam a evolução do romance e aprofunda a análise psicológica; e — poderíamos acrescentar — explica a curva ascendente que vai de José de Alencar a Machado de Assis” — em: SOUZA, Gilda de Mello. *A estética pobre de Roger Bastide*. *Revista de Estudos Brasileiros*, São Paulo, 1990, p. 227–30.

⁵⁵ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 503.

Esses bailes — que o cronista considera como “festas domésticas” — representam para ele o tempo da “honestidade e respeito entre as famílias”, que podiam se relacionar com outros moradores e outras famílias que morassem nas redondezas das casas. As danças e músicas do passado não tinham o teor libidinoso que as do presente; os pares guardavam “religioso respeito”: significativo da ausência de contato corporal explícito entre homens e mulheres, como veio a acontecer com o surgimento de outras músicas e ritmos dançados nos anos de 1920.

A percepção de Lima Barreto desconsiderou as transformações, ou melhor, a incorporação e a importância da mulher nas novas práticas urbanas de convívio entre os sexos. As reservas do autor quanto ao afrouxamento de valores morais e sexuais no meio familiar, e que se estendiam a espaços públicos, resultavam da presença, nos subúrbios, de uma classe mediana que absorvia com mais rapidez as influências culturais propiciadas pela intensificação e expansão de novas tecnologias de lazer e consumo para as massas.⁵⁶ Como os bailes familiares existiram noutros países, pode se supor que foram um modo de reorganizar a sociabilidade urbana e transcorreu em todas as classes sociais. Segundo Michelle Perrot, foram “o ponto alto da sociabilidade — popular, burguesa, aristocrática — do século XIX. Públicos, privados, improvisados, organizados, temporários, permanentes etc., há um número considerável de bailes”. Cumpriu papel central de “aculturação à cidade e de encontro entre os sexos”.

Contudo, há uma diferença de percepção e compreensão do papel que os bailes exerceram sobre os imigrantes que chegavam à cidade. No dizer dessa autora, “parece que os imigrantes chegados à cidade tinham um prazer extraordinário em dançar, com um entusiasmo, uma expressão do corpo tida como muito chocante pelos observadores burgueses”.⁵⁷ Aqui como na França, os bailes sofreram a interferência de grupos dominantes

⁵⁶ Luiz Costa Lima, em *Terra ignota*, analisa a influência de Le Bon na obra de Euclides da Cunha *Os Sertões* e faz a seguinte afirmação sobre o papel da psicologia social nesse período: “Le Bon está convencido de que o pólo afirmativo do desenvolvimento social humano é o indivíduo que irradia firmeza ética e descortino intelectual. Por outro lado, está não menos persuadido de que o papel dessas individualidades saudáveis é obliterado pelo avanço fulminante das massas. Se as massas são assim negativas, sua presença não poderia ser evitada. Por conseguinte, o livro de Le Bon não seria entendido se fosse confundido com um mero grito de alarme: isso não permitiria que se visse o propósito secreto de construir *Il principio* de um novo tempo. Pois é bem disso que se trata: alertar as autoridades para o que se move nas ruas, não só em seus riscos mas em sua potencialidade; e, ao mesmo tempo, para que elas aprendam a escutar a alma a que pertencem a fim de, cultivando-a e fortalecendo-a, possibilitem o surgimento dos verdadeiros condutores pelos quais as massas anseiam. Atendidas em sua demanda, seriam as massas menos obedecidas do que convertidas em legiões homogêneas. Nesse sentido, ao propósito de Le Bon parecia vital que o seu leitor soubesse que os condutores podem ser de dois tipos; ‘Uns são homens enérgicos, de vontade forte mais momentânea; os outros, muito mais raros, possuem vontade ao mesmo tempo forte e durável’” — em: LIMA, Luiz costa. **Terra ignota**: a construção de *Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 71

⁵⁷ PERROT, 1988, p. 221–22.

socialmente, mas de modos diferentes: lá, a “domesticação progressiva da dança e do baile” afastou progressivamente os corpos: “a burguesia procurava se ‘envilecer’ com empréstimos feitos aos bailes populares”; aqui houve um processo contrário — pelos menos essa é a perspectiva de Lima Barreto, para o qual foi a burguesia que trouxe para dentro do subúrbio as licenciosidades das danças:

Esses bailes burgueses não eram condenados pela religião. Se algumas nada diziam, calavam-se. Outras até elogiavam. O puritanismo era francamente favorável a eles. Afirmava ele, pela boca de adeptos autorizados, que essas reuniões facilitavam a aproximação dos moços e dos sexos, cuja vida particular a cada um deles se fazia isoladamente, sem terem ocasião de trocar impressões, sem comunicarem mutuamente quais os seus anelos, quais os seus desgostos.⁵⁸

Os bailes presentes tinham outra atmosfera. Nos antigos, eram “raros os excessos”, e as danças “[...] se prolongavam sem que o mais arguto do ‘sereno’ pudesse notar uma discrepância nas atitudes dos pares, dançando ou não”.⁵⁹ Entre nós, o baile era uma reunião bucólica de famílias, convidados e “subconvidados”; não havia rixas nem brigas, as danças eram comportadas, sem “discrepâncias nas atitudes dos pares”. Na frente casa, ficavam os de fora: os não-convidados, sem rebeldia ou tentativa de penetrar no recinto onde se dançava e comia. Parece idílica tal descrição, mas sempre ouvimos histórias e até hoje presenciamos cenas em festas onde os não-convidados quase sempre arrumam confusão, briga para entrar, mesmo sem convite. Para Lima Barreto, em suas memórias, as festas aparecem mais bucólicas do que de fato eram: “sereno” era nome que se dava ao agrupamento de curiosos que ficavam na rua a espiar o baile. “Quase sempre era formado de pessoas das vizinhanças e outras que não haviam sido convidadas e lá se postavam para ter assunto em que baseassem a sua despeitada crítica”.⁶⁰ A leitura de Perrot sobre o papel dos bailes e as tensões e rixas que originava é outra: “local de encontro entre os sexos separados pela cidade, o baile é um lugar de busca e desejo, carregado de desafio, de paixão que muitas vezes geram rixas e explosões de brutalidade. Nos bairros populares, as saídas de baile são momentos de temida violência”.⁶¹

A conclusão da autora ilumina outro lado de nosso assunto quando afirma que, no âmbito da cultura, a “difusão dos modelos culturais não se faz em mão única”.⁶² Se assim o for, por que os bailes deixaram de ocorrer no âmbito da família? Porque ele nasce dentro das casas como festa privada, onde pais e mães zelosos podiam mostrar suas filhas sem correr os

⁵⁸ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 504.

⁵⁹ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 503.

⁶⁰ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 66.

⁶¹ PERROT, 1988, p. 221–22.

⁶² PERROT, 1988, p. 221–22.

riscos de vê-las seduzidas por qualquer um. Há uma intencionalidade moral atrás dessas festas organizadas e controladas por todos, festas em que os jovens permaneciam sob a batuta do patriarca, que por sua vez contava com a observância de outros pais que acompanhavam suas filhas nas festividades. A mudança ocorre por causa de fatores estruturais, portanto sem a intenção racional de transformação do papel da família na condução dos preceitos da moralidade.

A explicação para o deslocamento dos bailes familiares para o domínio do público quem dá é Lima Barreto:

Hoje, porém, as casas mingam em geral, e especialmente, na capacidade dos seus aposentos e cômodos. Nas salas de visitas das atuais mal cabem o piano e uma meia mobília, adquirida a prestações. Meia dúzia de pessoas, numa delas, estão ameaçadas de morrer asfixiadas com as janelas abertas. Como é que elas podem comportar um baile à moda antiga, em que dançavam dúzias de pares? Evidentemente, não. Isto acontece com as famílias remediadas.

Conclui esse autor: para “a gente média”, os bailes estavam em processo de desaparecimento. Para as famílias, “as verdadeiramente pobres, a coisa piora. Ou moram em cômodos ou em casitas de avenidas, que são um pouco mais amplas do que a gaiola dos passarinhos”.⁶³ Nessa passagem, o cronista expõe a proeminência do capital sobre o espaço urbano e sua influência na transformação da cultura: a especulação imobiliária se refletia nos hábitos e costumes dos suburbanos⁶⁴ ao estreitarem suas casas e expulsar as famílias para clubes dançantes das vizinhanças, “onde as moças vigiadas pelas mães” pudessem “piruetar em salão vasto”.

O tempo dos casarões passou mesmo, constata o cronista:

Na escolha da casa, presidia sempre a capacidade da sala de visitas para a comemoração coreográfica das datas festivas da família. Os construtores das casas já sabiam disso e sacrificavam o resto da habitação à sala nobre. Houve quem dissesse que nós fazíamos casa, ou as tínhamos para os outros, porque a melhor peça dela era destinada a estranhos.⁶⁵

Em 1922, o processo de remodelação da cidade já havia estabelecido o lugar social dos segmentos urbanos. Mas ainda é possível notar, nas crônicas do período, os valores dominantes do que Lima Barreto define como “verdes”:

Nos tempos idos, essa gente verde das nossas elegâncias — verde é sempre uma espécie de argot — sempre mutável e variável de ano para ano, — desdenhava o subúrbio e acusava-o falsamente de dançar maxixe; hoje, não há diferença: todo o Rio de Janeiro, de alto a baixo, incluídos os Democráticos e o *Music-Club* das Laranjeiras, o dança.

⁶³ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 499.

⁶⁴ PECHMAN, Robert Moses; RIBEIRO, Luis César de Queiroz. *A Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro*: contribuição à história da formação do capital imobiliário. Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, maio./ago. 1986.

⁶⁵ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 499.

Cabe ressaltar que, neste trabalho, sempre que possível, procuramos relacionar os diversos segmentos entre si para reafirmar a relevância da atmosfera social quando o cronista nota, por exemplo, a mutabilidade e variação que aconteciam entre os grupos sociais e econômicos. Nesse presente, temos o *set* carioca, os remediados e os pobres dançando as mesmas músicas, compartilhando o mesmo gosto. Mas não só o gosto estético, pois as músicas propiciavam “danças luxuriosas que os hipócritas estadunidenses foram buscar entre negros e os apaches”. A implicância quase conservadora de Lima Barreto é pela transmutação desses ritos originais que, ao passarem para “os pés dos civilizados”, “[...] perdem o que significava primitivamente e se tornam intencionalmente lascivas, provocantes e imorais”.⁶⁶

Na descrição do baile suburbano em residência próxima à sua, o cronista constata, não entre ricos, mas entre os que podiam dar festas e oferecer, sem pagamento, festas familiares, a presença da cultura dos Estados Unidos, nas músicas.

Perguntei a minha irmã, provocado pela monótona musicaria do baile da vizinhança, se nos dias presentes não se dançavam mais valsas, mazurcas, quadrilhas ou quadras, etc. Justifiquei-lhe o motivo da pergunta.

— Qual! — disse-me ela. — Não se gosta mais disso... O que se apreciam os dançarinos de hoje, são músicas apolcadas, tocadas à *la diable*, que servem para dançar tango, *foxtrot*, *ragtime*, e ...

— *Cake-walk*? — Perguntei.

— Ainda não se dança, ou já se dançou; mas agora, está aparecendo um tal de *shimmy*.⁶⁷

No romance *Numa e a ninfa*, temos o início de uma definição que pretendemos tornar mais clara.⁶⁸ Quando o autor descreve a Cidade Nova e a diversidade de seus habitantes, temos indícios do que denominamos, neste trabalho, de setores intermediários, remediados, classes médias:

Como em todas as partes, em todas as épocas, em todos os países, em todas as raças, embora se dê, às vezes, o contrário, sendo mesmo condição vital à existência e progresso das sociedades — os inferiores se apropriam e imitam os ademanos, a linguagem, o vestuário, as concepções de honra e família dos superiores. Toda a invenção social é criação de um indivíduo ou grupo particular propagado por imitação a outros indivíduos e grupos; e, quem disso não tem que se amofinar com os bailes da Cidade Nova, ou fazer acreditar que sejam batuques ou sambas, que lá os há como em todos os bairros. É exceção.⁶⁹

⁶⁶ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 501.

⁶⁷ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 499.

⁶⁸ Para Maria Sylvia de Carvalho Franco, o homem livre e pobre surge “na fímbria do sistema econômico organizado para a produção e comercialização do café” e só nesse processo vão surgir “as atividades a ele relegadas”. Como se vê, os setores intermediários ou remediados desempenharam, ao longo de séculos, “serviços residuais, que na maior parte não podiam ser realizados por escravos e não interessavam aos homens com patrimônio. [...] Portanto, podemos pensar estes setores como aqueles que passaram a desempenhar dentro deste sistema econômica atividades distantes daquelas anteriormente executadas pelos escravos. Por outro lado, é possível que estes homens residuais procuraram exercer atividades que os mantivessem próximos dos “homens de patrimônio” (FRANCO, 1997, p. 65).

⁶⁹ BARRETO, *Numa e a ninfa*, p. 62–63. O autor vê essa representação, também, nos grupos superiores: “Sabe toda a gente que quando um grupo social tem um pensamento fortemente comum e deseja realizá-lo inconscientemente procura um indivíduo em que encarná-lo e por ele executar o seu desígnio. Nos generais que freqüentavam os corrilhos políticos e próximos, havia a esperança” (idem, p. 135).

O narrador ressalta a severidade com que preceitos e regras criados pelo grupo superior são aplicados. Ao escrever sobre os bailes que aconteciam na Cidade Nova, ele observa que os pais, temerosos de que suas filhas fossem desonradas pela sedução, redobravam os cuidados. Essa observação do autor objetiva defender a população da Cidade Nova de acusações feitas pelas “revistas” e “folhetins surrenés” de que os bailes daquelas paragens eram licenciosos. “Há neles até exagero de vigilância materna ou paterna, de preceitos, de regras costumeiras de grupo social inferior que realiza a criação ou a invenção de outro grupo.” Esta é, portanto, uma definição possível do que aqui chamamos de setores intermediários: por imitação, apropriação, realizam as criações sociais e as invenções do grupo dominante, às vezes com exagero até.

Nesse campo moral, as relações dos setores dominantes — o grupo que inventa preceitos, regras e os torna em código de conduta válido para todos — passam a sugerir que grupos inferiorizados são incapazes de reger a vida social segundo moldes tidos como superiores. Por isso, o autor defende a população da Cidade Nova e até observa que a forma de apropriação dos valores morais pelos subalternos era mais severa. As práticas de convivência entre suburbanos são intermediadas pela cultura superior: no subúrbio havia figuras populares para mediar a cultura local com a tida como universal, civilizada. Assim, o autor descreve como as elites pararam no tempo e julgavam os moradores do local com base em informações literárias já ultrapassadas: “A Cidade Nova de França Júnior já morreu, como já tinha morrido a do Sargento de Milícias quando França escreveu”. O olhar das elites sobre o subúrbio estava ainda restringido pelas leituras das “revistas” de ano.

Se antes de depois da abolição o subúrbio era constituído pela “população de cor livre”, agora o narrador do romance vê ali outra situação:

A Cidade Nova não teve tempo de acabar de levantar-se do charco que era; não lhe deram tempo para que as águas trouxessem das alturas a quantidade necessária de sedimento; mas ficou sendo o depósito dos detritos da cidade nascente, das raças que nos vão povoando e foram trazidas para estas plagas pelos negreiros, pelos navios de imigrantes, à força e à vontade. A miséria uniu-as ou acamou-as ali; e elas lá aforam com evidência. Ela desfez muito sonho que partiu da Itália e Portugal em busca de riqueza; e, por contrapeso, muita fortuna se fez ali; para continuar a alimentar e excitar esses sonhos.

Esse movimento não foi percebido pelas elites, que ainda julgava a população ali residente com mentalidade de 60 anos atrás; as elites republicanas continuavam a desconhecer a população e as transformações de seus aspectos sociais e culturais. Se, como quer o autor do romance, “os inferiores” se apropriavam e imitavam os “ademanos”, a “linguagem”, o “vestuário”, “as concepções de honra e família dos superiores”, também adquiriam “anseios

de beleza” próprios dos superiores. Eis o caso dos tocadores de piano, que expressavam, resumiam todos os “anseios de beleza” da população suburbana: tornaram-se figuras disputadas (“herói-poeta”, “demiurgo estético”); as moças conheciam “seus hábitos, as suas roupas” e pronunciavam seus nomes e alcunhas “com uma entonação de quase adoração amorosa”: “Xixi”, “Dudu”, “Bastinhos”. Todavia, para as elites o samba, o batuque e o cateretê ainda predominavam nas populações suburbanas — o que o narrador nega: “A Cidade Nova dança à francesa ou à americana e ao som do piano [...] o que vem a demonstrar que o ‘cateretê’ não é bem o que a Cidade Nova gosta”.

A presença do cinema no Rio de Janeiro em 1896 desencadeou uma mudança cultural, descrita por Lima Barreto como outra oportunidade de os estrangeiros dominarem a cultura nacional. Mas se pode afirmar que o cinema foi, quase desde o início, um veículo de massa internacional: a cinematografo chegou para ficar e se popularizou à medida que se espalhava pela cidade: aos poucos, ganhava os subúrbios e caía no gosto popular. Como escreveu o cronista: “o que havia de característico na vida suburbana, em matéria de diversão, pouco ou quase nada existe mais. O cinema absorveu todas elas e, pondo de parte o mafuá semi-eclesiástico, é o maior divertimento popular da gente suburbana”.⁷⁰ Ele tinha ressalvas ao cinema porque este havia “arreatado e monopolizado” até os pianistas das festas domésticas nos subúrbios para colocá-los nas salas de exibição. O cinema — escrevia o cronista — “nada tem, porém de próprio ao lugar, é tal e qual outro e qualquer cinema do centro ou qualquer parte da cidade em que haja pessoas cujo gosto de se divertir no escuro arrasta a ver-lhes as fitas durante hora e tanto”.⁷¹

Em 1920, auge da popularidade do cinema vindo dos Estados Unidos, Lima Barreto registra sua intolerância aos cinematografo, ou melhor, a um modelo de cultura que roubava a cena das coisas afrancesadas. Se antes nossa referência política era a Revolução Francesa, agora serão a democracia e o progresso estadunidense, que enchiam as cabeças das elites e seus representantes.

Não posso suportar essas hediondas damas americanas: Ketties não sei o que, Thedas; e os respectivos cavalheiros: Johns, Hamiltons, Tigres de toda a sorte. As mulheres têm uma carnadura de gesso ou mármore artificial e uns gestos duros e angulosos; os homens, com uns enormes olhos que se esbugalham mais no patético, têm um mento quadrado de sioux, muito antipático.⁷²

Se as atrizes não caíam no gosto do cronista — pelo visto, ele não gostava muito desse tipo de mulher —, também os homens não tinham, para ele, nenhum glamour. As histórias que

⁷⁰ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 503.

⁷¹ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 503.

⁷² LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 105–07.

as fitas contavam eram ainda mais indigestas: “E todas essas fitas americanas, são brutas histórias de raptos, com salteadores, ignóbeis fantasias de uma pobreza de invenção de causar pena, quando não são melodramas idiotas que deviam fazer chorar as criadas de servir de há quantos anos passados”.⁷³ Essas observações do cronista sobre os filmes do Uncle Sam visam denunciar a atuação da polícia associada com a Liga da Moralidade, que, a partir da década de 1920, começa censurar o lazer e reprimir comportamentos tidos como atentados à moralidade e dissolventes dos costumes da família.⁷⁴ Nos bailes dentro das casas, as moças estavam sob vigília constante dos pais; mas o cinema vem liberar os comportamentos, pois “não funciona à luz do sol, nem à da eletricidade, nem à da lua...” e era da assistência das fitas dos Estados Unidos que nasciam muitos amores condenados porque fora do âmbito controlador da família. Pelos menos era isso que a liga e a polícia tentava provar para justificar sua atuação repressiva.

Clara dos Anjos, a personagem central do romance de mesmo nome, também não era freqüentadora assídua das salas de cinemas: quando o narrador descreve as relações dela com o exterior, fora da família, ele afirma que Clara era tratada pelos pais com “muito desvelo” e, exceto com a mãe ou o pai, “só saía com D. Margarida, uma viúva muito séria, que morava nas vizinhanças e ensinava a Clara bordados e costuras”.⁷⁵

O seu sonho era o Engenho de Dentro e o seu cinema. Ter dinheiro, para ir sempre a ele, ver-lhe instantaneamente as *fitas* que os grandes cartazes anunciavam e o tímpano a soar continuamente insistia no convite a vê-las. Quando sua mãe permitia, aos domingos, com outra criança ajuizada da vizinhança, ia até à estação, até lá, defronte do fascinante cinema. Encostava-se então à grade da estrada de ferro e ficava a olhar, no alto, minutos a fio, aqueles grandes painéis, cheios de grandes figuras deslumbrantes na sua cercadura de lâmpadas elétricas, como se tudo aquilo fosse uma promessa de felicidade.⁷⁶ [...] Nem o apito dos trens o distraía e só a passagem dos bondes elétricos aborrecia-o um pouco, por tirar a vista do divertimento. Não tinha inveja dos que entravam; o que ele queria, era entrar também. [...] Como havia de ser a fita? As moças se moviam sob as luzes? Como faziam-nas grandes, parecidas? Como apareciam os homens tal e qual? As árvores e as ruas? E sem falar, como que tudo aquilo falava?⁷⁷

⁷³ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 106. Quando Cassi Jones percebe que seu crime vai ser descoberto pela polícia, sente que precisa fugir: “ele se sentia ameaçado, não por duendes, mas por alçapões, homens mascarados, cárceres privados, suplícios, etc. — todo o arsenal do maravilhoso das fitas de cinema”. Clara dos Anjos, p. 68.

⁷⁴ A censura de diversões públicas foi uma inovação na década de 1920, “regulamentada pelo decreto 16.590, 1924. De janeiro a outubro de 1916, a polícia examinou 1.030 filmes, censurando três e cortando 375 metros de outros. Também examinou 257 peças de teatrais e 129 músicas” — em: BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade*. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907–1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 76.

⁷⁵ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p.18–19.

⁷⁶ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p.23.

⁷⁷ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 23.

Não há dúvida de que os filmes introduziram valores culturais, modas e, sobretudo, comportamentos; o ideal do *dandy* francês começou a ser substituído pelo do *sportsman* estadunidense: cultor do corpo, praticante de natação e tênis, entusiasta das corridas de carro. Ao fim da guerra, quando o cronista faz essas observações, a presença de estadunidenses na cultura e economia do país era visível. Em 1921, o prefeito Carlos Sampaio criou a Cinelândia, área de grande concentração de cinemas e teatros que se tornou o centro da vida noturna do Rio e das mensagens de Hollywood: Glória Swanson, Annette Kellerman, Mary Pickford passaram a ditar a moda e o comportamento; dois novos inventos, o rádio e a vitrola difundiam o charleston e o fox-trot.

De 1920 em diante, os anos seriam mais estadunidenses que franceses. Nessa época, a música popular produzida na cidade — samba e maxixe — começa a ser aceita pela elite, e em 1922 o samba vai a Paris com Pixinguinha e seus Oito Batutas; era a inversão completa: a cultura popular do Rio, ainda mal aceita na cidade, exibia-se com êxito no velho centro da civilização. Outra invenção que também contribuía para a “dissolução” da família era o telefone, que “vem sendo o medianeiro de amores ilícitos e criminosos”.

Não há dia, hora, minuto, em que eu entre nas casas de negócios da minha vizinhança, que não vejo uma moça, uma senhora atracada ao respectivo telefone. Falam baixo e eu fico pensando cá com os meus botões: que tolice irão fazer nos dias que conversam através de um fio de cobre?⁷⁸

Essa festa popular que conhecemos hoje como carnaval não havia, no tempo de Lima Barreto, transformado-se em ícone da nacionalidade brasileira. A observação crítica desse autor tem de ser aqui relativizada, porque, como expressão de cultura, o carnaval não só foi transformado temporalmente: também tem sido ressignificado conforme diferentes situações. Assim, digamos que, à época do cronista, o carnaval tivesse sua significação atual: logo, entre o que foi e o que é, resta entender como ele é um produto que responde ao contexto (uma forma mediatizada da cidade conversar consigo mesma) e produção de valores e concepções: o carnaval como possibilidade do diálogo contínuo entre referências do presente e categorias do passado. Talvez seja essa dinâmica que ainda não estava clara para o cronista.⁷⁹

A pobreza das músicas carnavalescas se acentuava mais porque a polícia, ao censurar as músicas que mencionavam “coplas francamente pornográficas e porcas”, faziam com que os “rapsodos” carnavalescos usassem uma linguagem dissimuladora de tais conteúdos e procurassem se expressar por “estribilhos e cantigas sem nexo algum”. Lima Barreto se sentia

⁷⁸ LIMA BARRETO, *Toda crônica*, p. 106.

⁷⁹ Sobre os vários sentidos que os rituais do carnaval expressam, sua lógica simbólica e cultural, ver: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Carnaval carioca**: dos bastidores ao desfile Ministério da Cultura/Funarte e Editora da Ufrj. Rio de Janeiro, 1995; CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da folia**. Uma história do social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

aborrecido diante daquela *chulice*, o que o afastava do carnaval, embora confessasse seu fascínio pela multidão:

O isolamento faz-me mal à alma e ao pensamento. Mergulho no barulho dos outros, deixo de pensar em mim e nas fantasmagorias que eu mesmo criei para o meu padecer. A embriaguez que a multidão traz, é a melhor e a mais inofensiva de todas que se tem até agora inventado. Nem o ópio, nem o álcool, nem o “hachisch” produzem a embriaguez que com a dela se assemelhe. Temos visões extranormais, sem estragar a saúde.

Nas reminiscências do nosso cronista se lê um desejo de unir passado e presente, tendo em vista que as manifestações culturais na cidade estavam enraizadas na cultura rural e continuavam a compor o imaginário das classes populares no espaço urbano. A constatação de que o passado “desaparecia” e o presente era construído sem lastro na tradição preocupa, por isso Lima Barreto busca fazer a conexão temporal e espacial das novidades.

Considerações finais

Um traço determinante da obra de Lima Barreto é o entrecruzamento dos limites entre história, ficção, romance e crônica. Sua obra estimula o rompimento com gêneros e estilos, situação que o próprio escritor manifestou o desejo de concretizar: mesmo com a tensão e as convulsões sociais e pessoais que enfrentou, o estudioso fica admirado com a coerência que manteve ao tratar de tantos e inesperados temas. O viés de crítica política e institucional que adotou como marca direcionou a maneira como tratamos os assuntos, sempre tendo em mira a pergunta central que tínhamos desde o início deste estudo: como os setores médios aparecem na perspectiva do escritor.

A análise dos romances, das crônicas, dos artigos e dos contos de Lima Barreto neste trabalho pretendeu verificar o diálogo crítico que o escritor manteve, sempre tenso, com o processo de instituição e constituição de hábitos sociais e culturais em formação no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. O objetivo deste estudo foi extrair, das imagens literárias criadas pelo escritor Lima Barreto, o momento em que a expressividade dos setores médios no cenário da cidade e, sobretudo, nos subúrbios do Rio de Janeiro se projeta na literatura. Os protagonistas de seus romances compõem uma representação em que a subjetividade oscila entre valores citadinos e rurais: são personagens experimentando situações de desamparo e sem modelo a ser seguido; vivendo incertezas e instabilidades próprias daquela sociedade; dependentes mais sorte e do acaso e menos de vontade própria.

Em sua obra, Lima Barreto abordou vários assuntos. Isso obriga o estudioso a não se perder em condensação. Os temas recorrentes é parte do movimento histórico-social do fim do século XIX e início do XX: ciência, raça, civilização, imigração, Estado e cidade; teorias sociais presentes nas discussões dos contemporâneos: liberalismo, positivismo, socialismo, trabalhismo e anarquismo. O pano de fundo é a busca da nação e do povo. Este e outros tantos temas motivavam discussões acirradas entre intelectuais da época, e cada contendor arrancava do bolso os autores franceses, ingleses e alemães que melhor servissem para dar o tom de veracidade e razão a suas idéias e seus argumentos. Essas disputas iam além do mundo privado: envolviam um público leitor que as acompanhava pela imprensa — jornais ou revistas especializadas, de pequeno ou grande porte. Por outro lado, a “combinação exótica de fontes diversas”,¹ presentes não só nos escritos de Lima Barreto e Euclides de Cunha, ao

¹ SEVCENKO, 2003, p. 269.

mesmo tempo obriga o estudioso a compreender as idéias, os conflitos em jogo e impede os setores médios de aparecer com nitidez. Eles vêm aos solavancos, e, quando pensamos que encontramos uma referência segura, Lima Barreto dispersa: novos elementos surgem, e nosso objeto de novo imerge nas profundezas da massa crítica deixada pelo escritor.

Lima Barreto escreveu, entre 1914–22, 435 artigos e crônicas sobre os mais variados temas do período e os publicou em jornais e revistas. O volume de sua produção nos levou a periodizar este estudo: nos capítulos 1 e 2, tratamos de sua obra ficcional; nos seguintes, 3 e 4, procuramos cruzar os mesmos temas tratados na ficção, mas tendo como suporte as crônicas, para mostrar a proximidade dos escritos circunstanciais da narrativa ficcional. Por isso, nos dois últimos capítulos, enfocamos esses escritos e inserimos temáticas tratadas por jornais e revistas da época. Sobretudo no capítulo 4, procuramos comparar diferentes concepções de passado e futuro com fatores ideológicos que serviram para legitimar, marcar e definir as posições, as identidades e a ação dos atores sociais e públicos contemporâneos de Lima Barreto: projetos antagônicos, às vezes próximos, às vezes distantes e incomunicáveis. O comentário de Astrojildo Pereira dá suporte à nossa opção quando afirma a inter-relação entre narrativas ficcionais e escritos circunstanciais na imprensa: “aprofundar o conhecimento e a compreensão da sua obra de ficção sem conhecer e compreender as reflexões e memórias que nos deixou sob a forma de artigos e crônicas de jornal”, embora seja no romance que se expande e se revela “o espírito inquieto e curioso de todas as coisas”.² Por outro lado, o vínculo entre obra de ficção e escritos sobre “as coisas diárias” é palpável: na leitura dos romances, entre uma narrativa e outra, surgem o cronista, o escritor, o jornalista e assuntos que falam mais de perto à vida pessoal e íntima de Lima Barreto.

Após 1914, quando acaba o último governo militar (Hermes da Fonseca) e começa a Primeira Guerra Mundial, entendemos que houve transformações estruturais internas e externas no país. Esse marco cronológico, importante para qualquer estudo histórico, justifica-se pelos argumentos convincentes e consagrados de que os anos posteriores à Primeira Grande Guerra separam duas épocas. Essa cronologia não é rígida, mas é histórica e metodológica. Alguns estudiosos do período afirmam até que o movimento intelectual iniciado em 1870 se prolongou até 1914.

Lima Barreto foi um crítico da formação das camadas médias. Embora pertencesse a uma classe sociocultural vista como inferior à época, teve acesso a uma formação restrita a poucos membros das elites no Brasil e na Europa. A esse instrumento formal de cultura soma-

² PEREIRA, Astrojildo. Prefácio. In: BARRETO, Lima. **Bagatelas**, p. 13. São Paulo: Brasiliense, 1956.

se o lugar social: de onde interpretou e analisou diferentes grupos surgidos na cidade do Rio de Janeiro. Nesse contexto, procuramos compreender como ele expressa e acompanha esse momento, em que os projetos políticos, sociais e econômicos saem dos discursos e começam a ser implantados, estabelecendo o conflito entre pensamento e ação. As crises de então se vinculam ao fim do regime de trabalho compulsório, que abalou as formas da cultura brasileira, assentada sobre a escravidão. Por outro lado, a instalação do regime republicano não mudou a economia dependente do país e manteve quase intocada sua estrutura latifundiária: as revoluções se sucedem, mas no fundo as coisas continuam na mesma e vêm, afinal, as novidades trazidas pelas revoluções se ligarem às velharias derrubadas, segundo diz Lima Barreto, desiludido com as práticas republicanas.

Há, sem dúvida, profunda decepção com a nova ordem e suas promessas: de forma ampla, pode-se afirmar que a república trouxe a sensação de que a sociedade estava aberta a experimentos e vivências, o que contribuiu para amplificar a instabilidade política, social e econômica e criar esperanças e temores relativos ao presente e ao futuro. Se houve, num primeiro momento, esperanças no novo regime, para a família Barreto o desencanto foi quase imediato: logo após a proclamação da República, ela se viu envolvida no redemoinho de disputas e perseguições políticas que marcaria, de forma indelével, as impressões do escritor sobre o regime. São recorrentes em sua obra referências a esse período, em que o pai — João Henriques de Lima Barreto, funcionário da Imprensa Nacional e compadre do conde de Afonso Celso (padrinho de Lima Barreto) — foi perseguido sob acusação de ser monarquista. Ele havia perdido a esposa dois anos antes da mudança do regime e ficara responsável por cuidar de quatro filhos pequenos. Em parte, esse fato explica a relação direta que muitos dos analistas e intérpretes de Lima Barreto fizeram entre homem e obra, ou seja, as implicâncias do escritor com a República.

Simultaneamente, pensamos nas condições sociais, econômicas e políticas como objeto de representações, crenças, mitos e ilusões: os símbolos, as festas, as manifestações culturais, as projeções e os desejos de ascensão social, as mudanças de gosto, comportamento, formas de vestir e falar, práticas sexuais controvertidas, tensões na mudança do papel das mulheres na sociedade. Esses discursos eram proferidos pelos pedagogos sociais, que falam e escrevem às vezes para sua própria classe e, outras vezes, pretendem criar fórmulas e preceitos para educar as massas “rebeldes” e “incultas”. Nessa modulação cultural, pretendemos encontrar a diversificação dos setores médios e reconstituir as maneiras como os contemporâneos lidaram com o fenômeno das massas quando estas se tornaram objeto de repúdio e/ou preocupação para os intelectuais.

A cidade seria, assim, um “mapa alegórico” no qual podemos encontrar os fundamentos arcaicos e teóricos de uma forma específica de organização do convívio humano, da atividade política, assim como diferentes modos de descrever o país segundo as possibilidades e os limites dessas atividades. Nessa proposta, é possível compor, mesmo em fragmentos, eventos históricos, biográficos e mitológicos que se articulam com a experiência política e faz combinarem os fios de uma rede de relações sociais em formação. Assim, o que tentamos foi articular texto literário com relações sociais e de poder que consolidariam a hegemonia econômica, política e cultural de certos grupos sociais.

São esses tipos que, no caso do Brasil, chegaram à cidade moderna arruinados: considerados como detritos, resíduos de tudo que o país, pretendente à modernidade, procurou fugir ao longo do século XX. A identidade que se forjava se constituía de um discurso lacunar que ora ressaltava o que nos faltava, ora era ufanista, desconsiderando o país real. Isso significou a construção de uma identidade nacional pela supressão, pela abstração de diferenças, constituindo um compartilhamento de identidades pela exaltação da natureza, da raça, da religião, da língua e do território, mas sem construir uma imagem positiva do trabalhador nacional e do povo, que morigerava nos latifúndios.

À luz do fio que este trabalho pretendeu seguir, nosso objetivo foi pensar na cidade como rede de instituições políticas, econômicas e culturais constituídas pelos poderes públicos e/ou pelas elites locais. Mas esse recorte não significa falar de instituições sem vínculos com o passado: cultura e instituições são continuidades mesmo que tenham alterado o conteúdo ideológico ou a realidade social em que estão inseridas; o *ethos* rural continua presente, embora alterado. Caracterizar a cidade nesse período é saber ir e vir nesse contínuo/descontínuo; analisar a constituição da cidade, em particular o Rio de Janeiro, com base nas determinações econômicas, sociais e políticas que propiciaram a diversificação de classes sociais e, dentro delas, a de grupos de interesses às vezes divergentes, às vezes convergentes. O conceito de classe será construído segundo a documentação, o que significa certa elasticidade conceitual, pois para os pensadores contemporâneos não estava claro aonde se chegaria ou o que se constituía com aquele movimento de passagem da ordem social antiga para a nova, ou seja, do fim do regime monárquico à era do trabalho remunerado.

Em sua concepção de setores medianos, Lima Barreto se refere ao sentido político de suas ações: “Sabe toda a gente que quando um grupo social tem um pensamento fortemente comum e deseja realizá-lo, inconscientemente procura um indivíduo em que encarná-lo e por

ele executar o seu desígnio. Nos generais que freqüentavam os corrilhos políticos e próximos, havia a esperança”.³

Procura-se, assim, compreender o surgimento dos setores médios nesse período, a partir de uma variedade de fatores. Primeiro só é possível vislumbrar os limites entre as classes vislumbrando-a numa tênue linha, possível captar os antagonismos e as complementaridades que as tencionam naquela formação social: só é possível construir a análise das classes médias numa relação política e ideológica com as outras classes, a burguesia e o proletariado. Ou melhor: pensamos que compreender os setores intermediários supõe análises convergentes para a relação entre classes em geral e a busca de sua especificidade econômica, política, cultural e ideológica.

Como não temos *a priori* um conceito fechado sobre formação de setores intermediários e como, talvez, isso possa parecer falta de compreensão do objeto aqui estudado, referimo-nos a Thompson para corroborar o livre caminho que tomamos rumo às evidências empíricas, isto é, às características que delineiem uma definição:

Sinto decepcionar aqueles praticantes que supõem que tudo o que é necessário saber sobre a história pode ser construído a partir de um aparelho de conceitual. Podemos apenas retornar, ao fim dessas explorações, com melhores métodos e um melhor mapa; com uma certa apreensão de todo o processo social; com expectativas quanto ao processo e quanto às relações estruturadas; com uma certa maneira de nos situar frente ao material; com certos conceitos-chave (a serem eles próprios aplicados, testados e reformulados) de materialismo histórico: classe, ideologia, modo de produção. Nas margens do mapa, encontraremos sempre as fronteiras do desconhecido. E, à medida que esses silêncios são penetrados, não cosemos apenas um conceito ao pano velho, mas vemos ser necessário reordenar todo o conjunto de conceitos. Não há nenhum altar mais oculto que seja sacrossanto de modo a obstar a indagação e a revisão.⁴

Outro objetivo deste estudo foi mostrar a continuidade das práticas de dependência e favor vigentes no regime Imperial e no mundo rural, depois transferidas para a cidade: aqui, a elite, os pobres e os livres continuam no caminho dos favores: substituem as prebendas e a experiência do mundo rural — marcadas pelo apadrinhamento do potentado local — pelos pequenos benefícios que, agora, na cidade, seriam distribuídos pelas instituições do Estado: os detentores de cargos na estrutura do Estado perpetuam a cultura da dependência de um benfeitor, um protetor. Os pobres e remediados, os pretos e os brancos, todos livres das amarras que a instituição da escravidão ou escravizada ou desclassificava encontram-se, juridicamente, no mesmo nível formal. São estes sujeitos que comporão a realidade social do início do século, e é a eles que Lima Barreto se refere em sua ficção ou não.

³ BARRETO, Numa e a *ninfa*, p. 134–35.

⁴ THOMPSON, 1981, p. 185.

Procurar amparo no Estado foi a maneira que esses grupos encontraram para sobreviver; logo, importa pouco o discurso liberal apregoado pelas classes dominantes e pelos intelectuais do período. A prática histórica do favor dá aos atores sociais de então a quase-certeza do direito de ser favorecido pelo Estado. Mas aqui cabe salientar: só os menos pobres e os que se tinham como remediados era possível achavam o caminho para as instituições em busca de favores: foram viciados nessa situação de dependência. Para esse segmento, não era estranho chegar à cidade e procurar caminhos já percorridos e conhecidos pelas gerações anteriores. Os burocratas — prestadores de serviços para as elites, que dominavam o aparelho administrativo — conheciam as regras da subserviência: suas atitudes e seus comportamentos se voltavam à manutenção dos postos de trabalho, obtidos após os empenhos que envolviam uma teia de conhecimentos e favores pessoais. A subalternidade era condição para pobres e remediados sem conhecimentos e qualificação, mas não só; também atingia quem tinha educação e cultura: filhos das antigas castas dominantes que, após o regime imperial perderam o lugar de grandes proprietários — estes recorriam a meios mais sofisticados para agradar, garantir e ascender: seu desejo era passar ao outro lado da linha, o mundo obscuro dos insignificantes. Para isso — dizia Lima Barreto — não se importavam em adular, agachar e serem degradados.

Neste trabalho, insistimos na idéia de que o Estado influencia a sociedade porque Lima Barreto não se cansa de denunciar esta ação estatal: desmoralizar os caracteres, numa associação direta com os vícios morais, que se manifestavam nos cerimoniais e salamaleques misturados com a vida pública e privada; movimento pendular que afetava a vida dos dependentes. A personagem Numa se insere nessa característica: sua consciência se conforma à estrutura vigente naquele momento histórico: só se podia alcançar “notoriedade” à custa de submissão. Foram essas as voltas que demos ao analisar essa personagem tendo em vista a possibilidade de ela agir de outra forma, visto que havia liberdade para construir um caminho independente. O liberalismo político e econômico defendia a idéia de que o município era escola da civilidade, mas a personagem foi corrompida na província; Numa chegava ao centro do poder sem ter passado pelo princípio básico da civilização: fora contaminado na sua origem pelos valores da dependência e lealdade a proprietários e políticos do município de onde vinha. Estava longe da civilidade liberal em que se julgava viver.

Uma característica dos setores medianos seria a capacidade de saber como a sociedade funciona internamente, mesmo quando os discursos formais e legais dizem outra coisa. É o gosto pelos vencedores: os poderosos do momento. Se a personagem criada por Lima Barreto fosse suscetível a pequenos gestos, fosse emotiva, cheia de imaginação abstrata, não

ascenderia socialmente: teria permanecido obscura e provinciana — analisamos a personagem à luz da estrutura de classe vigente no país: se esse grupo representado pela personagem aspirasse a migrar para outra classe, deveria ser o retrato fiel da opinião alheia: sua estrutura mental era condizente com a social. Em síntese, eis o movimento da personagem, sempre aflita e preocupada com a possibilidade de perder o lugar que alcançara, atenta aos movimentos dos de cima, a fim de adivinhar, de saber, pela auto-indagação, como deveria agir para alcançar seus desígnios.

Ao descrever tal situação, o narrador torna ficção circunstâncias do mundo externo à ficção. Era possível alçar vãos sociais, pois a prática significava menos que a ação; a estilística dos discursos era mais relevante: não é *o que* se diz, mas *como* se diz, em que *estilo*. A produção literária e científica faz sucesso e é elogiada pela crítica do período, tendo em vista não o conteúdo dos discursos proferidos, mas o modo como eram construídos. A hipertrofia do estilismo oco, sem relação com a realidade do país, permitia fazer carreiras brilhantes, pois o fundo ideológico desse momento histórico era o distanciamento entre escritores e realidade. Para a personagem central do capítulo 1, a retórica escondia a carência de conteúdo político, social, científico e moral.

Às mulheres nessa narrativa, Lima Barreto reservou os bastidores. Sua função era conhecer, antecipar, intuir, jogar, observar para direcionar a ação dos maridos políticos. São elas que estreitam as relações pessoais e familiares — política praticada no interior das casas, onde decisões são tomadas ao redor das mesas de café-da-manhã e almoços. Enquanto eles saíam à tarde para desempenhar suas funções públicas, elas faziam visitas protocolares para dar sustentação práticas às amizades. Na narrativa, Edgarda representa um grupo de mulheres para quem o casamento em si não bastava nem garantia proeminência social; ela não deseja marido obscuro, o sucesso matrimonial precisava ser emoldurado pelo reconhecimento público. Era desconcertante, para uma mulher ambiciosa, um marido desimportante, medíocre. Na capital federal, Numa se sente perdido: recorda a pobreza e se orgulha do lugar social que ocupa, compara, em suas lembranças, a casa onde nascera e a que morava como deputado e marido de Edgarda. Também não esquece as agruras por que passou seu pai, sempre tenso, preocupado em manter o emprego, sustentar a família, sem saber se as mutações na liderança política não lhe tirariam a sobrevivência.

Em Botafogo, onde residia, Numa não se cansava de admirar o casarão, representação da tradição em que tinha sido inserido por causa do casamento. O desconcerto da personagem na nova casa significa, para nós, o próprio desconcerto dos medianos diante da história de que não participam: os pobres foram mantidos fora da história, não tinham uma definição jurídica.

Por isso, entendemos que uma chave para interpretar a personagem, o sentimento de inadequação que sente, pode ser histórica. Só essa condição de excluído histórico nos permite compreender por que, no novo ambiente, ele se “despersonalizava, ficava amuado, sem vontade de se mostrar, temeroso de cometer erros e sentia que não dominava as razões políticas”: os medianos e pobres são analisados à luz do que lhes falta, sabe ler, mas não entende: não alcança a extensão e profundidade da cultura.

Analizamos ainda duas personagens criadas por Lima Barreto no romance *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*. A primeira, Laje da Silva: português comerciante e de maneiras ambíguas que, pelo fato de ter mãos grossas, vence a desconfiança do provinciano Isaiás. Partindo dessa personagem, analisamos o período histórico a fim de compreender como o narrador constrói sua crítica e dá sentido positivo ao trabalho. Nessa personagem, percebemos o pronunciado preconceito contra o comerciante, situação que procuramos compreender imputando-a a condição histórica dos portugueses: dominantes, soberanos do comércio retalhista, exportação e importação no país durante o regime Imperial. A rejeição ao comerciante e ao comércio em si, igualmente, pode ser explicada no contexto do período: são os valores aristocráticos e nobres que enformam as idéias sobre quem trabalhava só para ganhar e acumular dinheiro. Aventamos, assim, várias possibilidades de interpretação, mas sempre à luz de estudos históricos sobre o período.

Por longo tempo, os estudos literários realçaram a indiferença do narrador barretiano a suas criaturas: elas entram e saem de cena, como se pairassem no ar. Nessa obra, tal “narrador invisível” adquire outra interpretação: a do narrador que não usa a onisciência para ajudar ou melhorar o destino das personagens. Isso é um fato. Mas, ao contrário dos estudiosos insistentes na idéia de invisibilidade do narrador, pensamos que esse recurso é forma de narrar inconsciente ao próprio escritor. O destino trágico e a fragmentação das personagens se sustentam na realidade histórica do país: personagens e personagem/narrador metaforizam a condição de marginalidade.

Existe o alheamento do narrador às personagens, mas elas são, também, mantidas longe: não há diálogo; há um observador distante. Ao fim, na forma e no estilo, a narrativa figura o real e transpõe para as personagens a impotência em que vive o narrador. À estruturação delas faltam indícios que apontassem outro destino, porque a consciência que é possível ao narrador num jogo de espelhamento só consegue pô-las em situação de impotência e joguetes do destino ou da sorte; não podem ser construídas e explicadas no contexto da “carne” e do “sangue” nem no da psicologia atávica ou antropológica. Se as interpretações sociais se assentavam sobre esses pilares, como poderia o escritor fugir dessa determinação?

Por isso, no jogo narrativo, reconhecemos duas vertentes que se imbricam: o narrador cria personagens num manancial teórico que objetiva elucidar, para si e seus leitores, as facetas do momento que o escritor se propõe a representar. Mas não alcança a representação total, pois não há como adquirir a consciência plena da insustentabilidade dos pressupostos científicos que explicavam sociedade.

Abelardo Leiva é pobre e mal ganha para morar e comer, mas abdica do jantar — faz só uma refeição diária — para ter com que comprar coisas de *toilet*, apetrechos prenhes de significados: eram objetos e símbolos destinados a definir distâncias entre ele e a plebe. A figuração de Abelardo Leiva permite várias interpretações; entre elas, ressaltamos a precisão de roupas para ocupar espaço da rua, dominar o ambiente público e, ao fim, conquistar a cidade. Cuidando do mundo privado, Abelardo Leiva não conseguiria extrair da cidade informações sobre empregos nem saberia as últimas notícias das personalidades famosas e freqüentadoras dos cafés e bares do centro: gastar o pouco que ganhava com roupas era, para a personagem, investimento, invólucro ao reconhecimento e à aceitação social.

Sacrificar moradia em favor de roupas, distrações é um comportamento racional: a experiência social dos intermediários lhes assegurava que, sem a aparência, não seria possível conquistar oportunidade virtuais de trabalho e inserção social e cultural. Leiva gostava de freqüentar lugares tidos como elegantes, era metido a poeta — fazia uma amalgama entre “poesia palaciana” e “idéias revolucionárias”; mas seu objetivo era agradar as moças bonitas, pois “tinha a mais sincera admiração pela beleza das meninas e senhoras de Botafogo”. Caso desaparecessem as dificuldades econômicas, surgiria o Leiva verdadeiro: embora fosse o mais exagerado ao falar dos sofrimentos das massas humanas, era, na verdade, indiferente aos destinos da turba, preocupado com o fraque.

Eis o perfil que Lima Barreto traça de funcionários, estudantes e militares, que acreditavam na redenção: eram otimistas, e isso conservava a ordem social. Todos estavam à espera de oportunidades de melhoria econômica que os permitissem ascender socialmente; todos aparecem como cétricos e amorosos das comodidades que a riqueza dá. Os discursos eram enfeites temporários. Feito Abelardo Leiva, a personagem Inácio Costa tem um perfil representativo de grupos desse momento histórico: era funcionário público fora da Escola Militar, onde aprendera umas fórmulas positivistas. Para ele, a mudança de chefia do Estado podia fazer a felicidade da Nação. Profundamente intolerante, apóia-se nas prédicas do positivismo autoritário que caracterizou — segundo Lima Barreto — as ações dos jacobinos florianistas, celebrizados pela violência, pelo fanatismo e que continuavam suas prelações mesmo após terem sido supostamente derrotados pelos governos anteriores. Ferocidade e

intolerância respaldadas no “positivismo autoritário” lhe permitiam defender a “ditadura” e os militares.

Neste trabalho, discutimos como a teoria positivista foi absorvida pelas personagens populares de Lima Barreto e consideramos que isso foi uma maneira enviesada de criar nelas “falsos” sentimentos de participação na ordem política e social. O positivismo tensionou e, ao mesmo tempo, distensionou os grupos positivistas — civis e militares —, concentrando energias e desejos de ações transformadoras. Todo o esforço na elaboração de um discurso político árido servia para esconder, conscientemente ou não, a esperança de conseguir benefícios pessoais. Inácio Costa e Abelardo Neiva são as duas personagens em quem aparece o falseamento: a ambição de ambos era melhorar a vida pessoal.

No capítulo 2, a análise verticaliza as particularidades de personagens suburbanas do romance *Clara dos Anjos*, cuja escrita Lima Barreto começou em 1905 — a obra foi elaborada entre 1905 e 1922, pois a narrativa acompanha fatos históricos e transformações espaciais na cidade do Rio de Janeiro desse período. Procuramos ver o subúrbio e seus moradores diluídos nesse espaço povoado a torto e a direito, onde as personagens dividem e desenvolvem sociabilidades cotidianas. Mostramos o surgimento de outras seitas religiosas no subúrbio e o abandono das chácaras pelos antigos proprietários como consequência do crescimento populacional e da especulação imobiliária dos 20 primeiros anos da República — apresentamos a hipótese de que o abandono das vivendas tenha se dado pelo fim do trabalho compulsório, que obrigava os proprietários a cuidarem eles mesmo das propriedades ou pagarem alguém para cuidar, sobretudo de áreas externas.

Joaquim dos Anjos, pai de Clara, representa um grupo social distinto da maioria da população: tem casa própria, estabilidade no emprego e pode sustentar sua mulher e a filha única. Sujeito modelar para os amigos, bom funcionário, bom pai e marido, é indiferente aos acontecimentos externos ao ambiente familiar. Assim, analisamos a conjuntura de sua vida antes de migrar para a cidade do Rio de Janeiro: profissões que tivera, anseios e sonhos. Procuramos encontrar na descrição da personagem após chegar ao Rio indícios que dessem uma idéia geral das maneiras que os pobres encontravam para sobreviver na capital federal. Joaquim é limitado: na descrição, tem uma natureza elementar, mantém-se alheio aos acontecimentos em sua volta, embora fosse homem de boa fé: em seus 50 anos de idade, julgava o mundo como reino de paz, concórdia, honestidade e lealdade. Era assim — segundo o narrador — porque não lia jornais.

A outra personagem, Antonio da Silva Marramaque, também é migrante: nasceu nos arredores da capital; era caixeiro filho de portugueses. Dela procuramos extrair a história dos

funcionários públicos pobres cujos rendimentos não o punham em situação muito acima da de seus vizinhos e amigos de subúrbio. Era filho de um pequeno proprietário português que cultivava gêneros de pequena lavoura e vendia nas cidades dos arredores. Realçamos nessa personagem a situação de desinteresse pela continuidade do trabalho do pai, pois Marramaque — influenciado pelo romantismo — sonhava ser poeta. Sonhos que existiam sem que a personagem perceba que ela não tinha condições de desenvolver um talento que supunha ter. Não queria saber de plantar nem de colher nada da terra, seu sonho era ser poeta, como Casimiro de Abreu, que também havia sido caixeiro. Essa suposta subjetividade sem eira nem beira não encontrava, na formação cultural da personagem, indícios concretos de que tivesse talento. Vai para o Rio, onde a vida literária era possível; lá, convive com outros escritores e tendentes a poetas — essa foi a primeira fase da boemia carioca regida pelas refregas abolicionistas e do movimento subsequente, o republicanismo. Ao tratar de Marramaque, tivemos de voltar a 1870 e anos seguintes, época do movimento literário cujos integrantes, mais tarde, serão denominados de boêmios: a boêmia literária com que Marramaque conviveu e que, na narrativa, encerra-se na década seguinte à proclamação da República.

A análise dessa personagem sugere que o narrador pretende mostrar que a estagnação e decadência têm uma relação direta com a origem social e o cabedal familiar que se tem atrás de si. Para isso, analisamos aqui as personagens de carne, ou seja, os literatos desse período, que se convencionou chamar de geração dos anos 80 do século XIX. Levantamos várias possibilidades extraídas no movimento histórico do período para compreender as razões da personagem e seu papel nas rodas literárias daquele tempo: os moços literatos desse período tinham em comum a revolta contra a abolição: acreditavam nos ideais liberais e criticavam a sociedade aristocrática e imperial. Após a euforia dos primeiros anos de República, muitos literatos se posicionaram como profissionais e foram absorvidos pelo trabalho na imprensa diária. Foi o fim de irmandades e disputas entre muitos deles que os separaram irremediavelmente.

A personagem mais famosa da novela *Clara dos Anjos* é Cassi Jones. Procuramos desvendá-la pelas possibilidades de enquadramento social e cultural. Sua mãe, Dona Salustiana é — para nós — mais representativa da mentalidade e dos comportamentos identificados com os medianos surgidos no subúrbio nesse período. Vivia do passado e inventava histórias sobre sua origem. Morava no subúrbio, mas era seletiva: não convivia com vizinhos e desprezava a pobreza em torno a ele. Parte dessa soberba — explica o narrador — era por conta da educação religiosa que recebera no Colégio das Irmãs de Caridade. Vivia comprimida entre seus valores sociais e as fumaças que fazia de grande dama; ao mesmo

tempo, era cercada de gente que ela considerava inferior. Sua função no enredo era salvar o filho de se casar com mulheres pobres e pretas que ele deflorava — aqui consideramos que Salustiana salvava a si mesma quando impedia o filho de se misturar com quem ela desprezava. O patriarcalismo no interior dessa família em particular não mais existia: quem dirige e dá o tom da educação de filhas e filhos é a mulher, pois o pai é omissos e desdenha do filho, com quem só esporadicamente se encontrava na casa. Nos extremos, uma mãe seletiva e um filho que, para fugir do casamento e das responsabilidades afins, namorava e seduzia moças de todas as cores e condição social, com as quais a mãe não o deixava se casar.

Se a configuração da personagem Cassi permite que façam múltiplas interpretações, todas deixam perguntas abertas a novas respostas: os motivos do narrador para decretar sua irremediável tendência à marginalidade social, a estrutura familiar, o pai omissos e a relevância da mulher suburbana na direção da casa e no processo de constituir a família pequeno-burguesa. Os progenitores têm valores opostos: a mãe tem horror à idéia de ver o filho trabalhar num ofício qualquer, e os exemplos que edificam a mentalidade de Cassi Jones não estão no interior da família: são as personagens inventadas pela mãe. Para essa família, trabalhar ainda não é um valor em si, mas uma maneira de pôr o filho no bom caminho: o cansaço físico do trabalho manual e a convivência com pessoas honestas o redimiriam da vagabundagem.

Consideramos a hipótese de a personagem Cassi Jones representar metaforicamente a burguesia e a pequena burguesia em seus modos arrivistas de agir e nas relações estabelecidas com a sociedade em geral. A antipatia do narrador por esse namorado inveterado, incompetente para o trabalho, leviano, incosequente e, enfim, estúpido pode simbolizar a decomposição de costumes burgueses nos subúrbios; também pode ser a simplificação caricatural da burguesia e pequena burguesia: a ausência de valores éticos e morais, vinda da cidade central, que contaminava o subúrbio ou a crítica ao liberalismo e à crise da autoridade no âmbito vertical e horizontal da sociedade tomada como todo dissolvente de costumes, tradições e códigos mais elementares de convivência social na cidade. Essa personagem inescrupulosa, desfigurada por Lima Barreto, guarda similitudes com a personagem Brás Cubas, personagem de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, em especial quando o crítico Roberto Schwarz descreve a “deseducação” do menino. A mesma pergunta que ele faz podemos fazer aqui sem incorrer em plágio: como se explica o caráter de Cassi Jones? A de Brás Cubas se explica pela “infância da personagem, no meio doméstico, no temperamento herdado e na educação recebida” — diz o crítico. O narrador de Clara retoma a mesma justificativa para elucidar o caráter dissolvente de Cassi.

O capítulo 3 inicia a análise das crônicas escritas por Lima Barreto entre 1900 e 1922. Dentre elas, selecionamos as que tratam de temas presentes em sua obra de ficção, pois nosso objetivo foi mostrar a proximidade temática entre narrativa ficcional e crônica. O eixo de análise se sustenta na constatação de que as personagens de tinta e papel e as críticas contundentes do autor às personagens de carne e osso têm a característica de que viveram em estado de suspensão: os medianos vivem esperando o dia em que, por força do acaso ou um acontecimento fortuito, sejam levados de uma condição social a outra. Mediante uma generalização, discutimos a capacidade das personagens de se aventurarem: saírem de seus lugares de origem, migrarem para a capital atrás de promessas hipotéticas de outras vidas; sua tendência a adotar o novo, a novidade, as inovações, receptividade a mudanças radicais e ao desapego às formas arcaicas de vida. Em nível privado, essas atitudes não se transferem à ordem pública, viabilizando a renovação social e a promoção de mudanças na ordem estrutural da sociedade.

Esse ajustamento individual/social foi interpretado à luz da história da estrutura econômica do país, ou seja, da relação com a terra como propriedade que se compra e vende, como fator de lucro. A tradição e o apego ao local de nascimento, portanto, não caracterizavam os proprietários nem pobres e livres. A predisposição dos setores medianos à subalternidade, a facilidade com que se punham à sombra das classes proprietárias e dirigentes nós vemos como continuidade das dependências históricas formadas na longa duração: os dependentes saíram de uma moldura formatada pelos interesses oligárquicos que o próprio o Estado não fora capaz de enfrentar, embora houvesse oposição de interesses entre classes dominantes e a maioria da população trabalhadora. As elites nacionais e os grupos adventícios não encontraram, no Estado, limites para suas ações. Se a estrutura estava acomodada, não era possível aos de baixo criarem mecanismos de rebeldia: a ordem externa e a experiência social indicavam mais a necessidade de conciliação com os interesses de quem tinha poder de distribuir benesses do que de rompimento com sua hegemonia.

Para a compreensão desse lado objetivo e subjetivo dos pobres e livres no Brasil, buscamos subsídios em *O abolicionismo*, de Joaquim Nabuco. Nesse ensaio já clássico, é possível construir uma idéia geral do estado de violência latente que pairava sobre os escravos submetidos ao voluntarismo dos senhores; portanto, não é difícil estender a arbitrariedade dos senhores proprietários em relação aos dependentes. Estes carregavam a experiência da condição oscilante em que viviam: cientes de que qualquer ato ou desafeto explícito pudessem desencadear vendetas, perseguições e retaliações. Na República, a situação não difere muito do Império, pois o poder local das oligarquias agrárias alcança o Estado, deixa o município, a

província e migra para a capital federal. Compreendem-se, assim, os malabarismos que os grupos dependentes deviam fazer para abastecer a vida material e não cair no limbo da vagabundagem, da mendicância e da ociosidade, para ficar só nesses aspectos, pois os caminhos para a iniciativa e a independência pessoal quase inexistiam.

Insistimos, também, no efeito de falsidade, aparência e fingimento corrente nas relações políticas e econômicas porque é o traço mais importante da forma como Lima Barreto interpretou as relações sociais, econômicas e culturais do país. As idas e vindas no tempo indicam a ubiqüidade do nosso quadro social. Dito isso, o que fizemos aqui foi deslocar as relações de dependência e seus adjetivos correlatos para o quadro social mais amplo a fim de mostrar as variáveis infinitas que essas situações podem adquirir nos espaços públicos e privados e reafirmar o corte horizontal e vertical que o efeito de mentira/verdade e falso/verdadeiro teve no conjunto social. Para alcançar esses objetivos, lemos as crônicas procurando nelas traços de continuidade que Lima Barreto representou em seus escritos.

O capítulo 4 materializa o resultado de nossa pesquisa em revistas de época: *A ilustração brasileira* (1909–12), *A aspiração* (1913 — literária, científica e pedagógica editada pelos alunos do Colégio Militar) *O malho* (1915) e *Braziléia* (mensal de propaganda nacionalista). Publicadas no Rio de Janeiro, nelas escreverem Eduardo Salomonde, Elysio de Carvalho, Júlia Lopes de Almeida, Paulo Barreto, Manoel Bomfim, Medeiros de Albuquerque e Olavo Bilac. Em 1912, ainda havia espaço para escritores afeitos à aristocracia, diga-se, aos valores que regeram a sociedade do Segundo Império e à valorização dos homens protagonistas daquele tempo de requintes e galanterias aristocráticas. A leitura dessas revistas mostra positivamente as extravagâncias dos janotas e seus divertimentos com dançarinas e atrizes que vinham ao Rio; também realça os lazeres privados e os saraus, onde havia o encontro entre os iguais, momentos de exercício e exibição da linguagem clássica, cujo formalismo era anulado pelo humor sutil da conversação. Era o reino da galanteria preciosa e envolvente, meticulosa e requintada, cheia de medidas e sutilezas.

Após as medidas do cronista à sociedade imperial, ele lamenta o desaparecimento de modos aristocráticos e avalia o presente com desprezo pelos novos grupos — acusados de falar uma língua pretensiosa e irritante, viciada. A sociedade do presente não tinha regras nem a antiga cortesia dos salões. Com a República apareceram grupos arrivistas que jogavam tênis — *courts de tennis* — e janotas freqüentadores do *five o'clock*. As notas desse cronista deixam entrever que, embora ele criticasse a sociedade do presente, não consegue encontrar outro segmento social para representar e continua a olhar aristocraticamente para o novo, o moderno, a cidade urbanizada, o surgimento de outros grupos, como se nada tivesse ocorrido

na base da sociedade. O cronista via a convivência social praticada entre “os nobres de pés de barro”, o “comércio galante com as mulheres, a arte do bom tom” darem lugar a sociabilidades públicas e coletivas, amparadas por outros signos. Da “tradição gentil” de homens valentes, “intrépidos, cortesãos elegantes, casquilhos cheios de fidalguia”, restava as saudades do cronista e as fumaças de um tempo tornado, irremediavelmente, passado.⁵

Quase nada se encontra nessas revistas sobre a positividade dos valores burgueses, que aparecem entremeados com os signos da aristocracia. O vigor da nação não está em quem produz: nenhuma ode ao trabalho paciente e dedicado. Aristocráticos ou burgueses, grandes homens eram os detentores das qualidades extraordinárias, das boas maneiras, da polidez, da cultura formal, do saber vestir e viver, despreocupados com o mundo concreto da produção. Há poucos indícios de discursos pró-homem “comum”. A referência a sociedade e povo ainda é ritualística, é a que existiu à sombra da monarquia. A ideologia da perseverança, da vontade, da frugalidade e da disciplina, cuja prática alçaria o homem comum a uma posição de respeitabilidade, não aparece na documentação; tampouco há uma tecnologia espiritual que contribuísse para sedimentar os valores burgueses.

A República caminhava a passos trôpegos entre saraus, serenatas e bailes. Esperamos que este trabalho caminhe nessa perspectiva, ou melhor, que consiga seguir o fio da interpretação desse momento histórico com base em uma leitura de classe na qual seja possível inscrever a representação da cidade e os grupos que disputavam a hegemonia social, política e cultural e econômica.

⁵ A ILLUSTRAÇÃO brasileira, 69, p. 116, 1º de abril de 1912. Esse relato de Elysio de Carvalho apresenta o sobrevivente da geração de 1880: “Joaquim Nabuco surgiu no Rio alguns anos antes da completa decadência da sociedade carioca e era, pois, da geração que sucedeu a do seu pai, a mais brilhante de todas. Apareceu como um tipo escandaloso de beleza varonil e, imediatamente, em torno do seu nome forma-se uma falsíssima legenda de adultérios, de edílios e de dramas de paixão, como em torno de D Juan toda a história amorosa de Espanha. [...] Joaquim Nabuco era um perfeito *gentleman*, admirado e aplaudido. Foi sempre um vitorioso na sociedade do Rio e a sociedade de Londres, em Paris e em Washington, a sua imensa bondade, a sua extrema arte de agradar, tendo sido menos um processo para a conquista de afeições e simpatias que tinha, do que uma tendência natural do seu temperamento. Nabuco era o encanto feito homem, a distinção personalizada, amabilidade correta e grave, que foi dele o tipo perfeito do homem gentil dos ingleses”.